

Brasil e Venezuela

Esperanças e Determinação na Virada do Século

Brasil e Venezuela

Esperanças e Determinação na Virada do Século

Samuel Pinheiro Guimarães (org.)



**Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
Fundação Alexandre de Gusmão**

Coordenação

Marco Antonio Soares de Souza Maia
Sebastiana Maria de Azevedo

Tradução dos textos e dos debates

Janete Ferreira Carneiro

Revisão dos textos

Paulo Marcos Almeida de Moraes
Pablo José Sainz Fuentes

Editoração, formatação e layout da capa

Fernando Frazão da Silva

Preparação de originais

Eliane Miranda Paiva
Thaís Moreira Freitas

Equipe de apoio

Ana Maria Tapajós
Elza Marí dos Reis Veras
Marisa Aparecida Lopes Souza
Leila Brum
Ana Maria Simas

FICHA CATALOGRÁFICA

327 (81/87)

B823

Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século / Samuel Pinheiro Guimarães (org.). - [Brasília]: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: Fundação Alexandre de Gusmão, [1995].

225p.

1. Brasil - Relações Exteriores - Venezuela.
 2. Venezuela - Relações Exteriores - Brasil.
- I. Guimarães, Samuel Pinheiro. II. Fundação Alexandre de Gusmão.

Os trabalhos incluídos neste livro foram apresentados em Seminário realizado em Brasília, em junho de 1995, durante a visita do Chanceler da Venezuela, Burelli-Rivas. O Seminário reuniu grande número de autoridades e especialistas brasileiros e venezuelanos para uma ampla e sincera discussão das relações entre Brasil e Venezuela.

Os fatos ocorridos no espaço de tempo entre a realização do Seminário e a publicação dos trabalhos somente vieram a confirmar a importância das relações entre os dois países e o interesse mútuo em consolidar e valorizar a amizade que tradicionalmente os une.

O Seminário Brasil-Venezuela realizou-se graças ao apoio das seguintes pessoas e instituições:

Professor José Galizia Tundisi: Presidente do CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia

Embaixador João Clemente Baena Soares: Presidente da FUNAG — Fundação Alexandre de Gusmão

Embaixador Clodoaldo Hugueney: Embaixada do Brasil em Caracas

Ministro Luiz Fernando Ligiéro: Chefe da ACS/MRE — Assessoria de Comunicação Social, do Ministério das Relações Exteriores

IPRI — O Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais gostaria de registrar também seus agradecimentos a: Gilvan F. Marcelino — CNPq; Hotel Carlton; Departamento de Administração do Itamaraty; Cerimonial do Itamaraty; e Pnud-Bra/93/010.

Índice

ABERTURA DO SEMINÁRIO	9
Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Chanceler do Brasil	9
Embaixador Burelli-Rivas, Chanceler da Venezuela	10
Neudo Campos, Governador de Roraima	13
Amazonino Mendes, Governador do Amazonas	15
Almir Gabriel, Governador do Pará	16
ARTIGOS	17
Venezuela e Brasil na Política Internacional: Um Ensaio Exploratório <i>Paulo G. Fagundes Visentini</i>	19
Venezuela-Brasil no Cenário Internacional <i>Giovanna de Michele Y.</i>	45
Brasil-Venezuela: Integração Energética <i>Andrés Bansart</i>	55
A Integração Fronteiriça: Brasil – Venezuela <i>Julio Portillo</i>	73
Integração Energética: Brasil – Venezuela <i>Marluce Pinto</i>	97
Venezuela-Brasil: Inventário de uma Relação Amistosa <i>Alejandro Mendible Zurita</i>	109
As Relações entre a Venezuela e o Brasil: uma Reflexão sobre o Futuro <i>Ramon Illarramendi</i>	135
Relacionamento Brasil-Venezuela no Setor de Energia Elétrica <i>Luiz Eyer de Araújo</i>	139
Brasil e Venezuela: Esperanças e Determinação na Virada do Século <i>Samuel Pinheiro Guimarães</i>	147

DEBATES	163
Mesa 1 – Venezuela e Brasil: Integração Energética	165
Mesa 2 – Venezuela e Brasil: Integração Fronteiriça	181
Mesa 3 – Venezuela e Brasil na Política Internacional	193
Curricula dos Autores	219
Composição das Mesas	223

Abertura do Seminário

*Embaixador Luiz Felipe Lampreia,
Chanceler do Brasil*

É grande o interesse que desperta nas sociedades brasileira e venezuelana a aproximação entre nossos países. Nossa política bilateral transcende a ação dos Governos para mobilizar a sociedade e os agentes econômicos. A vontade política demonstrada pelos Governos é um passo a ser complementado pelos interesses concretos, que formam o núcleo da relação e a impulsionam. Esse é um dado para os que formulam e executam a política externa.

As relações exteriores devem ter um impacto positivo e real, não só no cotidiano dos povos, mas na atividade econômica, na geração de empregos e de riqueza. Essa aproximação traduz a importância da região norte do país e da parceria venezuelana. O acercamento bilateral corresponde a mais do que uma elaboração abstrata dos Governos. Há uma firme aspiração das sociedades brasileira e venezuelana, em particular das populações amazônicas do Brasil e da Venezuela, que estão cientes de quanto poderão se beneficiar.

Numerosas oportunidades de cooperação abrem-se em matéria de comércio e integração, de energia, de mineração, de transportes, de comunicações, de meio ambiente, de cooperação fronteiriça, de ciência e tecnologia. Temos um panorama promissor de possibilidades imediatas e vantajosas, para ambos os países. Algumas iniciativas se encontram em estágio final de assinatura dos instrumentos que as formalizarão. Outras poderão evoluir durante a visita do Presidente Fernando Henrique a Caracas.

Além da dimensão prática, presente nos acordos e entendimentos que vêm sendo alcançados, a visita do Presidente Fernando Henrique terá um amplo conteúdo político como parte de um projeto de fortalecimento das nossas relações dentro da América do Sul, que reflete a prioridade que nossos países se atribuem reciprocamente e que vem sendo sublinhada desde o encontro entre os Presidentes Itamar Franco e Rafael Caldera, em Guzmania.

***Embaixador Burelli-Rivas,
Chanceler da Venezuela***

A Venezuela é um país de tamanho modesto; duas vezes o tamanho da Espanha, três vezes o tamanho da Itália, três vezes o tamanho da Grã-Bretanha, porém oito vezes menor que o Brasil em tamanho e oito vezes menor em população. A Venezuela tem, com essas dimensões, a média latino-americana, e tem, ademais, o desenvolvimento que corresponde a um país de nossa idade histórica, de nossa admirável mestiçagem social e que corresponde às circunstâncias de informalidade tropical. Somos um país de modestas proporções mas de imensas possibilidades.

Temos uma personalidade e uma identidade inconfundíveis. Um venezuelano não se confunde com outro latino-americano e a Venezuela tem uma gravitação histórica que não se pode ignorar. A revolução sul-americana foi a revolução de Caracas e a Venezuela assumiu a independência da América do Sul e a arrematou em Aiacucho com o desprendimento e a naturalidade própria do ser venezuelano. Foi também uma responsabilidade venezuelana dividir os recursos econômicos que o petróleo produziu numa proporção em que nunca nenhum outro país fez. Com o Caribe e a América Central, menos favorecidos que nós pela fortuna, há uma constância na cooperação técnica intensa que teve início em 1969 e não sofreu alteração, apesar de terem mudado os presidentes da Venezuela. Essa é a Venezuela na sua extroversão constante, na sua amizade permanente, no seu desejo de servir. A Venezuela assumiu, desde o princípio de sua história, um papel de servidora.

A concepção ibero-americana da Venezuela é a de uma unidade com o Hemisfério, concepção que a Venezuela teve desde Bolívar e Miranda. Os grandes nomes da Venezuela nunca pensaram em um país pequeno, mas na totalidade hemisférica. Miranda pensava na Colômbia, a América chamada Colômbia, em homenagem a Colombo; Bolívar nos ensinou que a América Ibérica é uma só. Nosso hino diz que a América existe como nação. Nós pensamos agora que somos pouco cada um de nós, enquanto não nos juntemos e não nos comprometamos, da maneira como três dos grandes venezuelanos do século XIX, Miranda, Bolívar e Bello, pensaram numa América unida.

Há oitenta anos o petróleo mudou o rumo histórico da Venezuela e produziu um desenvolvimento anormal do Estado. A filosofia jurídica

do petróleo na Venezuela, que determina que toda jazida mineral ou de *bitumenes* pertence ao Estado, não importa o dono do solo, mudou as coordenadas da sociologia e da política venezuelana. O Estado extrai o petróleo e, na distribuição, pouco a pouco caímos na corrupção e na ineficiência.

Tivemos um Estado rico e um povo pobre, que acreditava que era rico. Quando surgiu a corrupção e ocorreu a queda dos preços do petróleo, eclodiu uma crise na qual estamos envolvidos. Não é fácil interpretar a crise venezuelana porque é atípica: é uma crise de cultura política, é uma crise de percepção de vida.

Durante oitenta anos nos acostumamos a viver do petróleo e agora temos de voltar a uma cultura do esforço e abandonar a dependência do petróleo. Daí provém a crise em que estamos envolvidos e que se junta à crise universal que afeta cada país. A Venezuela não é um país derrotado ou confuso, embora neste instante deprimido por sua própria subestimação. De todos os países em crise, a Venezuela é, sem dúvida, o que tem a maior gama de recursos para sair da crise. Nosso petróleo, de todos os tipos, é quase inesgotável. O gás está por ser explorado quase em sua totalidade; o alumínio venezuelano está à flor da terra e em grandes quantidades; e o ferro nas montanhas. Temos a perspectiva de exploração de ouro, cujas reservas foram estimadas em duzentos bilhões de dólares. É necessário que se compreenda que o que se considera, no exterior, como a crise econômica da Venezuela, é a crise ética da Venezuela. A crise não é econômica, porque um país com semelhante conjunto de possibilidades não pode ter uma crise permanente. É uma crise que coincide com a crise do universo. O que ocorre é que o pessimismo dos venezuelanos nos faz acreditar que só a Venezuela está em crise.

Buscamos uma aproximação real com o vizinho maior porque entendemos que sozinhos podemos ser muito importantes, mas não somos tudo. Temos sido partidários entusiastas da integração em todas as frentes. Fomos militantes coerentes da ALALC; estamos na ALADI; estimulamos a integração centro-americana; somos membros do CARICOM e fundamos o Pacto Andino com a intenção de acelerar o processo de integração. Agora vimos, como culminação de um processo de amizade intensa com o Brasil, as possibilidades de uma ponte com o Mercosul. Sem abandonar o Pacto Andino, em dez anos vamos ter uma área de livre comércio com o Mercosul, que não é nada mais que a legalização da nossa cooperação com o Brasil. Nenhum processo de amizade entre

dois países tem, atualmente, a força que têm as relações da Venezuela com o Brasil.

O intercâmbio petrolífero, que demonstrou sua utilidade na crise pela qual o Brasil acaba de passar, pode nos levar a constituir amanhã a maior empresa do hemisfério, que se chamaria Petroamérica, com a fusão de Petróleos de Venezuela com a Petrobrás.

Escolhemos deliberadamente um vizinho com o qual vivemos toda a vida em paz. Todas as lembranças de nossa vizinhança com o Brasil são gratas. Ainda considerando que nosso tamanho e nossa população sejam muito menores, o Brasil pode utilizar a potencialidade da Venezuela para ampliar seus programas para o futuro. Esta é a oportunidade da Ibero-América, esta é a hora da América Latina, o momento em que temos que decidir por nós mesmos nosso futuro mundial. Até agora vivemos conturbados pela presença e influência de uma civilização tecnológica, muito importante e muito amiga, mas diferente de nós. Agora temos a possibilidade de nos identificar e de buscar no mundo aqueles que nos fundaram e que nos deram as matrizes da nossa cultura, religião e pensamento, que é a Europa, que está em condições de voltar a ser amiga da América Latina, depois que duas guerras mundiais separaram-na de nós. A influência de uma civilização diferente da nossa mudou nossos costumes, distorceu nossos hábitos e nos tornou confusos.

Para isso deve servir a amizade dos dois países, afim de que sejam Venezuela, Brasil e Colômbia as bases de uma nova humanidade que tenha perfis próprios e que possa se entender com os grandes blocos continentais, que é a maneira de decidir hoje a política universal.

**Neudo Campos,
Governador de Roraima**

Roraima fica na parte do Brasil inserida na Venezuela, na parte do Brasil que tem mais convivência com os venezuelanos. É a parte do Brasil que vive o seu dia-a-dia, que sentirá na pele toda a decisão que for tomada com relação a essa aproximação.

Os países da América Latina viveram um ao lado do outro sem perceberem a sua real importância. Hoje vivemos um novo clima, respiramos uma atmosfera diferente que não é um projeto de um governo, mas é a vontade de um povo. É a vontade de dois povos: o povo venezuelano e o brasileiro.

Com relação ao Mercosul, o Brasil tem um PIB de 450 bilhões de dólares, a Argentina em torno de 200 bilhões, o Uruguai 10 bilhões e o Paraguai 6 bilhões. O Brasil não pode ficar confinado a apenas quatro países no Mercosul. O Mercosul não deve ser um bloco limitado, mas um movimento que tende a se ampliar e a incluir os países que fazem fronteira com o Brasil. Prefiro ver o “sul” do Mercosul não como o sul do Brasil ou do Cone Sul, mas como o sul da América do Sul.

Em relação a área de livre comércio da América do Sul temos toda uma infra-estrutura. Temos uma estrada asfaltada que liga a Venezuela ao Brasil, a Boa Vista, até Caracará. Vivemos a situação de estarmos ligados à Venezuela sem estarmos ligados ao Brasil pelo asfalto. O futuro do Estado de Roraima está interligado ao da Venezuela. Essa consciência que existe no povo venezuelano, no povo brasileiro, se destaca no povo roraimense. O povo de Roraima, o Estado de Roraima, irá envidar todos os esforços no sentido de que essa proximidade se torne cada vez mais real, superando os entraves que atrapalham a nossa convivência através da vontade do povo venezuelano e da vontade da diplomacia brasileira.

Temos de decidir através de propostas concretas, como é o caso do “linhão” de Guri até Manaus. Para o meu Estado será um privilégio porque seremos atravessados de norte a sul por uma rede de energia. Vivemos hoje uma crise séria de racionamento na nossa capital e presenciamos o fornecimento absolutamente precário de todo o interior do nosso Estado. O linhão de Guri resolve o problema de Manaus e equaciona o problema energético não só de Boa Vista, mas de todo o Estado de Roraima.

O Brasil tem de ver que o Mercosul, tal como está, penaliza os Estados do Norte. Os Estados do Norte não têm nem ganho, nem inter-relação com o Uruguai, Paraguai e Argentina. Queremos o Mercosul mais próximo de quem está mais próximo de nós, como é o caso da Venezuela, da Colômbia, do Peru, das Guianas, que fazem fronteira conosco e que têm um potencial enorme. Isso haverá de trazer o desenvolvimento para a região amazônica.

***Amazonino Mendes,
Governador do Amazonas***

Se as fronteiras podem praticamente desaparecer entre países que não têm aproximação de identidade e de cultura, quanto mais entre países da América Latina e mais ainda entre países que têm a tônica amazônica, o sofrimento amazônico, a identidade amazônica. É inconcebível que um país amigo vizinho tenha energia sobrando enquanto seu parceiro sofre de racionamento.

Aderimos aos propósitos de um futuro “linhão” condutor de energia de Guri, atravessando o Estado de Roraima até Manaus. Esse linhão pressupõe ainda a possibilidade de uma linha de fibras ópticas, o que permitirá colocar toda a região em contato direto, de forma moderna e rápida, nas decisões e na comunicação.

A vocação econômica dos países em torno da linha do Equador é maior com o Hemisfério Norte do que com o Hemisfério Sul. O Brasil tem um gigante que é São Paulo. A Venezuela e demais países vizinhos, bem como o Caribe, nos permitem sonhar com novos tratados em busca dessa vocação econômica. O Mercosul, que é um entendimento de toda a América Latina, poderá ser ampliado com relação à nossa região. Acredito que, obedidas as circunstâncias, deveríamos implementar tais ideais através de tratados específicos. O primeiro teria de ser feito com a Venezuela.

***Almir Gabriel,
Governador do Pará***

Atendendo à área de Roraima e do Amazonas, é inquestionável que Guri proporcionará a possibilidade de se fornecer energia, sem nenhum problema ambiental, a Roraima e a Manaus.

A questão energética, na qual se inclui o petróleo, tem interesse específico para o Pará, na medida em que propugnamos a instalação em Barcarena, próximo a Belém, de uma refinaria com todas as condições para a utilização do petróleo venezuelano, considerando a dimensão dos portos e dos navios petroleiros. É preciso evitar, tanto quanto possível, a saída de recursos referentes ao Maranhão, Pará e Tocantins para a aquisição de derivados de petróleo. A essas razões se agrega uma terceira, cuja definição poderá ser encaminhada a curto prazo, que levaria a ligação da BR-174 até a Venezuela e, por via de Maués ou Parintis, chegaria a Itaituba e desceria para o centro do país.

Considero da maior importância que a integração não seja apenas uma integração de negócios, mas também uma integração política, afim de que a América Latina possa ter senão uma posição única diante do mundo, pelo menos homogênea. À medida que seja reforçada a unidade dos povos da América Latina, estaremos diante da Europa com uma possibilidade maior de crescimento e de desenvolvimento.

ARTIGOS

Venezuela e Brasil na Política Internacional: Um Ensaio Exploratório

Paulo G. Fagundes Visentini

“É certo que o livre comércio se erigia no estandarte dos vencedores, (e) que o modelo cepalista tinha perdido viabilidade diante da crise à qual conduziram a queda sustentada dos preços das matérias primas e o peso da dívida externa. Mas por que transformar em derrota incondicional o que não deixava de ser uma derrota parcial? Como Tayllerand na França de 1814, a maioria dos Governos latino-americanos consideraram que o desarmamento unilateral constituía a melhor via para superar a desconfiança do mundo industrializado para com a região e aceder, desta maneira, a um bom nível de credibilidade internacional. A ingenuidade foi grande. (...) A busca da regionalização dentro da globalização, quer dizer, do regionalismo aberto, transformou-se numa saída inescapável para sobreviver dentro das duras realidades do comércio internacional. A busca de uma integração regional ou hemisférica que nos brinde maiores opções de sobrevivência neste mundo darwiniano converte-se numa via inescapável”; Alfredo Toro Hardy, Embaixador da Venezuela no Brasil.

Introdução

Durante os anos 90, aprofundaram-se e aceleraram-se as transformações no sistema internacional, esboçadas na década de 70 e intensificadas na década seguinte. Pode-se considerar, mesmo, que episódios como a queda dos regimes socialistas do leste europeu, no segundo semestre de 1989, e a própria desintegração da União Soviética, em 1991, marcaram o fim da era do segundo pós-guerra e do próprio “século XX curto”, dando origem ao que o Presidente Bush denominou, no encontro de Malta, como a “Nova Ordem Mundial”.

Esse fenômeno conduziu a maioria das nações a buscar adequar-se rapidamente às transformações em curso, numa perspectiva demasiadamente fixada nos paradigmas formulados a partir dos países do Norte. Tal política trouxe resultados negativos para muitos países em desenvolvimento que, precipitadamente, consideraram esvaziadas as possibilidades da cooperação Sul-Sul. No caso do Brasil, felizmente, já se encontrava em curso a aproximação com a Argentina, a qual serviria de base para a constituição do Mercosul. Mesmo assim, outras possibilidades deixaram de ser devidamente aproveitadas.

No caso da Venezuela, a situação diferia substancialmente da do Brasil, uma vez que a economia daquele país possibilitava a tentativa individual de uma nova inserção internacional. A ilusão dos que acreditavam na viabilidade de tal estratégia, tanto na Venezuela como no Brasil, todavia, durou pouco.

As conseqüências sócio-políticas internas da implementação de reformas de cunho neoliberal em ambos os países, entretanto, tiveram aspectos negativos e, no caso da Venezuela, extremamente perigosos. Uma alteração de rumos foi inevitável para Caracas e Brasília, tanto no que se refere à inserção internacional de cada um, como, em particular, na relação de ambos, pautada desde então por um adensamento e pela coincidência de muitas perspectivas.

Nesse sentido, este “paper” objetiva discutir a situação e as possibilidades da Venezuela e do Brasil na busca de uma forma de inserção internacional, no quadro do atual processo de globalização econômica, que permita a cada um conservar o desenvolvimento alcançado e aprofundá-lo. Obviamente que tal perspectiva visa, em primeiro lugar, analisar a cooperação entre Brasil e Venezuela, no quadro das necessidades de cada um desses países na busca da internacionalização e do desenvolvimento.

Cabe ressaltar, entretanto, que este ensaio constitui apenas um trabalho exploratório, uma vez que foi elaborado em um tempo bastante exíguo, não se tratando portanto de uma pesquisa apoiada em fontes de acesso mais restrito, nem discutida diretamente com outros especialistas. Assim, sendo os leitores especialistas na política externa da Venezuela ou do Brasil, o texto não poderia deixar de ser senão um elemento introdutório para o desencadeamento de uma discussão mais aprofundada, objeto deste seminário.

Seu ponto de partida foram minhas investigações sobre o sistema internacional emergente e as relações exteriores do Brasil, bem como uma pesquisa sobre a situação política da Venezuela durante o segundo Governo Carlos Andrés Pérez, realizada para a Funag/MRE e publicada no caderno do IPRI nº 13. Gostaria, finalmente, de ressaltar que as opiniões expressas neste “paper” são de minha exclusiva responsabilidade, não representando necessariamente as posições do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

As políticas exteriores da Venezuela e do Brasil: continuidades e rupturas

A análise das atuais perspectivas da Venezuela e do Brasil no âmbito da política mundial, ainda que apoiando-se primordialmente nos instrumentos interpretativos da Ciência e da História Imediata (ou do Tempo Presente), os quais valorizam os fatos conjunturais e as ações dos homens de Estado, não pode prescindir do conhecimento de algumas estruturas de média e longa duração, nos limites das quais se circunscrevem as relações internacionais de ambos os países. As políticas exteriores da Venezuela e do Brasil independentes foram estruturalmente diferentes até período relativamente recente, e as relações entre os dois países quase inexistentes durante o século passado e a maior parte do atual.

A Venezuela teve sua diplomacia fortemente condicionada pelo seu passado colonial, de periferia no conjunto das possessões espanholas, mas constitui-se num dos centros irradiadores do processo de independência colonial. Entretanto, até o início do século XX, o país não havia ainda concluído a construção do Estado Nacional. Uma população rarefeita e desigualmente distribuída trabalhava numa precária economia primário-exportadora, enquanto o caudilhismo e as lutas internas marcavam a vida da elite agrária e militar. Com tal debilidade e instabilidade interna, a Venezuela foi um ator bastante modesto nas relações internacionais, perdendo, inclusive, boa parte do território nacional para os Estados vizinhos e para a potência colonial inglesa, através da demarcação desfavorável das fronteiras contestadas. O resultado só não foi pior devido à rivalidade existente entre os Estados Unidos e as potências européias durante o século passado e no início deste, como no episódio da tentativa de intervenção européia em 1902.

Durante esse período, a Venezuela não possuiu nenhuma vinculação internacional privilegiada. Entretanto, ao longo da ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935), iniciou-se a prospecção petrolífera em escala econômica (ligada ao capital estrangeiro); construiu-se uma infraestrutura viária e o Estado foi dotado de uma administração centralizada. O Estado Nacional consolidava-se e o ciclo exportador petrolífero criava vinculações privilegiadas com os Estados Unidos.

O Brasil, por seu turno, constitui o único herdeiro da América portuguesa, dotado de um Estado centralizado e de continuidade diplomática com relação ao período colonial, particularmente quanto à expansão territorial, que se estendeu até a primeira década do século XX. Além disso, o processo de emancipação do Brasil pautou-se por fortes traços de continuidade conservadora, ao contrário do caráter consideravelmente revolucionário da independência venezuelana. Quanto à inserção econômica internacional, o Império brasileiro caracterizou-se pela dependência frente à Inglaterra, enquanto na região do Prata desenvolvia-se uma luta conjunturalmente autônoma por seus próprios interesses, disputando a hegemonia regional com a Argentina.

A transição que acompanhou a proclamação da República (1889) e, sobretudo, a gestão Rio Branco no Itamaraty (1902-12) iniciam uma nova fase na política externa brasileira. Uma vez fixadas (favoravelmente) as fronteiras litigiosas do país, completando-se a formação do espaço geopolítico, a diplomacia passa a buscar a inserção brasileira no contexto hemisférico, através da “aliança não-escrita” com Washington. Assim, até o fim dos anos 50 as relações exteriores do Brasil estarão voltadas essencialmente para os Estados Unidos.

É importante notar que durante esse período, caracterizado pela unipolaridade vertical Norte-Sul sob hegemonia norte-americana, o país chegou a esboçar uma política externa relativamente autônoma frente à Casa Branca, sob a forma de uma “barganha nacionalista”, visando obter recursos para o desenvolvimento industrial. Isto se deu através da tentativa de se estabelecer um relacionamento mais favorável com os EUA, seja pela “equidistância pragmática” de Vargas nos anos 30, seja pelo nacionalismo de perfil desenvolvimentista de seu segundo governo (1951-54) e do Governo Kubitschek, após o desencadeamento da Operação Pan-Americana (1958-61) (Visentini, 1995).

A Venezuela, por sua vez, ao longo de meio século, conheceu apenas uma curta experiência democrática, o triênio, estabelecendo-se em seguida a ditadura do General Marcos Pérez Giménez, estreitamente vinculada aos Estados Unidos. Durante esse regime, o país chegou a ser o segundo produtor mundial de petróleo, estabilizando-se as relações entre os diversos setores da elite sócio-econômica. Contudo, o notável desenvolvimento econômico foi marcado por profundas distorções setoriais, regionais e sociais. Em 1958, o regime militar foi derrubado e o poder civil estruturou-se através do *Pacto de Punto Fijo*, o qual estabelecia os parâmetros de uma democracia de fortes contornos populistas e baseada num sistema essencialmente bipartidário. A Ação Democrática (AD, de orientação social-democrata) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei, de tendência democrata-cristã) alternaram-se no poder, sem mudar as estruturas essenciais do país, respeitando o que fora acordado no Pacto.

A política externa venezuelana teve, desde então, como um dos seus pilares, a defesa dos regimes democráticos no continente (a “Doutrina Betancourt”). Tal princípio levou o país a alinhar-se ou a divergir dos Estados Unidos dependendo da situação conjuntural do Hemisfério. No plano econômico, porém, as relações entre os dois países foram bastante estreitas. Contudo, há que ressaltar que a democracia venezuelana necessitava da valorização de seu principal recurso gerador de divisas, o petróleo, para manter o desenvolvimento econômico e assegurar a estabilidade política.

Qual foi a reação dos Estados Unidos face às demandas de Caracas com relação a essa questão? A indiferença foi a resposta norte-americana. Como lembra Báez, frente a ela “a Venezuela adota um curso de ação internacional de alto conteúdo nacionalista”. O objetivo é alcançar, como descrevera Rómulo Betancourt, uma modificação da situação na qual ainda segue “pendendo sobre a Venezuela esta espécie de espada de Damocles, do que unilateralmente se resolva na Casa Branca” sobre o petróleo venezuelano. A política de nacionalismo democrático iniciada pelo Presidente Rafael Caldera (1969-1974) alcança expressão em decisões para lograr a fixação unilateral por parte da Venezuela dos preços de seu petróleo, a nacionalização do gás e as leis para regular a reversão das concessões. A atividade internacional venezuelana se encaminha pela via do fortalecimento de sua capacidade de decisão autônoma. Reduz-se

o nível de tensão em relação a Cuba e se procura intensificar o intercâmbio com os países do bloco soviético” (Báez, 1984, pp.551-2).

Na década de 70, com a valorização do preço do petróleo pela Opep (da qual a Venezuela era membro destacado), o país logrou aprofundar seu desenvolvimento econômico e atuação internacional. O apogeu dessa fase deu-se com a primeira administração Carlos Andrés Pérez, de 1974 a 1979, quando os setores do petróleo, aço e cobre foram nacionalizados. A Venezuela passou a atuar ativamente na política internacional: no plano mundial, através do Movimento dos Países Não-Alinhados, e, no plano hemisférico, com a criação do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela, sediado em Caracas) e procurando ocupar o papel de potência regional, estendendo sua influência no Caribe e na América Central.

A ação diplomática venezuelana projetou o país e seu presidente ao primeiro plano (Pérez era também membro ativo da Internacional Socialista). Internamente, o país atingiu sua melhor performance econômica, social e de estabilidade política. Apesar disso, o intenso ativismo internacional de Caracas era sustentado mais por uma conjuntura extremamente favorável do que por fatores estruturais, pois as administrações Herrera Campins (Copei) e Jaime Lusinchi (AD) já tiveram que enfrentar crescentes problemas entre 1978 e 1989.

O conflito centro-americano (desde fins dos anos 70), a Guerra das Malvinas (1982) e a intervenção norte-americana em Granada (1983), perturbaram fortemente a região de projeção da diplomacia venezuelana e as relações hemisféricas com a crise da Oea. Além disso, o forte consenso bipartidário em termos de política externa se enfraquece a partir da administração Herrera, acusada de pró-norte-americana, apesar de que, após o episódio do Atlântico Sul, cresceram as divergências com Washington. Finalmente, aumentam também as tensões com a Guiana com relação ao território de Essequibo.

Com relação ao Brasil, até então o relacionamento havia sido marcado primeiro pela indiferença e depois pela assincronia. Enquanto o Brasil mantinha uma postura diplomática calcada no nacionalismo desenvolvimentista nos anos 50, a Venezuela vivia sob a ditadura pró-norte-americana de Pérez Giménez; logo depois da redemocratização, Caracas conheceu ainda uma fase de identidade com os EUA (devido à

questão cubana), enquanto Brasília desenvolvia a Política Externa Independente, a qual teria possibilitado o acercamento dos dois países; finalmente na segunda metade dos anos 60 e na década de 70, quando a Venezuela expressava-se na política internacional através da autonomia de sua diplomacia e pela defesa da democracia, o Brasil conhecia o regime militar de Segurança Nacional, o qual atuava no plano mundial primeiro em alinhamento automático face aos EUA e, depois, através de uma política de potência na América do Sul, o que despertava os temores venezuelanos. Foi apenas nos anos 80 que a política exterior dos dois países propiciou condições de cooperação e perspectivas comuns.

O que vem a ser profundamente irônico é que a precoce experiência da Política Externa Independente brasileira (1961-64) possuía perspectivas bastante semelhantes com a posterior diplomacia de cunho autônomo dos Presidentes Rafael Caldera e Carlos Andrés Pérez (1968-79). Mas, a partir de 1974, o Pragmatismo Responsável do Presidente Ernesto Geisel retomará, em seus aspectos essenciais, uma estratégia nitidamente baseada na Política Externa Independente. Assim, desde 1961, as relações exteriores do Brasil entraram em sua terceira fase, a da multilateralização num sistema mundial de hegemonias em desgaste. Tal período caracterizou-se pela inflexão rumo a uma diplomacia de âmbito mundial e multilateral, superando-se a dimensão hemisférica exclusivamente sob hegemonia norte-americana. Neste sentido, o Governo Castelo Branco teria sido apenas, na expressão de Amado Cervo, “um passo fora da cadência”.

O que, sem dúvida, levou o Governo Geisel a realizar uma diplomacia quase com o mesmo perfil daquela contra a qual os militares haviam arremetido em 1964, foi o impacto que o primeiro choque petrolífero teve sobre a economia e, mesmo, sobre o projeto brasileiro de desenvolvimento. Tal impacto produziu resultados opostos aos sofridos pela economia venezuelana. Contudo, ainda que o “pragmatismo responsável” tivesse um perfil semelhante ao da diplomacia de Caracas do mesmo período, por razões de “política de potência” característica dos militares, bem como pelas demandas inerentes aos reajustes então introduzidos no modelo de desenvolvimento, a política externa de Brasília não priorizou o espaço latino-americano desde o início. Somente em 1978, com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, e o início da busca de entendimento com a Argentina na questão das barragens do

Rio Paraná (que só avançará no Governo Figueiredo), é que o enfoque começa a alterar-se e a Venezuela passa a constituir um objetivo sistemático da política externa brasileira.

Os anos 80: problemas e perspectivas em convergência

As relações Brasil-Venezuela e a inserção internacional de ambos durante os anos 80, apesar de expressarem visíveis pontos de convergência, não atingiram a intensidade que poderia ter sido obtida. Com os problemas do início da década, como o recrudescimento do conflito centro-americano durante a administração Reagan (tornado um *affair* da Guerra Fria), a Guerra das Malvinas e a intervenção em Granada, a Venezuela reagiu articulando o Grupo de Contadora em 1983, juntamente com o México, a Colômbia e o Panamá, com vistas a alcançar uma solução política para as tensões sub-regionais. O Brasil, ainda que modestamente, apoiou tal iniciativa e, posteriormente, veio agregar-se à iniciativa através do Grupo de Apoio a Contadora. Além disso, Brasília e Caracas possuíam uma percepção comum com relação a muitos problemas políticos mundiais.

No campo econômico, entretanto, pouco avanço fora logrado. O Tratado de Cooperação Amazônica ainda não frutificara e o processo de integração não avançara. Como lembram Barbosa e César, “em meados dos anos 80, ao mesmo tempo em que a democratização fazia grandes progressos no continente, a marcha do processo integracionista na América Latina parecia não conseguir superar a dimensão da retórica bem intencionada. Num mundo em acelerada transformação econômica e tecnológica, os países membros da Aladi passavam por uma severa crise de ajustamento externo, o que induzia políticas de cunho protecionista e a redução sensível do comércio intra-regional. Na realidade, pode-se afirmar hoje que, naquele momento, desenvolvia-se uma sutil, algumas vezes explícita, oposição ao aprofundamento dos mecanismos de natureza multilateral regional. A necessidade premente de buscar divisas fortes relegava a segundo plano compromissos idealistas contraídos no começo da década. Em suma, o continente, ainda apegado ao modelo de substituição de importações, parecia continuar seu caminho na contramão das tendências mundiais” (Rubens Barbosa e Luís Paneli César, “A Integração Sub-regional, Regional e Hemisférica: o Esforço Brasileiro” de Fonseca Jr. e Castro, 1994, p.292).

Embora o segundo choque petrolífero (na passagem dos anos 70 aos 80) tenha causado um impacto diferente em ambos os países, sendo um exportador e outro importador de petróleo, na década de 80 a situação da Venezuela e do Brasil apresentará traços comuns. As flutuações de preço do petróleo (que voltou a cair em meados da década) e a excessiva dependência venezuelana em relação à exportação desse produto faziam com que os efeitos econômicos positivos fossem apenas conjunturais, persistindo os problemas estruturais.

Um dos problemas comuns para os dois países foi a crise da dívida externa, desencadeada pela acentuada elevação das taxas de juros ocorrida no início da década. Em 1982 e 1983 o Brasil enfrenta uma severa recessão que o obriga inclusive a suspender temporariamente o reembolso da dívida externa. A Venezuela, devido as vantagens iniciais da elevação dos preços do petróleo, conseguiu fazer frente ao agravamento da crise da dívida por mais tempo que o Brasil mas, em 1988, também teve de suspender temporariamente o pagamento das dívidas internacionais.

Abstraindo-se esses fatores localizados (embora de caráter estrutural), o que se percebe são as crescentes dificuldades do modelo de substituição de importações, que atingem ambos os países. Não se trata essencialmente do esgotamento deste projeto enquanto tal, mas de sua progressiva incapacidade de responder às transformações em curso na economia internacional. A instabilidade macroeconômica, causada imediatamente pelos choques petrolíferos e pela crise da dívida, insere-se no processo mais amplo da Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Tecno-Científica. Essa, desencadeada a partir dos anos 70 e intensificada na década de 80, provocou uma mudança significativa na distribuição geográfica das vantagens comparativas reais ou potenciais em escala mundial.

A aceleração e aprofundamento do processo de globalização, que ampliavam o escopo espacial da organização da atividade das empresas, não poderiam deixar de produzir tensões no sistema multilateral de comércio e desafiar os “projetos nacionais de desenvolvimento”. A crise energética e da dívida externa, neste sentido, eram apenas parte de uma reestruturação mais ampla. Desta forma, os anos 80 serão caracterizados pela postura defensiva e pela resistência, cada vez mais difícil, dos modelos de substituição de importações em muitos países da América Lati-

na. Assim, um problema comum, ironicamente, afastava países como Brasil e Venezuela de uma cooperação mais estreita e, mesmo, do caminho da integração.

No plano político, contudo, as relações entre Brasília e Caracas foram marcadas por uma convergência progressiva. Embora a crise centro-americana e as tensões no Caribe afetassem mais diretamente a Venezuela, também o Brasil começa a preocupar-se, desenvolvendo uma postura comum na busca de uma solução política para a questão, evitando que evoluísse como parte do confronto Leste-Oeste. Além da participação no Grupo de Apoio a Contadora e nas gestões unilaterais da diplomacia brasileira nesse sentido, o Governo Figueiredo envolveu-se mais diretamente no problema do Suriname, evitando que também esse país fosse tragado pelo “redemoinho caribenho-centro-americano”.

Outro fator responsável pelo relaxamento e convergência das relações Brasil-Venezuela foi o processo brasileiro de redemocratização, o que solidificou a confiança venezuelana na diplomacia do Itamaraty, a qual, a bem da verdade, não sofreu alterações qualitativas na transição do regime militar para a “Nova República”. Aliás, as redemocratizações ocorridas também na Argentina e Uruguai, quase simultâneas à brasileira, fizeram com que a política exterior da Venezuela se concentrasse nos temas da diplomacia econômica e da questão da América Central e Caribe.

Embora o Governo Lusinchi tenha mantido uma posição inicialmente reservada (e mesmo ambígua) quanto à Iniciativa de Cartagena, provavelmente esperando um tratamento privilegiado para o reescalamento da dívida externa, a Venezuela logo se somou aos demais países signatários. Quanto ao problema centro-americano, a diplomacia venezuelana expressou sua grande preocupação com o perfil intervencionista da política externa norte-americana para a região, posição bastante próxima da brasileira. Finalmente, nas questões de âmbito planetário (sobretudo as relativas ao mundo em desenvolvimento), envolvendo organizações como as Nações Unidas, o Grupo dos 77 e o Movimento dos Países Não-Alinhados, as posturas venezuelana e brasileira coincidiram em seus traços gerais, tendendo a expressar uma voz de liderança dos países do Terceiro Mundo no quadro do antagonismo Norte-Sul (Medina, 1985: p.81).

“As Grandes Reviravoltas”: as estratégias neoliberais

Em 1989, Carlos Andrés Péres (CAP) retorna ao poder na Venezuela, prometendo a “volta aos bons tempos”, uma vez que seu primeiro mandato ficara caracterizado como o apogeu do modelo. Um ano depois, Fernando Collor de Mello assumia a presidência no Brasil (na primeira eleição direta desde 1960), apregoando o “início de novos tempos modernizadores”. Ao mesmo tempo, o mundo era abalado pela queda espetacular dos regimes socialistas do Leste europeu, pelo episódio da Praça Tiannamen e pela acentuada redução do papel internacional da União Soviética (logo por sua própria desintegração).

A Guerra Fria e o sistema bipolar chegavam a seu fim, enquanto o triunfo do neoliberalismo era apontado como o principal signo da nova ordem internacional emergente. O brusco deslocamento diplomático e econômico ocorrido, então, no sistema mundial perturbou os parâmetros de inserção dos países do Terceiro Mundo, com impactos imediatos na América Latina. Assim, o contexto em que ocorreu a implantação dos novos Governos condicionou fortemente suas opções, fazendo com que homens politicamente tão diferentes como Collor de Mello e Andrés Pérez adotassem estratégias semelhantes.

Poucas semanas após assumir o poder, CAP surpreendeu os venezuelanos com “a grande reviravolta”, a aplicação de um pacote de medidas econômicas de cunho liberalizante, na perspectiva aconselhada pelo Fundo Monetário Internacional. As conseqüências sociais, políticas e psicológicas do brutal conjunto de medidas levou grande parte da população venezuelana a reagir de uma maneira inesperada, com o desencadeamento de uma verdadeira insurreição civil em 27 de fevereiro de 1989 (“27 F” ou *caracazo*), que se prolongou por alguns dias por todo o país, deixando centenas de mortos (detalhes sobre o governo CAP em Visentini, 1994).

O 27 F constituiu, talvez, a verdadeira “grande reviravolta”, uma advertência não apenas para a Venezuela, mas para todas as nações da América Latina que se lançavam pela senda neoliberal. Contudo, a ajuda emergencial recebida do exterior e a repressão permitiram contornar os aspectos mais graves do preocupante evento, e a espetacular evolução dos acontecimentos internacionais do ano de 1989 logo o obscureceram. O aumento do preço do petróleo, na esteira da invasão do Kuwait

pelo Iraque, em agosto de 1990, permitiu à Venezuela uma relativa recuperação macroeconômica, parecendo afastar o fantasma do *caracazo*. A estabilidade, entretanto, era apenas aparente.

No Brasil, o novo governo parecia mais disposto a reverter o quadro do “qüinqüênio perdido da década perdida”, no qual a instabilidade macroeconômica aprofundara o declínio da competitividade brasileira, do que a atentar para o problema que a Venezuela enfrentara, e daí tirar os devidos ensinamentos. Aliás, a situação de dificuldades vivida durante o Governo Andrés Pérez poderia ser considerada como uma *avant-première* da futura crise mexicana. Mas a leitura que o Governo Collor fazia do fim da Guerra Fria era a de um triunfo absoluto dos Estados Unidos e do modelo neoliberal. Diante da brusca alteração do cenário internacional, tornou-se urgente adequar-se às novas condições, preparando-se para um novo acercamento com o Norte.

As reformas promovidas no Brasil iam na mesma direção que as da Venezuela. Como lembra, em sua cáustica avaliação, o falecido Embaixador Paulo Nogueira Batista, “o temperamento de Collor — seu voluntarismo, sua impaciência — daria ao alinhamento brasileiro ao Washington Consensus algumas características pessoais que disfarçariam a origem externa do programa presidencial. O ex-presidente imprimia à abertura unilateral do mercado brasileiro um ritmo muito mais veloz, por exemplo, do que o adotado no México, que começou na presidência de Miguel de La Madrid e só se completaria na de Salinas de Gortari”.

Prosseguindo em sua análise, Nogueira Batista argumenta que “de um só golpe, Collor eliminou todos os obstáculos não-tarifários e iniciou um processo de redução acelerada das barreiras tarifárias. Tudo isso em plena recessão e sem a preocupação de buscar contrapartidas para os produtos brasileiros nos mercados externos nem de dotar o país de um mecanismo de salvaguardas em relação às práticas desleais de comércio de nossos competidores. Trata-se exatamente do contrário, portanto, do que fizeram os países plenamente desenvolvidos em que Collor pretendia se inspirar e cujo processo de abertura comercial, limitado aos produtos industriais, se fez ao longo de quatro décadas e de numerosas rodadas de negociações no âmbito do Gatt, à medida que suas economias se expandiam, com base na estrita reciprocidade e acompanhadas, desde sempre, por mecanismos de salvaguardas comerciais” (Batista, 1993:p.110).

Os impactos econômicos e sociais desses processos paralelos logo tiveram conseqüências político-institucionais sérias, culminando com o *impeachment* de Collor em 1992 e o de Andrés Pérez em 1993. As acusações de corrupção, que formalmente propiciaram o afastamento de ambos, na verdade encobriam um complexo e emaranhado conflito de interesses político-econômicos, deflagrados com a brusca abertura externa da economia e os correspondentes ajustes internos. No caso brasileiro, tal processo foi conduzido dentro de um quadro de estabilidade institucional, e o Vice-Presidente Itamar Franco promoveu expressiva alteração na política externa e na estratégia de abertura econômica. Na Venezuela, a inviabilização do governo CAP ocorreu de forma bastante acidentada, com duas tentativas de golpe de Estado em 1992 (o 4 F e o 27 N), forte agitação social e progressiva desagregação do regime político estabelecido em 1958 com o Pacto de Punto Fijo. Além disso, o *impeachment* só ocorreu alguns meses antes das eleições que transcorriam um ano antes da brasileira.

Enquanto na Venezuela o obstinado governo CAP tentou até o último momento manter seu projeto, adaptando-o a pequenas alterações e promovendo com habilidade determinados recuos táticos, no Brasil o quadro foi mais complexo e contraditório. País dotado de uma economia bastante diversificada, portadora de interesses múltiplos, a aplicação do projeto neoliberal e da ampla abertura externa teve contratendências poderosas. Como ressaltam Tavares e Fiori, “tanto a resistência à mudança como as dificuldades de coordenação para avançar têm suas raízes profundas no sucesso do *modelo passado*, que permitiu a convivência e heterogeneidade estrutural dos grupos econômicos brasileiros, das mais distintas origens, sua grande dispersão setorial, pequena escala e baixo grau de conglomeração. Na ausência de alianças estratégicas entre si e com o sistema financeiro, os grupos econômicos têm recorrido ao acesso privilegiado do Estado para defender seus interesses particulares ...” (Tavares e Fiori, 1994: p 108). Assim, o Brasil de Collor e, em maior medida, o de Itamar Franco avançaram através de respostas contraditórias, mantendo os impasses de longo prazo.

Essas “digressões” sobre a estratégia liberalizante são fundamentais para a compreensão da política exterior de ambos os países. No âmbito das questões acima analisadas, o elemento mais importante foi, sem dúvida, a aproximação Brasil-Argentina, iniciada pelos Governos

Sarney e Alfonsín. Durante o Governo Collor, esse processo de integração bilateral foi aprofundado e ampliado, com a criação do Mercosul, com a incorporação do Uruguai e Paraguai. Essa experiência reveste-se de particular importância para as relações presentes e futuras entre os países sul-americanos. Segundo Rubens Barbosa e Luiz Panelli César, “o aprofundamento e a aceleração do processo de integração bilateral foram, em grande medida, estimulados pelo novo clima de liberalização econômica e de abertura externa observado em ambos os países no período recente. Mas, é preciso também notar que o processo negociador da integração ocorre num momento particularmente difícil nos cenários interno e externo, marcado por ensaios sucessivos de ajuste econômico anti-inflacionário e por uma conjuntura internacional especialmente severa para com a América do Sul” (Barbosa e César, op. cit. pp. 294-5).

Como analisar uma iniciativa como o estabelecimento do Mercosul nos marcos de uma estratégia liberalizadora então corrente? A vigência de interesses e o sucesso do modelo anterior, como foi mostrado acima por Tavares e Fiori, certamente constituem um argumento de peso. Além disso, há que agregar o elemento estrutural, estudado em profundidade por Amado Cervo na obra “O Desafio Internacional: A Política Exterior do Brasil de 1930 aos Nossos Dias”, que consiste no fato de que as relações internacionais brasileiras tiveram, desde Vargas, uma concepção dominante de *política externa para o desenvolvimento* (Cervo, 1994: p. 53s). Ainda que afetado pelas oscilações e alterações que caracterizaram os diversos Governos, o Itamaraty tornou-se uma espécie de guardião de um projeto nacional, no qual as relações exteriores constituíam um fator estratégico para o desenvolvimento econômico.

Em vários momentos, o Itamaraty desenvolveu uma “atuação compensadora” (expressão do Embaixador Nogueira Batista), evitando maiores danos à projeção internacional de longo prazo e ao processo de desenvolvimento, durante algumas conjunturas politicamente desfavoráveis. Tal foi o caso, por exemplo, do ocorrido no Governo Collor pois, entre outras ações, “o acordo 4+1 entre os integrantes do Mercosul e os Estados Unidos (...), pode ser apontado como outro exemplo da engenhosidade do Itamaraty na salvaguarda da integridade do Mercosul, ameaçada que estava pela tentação de alguns de seus membros de negociar bilateralmente com os EUA, no quadro da Iniciativa Bush, sobre matérias objeto do Tratado de Assunção” (Batista, op. cit, p. 122).

Uma das constatações que se pode fazer é que a partir daqui se tornará cada vez mais presente a dialética globalização-regionalização, pois a ampliação espacial em escala planetária da atividade empresarial desenvolveria um mecanismo compensatório ante esse processo avassalador, através do crescente interesse em promover arranjos minilaterais de preferências comerciais (cfe. Fritsch, in Velloso, 1994: p. 216). Isso diz respeito tanto aos pólos hegemônicos do Primeiro Mundo, com a constituição dos chamados megablocos, como a determinados países em desenvolvimento, como é o caso do Mercosul.

A Venezuela, por sua vez, também seguiu um caminho semelhante. Durante o Governo Andrés Pérez foram empreendidas uma série de iniciativas de integração sub-regional. Além de sua vinculação ao Pacto Andino, Caracas atuou intensamente no Grupo dos Três, conduziu um processo de abertura recíproca com a Colômbia, assinou em 1992, com os países-membros do Caricom, o Acordo sobre Comércio e Investimento, além de haver sido um dos proponentes das iniciativas conhecidas como Compromisso de Caracas e Declaração de Caracas, ambas de fevereiro de 1993. O Compromisso de Caracas estabeleceu as bases para o desenvolvimento de projetos de cooperação entre o G-3 e os países centro-americanos, enquanto a Declaração de Caracas lançou os fundamentos para o estabelecimento de um Acordo de Livre Comércio entre Venezuela e Colômbia, de um lado, e Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador e Guatemala, de outro.

Todas estas iniciativas de integração sub-regional, entretanto, sofreram o impacto do Nafta, que passou a exercer enorme influência sobre os países do norte da América do Sul, como Venezuela e Colômbia, além, é óbvio, de absorver o México. A primeira consequência foi que o G-3 iniciou um processo de adiamento do seu cronograma original, bem como de alteração dos próprios objetivos do agrupamento (a desgravação tarifária poderá estender-se por um período de até 15 anos). Além disso, no tocante ao Grupo Andino, notam-se tendências ao esvaziamento e à fragmentação, com as dificuldades em se estabelecer a Tarifa Externa Comum, a busca da Bolívia de um acercamento em relação ao Mercosul, bem como do Equador ao G-3 e a “suspensão temporária das obrigações” assumidas pelo Peru no Grupo.

Evolução diferente será conhecida pela Iniciativa Amazônica, analisada adiante. Aliás, alguns problemas amazônicos localizados obriga-

ram o Brasil e a Venezuela a aproximar-se já durante as administrações Collor e CAP. Esses problemas diziam respeito, sobretudo, à expansão do garimpo clandestino no norte do Brasil, os quais franqueavam a insuficientemente demarcada fronteira entre os dois países. Os inúmeros incidentes ocasionados produziram atritos entre Caracas e Brasília, obrigando as autoridades de ambos os países a realizarem vários encontros, o que veio a ser positivo.

A recente cooperação Brasil-Venezuela e suas potencialidades

As relações Brasil-Venezuela serão intensificadas durante as administrações Itamar Franco (iniciada em fins de 1992) e Rafael Caldera (empossado no início de 1994). A estratégia brasileira de “temperar” a abertura externa, desde o estabelecimento do governo encabeçado pelo Vice-Presidente, e a redefinição do panorama político venezuelano, que culminou com o retorno de Rafael Caldera ao poder, constituíram fatores decisivos para esse acercamento. Outro elemento que merece ser destacado é a evolução do cenário internacional, particularmente na esfera econômica. Nesse aspecto, a afirmação do Nafta e a pouca eficácia lograda pela maioria das políticas de reinserção internacional da quase totalidade dos países em desenvolvimento na Nova Ordem Mundial, bem como os fortes efeitos desestabilizadores produzidos por esta, representaram as questões decisivas.

Pode-se afirmar que o primeiro passo que propiciou o estabelecimento de uma cooperação mais sistemática entre Brasil e Venezuela foi a Iniciativa Amazônica, lançada pelo Presidente Itamar Franco em Buenos Aires, durante o encontro do Grupo do Rio (dezembro de 1992). Brasília manifestava interesse em ampliar as fronteiras econômicas e comerciais da região, dinamizando a aproximação com os países setentrionais da América do Sul, e nela envolvendo os Estados amazônicos brasileiros. Em 1991, o Pib dos países do Grupo Andino, da Guiana e do Suriname foi de US\$ 171 bilhões, enquanto no mesmo período suas exportações alcançavam uma cifra de US\$ 29 bilhões. Além disso, esses países afirmaram-se como importantes parceiros comerciais com o Brasil, interessando-se em colocar alguns de seus produtos industrializados e absorver petróleo da Venezuela e Equador, carvão térmico colombiano e gás produzido por Peru e Bolívia.

A Iniciativa propôs a elaboração de Acordo de Cooperação Econômica com cada um dos países da região amazônica no marco da Aladi. Isso, certamente, estabelece bases realistas e pragmáticas para a cooperação sub-regional. Mas, ao lado desses aspectos econômico-quantitativos, há que observar uma política de longo alcance. Uma vez consolidado o Mercosul, tornava-se necessário ampliar o processo de integração para o âmbito sul-americano como um todo. A América do Sul, além de constituir nosso ambiente geográfico e circunstância política, passou a ocupar o primeiro lugar em nossa parceria comercial, seguido pela União Européia e, depois, pelos Estados Unidos.

Nesse contexto, o Chefe de Estado brasileiro lançou, em outubro de 1993, a iniciativa da Área de Livre Comércio Sul-Americana que, ao longo dos próximos dez anos, deverá desgravar praticamente todo o comércio, a partir de 1995. “A Alcsa resultará, portanto, da articulação entre os processos de integração em curso na América do Sul e deverá envolver também a participação do Chile. A nova Zona de Livre Comércio estimulará, por sua vez, a aproximação das experiências integracionistas na América do Sul com os esquemas de livre comércio e de integração de outras áreas do Hemisfério americano, assim como de outras regiões do mundo” (Ministério das Relações Exteriores, 1994: p.35). Os entendimentos bilaterais com a Venezuela e a Colômbia, atualmente em curso, já se inscrevem nos marcos da Alcsa, a qual foi adotada pelo Mercosul como proposta coletiva. Assim, as atuais negociações com o Chile e a Bolívia envolvem o conjunto do Mercosul, de um lado, e o restante das nações sul-americanas de outro, em grupo ou individualmente.

No contexto dessa política de ampliação da integração, fomentada originalmente pelo Brasil, a cooperação com a Venezuela afigura-se como elemento fundamental. Isto se deve à complementaridade existente entre os dois países, à estratégica posição particular ocupada pela Venezuela na confluência dos diversos processos de integração sub-regional e, talvez o mais importante de tudo, à identidade de percepções, necessidades e objetivos esboçados pelos dois países nos marcos dessa ampla problemática. Após saudar a criação do Nafta, o Presidente Itamar Franco reafirmou, em correspondência aos demais membros do Mercosul, a “disposição de negociar sempre em conjunto quaisquer acordos de cooperação com outras áreas de comércio” (Ibid, p.36).

Essa percepção da importância da integração latino-americana como forma de negociação coletiva aparece de forma ainda mais explícita no discurso das autoridades venezuelanas. O Embaixador venezuelano no Brasil, Alfredo Toro Hardy, argumenta que “a idéia de um Mercosul ampliado com vistas a sua conversão em uma Área Sul-Americana de Livre Comércio se coloca não apenas como a melhor saída, senão virtualmente a única, pelo menos num futuro próximo” (II Foro Mercosur-Nafta, 1994: p. 67).

Na mesma linha de raciocínio, Oscar Hernandez, Conselheiro da Embaixada da Venezuela no Brasil, após destacar a importância da América Latina para a economia mundial e para os Estados Unidos, conclui que Washington tem interesse em articular uma integração hemisférica a partir do Nafta. Mas, para tanto, deseja negociar com nossos países temas como propriedade intelectual, normas de investimento, comércio e meio ambiente, bem como as questões ligadas ao chamado *dumping social*. Segundo o diplomata, nossos interesses são “muito mais vulneráveis e manejáveis quando se trata de uma negociação bilateral, que poderia ser a dificuldade ou a fortaleza em uma negociação multilateral. Aí pode dar-se uma desvantagem para o Chile caso venha a empenhar-se em negociar só”. Depois de desmistificar o Nafta, idealizado por países que nele pretendem ingressar individualmente, afirma que esse “só poderia ampliar-se com a criação do Safta, o que quer dizer que só negociaríamos quando estivéssemos prontos, não havendo integração hemisférica até que os países sul-americanos estejam em condições de negociar com o Nafta” (Ibid, pp. 79-80).

A posição da diplomacia venezuelana é reforçada por Sebastian Alegrett, Embaixador de seu país na Oea, ao considerar que “a formação de uma zona de livre comércio desde o Alasca até a Patagônia pode demorar ainda algum tempo. Mas é muito o que se pode avançar na negociação de bases comuns para um entendimento sobre as regulamentações que afetam a economia, os negócios e o comércio, afim de ir-se criando uma transparência maior nas relações hemisféricas e as condições indispensáveis de segurança para seu desenvolvimento. Enquanto isto ocorre, os países latino-americanos devem empreender decididamente, e o quanto antes, sua própria integração, o que facilitará e seguramente contribuirá para que a futura integração continental se produza em condições de menor assimetria e maior equidade” (Ibid, pp. 35-6).

O relacionamento Brasil-Venezuela, todavia, não se pautava apenas pela perspectiva comum acima mencionada. Depois de um gradual acercamento, ocorreu o salto qualitativo na cooperação bilateral, com a assinatura do Protocolo de Guzmania, em março de 1994, durante encontro dos Presidentes Rafael Caldera e Itamar Franco. No referido documento, os dois mandatários discutiram os “temas da atualidade internacional e regional, coincidindo na avaliação das transformações substanciais da cena mundial que representam novos e importantes desafios políticos, econômicos e sociais para os dois países. Ao examinar a situação da América Latina e do Caribe, os Presidentes ressaltaram a consolidação da democracia e a urgente necessidade de se promover o desenvolvimento econômico e a justiça social. Ambos frisaram a urgente necessidade de adotar medidas eficazes para combater a pobreza, para minimizar o custo social das necessárias medidas de ajuste econômico, de modernização, assim como para promover o desenvolvimento ambientalmente sustentável” (Comunicado Conjunto La Guzmania, 1994: p.3).

Além da óbvia convergência nas questões da grande diplomacia, a iniciativa abriu a discussão de uma pauta sobre questões específicas no relacionamento bilateral. A Comissão Binacional de Alto Nível, integrada pelos respectivos Chanceleres, passou a tratar da negociação de acordos de complementação econômica e de dupla tributação, cooperação fronteiriça, cooperação cultural, questões vinculadas à mineração e atividades envolvendo as Forças Armadas de ambos os países. Além disso, aborda-se o combate conjunto ao narcotráfico, demarcação de fronteiras, levantamento cartográfico, implementação do projeto Sivam/Sipam, cooperação na área ambiental, estabelecimento de ligação hidrográfica entre as bacias do Amazonas e do Orinoco e a ampliação do Acordo de Transporte Terrestre de Carga (Gazeta Mercantil, 7/3/1994, p.3).

Atestando o adensamento e a excelência das relações bilaterais, o Presidente Caldera manifestou o apoio de seu país ao ingresso do Brasil num Conselho de Segurança da Onu ampliado, em seu discurso na XLIX Assembléia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, o mandatário venezuelano frisou que esperava “modificações como a ampliação da representação permanente, dando-lhe um posto seguro ao Brasil no Conselho de Segurança. A América Latina tem direito a esta posição pela sua fortaleza espiritual e sua atitude constante em prol da liberdade e amizade entre os povos”.

Conclusões

O objetivo deste ensaio introdutório consistiu em proceder a uma análise comparativa das políticas exteriores do Brasil e da Venezuela, partindo da interpretação das estruturas de longa duração de cada uma para chegar a uma avaliação do atual adensamento de relações entre os dois países, bem como das potencialidades e perspectivas deste acercamento. A história das relações diplomáticas interamericanas nos mostra acentuadas diferenças na política exterior dos dois países, assim como a pouca intensidade dos vínculos existentes entre ambos até recentemente. Outra conclusão que se pode inferir é que o surgimento de semelhanças e pontos de convergência entre Brasília e Caracas refere-se à conversão da política externa em instrumento básico na busca do desenvolvimento econômico, o que produziu atritos com os países hegemônicos, em particular os EUA, e a afirmação de uma diplomacia mais autônoma (também uma forma de barganha).

O elemento catalisador da aproximação sistemática dos dois países foi o forte impacto do processo de abertura econômica e de reconversão de perfil neoliberal. A “nova ordem mundial” inviabilizou as tradicionais formas de inserção internacional de ambos, obrigando-os a bruscos reajustes neste campo, com resultados poucos satisfatórios, em função do adverso contexto mundial e mesmo hemisférico, desde o estabelecimento do Nafta. As reações esboçadas a partir do início dos anos 90, como a criação do Mercosul, e agora com a iniciativa da Alcsa, precisam ser consolidadas e aprofundadas. A Venezuela, neste sentido, não apenas compartilha plenamente da perspectiva brasileira, como constitui ainda um país-chave para esta consolidação, ampliação e aprofundamento do processo de integração regional, tal como foi esboçado anteriormente.

Mais do que da articulação de um “discurso diplomático competente”, este elemento dependerá da formulação de estratégias nacionais e regionais de desenvolvimento e da articulação redimensionada dessas à economia mundial. O aprofundamento do processo de globalização-regionalização exige definições claras e urgentes, para superar os atuais impasses. Neste sentido, o Brasil é o país que necessita formular respostas definidas mais rapidamente, na medida em que o novo governo ainda não completou seis meses, e enfrenta um panorama político interno não totalmente definido.

Nesta perspectiva, o Brasil deve avaliar seriamente as ponderações venezuelanas, sobretudo após o desenvolvimento da crise mexicana em fins de 1994 e início de 1995. Ao contrário dos países recentemente democratizados, onde a tolerância de uma população acostumada a determinados padecimentos permite aos Governos uma margem de manobra na implantação das reformas estruturais que se fazem necessárias, a Venezuela já experimentou os limites extremos a que pode chegar uma comunidade acostumada à estabilidade político-econômica, quando o choque monetarista implode as estruturas sociais vigentes. É por isso que os venezuelanos defendem a necessidade dos Governos latino-americanos reformarem o Estado de maneira que ele possa reassumir suas funções de promoção do desenvolvimento econômico e social, deixando de lado a visão integrista de desmantelamento do Estado, como enfatiza o Embaixador Sebastian Alegrett.

O atual governo venezuelano possui bases políticas consideráveis para implementar esta concepção. Embora o Presidente Rafael Caldera tenha saído do Copei e sido eleito por uma coalizão de centro-esquerda denominada Convergência Nacional, o conceito democrata-cristão de “justiça social internacional” presta-se excelentemente para embasar a atual diplomacia do país (Martz, 1986, 137-38). No caso do Brasil, a falta de dinamismo mundial por muitos dos produtos nos quais o país se especializou, as dificuldades específicas das exportações para outras regiões, bem como a retomada do crescimento econômico por parte dos países latino-americanos, levou-nos a afirmar nossa opção regional, pois o hemisfério afigura-se-nos como o melhor cenário (ainda que o país mantenha sua vocação multilateralista, na medida do possível).

Finalmente, em face dessas considerações, que deverão ser discutidas neste seminário, deve-se ter em mente que é preciso que o Brasil e a Venezuela não façam de seu progressivo acercamento apenas uma contingência tática, como forma de reação a uma conjuntura crítica. É necessário que nossos países encarem suas relações atuais como ponto de partida para uma nova concentração estratégica de longo prazo, para que a inserção na nova ordem mundial possa conduzir ao desenvolvimento e à integração. Enfim, é preciso evitar a repetição de determinadas atitudes imediatistas e de perspectiva modesta, as quais, infelizmente, ocorreram não poucas vezes na história das relações interamericanas.

FONTES CONSULTADAS E INDICADAS

A) Livros e artigos:

- Araújo Jr., et alii. *Brasil: o desafio da abertura econômica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- Baéz Cabrera, Maurício. “La Política Exterior de Venezuela”, in Puig, Juan Carlos (comp.). *América Latina: Políticas Exteriores Comparadas*. Buenos Aires, Grupo Editor Latino-americano, 1984, vol.II.
- Batista, Paulo Nogueira. “A política externa de Collor: modernização ou retrocesso?”, in *Política Externa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ São Paulo: Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais e Política Comparada da USP, vol. 1 n. 4, 1993.
- Boersner, Demétrio. *Relaciones Internacionales de América Latina: Caracas*, Nueva Sociedad, 1986.
- Bond, Robert. “Venezuelan Policy in the Caribbean Basin”, in Feinberg, Richard. *Central América: International Dimensions of the Crisis*. New York: Holmes & Meyer, 1982.
- Caldera, Rafael. *Dos Discursos*, Caracas: Editorial Arte, 1992.
- Cardoso da Silva, Elsa y Romero, Maria Teresa. “Política exterior da Venezuela en 1990: dinamismo y contradicciones en un contexto cambiante”, in Heine, Jorge (comp.). *¿Hacia unas relaciones Internacionales de Mercado? Anuário de Políticas Exteriores Latino-americanas 1990-1991*. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.
- Castro Martinez, Pedro Fernando. *Fronteras Abiertas. Expansionismo y Geopolítica en el Brasil Contemporâneo*. México: Siglo XXI, 1980.
- Cervo, Amado Luís (org). *O Desafio Internacional. a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: UnB, 1994.
- Díaz Müller, Luis. *América Latina: Relaciones Internacionales y Derechos Humanos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- Fermin, Júlio. “Venezuela: la crisis política en una nueva encrucijada”. in *Alai : Servicio Informativo*: Quito, n. 169, abril 1993.

- Fonseca Junior, Gelson, e Castro, Sérgio Nabuco de (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira II*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, 2 volumes.
- Fonseca Júnior, Gelson, e Leão, Valdemar Carneiro (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira*. São Paulo: Ática; Brasília: Ipri, 1989.
- Gialcalone, Rita. “La política centroamericana de Venezuela (1979-1987)”, in Eguizabal, Cristina (Ed.). *América Latina y la crisis centro-americana: en busca de una solución regional*. Buenos Aires: Grupo Editor Latino-americano, 1988.
- Gonçalves, Williams da Silva, e Miyamoto, Shiguenoli. “Os militares na política externa brasileira: 1964-1984”, in *Globalização. Estudos Históricos*, n. 12. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- Holbraad, Carsten. *Las potencias medias en la política internacional*. México: de Fondo de Cultura Económica, 1989.
- Karl, Terry Linn. “Petróleo e Pactos Políticos: a Transição para a democracia na Venezuela”, in O’Donnell, Guillermo, e outros (ed.). *Transições do Regime Autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988.
- Krivoy, Ruth de. “Venezuela ante el proceso de integración andina”. in *Integración latino-americana*. Buenos Aires, vol. 12, n. 127, set. 1987.
- Marta Sosa, Joaquim. “Venezuela 1989-1993: cambios, elecciones y balas”, in *Nueva sociedad*. Caracas: mar-abril 1993.
- Martz, John D. “A Política externa venezuelana e o papel dos Partidos políticos”, in Muñoz, Herald, e Tulchin, Joseph (Ed.). *A América Latina e a Política Mundial*. São Paulo: Convívio, 1986.
- Medina, Taisa. “Venezuela: rasgos centrales de la política exterior, 1983-1984”, in Muñoz, Herald (comp.). *Las políticas exteriores latino-americanas frente a la crisis. Anuario de políticas exteriores latino-americanas 1984*. Buenos Aires: Grupo Editor Latino-americano, 1985.
- Ministerio de las Relaciones Exteriores. *Comunicado Conjunto la Guzmanía*, República de Venezuela, 1994.
- Ministério das Relações Exteriores. *A Política Externa do Governo Itamar Franco*. Brasília Mre 1994.
- Moisés, José Álvaro (org.). *O Futuro do Brasil. A América Latina e o fim da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- Muñoz . v., Heraldo (comp.). *El Fin del Fantasma. las relaciones internacionales después de la Guerra Fria*. Santiago: Hachette, 1992.
- Naim, Moises. *Paper tigers & Minotaurs. The Politics of Venezuela's Economic Reform*. Washington: The Carnegie Endowment for International Peace, 1993.
- Ochoa, Orlando. "Changing politics of Venezuela in 1992: Oil, Democracy and Economic Reforms", in *The Oxford International Review*. Oxford: Oxford University Press, June 1992.
- Pastor, Robert A. *Whirlpool: U.S. Foreign Policy Toward Latin America and the Caribbean*. Princeton University Press, 1992.
- Plastino, Carlos Alberto, e Bouzas, Roberto (orgs.). *A América Latina e a Crise Internacional*. Rio de Janeiro: Graal/Instituto de Relações Internacionais PUC/RJ; (México): Instituto de Estudios de Estados Unidos — Cide, 1985.
- Relatório do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 1978 a 1990.
- Scarlato, Francisco Capuano, e outros (orgs.). *O Novo Mapa do Mundo: globalização e espaço latino-americano*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994.
- Serbin, Andrés. *El Caribe ?zona de paz? geopolítica, integración y seguridad*. Caracas: Nueva Sociedad. 1989.
- Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luis. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- Tomasini, Luciano (comp.). *Transnacionalización y desarrollo nacional en America Latina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latino-americano, 1984.
- Tomasini, Luciano. *La Política Internacional en un Mundo Postmoderno*, Buenos Aires: Grupo Editor Latino-americano, 1991.
- Vv.Aa. *II Foro Mercosur Nafta*. São Paulo: Cuadernos del Parlatino n. 06, 1994.
- Vv.Aa. *Reflexões sobre a Política Externa Brasileira*. Brasília: Ipri/Funag/ Ministério das Relações Exteriores, 1993.
- Vv.Aa. *Los Paises del Came y América Latina*. Moscú: Progreso, 1983.
- Veloso, João Paulo dos Reis, e Fritsch, Winston (coords.). *A Nova Inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

Visentini, Paulo G. F. A situação política da Venezuela e suas perspectivas. Cadernos do Ipri, n. 13. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/Ipri/Mre, 1994.

_____(org.). A Grande Crise. a nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____, Relações Internacionais e Desenvolvimento. O Nacionalismo e a Política Externa Independente/1951-1964. Petrópolis: Vozes, 1995.

Welsch, Friedrich. “Venezuela: Transformación de la cultura política”, in Nueva sociedad. Caracas, sept-nov. 1992

Wilhelmy, Manfred. “Venezuela: política exterior en la adversidad”, in Muñoz, Heraldo (comp.). Las políticas exteriores de América Latina y el Caribe: continuidad en la crisis. Anuário de políticas exteriores latino-americanas 1986. Buenos Aires: Grupo Editor Latino-americano, 1987.

Willhelmy, Manfred, y VIO, Eduardo. “Democracia, inestabilidad regional y crisis económica: la política exterior de Venezuela 1984-1985, in América latina y Caribe: políticas exteriores para sobrevivir. Anuário de Políticas Exteriores latino-americanas 1985. Buenos Aires: Grupo Editor Latino-americano, 1986.

B) Periódicos Jornalísticos e Especializados:

- Cadernos do Terceiro Mundo
- Carta Internacional
- Contexto Internacional
- Diário Oficial da República Federativa do Brasil
- El País
- Folha de São Paulo
- Gazeta Mercantil
- Le Monde Diplomatique
- Newsweek
- O Estado de São Paulo
- Política Externa
- Revista Brasileira de Política Internacional

Venezuela-Brasil no Cenário Internacional

Giovanna de Michele Y.

O fim da Guerra Fria

Na raiz do acelerado processo de transformações que ocorreu na União Soviética se origina uma nova conjuntura internacional caracterizada por três processos fundamentais: (1) o desaparecimento da URSS e sua ulterior transformação na Comunidade de Estados Independentes; (2) o fracasso do comunismo como modelo econômico, capaz de satisfazer às demandas de milhões de pessoas, e (3) a supremacia mundial dos Estados Unidos e de seu modelo capitalista.

Desaparece a tradicional divisão do cenário internacional em dois hemisférios, cuja simetria garantia a paz mundial, para dar lugar a um novo esquema em que prevalece uma falta de clareza para identificar as ameaças que pairam sobre os Estados, particularmente sobre as nações subdesenvolvidas.

Esta situação sugere, por sua vez, mudanças nas doutrinas de Segurança e Defesa dos Estados e nos fundamentos das relações internacionais. Nesse sentido, é necessário ressaltar a importância que adquiriu nas nações da América Latina o tema relativo à Segurança Interna e, mais especificamente, o tema referente à estabilidade socioeconômica como condição *sine qua non* para garantir o equilíbrio político; quer dizer, à medida que os Governos logrem satisfazer as demandas da sociedade civil, sem desprezar as bases econômicas do Estado, estarão garantindo a culminância pacífica de sua gestão.

Por outro lado, surge um novo elemento determinante das relações entre os Estados, o qual vem regido basicamente pelos interesses econômicos, que encontraram uma variadíssima gama de expressões, desde a consolidação de mercados até a preservação do meio ambiente.

Tudo isto dá espaço a um novo conceito em matéria de geopolítica, o de “Áreas de Sobrevivência” em substituição às velhas “Áreas de Influência” entendendo-se por “Áreas de Sobrevivência” aquelas zonas do planeta ricas em recursos naturais e amplos mercados capazes de garantir a sobrevivência humana por muitas gerações, a custos extremamente baixos.

Perspectivas para a América Latina

Os novos esquemas que se esboçam nas relações internacionais, com o desaparecimento do comunismo como ideologia com potencial de expansão, têm obrigado a reexaminar e reavaliar as ameaças supranacionais, adquirindo particular importância os temas relativos ao narcotráfico, à dívida externa, à conservação do meio ambiente e à defesa dos direitos humanos. Com isso, a América Latina passa a ocupar uma posição preponderante no cenário mundial, obrigando a reorientar tanto os alinhamentos de política exterior como a missão das Forças Armadas e suas concepções sobre segurança e defesa.

No que diz respeito ao narcotráfico, no subcontinente americano encontram-se os principais produtores e exportadores de droga em nível mundial, o que se agrava dada a comprovada vinculação entre o narcotráfico e a guerrilha. Aparece um novo fenômeno latino-americano, conhecido como narco-guerrilha, que persiste como consequência dos males estruturais de que sofrem a maioria das nações da área (marginalidade, ignorância, corrupção política e a perda de importantes valores morais) que permitem o enraizamento de movimentos nacionalistas, tendentes a subverter a ordem vigente e a assumir o poder.

Por sua vez, o problema da dívida externa, que afeta a maioria das nações latino-americanas, tende a complicar a situação destes povos, pois incrementa as relações de dependência e subordinação com relação aos Estados e/ou organismos credores, os quais chegaram a converter-se no epicentro das relações internacionais, permitindo-se, inclusive, querer fixar as pautas e os rumos do futuro histórico de nossos povos.

Da mesma forma, em matéria ambiental e de fornecimento de recursos naturais, a América Latina representa um dos principais focos da atenção mundial. Nessa região encontram-se as principais florestas tropicais úmidas do planeta, caracterizadas por serem o berço dos mais

ricos bancos genéticos conhecidos no mundo e por possuírem a quinta parte de água doce disponível no planeta para uso humano e animal.

Nesse aspecto, também aparece o problema econômico em suas duas vertentes: por um lado, como limitante na execução dos planos de desenvolvimento necessários e suficientes para o aproveitamento racional de tais recursos em nível regional e, por outro, como mecanismo de penetração que implementam outros Estados, afim de assegurar sua quota de participação na área.

A estratégia de integração

O aumento do grau de vulnerabilidade das nações latino-americanas em face dos países desenvolvidos e suas macro-estruturas financeiras, em convergência com a firme tendência de consolidação de grandes blocos econômicos, como tem acontecido na América do Norte, Ásia e Europa, obrigou o subcontinente americano a promover políticas integracionistas que permitam enfrentar as pressões externas e facilitem nossa inserção num novo esquema internacional; principalmente com a concretização da Zona de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), que poderia ser considerada um revés para a América do Sul, já que propicia o fortalecimento do Norte, sem tomar em consideração as potencialidades e/ou vantagens que oferecem outros países do continente.

Diante desta situação, tratou-se de melhorar os mecanismos já existentes, como o Pacto Andino, vigente desde 1969, o que levou, em março de 1993, à aprovação de uma Tarifa Externa Comum, que começou a vigorar, de modo gradual, desde 1994, como passo prévio para o estabelecimento de uma União Aduaneira. Do referido Pacto participam Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Não obstante, é necessário assinalar que o Pacto Andino, também conhecido como Grupo Andino ou Acordo de Cartagena, sofreu sérios tropeços que têm entorpecido ou, pelo menos, retardado o alcance de seu objetivo. Assim que, ao invés de experimentar novas adesões, propiciou o afiançamento da tendência à sub-regionalização, no marco de uma estratégia global tendente a viabilizar uma inserção mais conveniente nos mercados internacionais, agrupando nações com uma maior comunhão de interesses e níveis de desenvolvimento mais homogêneos.

Desta forma, produz-se, em 1991, o Tratado de Assunção que estabelece o Mercado Comum do Sul (Mercosul), integrado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

O Mercado Comum Centro-Americano, constituído pela Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, preexistente ao Pacto Andino e ao Mercosul, tem-se fortalecido devido ao processo de pacificação da área e às reuniões de Esquipulas I e II.

Observa-se uma consolidação do Grupo dos Três (Colômbia, México e Venezuela), o qual se constituiu em 1990, com vistas ao estabelecimento de uma zona de livre comércio até o final da década dos 90. A participação do México neste convênio facilitou a aproximação com a América Central e o Caribe e, em 1993, logrou-se assinar a “Declaração de Caracas sobre Comércio e Integração”, na qual os mandatários do Grupo dos Três se comprometem a unir esforços para a formação de uma zona de livre comércio juntamente com a América Central.

Igualmente, expectativas são geradas acerca do futuro de outras organizações como a Comunidade do Caribe (Caricom), na qual se unem Antígua, Barbados, Guiana, Trinidad e Tobago, Dominica, Granada, Santa Lucia, São Vicente, São Kitt-Nevis, Anguila, Jamaica, Monserrat e Belize.

Ademais, existe, em nível latino-americano, um conjunto de acordos bilaterais subscritos em concordância legal com a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), nos quais se consideram as particularidades econômicas e políticas de cada uma das partes contratantes.

A esse respeito, é importante delimitar que a vigência e alcance de todos e cada um dos mecanismos integracionistas expostos anteriormente dependerá de sua capacidade de enfrentar as pressões externas, garantindo a homogeneização dos interesses regionais assim como da vontade política das nações latino-americanas para superar as numerosas controvérsias vigentes na área.

Segurança hemisférica

Ao falar deste tema, faz-se necessário esclarecer o conceito de segurança. Nesse sentido, é pertinente frisar que, etimologicamente, a palavra segurança é um derivado do latim *securitis* e quer dizer confiança, tranquilidade procedente da idéia de que não existe nenhum perigo a temer.

Desta definição se depreende que o conceito de segurança varia de acordo com os perigos e/ou ameaças que se percebiam, o que lhe outorga um caráter de relatividade, ao fazê-lo dependente do momento histórico, das circunstâncias exógenas, das próprias capacidades e do grau de percepção da(s) ameaça(s), entre outros fatores.

O termo Hemisférico, por sua vez, faz referência a um espaço geográfico que se vincula com a metade da esfera. (isto é, do planeta). Neste sentido, é oportuno destacar que o binômio Segurança Hemisférica foi internacionalmente válido e pertinente para a época imediatamente posterior à II Guerra Mundial, momento no qual se consagra a existência de dois blocos de poder, cuja divisão quase simétrica do mundo permitia falar de hemisfério ocidental e hemisfério oriental.

Brasil e Venezuela podiam se considerar parte do Hemisfério Ocidental, como todas as demais nações que abrigavam um sistema de economia de mercado ou aberta, como é majoritariamente conhecido. Este setor do mundo se identificava com a liderança dos Estados Unidos, que se constituiu, por princípios naturais e por uma espécie de “destino manifesto”, no pilar fundamental da defesa dos Estados sob seu poderio hegemônico.

Para esse período se lograva identificar uma ameaça comum para todos os países do bloco e a mesma estava representada no temor da expansão e/ou penetração da ideologia do Hemisfério Oriental (URSS).

Na atualidade, porém, uma vez desaparecida a União Soviética, desmorona o modelo bipolar e começa a estabelecer-se uma nova estrutura internacional caracterizada pelo predomínio dos interesses econômicos e a formação de blocos comerciais que dão supremacia à idéia de “região”.

Nesta nova época, a definição de ameaças faz-se muito mais complexa e apresenta uma maior gama de variáveis que ampliam o conceito de segurança e fazem-no mais específico para cada um dos atores do sistema.

Persistem, todavia, algumas ameaças comuns, apesar de que sua intensidade varia nos distintos Estados.

A esse respeito, poderíamos identificar a América Latina como um contexto regional e, desta maneira, aproximar-nos de uma definição

de suas principais ameaças. Para isso teremos de recordar as proposições emitidas neste ensaio, nos subtítulos “Fim da Guerra Fria” e “Perspectivas para a América Latina”. Desta forma, pode-se afirmar que os maiores perigos da área, na atualidade, derivam da guerrilha; do narcotráfico; das vulnerabilidades geradas pelos altos índices de dívida externa; do interesse supranacional em preservar o meio ambiente e da defesa dos direitos humanos.

Ademais, é possível prognosticar que os esforços das nações da área por consolidar seu próprio bloco comercial poderiam afetar os interesses de alguns blocos já constituídos, o que pode nos converter em alvo de algumas ações tendentes a limitar a possibilidade de concretizar nossos mecanismos de integração.

Nesse ponto, podemos concluir afirmando que, no presente, perderam vigência os conceitos de Segurança Hemisférica, Segurança Continental e Segurança Coletiva para dar lugar ao de Segurança Regional.

Brasil-Venezuela: uma razão geopolítica.

Ao tratar de definir o termo geopolítica, encontramos diversas versões, das quais poderíamos extrair a que apresentam Henning e Korholtz em sua obra “Introdução à Geopolítica”. Eles sustentam que a mesma é “a influência de fatores geográficos sobre o destino dos Estados e o desenvolvimento dos acontecimentos na política mundial”. Assim mesmo, Haushofer afirma que a geopolítica é “a doutrina das relações da terra com os desenvolvimentos políticos”. Em ambos os casos, pareceria inferir-se certo grau de “determinismo geográfico”, o qual não escapa totalmente da realidade. Sem embargo, é oportuno salientar que os importantes avanços tecnológicos da humanidade permitiram ao homem de nossa época impor-se, sem violência, sobre o espaço que lhe é próprio e alcançar objetivos, em ocasiões insuspeitas.

Ainda assim, o predomínio do homem sobre o espaço geográfico poderia ser considerado dependente das circunstâncias que envolvem o indivíduo e dos meios de que dispõe. Pelo que foi anteriormente exposto, faz-se necessário conhecer as características e o ambiente geográfico dos países que nos ocupam, a fim de aproximar-nos de suas possíveis potencialidades e vulnerabilidades do ponto de vista geográfico.

Geopolítica da Venezuela.

A Venezuela desfruta de uma localização geográfica privilegiada que a converte em um país caribenho, andino e amazônico.

Na frente caribenha, este país logra um contato direto com a América Central, América do Norte e as ilhas do Caribe, o que proporciona grandes possibilidades comerciais dado o amplo potencial de mercado que a zona oferece. Ao mesmo tempo, a Venezuela se converte em uma parada quase obrigatória de numerosas rotas internacionais desde e até a América Latina.

Na sua projeção andina, a Venezuela logrou alcançar uma posição importante pois representa um dos países de maior potencial econômico e de considerável prestígio internacional. O grupo de países que formam a região andina da América Latina apresenta uma importante unidade histórica que favoreceu a identificação de interesses comuns e a posterior consolidação de um dos mais importantes processos de integração da região: o Pacto Andino. Geograficamente, a zona em questão oferece grandes possibilidades econômicas e estratégicas, já que se situa entre o Oceano Pacífico, o Mar do Caribe e o Oceano Atlântico, através das costas venezuelanas e a embocadura do Rio Orinoco.

Finalmente, como país amazônico, a Venezuela compartilha grandes compromissos e desafios com o Brasil e com os outros cinco países unidos através do Tratado de Cooperação Amazônica, o qual trata de proteger de ameaças extra-regionais uma área vital para o futuro da humanidade e muito especialmente dos países amazônicos.

A selva amazônica oferece, entre muitas outras virtudes, a possibilidade de interconexão fluvial de todo o subcontinente americano, o que representa um alto valor geopolítico para toda a região.

Geopolítica do Brasil

O Brasil, por sua parte, se nos apresenta como um país atlântico e amazônico de proporções continentais, com fronteiras terrestres com todos os países da América do Sul, à exceção do Chile e do Equador, o que o obrigou a desenvolver uma coerente e ativa política de fronteiras, que proporcionou a aproximação real com todos os seus vizinhos, o que, por sua vez, permitiu-lhe certa hegemonia na área.

Quanto a sua fachada atlântica, o Brasil desfruta de um domínio quase exclusivo do Atlântico Sul, o qual ademais o une com as nações da África Ocidental, com as quais, em sua maioria, apresenta vínculos históricos e culturais que impulsionaram as relações comerciais.

Atualmente, o maior atrativo do Atlântico Sul é o considerável tráfico comercial que encerra. A rota do Cabo da Boa Esperança é cruzado por aproximadamente 2.000 embarcações por mês, sendo umas 1.500 petroleiras procedentes do Golfo Pérsico. Além disto, entre o Pacífico e o Atlântico passam cerca de 80 navios por mês, através do Canal de Drake ou do Estreito de Magalhães.

A condição de país amazônico converte o Brasil no epicentro de numerosas políticas regionais por ser o Brasil o país de maior extensão de território amazônico.

A geopolítica num Sentido Mais Amplo.

O estudo geopolítico de um país não pode se limitar à mera descrição de sua localização geográfica e de suas circunstâncias climáticas, hidrográficas, sociais etc. Muito pelo contrário, a geopolítica abarca aspectos como o desenvolvimento econômico, o nível de influência em matéria de comércio exterior, a distância relativa com os grandes centros de poder regionais e extra-regionais, e um fator muito importante conhecido como “prestígio internacional”, que pode ser definido como a percepção que tem a comunidade internacional de um ator específico. Isso nos permite prognosticar o nível de influência que possa ter esse ator mais além de suas fronteiras, num momento determinado.

Do que foi anteriormente exposto, pode-se inferir que a geopolítica também nos permite identificar as relações internacionais que podem ser mais produtivas para nossos interesses.

É precisamente neste ponto que ressalta a conveniência do fortalecimento dos vínculos entre a Venezuela e o Brasil, já que ao longo do presente trabalho podemos apreciar o seguinte:

- a) As rápidas mudanças suscitadas no cenário internacional nos últimos anos colocam-nos frente a um oceano de incertezas e imprecisões para detectar a procedência e a essência das novas ameaças.

- b) Os interesses econômicos constituem o epicentro das atuais relações internacionais e os mesmos podem apresentar-se sob distintas égides, entre as quais se destacam: o narcotráfico, a guerrilha, a preservação do meio ambiente e a defesa dos direitos humanos.
- c) A tendência internacional destes dias é a de negociar em blocos e, neste sentido, a América Latina deve envidar esforços para superar todos os obstáculos que dificultam a existência de diversos mecanismos de integração que propiciam a sub-regionalização da área.
- d) Os níveis de desenvolvimento industrial e a situação econômica do Brasil e da Venezuela são bastantes similares. De fato, em nível internacional, foram catalogados como o sexto e quarto país do mundo em termos de “risco” para o investimento internacional. Não obstante, ambos estão experimentando, na atualidade, processos de reformas econômicas cujos resultados têm sido altamente alentadores, o que está exercendo um efeito positivo no exterior, a tal ponto que ambos os países foram catalogados como “nações perturbadoras” para os interesses dos máximos representantes da nova ordem econômica internacional.
- e) A projeção caribenha da Venezuela e a projeção atlântica do Brasil oferecem uma fachada marítima de vantagens inigualáveis em todo o planeta. Igualmente, a condição venezuelana de país andino e as vantagens comerciais que isso representa sobre o Pacífico convidam a unir esforços para acelerar a integração entre o Pacto Andino e o Mercosul, com o que se lograria o aproveitamento de todos os mares que circundam a América Latina.
- f) Venezuela e Brasil constituem, no marco do Tratado de Cooperação Amazônica, os países de maior prestígio internacional, o que lhes torna propulsores do mesmo e os compromete na preservação e salvaguarda da Bacia, para o que se requer unir esforços políticos, econômicos e militares.
- g) A produção petrolífera da Venezuela, sua proximidade geográfica e a segurança de fornecimento convertem nosso país no provedor natural de hidrocarbonetos para o Brasil, o qual lograria, desta maneira, solucionar uma de suas maiores vulnerabilidades.

Finalmente, e para concluir, pode-se afirmar que o momento histórico, e muito enfaticamente o cenário internacional, são propícios para defender-se uma mudança de direção na tradicional relação Brasil-Venezuela, estreitando-se vínculos e logrando-se a complementaridade que ambos necessitamos. Neste sentido, me permito expressar um pensamento do francês Lebon, que afirmou o seguinte:

“Todo fenômeno histórico é invariavelmente o resultado de uma longa série de fenômenos anteriores, e o presente é filho do passado e leva no seu seio o germe do futuro”.

Brasil-Venezuela: Integração Energética

Andrés Bansart

Não se pode falar em relações bilaterais — neste fim do século XX ou princípio do século XXI — sem situá-las nas múltiplas redes de relações multilaterais e nos fenômenos de globalização. Por esta razão — e indo do geral ao particular- falaremos, primeiro, dos movimentos de integração latino-americanos, em cujo contexto se situam *hic et nunc* as relações bilaterais entre Brasil e Venezuela.

Descreveremos, em seguida, a evolução destas relações bilaterais, com o objetivo de valorizar o potencial do qual se dispõe agora para precisar os acordos existentes e assegurar os meios para concretizá-los.

Em terceiro lugar, definiremos o que entendemos por geopolítica energética, com a finalidade de descrever as estratégias energéticas comuns aos dois países, situar os acordos de cooperação bilateral sobre energia e discutir os possíveis meios para implementá-los.

Deixaremos aos peritos em petróleo, *orimulsion R* e eletricidade o cuidado das explicações técnicas. Corresponde-nos trazer algumas idéias para o desenho das políticas gerais que lhes permitirão traduzir estas em programas concretos de cooperação. Talvez nos corresponda também contribuir, sugerindo alguns meios para avaliar, de modo permanente, o desenvolvimento dos planos e programas, porque — todos nós sabemos — muitos projetos muito bem concebidos não chegam a se concretizar porque não estão acompanhados de um bom sistema de avaliação que permita medir continuamente os resultados obtidos, retificar as orientações e corrigir os erros.

Avaliação dos esforços de integração latino-americana

Por esta razão, começamos por falar da integração latino-americana para recordar as boas intenções, mas também para mostrar que, muitas ve-

zes, os projetos não deram os frutos esperados. Não deram, pelas falhas nos mecanismos de funcionamento e, sobretudo, pela falta de boas ferramentas de avaliação e de correção. Mencionaremos, também, a integração latino-americana — como dissemos antes — com a finalidade de situar os esforços bilaterais num contexto mais amplo que se possa utilizar para aumentar o potencial de diálogo e de ações comuns.

Foi em 1960 que se fundou a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), com a participação de nove países sul-americanos e do México. A estratégia para a integração econômica se concebia, então, como o estabelecimento, pelos Governos, de normas que deviam conduzir a acordos recíprocos de redução de tarifas aduaneiras e de livre comércio. Tinha, como objetivo final, a união aduaneira.

Tal como o Pacto Andino, que se criaria depois, a Alalc tinha um caráter defensivo; os países envolvidos preocupavam-se mais com o controle sobre os competidores externos do que com a competitividade de suas próprias indústrias no mercado internacional.

Devido à falta de resultados positivos da Alalc, criou-se o Pacto Andino, em 1969. A Venezuela aderiu a este em 1973, enquanto o Chile abandonou-o em 1976. Os objetivos eram os seguintes: estabelecer uma união aduaneira em poucos anos, harmonizar as políticas econômicas e planejar a indústria. Ainda que se tenha tido resultados positivos no intercâmbio de algumas mercadorias, não se logrou o êxito esperado, por múltiplas razões, entre os quais os numerosos problemas de comunicação e de transporte, a preferência — nos distintos países — por produtos confeccionados nos países industrializados e a ausência de oferta e demanda de certos bens.

A falta de êxito deveu-se, também, à gerência dos mecanismos de integração. Esta foi administrada, basicamente, por órgãos da associação com o auxílio dos escritórios nacionais responsáveis, criados exclusivamente para isto. No entanto, a estes não foi permitido desempenhar nenhum papel importante, razão pela qual tornaram-se mais obstaculizadores que incentivadores dos processos.

Antes de começar a crise econômica dos anos oitenta, com os problemas das dívidas externas, já se podia observar que as vias utilizadas para a integração estavam obstruídas. A realidade não satisfaz as expectativas, já que a acelerada prosperidade prometida pelo crescimento da indústria e do

comércio não foi alcançada. Os empresários, diante do perigo de perder suas prerrogativas, não se sentiram motivados a colaborar; pelo contrário, manifestaram uma atitude de desconfiança perante os convênios adotados pelos políticos, que prometiam novos e amplos mercados.

Em 1980, a Alalc transformou-se na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), que continua a ser a referência a partir da qual poder-se-ia ir construindo uma Comunidade Econômica Latino-Americana semelhante à atual União Européia.

Na década de 90 apareceram novas propostas. Em 1991, criou-se o Mercado Comum do Sul entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Mercosul chegou a ser um elemento chave na política dos países membros. Uma de suas características é a colaboração entre os Governos e as associações de empresários. Isto constitui um fator de dinamização mútua e, num dado momento, poderia impedir mudanças de rumo decididas unilateralmente por um dos atores do processo.

Em 1990, Colômbia, México e Venezuela criaram o Grupo dos Três (G3) com o objetivo de promover uma aproximação política e econômica entre estes países e lograr uma melhor aproximação com o Caribe e a América Central.

Em 24 de julho de 1994, em Cartagena (Colômbia), foi fundada a Associação dos Estados do Caribe com os três países antes mencionados, os países caribenhos insulares, os países centro-americanos e Belize, Guiana e Suriname. Uma novidade foi a presença, em Cartagena, de territórios politicamente não-independentes como as Ilhas Caiman, as Ilhas Virgens Britânicas, Guadalupe, Martinica e a Guiana francesa que, até essa data, estavam isolados deste tipo de associação.

Deste modo, podemos observar que a relação entre o Brasil e a Venezuela representa uma ponte entre, de um lado, os países membros do Mercosul e, de outro, os países andinos e os países membros da Associação dos Estados do Caribe.

Além desta articulação, é preciso ter presente outras iniciativas integracionistas como o Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), cujo objetivo duplo é fortalecer a cooperação econômica e lograr uma base de negociação no diálogo Norte-Sul; a Organização Latino-Americana de Energia (Olade) e o Tratado de Cooperação Amazônica, que

voltaremos a mencionar como marco de apoio quando falarmos das relações bilaterais entre o Brasil e a Venezuela.

Além de observar os possíveis benefícios que as associações sub-regionais de integração podem engendrar, e antes de analisar o papel de ponte que o Brasil e a Venezuela podem assumir entre estas sub-regiões, não nos parece inútil ressaltar também as relações que as diferentes associações possuem com outras regiões do mundo. No contexto atual da globalização, estas relações são muito importantes para lograr integrar-se no mercado mundial. Cada sistema de integração sub-regional tem o que poderíamos chamar de “antenas” de contato com sistemas de integração de outras regiões do mundo, como a União Européia e o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta, criado em 1992). Tanto o Brasil quanto a Venezuela estão inseridos cada um em redes de acordos bilaterais e multilaterais. Podem aproveitar essas relações externas para um benefício mútuo.

Nessa nova fase da integração latino-americana, é importante ressaltar os acordos que existem e devem ser reforçados entre os diferentes atores da economia e da política tanto interna como externa de cada país. Deve-se também sublinhar a importância dos encontros regulares entre os presidentes, as reuniões de trabalho entre os Ministros de Relações Exteriores e outros eventos que permitem avaliar as ações comuns, detectar os erros e sugerir meios concretos para otimizar os processos de integração.

Evolução das relações entre Brasil e Venezuela

Durante muito tempo, o Brasil e a Venezuela mantiveram relações bastante distantes, mas pacíficas, o que as diferencia das relações que os outros países da região têm, em sua maioria, entre si. A fronteira, de mais de 2.000 Km, que separa ambos os países, foi estabelecida por tratado em 1859 e, desde aquela época, não houve problemas fronteiriços importantes. No entanto, se não existiram problemas, tampouco existiu muita cooperação. Durante seu primeiro Governo, o Presidente venezuelano Rafael Caldera (1969-1973) fomentou a aliança entre os países de língua hispânica. Esta aliança representava, de certo modo, uma defesa contra o que se considerava o possível “expansionismo brasileiro”. A construção da estrada Transamazônica terminou em 1975; de

uma extensão de 5.390 Km., vai desde Recife até a costa do Peru. Este e outros projetos assustavam os demais países da região.

Quando o Presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez fez uma visita oficial ao Brasil, só foram firmados 4 dos 18 acordos preparados pelo Ministro das Relações Exteriores brasileiro. Os sistemas políticos diferentes dos dois países não contribuía, por certo, para uma maior aproximação entre eles.

Em novembro de 1976, o Presidente Geisel propôs à Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, a criação de um mecanismo destinado a coordenar o desenvolvimento conjunto da bacia do rio Amazonas. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil formulou propostas bilaterais a cada um dos países, com o objetivo de ganhar apoio para sua idéia. A Venezuela manteve um longo silêncio acerca desta proposição e foi o último país a responder afirmativamente.

Foi em 3 de julho de 1978 que os Ministros das Relações Exteriores de cada um dos oito países firmaram o Pacto Amazônico. Este exorta as partes a coordenarem o desenvolvimento de seus respectivos territórios amazônicos com vistas ao uso racional e à proteção dos recursos naturais da região, entre esses os recursos hídricos, que mencionaremos quando falarmos da cooperação energética.

Não se pode qualificar o Pacto Amazônico de “sistema de integração”, já que não se criou uma organização inter-países ou supranacional para implementar os acordos, nem tão pouco bancos ou institutos de pesquisa comuns. Todavia, este tratado deve servir de referência aos atuais esforços de cooperação bilaterais ou multilaterais. Sua avaliação permite valorizar algumas propostas e ações e fornece elementos para evitar agora certos erros do passado. Um destes erros poderia ser, por exemplo, não se ter acordado levar a cabo projetos conjuntos industriais, agrícolas ou de mineração. Outro poderia ser a falta de bons meios de avaliação.

No que diz respeito às relações bilaterais entre o Brasil e a Venezuela, é um fato que o Pacto Amazônico permitiu estabelecer entre ambos os países vínculos que não existiam antes. Mas, de concreto, pouco se fez sobre esta base.

Nos últimos vinte anos, houve diversos encontros bilaterais em nível presidencial, tanto em Brasília como em Caracas. Em 4 de março

de 1994, ao término de uma reunião entre os Presidentes Itamar Franco e Rafael Caldera, estes decidiram empreender ações muito precisas de cooperação. Estas estão identificadas no “Comunicado Conjunto e Protocolo de Guzmanía”. Nos dias 4 e 5 de julho de 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso efetuará uma visita à Venezuela e ali se concretizarão os projetos esboçados há quinze meses.

Entre estes dois encontros, como veremos depois, houve uma atividade intensa não somente entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países, mas entre vários Ministros de ambos os Governos com seus *alter ego*, assim como entre especialistas de ambos os países. Constituíram-se grupos de trabalho, que foram preparando a reunião presidencial do mês de julho de 1995. Um destes é o Grupo de Trabalho II, sobre energia, do qual falaremos mais adiante.

Antes de identificar e analisar as ações concretas de cooperação energética que estão sendo propostas, gostaríamos de formular algumas sugestões sobre a geopolítica da energia, a cooperação energética e a relação desta última com outras ações de cooperação, porque não se pode isolar os fenômenos nem fragmentar os esforços que devem todos se dirigir para a melhoria da qualidade de vida.

Geopolítica, políticas e estratégias energéticas

A geopolítica, como enfoque do estudo das relações internacionais, sublinha a importância dos fatores geográficos sobre a organização do planeta ou das diversas regiões do mundo. Destaca a importância destes fatores como elementos determinantes das políticas regionais ou estatais. No que nos interessa aqui — a cooperação energética entre Brasil e Venezuela — destacam-se alguns dos fatores geográficos que relacionam os dois países e que permitem sustentar os termos da cooperação entre estes. Esta base permitirá examinar a maneira de se compartilhar fontes energéticas em prol do desenvolvimento de ambos os países. A mesma geopolítica nos obrigará, talvez, a falar mais em termos regionais, destacando as necessidades, as potencialidades e as possibilidades da parte sul da Venezuela e do norte do Brasil. Até se poderá falar, talvez, de uma região binacional que, quiçá, necessitaria de um plano de desenvolvimento compartilhado e concebido no quadro dos programas de descentralização das duas nações.

O desafio apresentado pela geopolítica da energia consiste em estabelecer a forma como o mundo, uma região específica ou um país determinado satisfarão suas demandas energéticas durante o século XXI e, muito concretamente, durante as suas primeiras décadas. No transcurso deste período, que se poderia qualificar de médio prazo em termos de planejamento, sabe-se que o petróleo e a eletricidade seguirão predominando.

O enfoque geopolítico permite explicar a ampla escala de preocupações que enfrenta um país ou uma região em busca de um adequado abastecimento energético, em função de seus planos e programas de desenvolvimento, e em função de sua situação geográfica e suas alianças políticas.

As conquistas em matéria de energia são decisivas para o desenvolvimento. Quando utilizamos a palavra “desenvolvimento” não pensamos somente em termos econômicos. Para nós, o desenvolvimento é um conjunto de dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ambientais que permitem atingir uma melhor qualidade de vida. Por isso, quando falamos de política energética, não podemos nos preocupar unicamente com a solução de problemas econômicos, e sim com a solução de problemas muito mais complexos, relacionados uns aos outros, que deveriam traduzir-se em fatos palpáveis de vida melhor para coletividades concretas e de equilíbrio entre o homem e a natureza em espaços específicos.

Quando se trata de uma região pobre, a necessidade de definir objetivos claros, determinar meios efetivos e estabelecer metas num prazo não demasiado longo deve ser objeto da maior preocupação. Por esta razão, antes de falar de problemas técnicos, é preciso situar as conversações num plano humano, o plano de mulheres e homens que necessitam de comida e trabalho, de crianças que necessitam de educação, de gerações futuras que florescerão numa humanidade cada vez mais generosa e solidária ou que perecerão na miséria, no rancor e no ódio.

É fundamental que o setor energético não seja planejado isoladamente de objetivos regionais ou nacionais mais amplos. A política energética deve situar-se com relação aos grandes objetivos do desenvolvimento (seja nacional, seja regional) e traduzir-se em meios concretos para lograr uma transformação positiva da sociedade. O planejamento energético é uma parte dos esforços destinados a obter um desenvolvimento global equilibrado. Esse planejamento deve situar-se com relação aos grandes objetivos regionais ou nacionais. E esses objetivos não podem ser definidos nem alcançados sem uma cooperação entre os

diversos setores da região ou do país: os Governos — regionais e nacionais — os setores econômicos e a sociedade civil, entre outros. A única política racional consiste, pois, em situar o planejamento da energia na sua correta posição de subordinada. Isso não reduz sua importância, de nenhuma maneira. Pelo contrário, deve-se ressaltar esta importância dentro dos planos de desenvolvimento e, com frequência, explicar como a energia pode ser um fator particularmente importante em certos planos como os de desenvolvimento urbano, desenvolvimento industrial ou desenvolvimento rural integrado. Esses mesmos planos formam, no entanto, parte de planos mais amplos e estão relacionados uns aos outros dentro da dinâmica geral do desenvolvimento.

Não se pode confundir os meios com os fins, as ferramentas com o objeto que se quer elaborar e, sobretudo, com o ser humano que necessita desse objeto e que vai utilizá-lo. Por essa razão, são necessários planos claros de desenvolvimento e, inseridos nesses, políticas e programas energéticos adequados.

Foi há poucas décadas, principalmente a partir da chamada crise dos preços do petróleo em 1973, que a energia passou a ser analisada como um fator de produção junto com o capital, as matérias primas e a mão de obra. Dentro da parte econômica do planejamento para o desenvolvimento, é conveniente medir a complementaridade entre os fatores produtivos e, às vezes, estudar a sua capacidade de substituir uns aos outros. Isso permite avaliar em que grau as disponibilidades de energia e os preços desta influem nas taxas gerais do desenvolvimento econômico.

A boa administração do setor energético é um elemento decisivo para o desenvolvimento, mas — repetimos — deve subordinar-se ao planejamento global do desenvolvimento econômico e social, sob pena de divorciar-se deste e traduzir-se em perda de recursos e em inúmeras contradições.

A finalidade de uma estratégia energética correta, bem situada no contexto dos planos de desenvolvimento, é a de assegurar não somente um bom crescimento econômico numa região ou em um país determinado, mas também reduzir as disparidades econômicas entre a cidade e o campo, entre os setores modernos e os setores tradicionais, entre as classes privilegiadas e as camadas mais desfavorecidas.

As políticas energéticas nacionais para as diferentes regiões do país devem também representar oportunidades para criar pólos de de-

envolvimento econômico e espaços de desenvolvimento social harmonioso nas regiões mais marginalizadas. A pobreza e a carência extrema tendem a se concentrar geograficamente. É importante romper estas concentrações de pobreza, romper a marginalidade e provocar movimentos de integração em diferentes níveis, sem os quais não se pode produzir a harmonia. Pensemos nos esforços que realizou a União Européia para integrar as regiões mais pobres da Espanha, Itália e Grécia no projeto global do desenvolvimento europeu. O mesmo se deve fazer na América Latina. A política energética é uma parte importante deste esforço.

A política energética supõe escolhas entre fontes de energia. Para realizar estas escolhas, numerosos fatores entram em jogo. De início, os custos têm uma importância capital, mas outros fatores devem ser levados em conta. Por exemplo, a utilização que se vai fazer da energia permite a designação do tipo mais adequado em cada caso. Isto está relacionado ao plano global de desenvolvimento no qual esteja inserida a política energética. Que tipo de energia é preciso para fazer o quê? É para fazer funcionar complexos siderúrgicos, desenvolver indústrias extrativas, implementar a produção de materiais de construção, fomentar a indústria química, organizar redes de transporte ou cobrir necessidades domésticas? Quais são as proporções entre estas diferentes atividades? São, de novo, as referências permanentes para o plano global de desenvolvimento que sugerirão muitas das respostas e assim tal ou qual fonte de energia será, então, melhor que a outra. O carvão é menos flexível que o petróleo. Algumas fontes energéticas representam mais riscos que outras (pensemos na energia nuclear).

Uma vez definida a política energética geral, é preciso traçar estratégias que se traduzam em planos e programas concretos com objetivos precisos, e metas expressas em termos cronológicos de prazos. Estes necessitam ser conhecidos pelos demais setores envolvidos no planejamento do desenvolvimento global, para não se perder tempo nem recursos, e poder trabalhar de maneira sincronizada com os outros programas contemplados no plano global. É preciso determinar os meios para levar a energia de um ponto a outro e decidir sobre as rotas que serão utilizadas. Certos meios de transporte são mais custosos ou mais perigosos que outros; algumas rotas são mais acidentadas que outras e, no final das contas, custam mais. Todos esses elementos têm de ser levados em consideração para se chegar a tempo e da melhor maneira ao encontro dos outros programas, o que permitirá um desenvolvimento realmente integrado.

O uso e a melhoria de tecnologias tradicionais, chamadas também de tecnologias comunitárias de produção energética (sobretudo em setores rurais), o uso do carvão, do gás natural, da hidroeletricidade, da energia nuclear ou da energia solar são numerosas opções que devem ser avaliadas em função dos objetivos do desenvolvimento, em função também dos tipos de desenvolvimento planejado, das possibilidades de inversão e das perspectivas a médio e longo prazo.

Com a finalidade de eleger a fonte de energia e desenhar as rotas para transportá-la, os planejadores pensam também nos impactos ambientais que o uso das diferentes possíveis fontes de energia vai provocar: os impactos sobre o ambiente físico humano (como o desmatamento ou o transtorno de alguns ecossistemas particulares), os impactos sobre o ambiente físico construído (como a implantação de um oleoduto ou um gasoduto em zonas já urbanizadas ou que serão urbanizadas), e os impactos sobre o ambiente humano (desde a contaminação que prejudica a saúde até os movimentos de populações que exigem programas de desenvolvimento econômico).

Dentro das estratégias energéticas, é necessário traçar diversas táticas, segundo os planos e programas de desenvolvimento previamente desenhados, isto é, em relação à política demográfica, à política migratória, à política industrial (considerando-se os diversos tipos de produtos que serão produzidos), à política tecnológica (quanto à maneira como se pensa fabricar esses produtos), à política de transporte (quanto à distribuição destes dentro ou fora da região ou do país) e à política social (quanto à repartição equitativa dos benefícios desses planos e programas, e às oportunidades para os grupos sociais mais necessitados, tendo em vista a sua integração nos planos de um desenvolvimento sustentável).

Permiti-me fazer todas estas considerações sobre a relação necessária entre as políticas e as estratégias energéticas, por um lado, e o planejamento para o desenvolvimento, por outro, porque, quando falarmos agora de cooperação energética entre o Brasil e a Venezuela, penso que estas considerações deveriam ser incluídas na reflexão. Se se fala de cooperação, supõe-se um trabalho compartilhado para um bem comum. Não se trata da mera venda ou compra de um produto. Porém, se se fala de integração é porque se quer ir mais além da simples cooperação: trata-se de ir elaborando, entre o Brasil e a Venezuela, um projeto que se realizará conjuntamente para o benefício das populações de ambos os países.

A integração energética entre o Brasil e a Venezuela

Todos os pontos tratados anteriormente e outros mais devem ser considerados quando se trata de estabelecer uma cooperação energética entre dois países com vistas à integração destes ou, talvez, mais especificamente, da integração do que chamamos antes uma “região binacional” que, por razões geopolíticas óbvias, necessita de planos e programas coerentes e dinâmicos para um desenvolvimento sustentável, integrado e harmonioso.

Numa lúcida conferência, em setembro de 1994, na Universidade Simón Bolívar de Caracas, o Embaixador Clodoaldo Hugueney pronunciou a seguinte frase: “Entre o Brasil e a Venezuela, não temos problemas de fronteira, mas problemas na fronteira.” Esta afirmação chama a atenção. Efetivamente, não existe antagonismo entre os dois países, mas, dos dois lados da extensa fronteira de 2.000 km, existem problemas que podem ser solucionados mediante um trabalho comum. Mas, quando falamos dos dois lados da fronteira, não queremos nos limitar aos espaços que se limitam diretamente à fronteira. Falamos de grandes regiões não-desenvolvidas ou, até agora, mal desenvolvidas que, graças a uma integração entre ambos os países, poderiam florescer e, pelo seu desenvolvimento, melhorar o desenvolvimento global dos dois países.

Os interesses do Brasil e da Venezuela são comuns. As relações especiais, baseadas nesses interesses, demonstram um potencial sumamente sólido e duradouro. Subsistirão e se fortalecerão porque, à margem de algumas diferenças de tamanho, de cultura ou de língua, a visão de mundo é similar, os grandes objetivos de desenvolvimento chegam a identificar-se e a determinação, por ambas as partes, com relação aos meios apropriados podem estreitar seus destinos.

A criação de sete grupos de trabalho, estabelecidos no marco da Comissão Binacional de Alto Nível, permitiu, durante os últimos meses, mobilizar numerosos ministros, funcionários e especialistas de ambos os países. Os integrantes do Grupo II, correspondente à energia, seriam, desde logo, mais aptos do que eu para explicar os resultados técnicos de suas análises. O tema, porém, que me foi solicitado tratar aqui, é o da integração energética; isto supõe relacionar uma reflexão sobre a integração e uma reflexão sobre a energia, e projetar esta dupla reflexão sobre o caso concreto das relações bilaterais entre o Brasil e a Venezuela.

Utilizamos, portanto, a palavra “integração” em dois sentidos: o primeiro e mais amplo é o que usamos na primeira parte deste trabalho ao nos referirmos ao intento de relacionar dois ou mais países em um mesmo projeto de desenvolvimento; o segundo, que temos que utilizar agora, é a articulação entre si dos diferentes fatores e setores implicados na construção deste projeto. Não se pode conceber uma integração energética, sem situá-la numa vasta rede de ações comuns nos campos que, precisamente, estão cobertos, no marco da Comissão Binacional de Alto Nível, pelos outros grupos de trabalho: comércio, transporte e comunicação, mineração e siderurgia, ambiente, desenvolvimento fronteiriço, ciência e tecnologia, mais o grupo especial de trabalho sobre mineração ilegal e, agora, os dois novos grupos (VIII e IX) sobre, respectivamente, comunicações e planejamento.

Depois de falar sobre a integração energética entre o Brasil e a Venezuela, voltaremos, para concluir, ao termo amplo de integração, com o qual iniciamos esta exposição.

Quando se necessita importar energia, a oferta deve ser contínua. Ela será contínua, caso o intercâmbio se realize entre dois países vizinhos que têm planos de desenvolvimento convergentes, comuns ou complementares. Ali está o conceito de geopolítica energética que mencionamos antes. O interesse, por parte do Brasil e da Venezuela, de situar sua cooperação energética no marco muito mais amplo de uma cooperação multissetorial e de uma dinâmica de desenvolvimento semelhante e, em muitos aspectos, complementar, assegura a continuidade dos esforços que estão sendo empreendidos.

A Ata da II Reunião do Mecanismo Político de Consulta Brasil-Venezuela (Caracas, 3 e 4 de maio de 1994) definiu os seguintes temas como assuntos prioritários para o Grupo II de Trabalho (Energia): 1) Petróleo (incremento do fornecimento de petróleo venezuelano ao Brasil e pesquisas conjuntas entre Petróleos de Venezuela S.A. (Pdvsa) e Petrobrás, para o aproveitamento de óleos crus pesados); 2) *Orimulsión R* (exame da possibilidade de aquisição de *orimulsión* por parte do Brasil); 3) Eletricidade (linha de transmissão elétrica Guri-Manaus e compra de energia venezuelana por parte do Brasil).

Petróleo

O fornecimento de petróleo e derivados da Venezuela ao Brasil experimentou um incremento importante durante esses últimos meses,

graças à aproximação entre ambos os países. Estima-se que este ano chegue a 1 bilhão de dólares, o que representa 66% do intercâmbio comercial previsto para 1995.

Em 1993, o Brasil comprava 6.000 barris diários da Venezuela. Em 1994, esta cifra subiu para 50.000 barris diários. Em 1995, Corpoven está vendendo 100.000 barris diários para o Brasil. Este país importa cerca de 500.000 barris de cru por dia, o que permite apreciar, proporcionalmente, a importância atual do mercado venezuelano-brasileiro.

Os carregamentos de cru são enviados desde o cais Guaraguao, em Puerto La Cruz, até o sul do Brasil, onde são entregues à Petrobrás para sua distribuição entre as doze refinarias que funcionam no país. Além destas exportações de cru, Corpoven mantém um fornecimento de 10.000 toneladas mensais de gásóleo, que são transportadas por via terrestre até Boa Vista, no norte do Brasil.

Existem excelentes perspectivas de cooperação entre a Petrobrás e a Pdvsa para realizar pesquisas conjuntas e criar associações com a finalidade de implementar projetos específicos em áreas de interesse comum.

Existe também a disposição, por parte da Petrobrás, de participar da exploração de crus na Venezuela e, por parte da Pdvsa, de examinar a possibilidade de realizar investimentos no Brasil, em particular na área de refino.

Não se descarta a possibilidade de que a Petrobrás e a Pdvsa constituam uma empresa, Petroamérica, que se converteria na principal fornecedora de energia da região.

Orimulsión R

A *orimulsión R* é um betume natural, substituto do carvão, que foi desenvolvido pela empresa Betumes do Orinoco (Bitor), filial da Pdvsa, criada em 1988. A *Orimulsión R* é a marca comercial que denota uma emulsão de uns 70% de betume natural (hidrocarboneto extra-pesado produzido nas jazidas da Faixa do Orinoco por métodos convencionais) diluído em uns 30% de água por meio da adição de energia mecânica e *surfactantes*.

As principais características físicas deste produto o assemelham, por sua facilidade de manejo, ao combustível residual tradicional. Seu

conteúdo calórico e suas características ambientais comparam-no favoravelmente ao carvão, colocando-o assim como um ator de relevância no mercado mundial de combustível para a geração de energia elétrica.

A *orimulsión R* foi classificada, desde o início, como um “hidrocarboneto não petroleiro”. Em 19 de abril de 1994, a XII Sessão do Comitê do Sistema Harmonizado do Conselho de Cooperação Aduaneira (Cca), reunida em Bruxelas, decidiu que a *orimulsión R* deve definir-se para propósitos tarifários como “betume natural diluído em água”. Isso permite à *orimulsión R* superar as barreiras tarifárias e políticas que os países industrializados levantaram para reduzir sua dependência do petróleo. De todo modo, nas relações comerciais entre a Venezuela e o Brasil, este produto gozaria de preferência tarifária.

Os primeiros êxitos de venda ocorreram com a indústria privada de geração elétrica da Inglaterra. Londres foi a base de lançamento do produto para a Europa. Em março de 1994, firmou-se um importante contrato com a Florida Power & Light marcando a entrada da *orimulsión R* no difícil mercado norte-americano. Exporta-se também para o Japão e Canadá. Estima-se que o potencial de mercado da *orimulsión R* exceda os vinte milhões de toneladas (uma tonelada equivale a 6,28 barris) no início do século XXI, compreendidos os principais mercados mundiais. Em 30 de maio de 1995, Bitor firmou com companhias norte-americanas, norueguesas e um consórcio venezuelano, o acordo preliminar para a construção e operação do segundo módulo de produção e emulsão do combustível venezuelano.

Na América Latina, os primeiros países que poderiam utilizar a *orimulsión R* são Argentina, Brasil e Chile. No caso do Brasil, o receptor deste combustível, cujas principais vantagens são os preços e níveis de contaminação mais baixos que o carvão, poderia ser fundamentalmente o norte brasileiro. O uso deste combustível para a geração termoelétrica seria uma solução ideal para o desenvolvimento econômico e social não somente do norte, como também do nordeste do país.

A estratégia básica de Bitor, com relação ao mercado brasileiro, procura capturar uma participação nos requerimentos adicionais de energia através de novos projetos de geração elétrica.

Alguns estudos de mercado indicam que, no curto e médio prazos, existem oportunidades para a colocação de 2 milhões de toneladas de

orimulsión R por ano. Para materializar essas oportunidades, há que se concretizar algum projeto de demonstração que sirva como “ponta de lança” afim de penetrar no mercado brasileiro.

Foram identificados alguns candidatos, tanto no setor industrial como no setor elétrico, que pudessem servir para tal fim. O desenvolvimento de um desses projetos representaria um volume de *orimulsión R* de 200 a 300 toneladas por ano.

O objetivo de Bitor, nas negociações bilaterais com o Brasil, é obter uma abertura para *orimulsión R* no curto prazo, através de conversações em alto nível, que permitam maior flexibilidade do monopólio estatal energético brasileiro — Petrobrás. Foram recebidas comunicações por parte de empresas elétricas e industriais indicando alto grau de interesse pela *orimulsión R*.

Energia elétrica

O Grupo II (Energia) identificou como prioritário o estudo da interconexão elétrica entre a Venezuela e o Brasil. As equipes técnicas encarregadas do estudo estão constituídas do lado da Venezuela, pela Eletrificação do Caroni, C.A. (Edelca) e, do lado do Brasil, pela Eletrobrás, com a assessoria da Eletronorte.

Criadas as equipes técnicas, deu-se início aos estudos de interconexão e se discutiram os resultados em diferentes reuniões. Em março de 1995, Edelca enviou à Eletrobrás uma oferta preliminar para ser discutida entre as partes.

A linha de transmissão elétrica levaria energia da Venezuela até os Estados de Roraima e Amazonas, ao norte do Brasil, com estações terminais em Boa Vista e Manaus. O norte brasileiro conta com incentivos por parte da União para o desenvolvimento industrial, mediante regimes tributários especiais. Sua demanda de energia elétrica cresceu a taxas anuais altas nos últimos anos.

As vendas de energia por parte da Venezuela ao Brasil se estabeleceram com base no crescimento da demanda da região Manaus-Boa Vista, tomando-se como valor deste crescimento os 9% por ano estimados pelo lado brasileiro. A interconexão poderia ser colocada em serviço em 1999.

Segundo os especialistas, além dos benefícios de custos da interconexão, esta traria uma série de outros benefícios que nos interessam particularmente, porque mostram como se poderia conjugar o desenvolvimento do sul da Venezuela com o do norte do Brasil. Estes são os seguintes:

Para o Brasil:

- Permitiria obter um fornecimento confiável de energia elétrica a Boa Vista e Manaus sem os altos custos de investimento associados a projetos alternativos no país;
- Permitiria garantir o fornecimento a populações da Amazônia e Roraima;
- Isto se faria com um baixo impacto ambiental, comparado com outros projetos locais.

Para a Venezuela:

- Permitiria alimentar o futuro desenvolvimento da mineração da zona atravessada pela linha de transmissão e de populações como Tumeremo e Santa Elena de Uairén;
- Dar-se-ia um melhor uso aos imensos recursos de gás de que dispõe a Venezuela na zona oriental do país;
- Representaria um ingresso adicional de divisas para o país.

O projeto está pronto. Edelca já definiu os custos e calculou as vantagens deste projeto em relação a outros, tanto do ponto de vista financeiro como dos impactos ambientais. A decisão poderia ser tomada em julho de 1995 no encontro entre os Presidentes do Brasil e da Venezuela.

Conclusões

Desejaria concluir retomando — sobre a base dos projetos concretos que acabamos de descrever- a idéia de integração que nos serviu de ponto de partida.

Insistimos sobre a indispensável relação entre as partes e o todo: entre as integrações que se podem provocar em cada setor (energético, ambiental, científico e tecnológico, mineração ou outro), as integrações que devem se realizar entre esses diferentes setores (agregando, além disso, alguns que não foram contemplados) e a integração binacional ou multinacional que se deseja atingir.

Não se trata de somar; trata-se de multiplicar. Trata-se de criar uma grande riqueza de relações setoriais, intersetoriais, políticas e, sobretudo, humanas que permitam elaborar projetos de sociedade e implementá-los, mediante a coordenação de idéias, a fixação de objetivos comuns, a cooperação tecnológica e um trabalho compartilhado.

Falou-se da criação de novos grupos de trabalho. O grupo IX trataria do planejamento. Seus objetivos são os seguintes: elaborar uma visão prospectiva de integração, desenhar um planejamento estratégico e macroeconômico, provocar uma discussão conjunta sobre os temas fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico dos dois países num contexto de interdependência e globalização e, finalmente, traçar perspectivas para o século XXI. Penso que este grupo não deveria ser um grupo a mais, mas um coordenador dos outros grupos.

Se não queremos provocar uma “integração desintegrada” (e, portanto, destinada ao fracasso), me parece indispensável criar um grupo de pessoas que pensem, imaginem e desenhem, permanentemente, a integração em termos holísticos de desenvolvimento comum. Dentro deste grupo de pessoas poderiam estar alguns especialistas do desenvolvimento e da integração, e os coordenadores dos diversos grupos de trabalho. Este grupo “desenhador” deveria estar muito próximo dos dois presidentes e dos dois chanceleres.

Ao lado deste grupo “desenhador”, deveria encontrar-se um pequeno escritório de planejamento encarregado de dois objetivos:

- 1) traduzir os objetivos do grupo em metas (isto é, traduzir o qualitativo em termos quantitativos e cronológicos);
- 2) avaliar o alcance dos objetivos e das metas fixadas pelos diferentes grupos de trabalho, e transmitir esta informação ao “grupo desenhador” para que este vá redefinindo as orientações, reforçando os resultados positivos e fixando novos objetivos ou objetivos sempre renovados ou atualizados.

O planejamento deve ser permanente e a avaliação deve ser contínua. Trata-se de dois processos dinâmicos, que estão intimamente relacionados com as dinâmicas globais do mundo, as dinâmicas dos diferentes grupos sociais e das diversas regiões que formam os dois países.

Uma boa política de integração energética, isolada das outras políticas setoriais ou separada de um projeto de desenvolvimento integrado, não teria muito sentido e até poderia ocasionar perdas imensas de recursos.

Existem algumas dúvidas e certo mal estar com relação a possíveis privatizações. Pensamos que isso não deveria deter, de nenhuma maneira, o processo de integração. Desde já, ter-se-ia que definir certas partes das negociações em outros termos, mas as linhas básicas deveriam ser as mesmas. Sempre se terá de perguntar: por que queremos a integração, como vamos lográ-la e para quem?

Insisto sobre a pergunta “para quem”, pois, se todos esses esforços não visam ao crescimento do ser humano, às melhores relações entre os seres humanos e a uma melhor qualidade de vida, então estamos perdendo tempo e nossas vidas.

A Integração Fronteiriça: Brasil — Venezuela

Julio Portillo

Fui convidado a participar deste encontro de pesquisadores e diplomatas brasileiros e venezuelanos e aceitei com satisfação o convite porque venho me ocupando das relações entre a Venezuela e o Brasil há mais de dez anos. Não posso deixar de registrar nesta ocasião que, quando iniciamos, como pioneiros, um trabalho para aproximar nossos dois países, éramos poucos que, tanto no Brasil como na Venezuela, acreditávamos nessa aproximação. Por isso, permitam-me mencionar, como reconhecimento, o Dr. Arthur César Ferreira Reis e o Professor Alejandro Mendible aqui presente. Cometeria porém um pecado mortal se não assinalasse diante de vocês, com toda justiça, que a aproximação entre Brasil e Venezuela foi iniciada há cinco séculos pelos navegantes e expedicionários Alonso de Ojeda, Vicente Yanes Pinzon, Luis de Mello Silva e Duarte Pacheco Pereira — os dois primeiros espanhóis e os dois últimos portugueses que, ajudados pelos ventos e pelo espírito aventureiro, se atreveram a violar a selva amazônica que já unia índios de ambas as nações num mesmo território. Longa seria a lista de nomes que seguiriam as já mencionadas testemunhas excepcionais do caminho andado por Espanha e Portugal para precisar as fronteiras de suas colônias, mas este não é o propósito desta exposição.

Com efeito, não é o momento para ocupar-nos das disputas diplomáticas hispano-lusitanas que deram origem ao Tratado de Tordesilhas de 17 de junho de 1494, ao Tratado de Madrid de 1750, e ao Tratado de Santo Idelfonso de 1777. Em 1998, a Venezuela vai comemorar o V Centenário de seu descobrimento e essa será a oportunidade para motivar os pesquisadores a aprofundarem os conhecimentos que possam nos trazer os cosmógrafos e sábios da época, daquilo que Gonzalo Pizarro chamara o “País da Canela”. Antecedentes históricos de todo tipo, que vão desde lendas até relatos de viajantes ingleses, holandeses, franceses e prussianos, explicaram a mais de um interessado o que significou em

todos os tempos a região do Amazonas, chamado hoje de o pulmão do mundo, cenário de discussão em quase todos os continentes. É necessário, todavia, recordar que foi depois da viagem do Barão de Humbolt, em 1807, a nossos territórios, que ficaram configurados os limites entre a Venezuela e o Brasil, oficializados definitivamente pelo Tratado de Limites e Navegação de 1859, onde é justo recordar o magnífico trabalho do Conselheiro Miguel Maria Lisboa.

Para falar de fronteiras e integração entre a Venezuela e o Brasil, impõe-se, antes de mais nada, aceitar um fato geográfico não modificável que é o da vizinhança. Fato desafortunado, porque os dois países, na verdade, se ignoraram durante décadas, e por isso celebramos o novo rumo que tomaram essas relações agora. Paradoxalmente, vivemos hoje dois fenômenos extremos que projetam suas conseqüências em diversas partes do planeta. Refiro-me aos separatismos e à integração. O primeiro dos dois, espalhado na antiga União Soviética, na ex-Iugoslávia, ainda ameaçador numa zona da Espanha e persistente na Irlanda. Não é o caso de nossa América, onde precisamente sucede o contrário. Aqui a integração é uma fórmula daqueles convencidos de que se não marcham unidos estão perdidos. Integração multilateral, como é o caso do Mercosul; dos países centro-americanos; do México, Estados Unidos e Canadá; do Pacto Andino; do Caribe; e integração bilateral, como é o caso do que fez a Venezuela com a Colômbia, Brasil com o Paraguai e o que pretendem agora aprofundar a Venezuela e o Brasil.

A integração a que nos referimos entre a Venezuela e o Brasil passa, em primeiro lugar, por aceitar que não têm os dois países problemas limítrofes, mas, sim, uma situação fronteiriça a esclarecer. Acredito que se deve saudar como admirável o trabalho que, durante anos, as comissões mistas venezuelano-brasileiras realizaram em matéria de demarcação, trabalho que foi levado a cabo com um alto sentido de objetividade. Isso permitiu à Venezuela ajustar seu território, e aos dois países firmar um tratado, como o de 17 de maio de 1988, para estabelecer em todas as fronteiras que não se construiriam edificações em uma faixa de 30 metros. Todavia, não podemos tapar o sol com uma peneira. Uma variedade de problemas clama pela atenção dos dois países, para serem resolvidos de comum acordo. Quiçá o que para a Venezuela tem prioridade é a defesa e a preservação do meio ambiente porque seu território viu-se invadido por uma onda de garimpeiros brasileiros e de outras

nacionalidades que causaram destroços consideráveis na zona, prejudicando, certamente, a biodiversidade dos dois países. Temos sustentado que este é um problema delicado porque pode perturbar a boa vizinhança mas que este elemento não pode se converter na essência do relacionamento nem muito menos paralisar o intercâmbio. Trata-se de um assunto de Estado que os Presidentes do Brasil e da Venezuela devem tratar de maneira franca. A realidade fronteiriça da Venezuela e do Brasil deve encarar também a questão do tráfico ilícito de armas, da imensa carga que significa para um Estado isolado o combate ao narcotráfico, a deterioração da qualidade de vida dos habitantes desses territórios, o controle sobre o comércio de minerais, como o ouro, o diamante, o ferro e o urânio, os perigos que, por causa do despovoamento, acarreta a ocupação, de colonizadores mercenários, disfarçados como todo tipo de profissionais, como falsos missionários. Nesse sentido, devemos ser absolutamente realistas. Desde 1853, a região do Amazonas tem estado na mira das potências mundiais. Trata-se de 7.186.750 km² aproximadamente que, como já se sabe, acusam uma riqueza imensa. É um território desabitado que pouco faltou para ser considerado *res nullius* pelas potências e para ser ocupado. No século passado houve a pretensão, por parte dos Estados Unidos, de fundar ali um país chamado Amazônia que seria povoado com negros norte-americanos. Neste século, foram as universidades norte-americanas e conselheiros do governo dos Estados Unidos que, em 1976, estavam elaborando um projeto para ser apresentado nas Nações Unidas tendo como finalidade colocar sob a proteção desse organismo a região do Amazonas. Não necessitamos explicar muito que a resposta dos países amazônicos foi rápida e precisa: o Tratado de Cooperação Amazônica firmado em Brasília, em 1978.

É bom que se saiba que essas intenções externas de apropriar-se de alguma maneira da região do Amazonas não cessaram. A presença das chamadas “novas tribos” e outros grupos pseudomissionários, integrados por seitas recém-criadas são novas expressões do mesmo projeto de penetrar na região. A Venezuela e o Brasil não podem enganar-se. Uma união para defender o Amazonas não pode se reduzir exclusivamente à defesa da ecologia; tem que se aprofundar na preservação da soberania que exercem os países da área. Temos que intercambiar informações sobre a atividade que esses grupos financiados de fora realizam nesse território. Está ocorrendo, neste momento, uma doutrinação fanática dos índios que lá habitam com o propósito de quebrar sua identidade

cultural e apresentá-los diante do mundo como uma nação completamente diferente com direito a formar um novo Estado. Não se trata de maximizar essa variável. Trata-se de identificar e calibrar um elemento desestabilizador potencialmente de conseqüências imprevisíveis.

Mas, além da existência de minerais, como o ouro e o diamante, o ferro e o urânio, cuja extração proporciona riqueza econômica imensa a quem o empreenda, e não somente do ponto de vista econômico, mas também estratégico, a Venezuela e o Brasil são obrigados a conferir maior importância ao cuidado dessa zona do ponto de vista militar. O Brasil estabeleceu colônias militares em pontos chaves dessa região, mas isso não é suficiente. Se a esses espaços vazios, despovoados, somamos a falta de meios de comunicação, desde satélites que permitam o controle até vias de penetração calculadas, configura-se um quadro propício à apropriação dessas riquezas por terceiros, sendo que esses materiais extraídos poderiam ser utilizados no futuro contra nós mesmos. Não menos importante é saber que a zona da qual nos ocupamos é um imenso reservatório de água. O caudal dos rios Orinoco, Casiquiare, Caroni, Rio Negro e Amazonas é imenso. A água doce é um recurso de incalculável valor tanto que já existem futurólogos que explicam como causa de futuras guerras a falta de água. O domínio fluvial, por parte da Venezuela e do Brasil dos rios que atravessam seu território é extremamente importante para qualquer projeto de integração. A navegação fluvial, na atualidade, continua sendo incipiente e se produz com dificuldades.

Não devo me estender mais na enumeração da problemática existente. Há uma formidável informação sobre esta matéria que pode ser utilizada para completar muito melhor a realidade da paisagem que pretendi descrever. A Venezuela tem cientistas que estudam permanentemente as condições particulares do Amazonas. O Instituto Venezuelano de Pesquisas Científicas possui estações no território federal do Amazonas. Os Ministérios do Ambiente e da Energia e Minas da Venezuela têm estudos dos solos, inventários florestais, censos de população desta zona que representam um valioso aporte. A Fundação Polar, a Fundação de Educação Ambiental e o Fundambiente da Venezuela têm auspiciado, conjuntamente com o Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a publicação de um Índice de Legislação Ambiental vigente na Venezuela que permite um rápido conhecimento das disposições jurídicas sobre esta importante matéria.

Sabemos que o Brasil, por seu lado, tem sido um dos países mais interessados em elaborar instrumentos jurídicos sobre o uso e desenvolvimento das florestas. O fato de a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente ter-se realizado no Rio de Janeiro, em 1992, é um reconhecimento da sua preocupação e das iniciativas brasileiras nesses aspectos.

Identificada, então, a realidade fronteiriça da Venezuela e do Brasil se nos impõe responder se vale a pena integrar-nos, com que finalidade e o que fazer com essa realidade. Integrar-se significa cooperação, aproximação, fixação de objetivos comuns. É sabido que as relações Brasil-Venezuela transitaram por várias etapas: da ignorância passamos à indiferença; de frias e estáticas passaram a perplexas, cheias de dúvidas e temores; de esporádicas e casuísticas chegamos por fim ao dinamismo que adquiriram agora, cuja etapa é a da integração. Este é o momento atual. Tudo indica, inclusive, que nem sequer poderíamos dizer que temos a intenção de nos integrar ou a vontade para isso. Sinceramente, podemos afirmar que estamos nos integrando a todo vapor. A prova é esta reunião em Brasília à qual se seguirá, em poucos dias, a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Caracas. Não se nos escapa, porém, que temos de exorcizar, de abençoar esta integração, porque os projetos similares de todos os gêneros que tentaram os países latino-americanos, multilateral ou bilateralmente, foram marcados por uma espécie de maldição que, os paralisa e simplesmente perecem por desmembramento ou perda de interesse. Não vou identificar com nome e sobrenome. Revisemos a história política e econômica da América Latina e encontraremos os exemplos, a maior parte das vezes sem que as causas possam ser atribuídas a nós mesmos.

Em atenção ao que assinalei, vou precisar quais são os aspectos que nos interessa destacar:

Primeiro, integração é intercâmbio. A aproximação da Venezuela e do Brasil começa na fronteira. Por razões de segurança e responsabilidade da autoridade dos Governos nem o conceito de limites nem o de fronteira pode desaparecer. A soberania de cada país é uma questão não negociável, não está sujeita a nenhuma variação fantástica, por mais aproximação que se produza entre ambas as nações. Este processo nos unirá na conquista de objetivos, mas não chegarão a desaparecer nem a Venezuela nem o Brasil. Razões históricas, de costumes, idiomas, etc., impedirão, por um bom tempo, o nascimento de um novo Estado.

Segundo, a internacionalização da Amazônia não é possível. A Venezuela e o Brasil apoiam o Tratado de Cooperação Amazônica e a idéia fundamental é a de que são os países com território na área que devem exercer o trabalho de vigilância e cuidado em todos os aspectos do que significa a conservação de sua ecologia, assim como também das gravíssimas consequências que ocasionariam o esgotamento da paisagem produtiva, a perda da biodiversidade, uma exploração mineral selvagem e a ruptura do equilíbrio ecológico, o qual continuará sendo responsabilidade dos países amazônicos e não de terceiros.

Terceiro, os dois países têm consciência do potencial hidráulico que possuem, razão pela qual favorecem a interconexão fluvial dos rios Amazonas e Orinoco, o aproveitamento de recursos hidráulicos compartilhados, o domínio fluvial e o desenvolvimento de uma geopolítica dos rios fronteiriços que permita uma navegação fluvial perfeitamente regulamentada. O cuidado com os rios é tarefa comum, sobretudo ao se tomar consciência de que a água é um recurso estratégico.

Quarto, a imensidão desses espaços e seu despovoamento exigem cada vez mais a cooperação e unificação de esforços para realizar tarefas que tragam benefícios por igual aos dois países em matéria de saneamento ambiental, comunicações, primeiros socorros, facilidades aduaneiras, conexão para favorecer o turismo, conservação de reservas florestais e de espaços tropicais úmidos, servidões, censos de população, inventários de necessidades e regulamentação comum da ocupação espontânea.

Quinto, particular atenção deve ser prestada, desde já, por parte dos Governos da Venezuela e do Brasil, no que se refere ao regime de propriedade e à matéria penal. Trata-se de uma questão de caráter jurídico que reclama unidade de critérios, prevenção de possíveis conflitos, mecanismos de solução de controvérsias, solução dos problemas migratórios, normas para as polícias fronteiriças e permissões sanitárias que, originando-se entre nacionais de um ou outro país, possam comprometer, ao se magnificar, o intercâmbio e a boa vizinhança. Assim, a repressão ao tráfico de drogas, à exploração indiscriminada e ilegal de minerais, alguns deles de caráter estratégico, ao tráfico ilícito de armas, à espionagem, às edificações não permitidas, aos delitos contra o meio ambiente, à corrupção, ao próprio contrabando são temas que necessitam ser abordados de maneira comum.

Sexto, a questão nuclear, a dependência tecnológica, a assistência técnica em matéria de hidrocarbonetos, os fertilizantes e as técnicas de fertilização são, por sua especificidade, questões que necessitam de critérios mínimos que devem ser estabelecidos para que sirvam como ponto de partida a macro-acordos que impulsionem uma integração maior. Impõe-se a criação de um fundo comum para promover pesquisas científicas e tecnológicas de ambos os países.

Sétimo, a gravíssima responsabilidade compartilhada da defesa desses territórios estratégicos cobijados pelo expansionismo, pela colonização extracontinental, pelo aventureirismo e por outros perigos impõem uma aproximação das Forças Armadas dos dois países de forma sincera, sem procurar vantagens perturbadoras e com a vontade para o intercâmbio de informação e, inclusive, a utilização comum de radares e satélites, auxílios cartográficos e demais formas para enfrentar inimigos que prejudicam ambos os países.

Oitavo, é necessário realizar um inventário e a identificação dos projetos que existem entre os dois países em matéria de integração. Deve existir a consciência em ambos os Estados de que alguns destes projetos não podem ser executados de forma isolada; impõe-se a solicitação de financiamento a organismos financeiros multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Deverá, no entanto, prestar-se atenção às condições desses empréstimos, e as negociações devem ser levadas a cabo com base em princípios previamente fixados de comum acordo pelos dois países, para garantir que essas operações financeiras não comprometam a soberania, a ecologia e o meio ambiente e outros conceitos fundamentais.

Nono, não existe integração sem atividade comercial dinâmica. Os Governos devem financiar essa atividade econômica fronteiriça. É preciso impulsionar e estimular as associações de empresários e sobretudo interessar os Governos regionais das fronteiras. A Venezuela e o Brasil têm acordos de complementação econômica baseados no Tratado de Montevideu que devem ser aproveitados. O Brasil tem em execução políticas operacionais através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — Bndes — no chamado Programa Norte Integrado ou Amazônia Integrada que favorece empreendimentos em áreas como madeira, construção naval, bioindústria, turismo, agricultura e agroindústria, metalurgia e da Zona Franca de Manaus, que desde já se

pode aproveitar. Ademais, urge assinalar que a cláusula da nação mais favorecida deve ser praticada pelos dois países como uma formidável senha de integração avançada. Os países devem intercambiar, a esse respeito, toda classe de informação, como manuais de importação, que permitam aos comerciantes um maior conhecimento não só das normas que regulem o intercâmbio mas também da variedade de produtos e até das associações comerciais, industriais e agrícolas que existam, bancos que apoiem a integração e o modo de participar em feiras e exposições, seguros, armazéns de depósito, horários aduaneiros etc. A esse respeito, em anexo, se encontra uma classificação de produtos com potencial de exportação para o Brasil, de acordo com os capítulos das Tarifas de Alfândega que nos forneceu a Corporação Venezuelana de Guayana.

Particular empenho deve ser posto na informação sobre o custo das tarifas alfandegárias, sobre os impostos em geral e, por fim, sobre a política alfandegária dos dois Estados.

Por outro lado, a atividade comercial não funciona sem a consciência de melhores vias de comunicação. É imperativo melhorar os portos, os aeroportos e os postos de fronteira da zona.

Décimo, a Venezuela deu um passo importante com a criação do projeto de desenvolvimento do sul — “Prodesur”. Com esta idéia o Governo do Presidente Rafael Caldera retoma uma sugestão de seu primeiro governo apresentado no Quarto Plano da Nação, no início da década de 70, chamado então Codesur, porque era a Corporação de Desenvolvimento do Sul que implementaria a presença física do Estado venezuelano no vasto território da Amazônia venezuelana.

O Prodesur já começou a participar do desenvolvimento fronteiro da Venezuela e do Brasil, como provam as reuniões realizadas em Caracas, em fins de abril de 1995.

Essa iniciativa da Venezuela é realmente extraordinária e servirá para promover infraestruturas fronteiriças necessárias para implementar o relacionamento em matérias como transporte, vias de comunicação, comércio fronteiro, políticas de turismo, interconexão elétrica, rede de dados científicos e aproximação com os Governos de Roraima e do Amazonas. O acordo entre os Governos do Brasil e da Venezuela para criar um Centro Binacional Integrado de Epidemiologia favorecerá em muito o trabalho conjunto dos dois países em matéria de saúde e atenção às comunidades indígenas.

Décimo-primeiro, a integração dos dois países continuará tendo como motor fundamental o trabalho diplomático que realizam as Embaixadas e Consulados de ambos os países. A partir das sedes dessas representações se agilizarão, sem dúvida, as decisões que se tomem em reuniões conjuntas de todo tipo. Mas, além das decisões de política exterior da Venezuela e do Brasil, deverão ser levadas em conta as opiniões dos grupos de pressão, nas duas nações. Na Venezuela, os organismos oficiais e privados que participam do impulso de desenvolvimento fronteiriço são os seguintes:

- Consejo Nacional de Fronteras
- Prodesur
- Corporación Venezolana de Turismo
- Autoridad de la Gran Sabana
- Dirección de Extranjería (Dex)
- Instituto de Comercio Exterior
- Cámara de Comercio Venezolana-Brasileña
- Corpindustria
- Fedecamaras
- Interguayana
- Pequiven
- Cámara de Comercio de Sta. Elena de Uairén
- Corporación Venezolana de Guayana (Cvg)
- Ministerio de Transporte y Comunicaciones
- Ministerio de Agricultura y Cría
- Seniat — Aduanas
- Consejo Nacional de Seguridad y Defensa (Seconasede)
- Banco Mercantil
- Cerámicas Carabobo

- Akuena Airlines
- Embajada de Venezuela en Brasil
- Consulado en Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Belém do Pará y Boa Vista
- Ministério de Energia y Minas

No Brasil, os organismos oficiais e privados que participam do impulso do desenvolvimento fronteiriço são os seguintes:

- Ministério das Relações Exteriores
- Embaixada do Brasil na Venezuela
- Governo de Roraima
- Secretaria da Amazônia
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério de Minas e Energia
- Programa em Áreas Estratégicas da Sae/Pr
- Polícia Federal do Pará
- Câmara Venezuelana-Brasileira de Comércio e Indústria
- Sebrae-RR
- Federação de Associações Comerciais e Industriais de Roraima

Décimo-segundo, finalmente se impõe o fortalecimento e consolidação das populações fronteiriças por parte dos dois países. Boa Vista, Santa Elena de Uairen, Puerto Ayacucho, Tabatinga, Leticia e Pacaraima são centros urbanos que necessitam se converter em pólos de atração do elemento humano, sem o qual o desenvolvimento não é possível. A deterioração da qualidade de vida nas fronteiras é outra razão para se integrar. A vida nas fronteiras não é fácil; a falta de incentivos não só do ponto de vista econômico como sanitário, cultural e de serviços públicos eficientes, em geral, é uma tarefa prioritária que ambos os Governos

devem enfrentar se querem ganhar a batalha contra os espaços vazios. Por outro lado, os dois países devem comprometer-se a preservar, respeitar e fazer respeitar a identidade das populações indígenas. O indígena não só reside nesses territórios, tem ali seu domicílio, quer dizer, o assento principal de seus negócios e interesses. O nível de vida do habitante fronteiriço é uma aspiração indiscutível.

O que aqui foi posto é uma filosofia da integração entre a Venezuela e Brasil. A imensidão das fronteiras entre o Brasil e a Venezuela obriga a criar um organismo concreto que tome o pulso e ritmo diário deste propósito maiúsculo de cooperação.

Mas, não podemos perder o entusiasmo deste sentimento de aproximação. Permito-me concluir com o que já escrevera uma vez sobre o relacionamento de nossos dois países: os bosques amazônicos que serviram para nos distanciar não conhecem a separação fronteiriça. Eles só sabem que são América do Sul. Um destino comum nos envolve.

CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS EXPORTADOS E COM POTENCIAL DE EXPORTAÇÃO PARA O BRASIL SEGUNDO CAPÍTULOS DA TARIFA ALFANDEGÁRIA

Capítulos	Código	Descrição do Produto
03: Pescados e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	0307	Camarões
04: Leite e produtos lácteos; ovos de ave; mel natural; produtos comestíveis de origem animal não expressos em outras cláusulas	0402	Lácteos
15: Gorduras e azeites animais e vegetais	1515	Azeites vegetais
19: Preparados à base de cereais de farinha de amido, de fécula ou de leite; produtos de pastelaria	1902 1904 1905	Massas alimentícias Cereais Biscoitos

Capítulos	Código	Descrição do Produto
21: Preparados alimentícios diversos	2103	Molhos
22: Bebidas, líquidos alcóolicos e vinagres	2203	Cerveja
23: Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos para animais.	2309	Alimentos para animais
24: Tabaco e sucedâneos elaborados do tabaco	2402	Cigarros
25: Sal; enxofre; terras e pedras; gessos, cal e cimentos	2501 2522 2523	Sal Cal viva, apagada e hidráulica Cimento
26: Minerais, restos e cinzas	2601 2606	Mineral de ferro de diferentes tipos (inclui metálico) Bauxita
27: Combustíveis minerais, azeites minerais e produtos de sua destilação; matérias betuminosas, ceras minerais	2710	Azeites e gorduras lubrificantes. Liga de freios
31: Fertilizantes	3101 3105	Fertilizantes de origem vegetal ou animal Fertilizantes minerais
32: Extratos utilizados para curtir ou tingir; pinturas e vernizes	3208	Pinturas
33: Azeites, resinóides; produtos preparados e preparações de perfumaria, de toucador ou de cosmética	3305	Xampus, condicionadores

Capítulos	Código	Descrição do Produto
34: Sabões, preparos para lavar, lubrificantes, ceras artificiais e preparadas, de odontologia, etc	3402 3406	Detergentes em pó. Velas de parafina.
38: Produtos diversos das indústrias químicas	3805 3811 3814 3816 3823	Terebentina Desinfetantes Diluentes Rellé refratário para siderurgia Misturas refratárias
39: Materiais plásticos e manufaturas destes materiais	3923	Bolsas plásticas; garrafas térmicas
40: Borracha e manufaturas de borracha	4011 4012	Pneus Tripas de borracha
41: Peles (exceto o comércio de peles finas) e couros	4106	Peles terminadas
44: Madeira, carvão vegetal e manufaturas de madeiras	4401	Lenha de coníferas
48: Papel e papelão, manufaturas de pasta de celulose, de papel ou de papelão	4818	Painéis descartáveis
64: Calçado, polainas, botins e artigos análogos; partes destes artigos	6402	Sandálias plásticas
68: Manufaturas de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou materiais análogos	6806	Lixas

Capítulos	Código	Descrição do Produto
72: Fundição, ferro e aço	7202	Ferosilício granulado 75%
	7207	Palanquilhas
	7208	Produtos laminados a quente, planos de ferro ou de aço sem fundir de largura $\geq A$ 600 mm, sem chapear nem revestir. * Enrolados simplesmente. Laminados a quente, de espessura $< A$ 3 mm e com um limite mínimo de elasticidade de 275 Mpa, ou > 3 mm de espessura e com um limite mínimo de elasticidade de 355 Mpa.
	7209	Produtos laminados planos de ferro ou de aço sem fundir, de largura $\geq A$ 600 mm. Laminados a frio, sem chapear nem revestir * Enrolados simplesmente, laminados a frio, de espessura < 3 mm, com um limite mínimo de elasticidade de 275 mpa, ou de espessura superior ou igual a 3 mm, e com um limite mínimo de elasticidade de 355 mpa
	7213	Arame de ferro ou de aço sem fundir.
	7214	Barras corrugadas e lisas.
	7217	Arame de aço trefilado
73: Manufaturas de fundição de ferro ou de aço	7304	Tubos de ferro
	7307	Acessórios de tubagem
	7314	Regilas eletroforjadas
	7317	Cravos de aço
		Arame de espinhos

Capítulos	Código	Descrição do Produto
76: Alumínio e manufaturas de alumínio	7601	Alumínio bruto
	7601	Lâminas de alumínio
		Cilindros de ligação
	7604	Perfis de alumínio
	7605	Arame de alumínio
	7606	Lâminas lisas (Quadradas ou retas)
		Rolos lisos
	7607	Folhas delgadas de alumínio
	7608	(E <= 0,20mm)
	7614	Tubos de alumínio
	7615	Condutores de alumínio
	7616	Panelas de alumínio
		Pastilhas de alumínio
83: Manufaturas diversas de metais comuns	8301	Fechaduras de portas
84: Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparatos e artefatos mecânicos; partes destas máquinas ou aparatos	8404	Chaves de ajustes
	8418	Unidades de refrigeração.
		Vitrines resfriadoras
	8432	Peças de substituição para implementos agrícolas
	8477	Máquinas para trabalhar em plástico
	8482	Rolineras
85: Máquinas e aparatos elétricos; aparato de áudio e vídeo e as partes e acessórios destes aparatos	8511	Buzinas
		Bobinas de incêndio
	8539	Faróis de veículos
	8544	Cabos para velas de motor. Cabos de incêndio. Cabos de alumínio para alta e baixa tensão. Arame esmaltado de cobre.
	8545	Eletrodos para soldagem. Eletrodos do tipo utilizado em fornos.
	8547	Isoladores de cerâmica.

Capítulos	Código	Descrição do Produto
94: Móveis; mobiliário médico-cirúrgico, artigos de cama; anúncios e letreiros luminosos; construções pré-fabricadas	9403 9404	Vitrines Colchões
96: Manufaturas diversas	9603	Vassouras, escovas.

CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS EXPORTADOS E COM POTENCIAL DE EXPORTAÇÃO PARA O BRASIL PELA CVG SEGUNDO CAPÍTULOS DA TARIFA ALFANDEGÁRIA

Capítulos	Código	Descrição do Produto
25: Sal; enxofre; terras e pedras; gessos, cal e cimentos	2522	Cal viva, apagada e hidráulica
26: Minerais, restos e cinzas	2601	Mineral de ferro de diferentes tipos (inclusive metálico)
	2606	Bauxita
28: Produtos químicos inorgânicos, compostos inorgânicos ou orgânicos dos metais preciosos, dos elementos radiativos, dos metais das terras raras ou isótopos	2818	Alumina eletro fundida branca calcinada a granel para uso metalúrgico
	2843	Metais preciosos, compostos de ouro
44: Madeira, carvão vegetal e manufaturas de madeira	4401	Lenha de coníferas
72: Fundição, ferro e aço	7202	Ferrosilício granulado 75%
	7202	Backyard
	7207	Palanquillas
	7208	Produtos laminados a quente, planos de ferro ou de aço sem fundir de largura \geq A 600 mm, sem chapear nem revestir . * Enrolados simplesmente laminados a quente, de espessura $<$ A 3 mm e com

Capítulos	Código	Descrição do Produto
	7209	<p>um limite mínimo de elasticidade de 275 Mpa, ou > 3mm de espessura e com um limite mínimo de elasticidade de 355 Mpa.</p> <p>Produtos laminados. Planos de ferro ou de aço sem fundir, de largura > = A 600 mm, laminados a frio, sem chapear nem * enrolados simplesmente laminados a frio, de espessura < 3mm, com um limite mínimo de elasticidade de 275 mpa, ou de espessura superior ou igual a 3 mm, e com um limite mínimo de elasticidade de 355 mpa.</p> <p>Arame de ferro ou de aço sem fundir</p> <p>Barras corrugadas e lisas</p>
76: Alumínio e manufatura de alumínio	7213 7214	<p>Alumínio bruto</p> <p>Pranchões de alumínio</p> <p>Cilindros de liga.</p> <p>Lâminas lisas (quadradas ou retas) Rolos lisos</p>

CORPORAÇÃO VENEZUELANA DE GUAYANA
VICE-PRESIDÊNCIA CORPORATIVA DE
COMERCIALIZAÇÃO
INVENTÁRIO DE ÁREAS DE OPORTUNIDADES NO
DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO

Assunto	Área de Oportunidade	Solução Sugerida	Organismo Responsável
Consular	Horário de escritório migratório	Homologá-los	DEX. Dir. Geral de Alfândega. DPF. Receita Federal, Fundação Nacional da Saúde
	Ausência de representação consular em Villa Pacaraima	Abertura de escritório	DEX.
	Ausência de uniformidade nos prazos de circulação	Homologá-los	DEX. DPF
	Ausência de uniformidade nos procedimentos de outorgamento e extensão de vistos	Homologar e reciprocidade nos procedimentos	DEX. DPF
Transporte e comunicações Turismo	Comunicação deficiente Boa Vista-Manaus	Asfaltar e construir ligações de pontes apropriadas	Governos de Roraima e Amazonas
	Falta de controle de pesagem de carga na estrada cidade Bolivar — Santa Elena	Instalação de balanças e pedágio	MTC. Governo de Bolívar

Assunto	Área de Oportunidade	Solução Sugerida	Organismo Responsável
	Ausência de alternativas de transporte aéreo	Incorporação de linhas na rota Pto. Ordaz, Santa Elena, Boa Vista e Manaus	MTC. Ministério de Transporte brasileiro e setor privado binacional
	Ausência de telecomunicações	Desenvolvimento dos projetos identificados	MTC. Ministério de Telecomunicações brasileiro e setor privado binacional
	Cobrança de taxas não recíprocas aos transportadores de cargas, passageiros e particulares	Reciprocidade	Ministério de Relações Exteriores e homólogos brasileiros
	Ausência de interconexão entre os rios Orinoco e Amazonas	Interconexão	Governos de Venezuela e Brasil
	Excessivo controle de mercadoria na Venezuela	Atar a mercadoria desde sua origem e dar início ao manifesto de carga e à carga de porte internacional	Ministério da Fazenda, Alfândega
Turismo	Deficiência nos serviços conexos para atender a crescente demanda	Melhor dotação da infraestrutura celebração de seminários e reuniões entre as autoridades e operadores turísticos.	DEX. GN. Governo do Estado Bolívar e Amazonas, CVG CORPOTURISMO

Assunto	Área de Oportunidade	Solução Sugerida	Organismo Responsável
	Limitação ao livre trânsito turístico de veículos e pessoas	Acordo de livre trânsito de veículos entre Serra Lema e Caracaráí	MTC, MRI, CORPOTURISMO e autoridades homologas no Brasil.
Licenças sanitárias	Esforços isolados para o controle de enfermidades endêmicas e epidêmicas	Criação do Conselho Binacional integrado para a saúde	MSAS e seu homólogo brasileiro, Governos dos Estados Bolívar, Roraima e Amazonas
	Ausência de reciprocidade no outorgamento de permissões fito e zoo-sanitárias	Reciprocidade. Homologação e simplificação de procedimentos. Maior difusão das normas.	MSAS e homólogos brasileiros
Aspectos culturais e educativos	Falta de cátedras que ajudem no fortalecimento do comércio internacional	Convênio de cooperação entre as instituições acadêmicas pertinentes.	UNEG, UFRR
	Baixo nível educacional em matéria de comércio internacional no nível de autoridades e empresários	Coordenação de cursos de atualização	Universidades, Escola de Fazenda, AVEX, CVG-ICE e outros.
	Pouco conhecimento das manifestações culturais	Incrementar o intercâmbio cultural	Governos Nacionais e Regionais
Produtos de interesse	Ausência de listas de produtos e serviços de interesse do comércio fronteiriço.	Estabelecer mecanismos de identificação de itens prioritários	CVG-ICE SEBRAE, Câmaras Consulados, Embaixadas e outros

Assunto	Área de Oportunidade	Solução Sugerida	Organismo Responsável
	Tarifa elevada, baixa preferência e outros impostos	Revisão e minimização dos obstáculos	ICE, Ministério da Fazenda e homólogos
	Existência de diversas barreiras não-alfandegárias	Eliminá-las progressivamente	ICE, Ministério da Fazenda e Homólogos
Informação comercial	Limitações no acesso à informação sobre oportunidades e ameaças que afetam o comércio de produtos e serviços	Assinatura de convênios para intercâmbio de informação	C V G - I C E . SEBRAE. Câmaras, Consulados e outros
	Falta de coordenação nos eventos internacionais	Programação e difusão adequadas	C V G - I C E , SEBRAE, Câmaras, Consulados e outros
	Desconhecimento da demanda e oferta potencial	Organização de missões conjuntas. Monitoração por meio do Conselho de Integração Empresarial	Setor público e privado de ambos países
	Falta de conhecimento de instituições de apoio ao comércio por parte do empresariado regional	Coordenar reuniões e seminários de divulgação de serviços oferecidos	World Trade Center, Promexport, AVEX, TIPS, CADEX-SISEC (ICE)
	Desconhecimento de normas sobre práticas desleais no comércio internacional	Reuniões de trabalho informativas e de atualização sobre a matéria	CVG, ICE

Assunto	Área de Oportunidade	Solução Sugerida	Organismo Responsável
	Desconhecimento de normas em matéria cambial	Reuniões de trabalho informativas e de atualização sobre a matéria	OTAC, Bancos Privados
	Controle de preços que causa restrição a saída de certos produtos	Informar adequadamente a empresários e autoridades sobre os produtos cuja exportação está proibida.	Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento CVG-ICE
Conselho Empresarial	Baixa representatividade dos atores do comércio internacional.	Incrementar a participação, a frequência e a difusão dos resultados obtidos.	Setor público e privado de ambos países
	Falta de regulamentação de funcionamento do Conselho.	Elaboração do regulamento	Direção do Conselho
	Pouca presença do setor serviços	Incrementar a presença desse setor	Conselho

Integração Energética: Brasil-Venezuela

Marluce Pinto

Energia

Considerando a grave questão da insuficiência energética no Norte brasileiro, onde é constatada uma demanda crescente e onde o setor produtivo é visivelmente prejudicado, nos deparamos hoje, notadamente em Boa Vista, com um sério problema cuja solução é urgente e deve ser abraçado como prioridade número um.

À vista de informações, análises e resultados de estudos que há muito vêm elaborando as autoridades roraimenses, podemos apresentar um breve resumo da atual situação energética de Roraima, e alternativas de suprimento ao mercado de energia elétrica nos próximos anos.

O Sistema Boa Vista, o mercado de energia elétrica e a caracterização da demanda

O Sistema Boa Vista é constituído pela capital, onde se concentra 80% da população, e pelas localidades interligadas de Mucajaí e Tamandaré, pertencentes ao sistema da Cer (Companhia Energética de Roraima). É um sistema inteiramente termoelétrico, em que a geração e a distribuição foram assumidas pela Eletronorte em setembro de 1989. Seu parque gerador é composto por usinas termoelétricas, operando exclusivamente com óleo diesel, e representa 90% da capacidade nominal instalada em Roraima, respondendo pelo atendimento de 85,5% dos requisitos de energia do Estado, incluindo a capital e as localidades interligadas Mucajaí e Tamandaré, pertencentes ao Sistema Cer. A Cer responde pelo atendimento ao restante da carga no interior do Estado, possuindo dezessete localidades sob sua responsabilidade.

Ressalte-se que aproximadamente 50% das unidades do parque gerador da Eletronorte têm idade média superior a 15 anos, sendo que a

situação operacional deste parque gerador, em dezembro de 1993, apresentava cinco unidades da UTE Boa Vista II indisponíveis por problemas diversos, o que reduzia sua disponibilidade efetiva para 12,5 MW, ou seja 57% de sua capacidade.

Devido à idade das unidades e suas condições operacionais, o sistema não possui reserva adequada de geração. Outra restrição operativa é relativa à limitação da rede de distribuição pelos equipamentos de proteção, além da sobrecarga em alimentadores mais longos que atendem a bairros populosos de consumidores de baixa renda. Algumas obras relativamente recentes, contudo, já permitem o remanejamento total de cargas, quando necessário.

O atendimento de energia elétrica ao Sistema Boa Vista é feito pela Eletronorte através do Serviço de Energia Elétrica de Boa Vista que atende a capital do Estado e ainda supre duas localidades do Sistema Cer: Mucajaí e Tamandaré. Essa energia é comprada da Eletronorte, sendo suprida pela LT-13,8 KV Boa Vista-Mucajaí, com 50 quilômetros de extensão.

A maioria das localidades de pequeno porte ainda são atendidas pela Cer, que desde o final dos anos 80 vem executando um programa de incorporação dessas localidades com pequenos grupos geradores em convênio com as prefeituras locais.

Destaca-se que o Sistema Boa Vista atende um mercado com predominância do consumo residencial, o que, devido a seu peso na estrutura do consumo de energia elétrica, puxa para cima a taxa de consumo total. A taxa média de atendimento na classe residencial, definida pela divisão entre o número de consumidores e o total de domicílios, deve atingir mais de 90% no ano 2.003. Outra classe que tem contribuído para a elevação do consumo global desse sistema é a comercial.

Somando-se as classes “Poderes Públicos, Serviços e Iluminação Pública”, constata-se que o Governo é o segundo maior consumidor de energia em Roraima.

Outro aspecto a ser destacado com relação à geração de energia em Roraima refere-se à capacidade de tancagem de óleo diesel. Nos períodos considerados críticos, notadamente nos períodos de estiagem que provoca a baixa do Rio Branco, e compromete sua navegabilidade, tem sido necessária a importação, através da Petrobrás, de óleo diesel

venezuelano. Recentemente, durante os meses de fevereiro, março e abril de 1995, essa estocagem mostrou-se insuficiente, quase causando um colapso na geração de energia em Boa Vista, inclusive com a falta de combustíveis para veículos. A falta de navegabilidade do Rio Branco impede a utilização das costumeiras balsas de grande calado no transporte de combustíveis vindos de Manaus.

Conclusões

À vista das informações acima, concluímos o seguinte:

1 - A situação energética atual do Estado configura-se na área de energia elétrica pela existência de um verdadeiro arquipélago de subsistemas elétricos isolados, destacando o da capital que representa atualmente cerca de 87% do consumo estadual de eletricidade;

O subsistema de Boa Vista é abastecido pela Eletronorte através de um parque termoelétrico constituído por grupos diesel (GD), num total de 75MW de potência efetiva, tendo como combustível o óleo diesel.

Os outros subsistemas isolados, situados no interior do Estado e de responsabilidade da Cer, são abastecidos por grupos dieselétricos, apresentando, na maioria dos casos, condições operacionais precárias, implicando a necessidade de manter um elevado índice de reserva de potência.

A atividade de abastecimento de derivados de petróleo (e álcool) a Roraima é levada a efeito pela Petrobrás Distribuidora.

O centro de suprimento desses combustíveis, no âmbito da Amazônia Ocidental, é a cidade de Manaus, onde está instalado um terminal e a Petrobrás conta com a instalação de uma refinaria, cuja produção representa algo em torno de 20% da demanda regional.

Nestas condições, para o atendimento total da demanda regional de derivados de petróleo (e álcool), ocorre em Manaus larga movimentação de combustíveis provenientes de outros centros de refino em território nacional e importados, inclusive da Venezuela.

Estes combustíveis alcançam Caracará por via fluvial, através do rio Negro e seu afluente, o rio Branco, utilizando balsas acionadas por rebocadores. O fator crítico da garantia de suprimento de combustí-

veis ao mercado roraimense é condicionado pelo regime de navegabilidade do rio Branco, principalmente no período de fevereiro a abril.

2 - O mercado energético estadual, historicamente, vem evoluindo com níveis expressivos de crescimento. Nos últimos anos, a taxa média de crescimento do consumo energético foi da ordem de 9,3%, sendo 9,9% para energia elétrica (inclusive autoprodutores), 10,2% para derivados de petróleo (e álcool) e 5,5% para a lenha utilizada diretamente ou sob forma de carvão vegetal (neste caso, para consumo e uso doméstico/familiar).

Ao final de 1994, entrou em operação a primeira unidade geradora de 2,5 MW da Hidrelétrica de Jatapu (10MW), representando a introdução de uma nova fonte de natureza renovável no esquema de suprimento energético ao Estado.

3 - As previsões de crescimento do mercado energético de Roraima no horizonte decenal, até 2.004, são decorrentes de cenários estabelecidos pelo Órgão Colegiado das Concessionárias Brasileiras do Setor Elétrico (CGPS) e pela Petrobrás para os mercados de energia elétrica e derivados de petróleo e álcool.

Quanto às previsões do consumo de lenha, admitiu-se um cenário único, baseando-se na tendência histórica de longo prazo e nos estudos de diagnósticos realizados pelo SEBRAE/RR, tendo em vista a utilização desse recurso sob forma racional e sustentável.

Esses cenários foram compatibilizados convencionando três trajetórias de referência: a superior, a média e a inferior. As previsões de crescimento da demanda energética, segundo o cenário médio, foram tomadas como referência para a formulação das alternativas de suprimento energético.

Os desvios das projeções do mercado energético, segundo os cenários superior e inferior, em relação ao médio, no fim do horizonte de estudo (ano 2.004), são respectivamente de + 15% e — 10% para a energia elétrica e + 7% e — 16% para derivados de petróleo e álcool.

Nas previsões do mercado de energia elétrica, a demanda estadual foi subdividida na correspondente à da capital, incluindo as sedes dos municípios vizinhos de Mucajaí, Alto Alegre e Caracará e no aglomerado das demais localidades do interior do Estado.

As taxas médias de crescimento anual do consumo no período de 1995-2004, segundo o cenário médio, são 9,1% para derivados de petróleo e álcool, 10% de energia elétrica e 5% de lenha.

4 - No que concerne aos recursos energéticos de Roraima, passíveis de serem utilizados para atender de forma direta ou indireta às necessidades do mercado estadual, constata-se que Roraima dispõe de abundantes reservas, a começar pelo montante do potencial hidrelétrico, estimado e inventariado pelos reconhecidos recursos florestais, destacando-se o potencial avaliado de lenha nativa em regime de exploração racional.

5 - Dentre os aproveitamentos que integram o potencial hidrelétrico de Roraima, foram selecionados para fazer parte das alternativas de suprimento ao mercado de energia elétrica os projetos do Cotingo (1a. etapa) 4x34 MW e Bem Querer (6x58 MW).

Anexos:

1 - Relatório da Sudam sobre “Balanço Energético de Roraima - 1985/1993”

2 - Do mesmo trabalho: “Intercâmbio Energético com a Venezuela”.

Anexo 1: Balanço Energético de Roraima -1985/1993

A hidrelétrica Cotingo foi alvo de recente revisão na concepção do projeto de engenharia em função de um novo estudo “Revisão da Viabilidade Técnica e Econômica da UHE Cotingo” acompanhado pelos respectivos “Estudos de Impactos Ambientais — EIA” e “Relatório de Impacto do Meio Ambiente — RIMA” realizados por iniciativa do Governo de Roraima sob contrato com firma de consultoria.

Em concordância com a legislação ambiental vigente, no final de 1994 foi emitida a denominada licença prévia pelo órgão ambiental do Estado, contendo inúmeras exigências a serem cumpridas no prazo de 6 meses, pela parte interessada.

As características da hidrelétrica Bem Querer em etapa de inventário se baseiam nos estudos do “Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia — ENERAM”, realizados no início da década de 1970.

Com relação ao aproveitamento hidrelétrico Paredão (27 MW) optou-se por não selecioná-lo devido a situação de pendência judicial em curso e suas limitadas disponibilidades, diante dos níveis de mercado previstos para o período em análise.

No âmbito da integração fronteira do Brasil com os países vizinhos participantes do “Tratado de Cooperação Amazônica”, em particular no que se refere à Venezuela, destaca-se a situação privilegiada do Estado de Roraima. O “Acordo de Complementação Econômica”, celebrado entre o Brasil e a Venezuela, em 14 de junho de 1994, na cidade de Caracas, constitui importante passo para promover o desenvolvimento fronteiro dos mencionados países.

No campo energético, algumas propostas de interesse de ambos os países têm sido colocadas em negociação, sobressaindo a implantação da denominada Interligação Elétrica Brasil-Venezuela, constando de uma linha de transmissão em extra de alta tensão com aproximadamente 1.600 km de extensão, conectando o complexo hidrelétrico venezuelano Guri — Macaguá II (12.540 MW) aos mercados de Boa Vista e Manaus.

Outro projeto em discussão refere-se à interligação elétrica de pequeno porte conectando as cidades fronteiriças de Pacaraima (Brasil) e Santa Helena de Uairen (Venezuela).

Com vista ao atendimento das previsões de crescimento do mercado energético, segundo o Cenário Médio, foram formuladas as alternativas de suprimento energético, estruturadas setorialmente, ou seja, para energia elétrica, derivados de petróleo e álcool e lenha.

Considerando a inter-relação dos Setores Elétricos e de Petróleo no Estado de Roraima, e em conta o uso intensivo de óleo diesel na geração termoelétrica estadual, foram inicialmente identificadas as alternativas de suprimento à demanda de energia elétrica, uma vez que a implantação de quaisquer dessas alternativas provocará efeitos substanciais no mercado de derivados de petróleo.

Por outro lado, as alternativas do Setor Elétrico referem-se ao mercado sob influência do Subsistema de Boa Vista, incorporando as sedes dos municípios vizinhos de Macajá, Alto Alegre e Caracará e, dessa forma, propiciando o início de formação do denominado Sistema Interligado Estadual de Roraima.

Os projetos cogitados para integrar as alternativas de suprimento à demanda de energia elétrica, à exceção de unidades termoelétricas, só estarão disponíveis para comissionamento em fins do ano 2000. Assim sendo, as alternativas visam, na realidade, atender aos requisitos do mercado no período de 2001 a 2004.

Nessas condições, até 2000 inclusive, o crescimento da demanda de energia elétrica ainda deverá ser suprida a partir da ampliação da capacidade geradora do Parque Termoelétrico de Boa Vista, pela instalação de uma unidade adicional de turbina a gás de 20 MW em 1997, também utilizando óleo diesel como combustível.

Portanto, essencialmente, se visualizam as seguintes alternativas de suprimento ao mercado de energia elétrica no período 2001 — 2004.

Térmica: Ampliação adicional do parque Termoelétrico de Boa Vista, pela instalação de mais uma unidade de turbina a gás de 20 MW, consumindo óleo diesel, prevista para 2002.

Cotingo: Construção da primeira etapa da hidrelétrica Cotingo com instalação de quatro unidades de 34 MW, totalizando 136 MW e respectivo sistema de transmissão associado.

Guri: Implantação de Subestação Abaixadora em Boa Vista, módulo 4 x 33 MVA, conectada à Interligação Elétrica Brasil — Venezuela.

Cotingo-Guri: Alternativa mista, adequando a construção da primeira etapa de Cotingo e respectivo sistema de transmissão associado com o suprimento proveniente da Interligação Brasil — Venezuela.

Bem-Querer: Construção da hidrelétrica Bem-Querer, levando em conta indispensável revisão e aprofundamento do correspondente projeto de engenharia e de avaliação ambiental, incluindo ainda o sistema de transmissão associado.

Para atendimento à demanda de derivados de petróleo e álcool no horizonte até 2004, foram formuladas essencialmente duas alternativas de suprimento, considerando que o aumento de oferta requerido provinha do Terminal de Manaus — TEMAN (responsável pelo abastecimento de toda a Amazônia Ocidental) ou, levando em conta a possibilidade de se complementar o suprimento do TEMAN com importações oriundas da Venezuela a partir da região fronteira através da rodovia BR-174 que se conecta com o sistema viário desse País.

Essa complementação se processará, basicamente, para situações de emergência e, a princípio, se restringiria ao óleo diesel, como já ocorreu no passado, 1991 e 1992, podendo, no entanto, ser ampliada no contexto dos acordos comerciais envolvendo a Petrobrás e sua congênere venezuelana.

Com relação à lenha, não se tentou formular alternativas de suprimento propriamente ditas, mas explicitar alguns projetos em fase de análise pelo Sebrae- Roraima, que contribuirão substancialmente para o uso racional e sustentável desse recurso energético no Estado. Esses projetos referem-se à Associação dos Oleiros de Boa Vista, visando melhorias de organização do processo de produção, comercialização e instalação de equipamentos apropriados nos empreendimentos artesanais de fabricação de tijolos e telhas e ao projeto de fabricação de briquetes aproveitando resíduos das indústrias madeireiras e de projetos de reflorestamento.

As alternativas de suprimento de energia elétrica foram analisadas em consonância com os objetivos e o alcance estabelecidos para a elaboração desse trabalho sob o ponto de vista técnico e econômico no período 2001-2004.

Essa análise consistiu, em primeiro lugar, na preparação, para cada alternativa, de um balanço energético, portanto, uma abordagem simplificada, considerando as condições de atendimento quando se comparam as disponibilidades de potência e energia firme de cada alternativa com os correspondentes requisitos de ponta (necessidades de geração de energia elétrica) do mercado a ser abastecido.

Em seguida, foram estimados os custos de geração ou de suprimento de energia elétrica associados a cada alternativa, segundo critérios uniformes adotados e com base na energia firme disponível e no requisito de energia do mercado a ser atendido no ano 2004.

Os resultados obtidos indicam, sob o prisma técnico e econômico, que as alternativas Cotingo, Guri e Cotingo-Guri se comparam favoravelmente em relação às demais.

Com base nos orçamentos e critérios adotados verifica-se que os custos de energia elétrica associados ao suprimento proveniente da Interligação Brasil-Venezuela, excluindo o componente de investimento desse projeto, superiores a 21.0 US\$/MWh tendem a tornar Cotingo a alternativa mais competitiva.

A necessidade de se manter um nível adequado de reserva de potência e de energia em Boa Vista, em relação à alternativa Guri, objetivando manter confiabilidade de suprimento, pode resultar numa situação atrativa para a alternativa Cotingo-Guri, convenientemente ajustada em função do ritmo de crescimento do mercado.

Na realidade, os ganhos energéticos mútuos de Cotingo e Guri, em operação coordenada, a eventual aceleração na taxa de crescimento do mercado, no sentido do Cenário Superior e um horizonte de análise pouco mais extenso, contribuem para o aumento de competitividade dessa alternativa, caracterizando esses projetos como não-excludentes.

No que se refere às alternativas de suprimento de derivados de petróleo e álcool, visando aumentar a oferta desses combustíveis até o ano 2004, verifica-se um quadro de variáveis sujeitas a diferentes graus de incertezas, afetando o atendimento a Roraima a partir do Terminal de Manaus (Teman).

Excluindo as incertezas quanto às variações de crescimento da própria demanda, fatores relacionados às condições de navegabilidade do Rio Branco, as dificuldades quanto ao asfaltamento da rodovia BR-174 no trecho Manaus-Caracará e, principalmente, a decisão a ser tomada quanto à escolha da alternativa de suprimento ao mercado de energia elétrica, põem em risco a garantia de suprimento desses combustíveis à Roraima.

Com vistas a contrapor a esses fatores de riscos, afetando o processo de suprimento de derivados de petróleo e implicando, portanto, em maior grau de confiabilidade uma das alternativas leva em conta a possibilidade de se complementar, diante de situações de emergência, o suprimento procedente do Teman, com parcela de importação da Venezuela através da região fronteiriça, ou seja, utilizando a rodovia BR-174 que se conecta ao sistema viário desse país.

As proporções desse fornecimento, frequência, tipos de combustíveis e outras condições, inclusive preço, deverão ser negociados no contexto dos acordos comerciais envolvendo a Petrobrás e sua congênere venezuelana, em especial a Corpoven, subsidiária distribuidora de derivados de petróleo da holding Pdvs, com atuação no vizinho Estado de Bolívar.

Conforme apontado no capítulo introdutório, outros aspectos igualmente relevantes não foram considerados nas análises e avaliações leva-

das a efeito nesse relatório, destacando-se os relacionados ao meio ambiente, que afetam sob diferentes ângulos as alternativas do suprimento energético de Roraima.

Outros fatores de natureza institucional (subsídios duplamente vinculados ao uso do óleo diesel para fins termoeletrônicos, como os alocados ao transporte e à geração de eletricidade por concessionárias); política (retorno da concessão de Boa Vista em favor da Cer, interesses nacionais e regionais) poderão também influenciar a decisão quanto à escolha da alternativa de suprimento energético de Roraima julgada mais adequada.

Anexo 2: Intercâmbio Energético com a Venezuela

A Venezuela possui uma área territorial de 916.445 km², limitando ao Norte com o Mar do Caribe, ao Sul com o Brasil, a Oeste com a Colômbia e ao Leste com a Guiana. A população total no ano de 1992 alcançou cerca de 20.2 milhões habitantes, enquanto o Produto Interno Bruto para o mesmo ano era da ordem de 52.775 x 10³ US\$ (base 1980), sendo de 22% o peso relativo das atividades petrolíferas.

Os recursos energéticos desse País, resumidos a seguir com base nos dados da Olade — (Organização Latino-americana de Energia) — Energia em Cifras” de 1993, são reconhecidamente abundantes, valendo destacar o petróleo e o gás natural, situação que ensejou sua participação na OPEP.

Petróleo	63.360 x 10 ⁶ barris
Gás Natural	3.530 x 10 ⁹ m ³
Carvão Mineral	2.981 x 10 ⁶ t
Potencial Hidrelétrico	86.000 MW

A divisa da Venezuela com Roraima se faz através dos Estados de Bolívar, ao Norte, e Amazonas, ao Oeste, este fazendo também fronteira com o homônimo brasileiro. O Estado de Bolívar, com 238 mil km², o maior da Venezuela, ocupa aproximadamente a quinta parte do território desse país, tendo uma população de 1.026.962 habitantes, referente a

1992, tendo como capital a cidade de Bolívar, situada às margens do Rio Orinoco, distante 742 km da fronteira do Brasil, por rodovia até a cidade de Santa Elena de Uairen.

Na confluência do Rio Caroni com o Orinoco está situada outra importante cidade desse Estado, principal pólo industrial do País e importante porto fluvial, a cidade de Guayana, constituída por dois centros populacionais, San Felix e Puerto Ordaz.

No campo energético, algumas propostas de interesse de ambos os Países têm sido colocadas em negociação, destacando-se, naturalmente, o suprimento de energia elétrica por meio da denominada Interligação Brasil-Venezuela, que consiste em uma linha de transmissão em extra alta tensão com cerca de 1.600 km conectando o complexo constituído pelas hidrelétricas Guri (10.000 MW) — Macagua II (2,540 MW), total 12.540 MW no Rio Caroni, afluente do Orinoco pela margem direita, aos mercados de Boa Vista e Manaus.

A primeira avaliação técnica e econômica dessa linha foi realizada no âmbito de um Grupo de Trabalho interno da Eletrobrás, ainda no ano de 1990. Nessa época optou-se por uma linha tronco constituída por circuito em 500 KV e quatro subestações intermediárias a cada 400 Km, inclusive a de Boa Vista, visando proporcionar as necessárias condições de estabilidade elétrica para a operação da linha. Em Boa Vista previa-se instalar uma Subestação Abaixadora com um banco de quatro transformadores monofásicos de 33 MVA (um de reserva) e tensão 500/138 kv.

Em meados de 1994, foi constituído um Grupo Técnico de Trabalho Brasileiro — Venezuelano, em decorrência dos entendimentos do encontro presidencial de “La Guzmania”, através do qual propõe-se definir entre outros aspectos as características da Interligação Brasil — Venezuela, a carga e o respectivo custo da energia elétrica a ser suprida pelo Sistema Elétrico Interligado Venezuelano, e não mais especificamente pela hidrelétrica de Guri.

Diversos esquemas topológicos têm sido propostos em corrente alternada e contínua, tensões de 400 kv (Venezuela) e 500 kv (Brasil), constatando-se que as atuais estimativas de custo da interligação giram em torno de 500 milhões de dólares, com diferenças mínimas entre as alternativas estudadas.

Ainda no próprio Rio Caroni, à jusante do mencionado complexo Guri-Macagua II, duas outras hidrelétricas estão previstas para entrada em operação no período 2002-2005. Trata-se dos projetos de Caruachi (2.078 MW) e Tocoma (2.078 MW).

Ainda na área de energia elétrica, propõe-se interligar sistemas elétricos isolados de localidades fronteiriças e, nesse caso, inclui-se Pacaraima e Sta. Elena de Uairen, com benefícios para ambos os sistemas.

O sistema elétrico de Santa Elena, suprido pela empresa venezuelana Cadafe, tinha, no final de 1994, uma capacidade instalada de 4.145 kw sendo 3.650 kw efetivo, composta por grupos dieselétricos, enquanto a demanda máxima registrada em torno de 1.800 kw/h. Por sua vez, em Pacaraima estão instalados dois grupos diesel totalizando 652 kw (600 kw efetivo) e uma demanda máxima de 370 kWh/h.

As empresas concessionadas Cer (Brasil) e Cadafe (Venezuela) já vêm realizando contatos informais visando o intercâmbio de informações sobre as principais características técnicas e o mercado desses sistemas fronteiriços.

Venezuela-Brasil: Inventário de uma Relação Amistosa

Alejandro Mendible Zurita

“A Venezuela é um sócio prioritário do Brasil...”; Fernando Henrique Cardoso, Aeroporto de Maiquetia, 10 de dezembro de 1994

Introdução

Numa análise de conjunto da história dos limites da Venezuela com seus países vizinhos, destacam-se as relações com o Brasil como aquelas em que as controvérsias têm alcançado um grau menor de antagonismo. Desde 1859, ano em que se encerrou uma velha disputa herdada dos tempos coloniais, as relações vêm se desenvolvendo de maneira harmônica. Como um fato discordante, em fins de 1989, produziu-se um grave incidente na fronteira, causado pelos garimpeiros ilegais de ouro. Todavia, o rápido e efetivo entendimento diplomático entre as duas chancelarias conseguiu superar o incidente, normalizando e elevando as relações a um grau promissor.

Numa retrospectiva global das relações, observa-se que os contatos de aproximação permaneceram distantes até fevereiro de 1973, quando pela primeira vez realizou-se uma reunião presidencial entre os dois países. Posteriormente, o dinamismo e a convergência de eventos transcendentais, tanto no marco nacional como no internacional, têm criado conjunturas favoráveis para acelerar o processo de aproximação entre os dois países: no Brasil, o advento das administrações civis e a ampliação da democratização; na Venezuela, o agravamento da crise econômica que, desde 1983, a obriga a buscar novas opções. A busca de uma nova ordem internacional como produto da superação do comunismo e, em nosso continente, o surgimento do Mercosul como um marco de referência válido. Tudo isso vem contribuindo para potencializar as visitas presidenciais que, de maneira alternada, vêm-se realizando entre os dois países. Estas reuniões têm constituído a plataforma propícia para

ampliar e incrementar as novas possibilidades das relações. Consequentemente, estas serão fortalecidas com a próxima visita a Caracas do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 5 de julho, data da Independência da Venezuela.

O Protocolo de Guzmania, assinado no encontro dos Presidentes Rafael Caldera e Itamar Franco, em março de 1994, corporifica o atual estado promissor das relações econômicas e comerciais. Esta situação está criando uma expectativa de otimismo tendente à constituição do eixo Caracas-Brasília que permitirá abrir novos espaços ao livre comércio do Mercosul. Para a Venezuela, esta possibilidade abre uma saída histórica viável que lhe permitirá diminuir sua alta dependência da órbita do Norte.

No presente, segundo manifestação dos mais altos porta-vozes oficiais, as relações se encontram num nível ótimo. Por isso é que podemos dizer que se trata de um caso único em nossas relações diplomáticas com países vizinhos.

Antecedentes

No começo difuso do povoamento sul-americano, os territórios atuais que de maneira contínua ocupam Brasil e Venezuela serviram de trânsito a diferentes povos. Os antropólogos coincidem em assinalar que, em sua maioria, as diferentes etnias, inclusive os bravos Caribes, procediam da Bacia Amazônica.¹ Durante o longo período colonial, a habilidade da diplomacia luso-brasileira logrou ampliar as demarcações mais além do estipulado originalmente pelo impreciso Tratado de Tordesilhas. Com o transcorrer do tempo e a união das duas coroas entre 1580 e 1640 surgiram ações tendentes à expansão do Brasil até o norte, situação que será convalidada pelo Tratado de Madrid, em 1750, conhecido como o do “Bom Retiro”. Na trama que conduziu à aceitação desse Tratado destaca-se a inteligente atuação de Alexandre de Gusmão, a quem se atribui ser um dos primeiros promotores do *uti possidetis de facto*. Ele

1 Walter Coopens, *Los aborígenes de Venezuela*. Caracas, Fundação La Salle. Instituto Caribe de Antropologia e Sociologia, 1980. Exceção constituem os “timoto cuicas” procedentes da área de influência andina.

conseguiu incorporar no preâmbulo do Tratado de Madrid a famosa determinação mediante a qual “cada parte há de ficar com o que atualmente possui”. Todavia, o Tratado de Santo Idelfonso, de 1777, foi aceito em princípio pela Gran Colômbia para estabelecer seus limites com o Brasil. Simón Bolívar designou seu parente o Coronel Leonardo Palacio para ir ao Rio de Janeiro como primeiro representante junto ao Império e, em 6 de junho de 1826, o Secretário de Relações Exteriores, Joseph Revenga, envia uma correspondência instruindo-o sobre sua missão, que consistia em tomar como referência o tratado antes mencionado.

Os atuais limites da Venezuela e do Brasil se fundamentam no Tratado de 1859; e dentre os diferentes acordos limítrofes estabelecidos pela Venezuela é o que alcançou maior vigência. O tratado foi elaborado quando era Ministro das Relações Exteriores do Império do Brasil o Visconde de Rio Branco, durante o reinado de Dom Pedro II. Uma vez aprovado o acordo, em 1860, este passou a constituir um marco de grande significação nas relações diplomáticas e constitui o ato jurídico de referência, ainda válido, no qual se estabelecem os pontos que resolveram o prolongado litígio, produto da rivalidade entre as coroas de Portugal e Espanha.²

No momento da dissolução da Gran Colômbia, o Império do Brasil encontrava-se em uma posição relativamente mais vantajosa que a da Venezuela, porque não tinham ocorrido irrupções de caudilhismo nem a desintegração territorial de seus vizinhos. Ademais, as partes povoadas em cada país se encontravam muito distantes entre si. Naquele momento, a tarefa por resolver entre os dois países era o estabelecimento de fronteiras estáveis, mediante tratados duradouros, ainda que as demarcações se mantivessem sem delimitações concretas. A linha fronteiriça era um traçado difuso e impreciso que corria sobre territórios naturais e no meio de uma imensidão praticamente virgem.

A separação territorial entre Venezuela e Brasil apresentava-se como um caso importante por resolver, apesar dos ditos espaços estarem bastante distantes dos centros de decisão nacional. A escassa concentra-

2 “Informe da Comissão de Relações Exteriores do Senado sobre o Tratado de ‘Limites e Navegação Fluvial’ celebrado entre Venezuela e Brasil em 5 de maio de 1859” (em) Blanco e Azpúrua. *Documentos para la Historia de la Vida Pública del Libertador*, t.VIII. p.398.

ção demográfica da Venezuela rural, naquele momento, era na zona centro-costeira, de tal maneira que seu interesse se orientava para o Caribe. Era quase inexistente o contato humano nas fronteiras amazônicas, muito poucos eram os que se atreviam a realizar uma viagem através desses inóspitos lugares. Temos referência, nos arquivos nacionais, da atuação isolada do comerciante brasileiro Joaquim Ayres, o qual, depois de percorrer a região de Guayana em busca de ouro passou para o Departamento de Rio Negro onde executou uma série de ações para o desenvolvimento da zona, no transcorrer dos três anos que permaneceu no cargo de “Diretor de Redução de Indígenas de Rio Negro”, entre 1842 e 1844.³

Outra referência, em 1855, encontra-se na longa viagem realizada pelo venezuelano Michelena Rojas até o Rio de Janeiro, no Brasil. Em seu percurso tomou conhecimento da situação fronteiriça, do desenvolvimento de algumas regiões visitadas e inclusive chegou a tomar contato com os mais altos dignitários da Corte do Brasil. Rojas se entrevistou com personalidades como o Ministro das Relações Exteriores, Visconde de Rio Branco, e o Imperador Dom Pedro II. Tudo isso ele relata em um interessante livro intitulado *Exploración Oficial por la primera vez desde el norte de la América del Sur siempre por ríos, entrando por las bocas del Orinoco, de los valles de este mismo, y del Meta, Casiquiare, Río Negro o Guainía y Amazonas, hasta Nauta en el Alto Marañon o Amazonas, arriba de las bocas de Veajali bajada del Amazonas hasta el Atlántico. Viaje a Río Negro desde Belém en el Gran Pará, por el Atlántico tocando en las principales provincias del Imperio.*⁴

Por outro lado, enquanto a Venezuela se encontrava voltada para o Caribe, a concentração demográfica do Império do Brasil se encontrava situada no sul, de modo que a atenção do Império se orientava para o estuário do Prata. Praticamente vivíamos de costas uns para os outros.

3 Vide: informe de Pedro J. Ayres ao Secretário do Interior e Justiça. San Fernando de Atabapo, 30 de junho de 1843 Em: Documentos da *Memoria de la Secretaria del Interior y Justicia*. 1843

4 O livro foi publicado pela primeira vez em Bruxelas em 1857. Rojas foi posteriormente designado governador no Território Amazonas e depois o encontramos no Congresso Nacional onde é um dos poucos representantes que se opõem ao tratado de 1859 com o Brasil.

O herói Abreu e Lima e o Embaixador Miguel Maria Lisboa

Em meio à transcendência histórica da Guerra de Independência venezuelana, sobressai a atuação do herói brasileiro José Ignácio Abreu e Lima, um revolucionário integral. Serviu sob as ordens dos generais José Antônio Páez, Carlos Soublette e o mesmo Bolívar de quem chegou a ser ajudante-de-campo; escreveu no *Correo del Orinoco* e redigiu vários panfletos exaltando a figura do Libertador. Em 1826, se lhe atribui a redação de uma *Memória* informativa sobre os limites entre Venezuela e a Gran Colômbia. O trabalho foi elaborado a pedido do General Francisco de Paula Santander, mas, uma vez concluído, o documento não agradou ao Vice-Presidente que o arquivou. Segundo algumas fontes confiáveis, Abreu e Lima recuperou o original do documento, mas depois de sua morte este não mais foi encontrado. No final de sua vida, envia uma célebre carta a Páez quando este se encontrava no Rio de Janeiro de passagem para Buenos Aires, depois de retirar-se da presidência da Venezuela. A carta constitui um interessante documento autobiográfico no qual Lima faz referência a seu trabalho durante treze anos a serviço da Gran Colômbia.⁵ Sua participação destacada converteu-se num vínculo importante de aproximação entre os dois povos. Por exemplo, encontramos seu nome de maneira destacada no “Quadro de Honra que a Nação Rende a seus Líderes”; no Centro Abreu e Lima de Estudos Brasileiros, criado há vários anos dentro do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade Simón Bolívar; em várias escolas e em destacamentos das Forças Armadas.

O estabelecimento de fronteiras na região amazônica desafiava a habilidade diplomática do Império brasileiro e contava pouco no interesse dos Governos venezuelanos. As particulares condições da área convertiam a fronteira em um caso único, diferente das fronteiras nas áreas povoadas. Para afrontar esta situação, o Chanceler do Império, Paulino José Soares de Souza, Visconde de Uruguay, enviou a Caracas como embaixador e agente diplomático, Miguel Maria Lisboa, o qual chegou em agosto de 1843. O diplomata vinha investido da representa-

⁵ Vide: Vamireh Chacon, *Abreu e Lima General de Bolívar*; Ramón Azpúra, *Biografías de Hombres Notables de Hispanoamérica* e Dario Moreira de Castro Alves, *Simón Bolívar y el Brasil*.

ção do Imperador do Brasil, e trazia como missão fundamental concluir um tratado de limites. Lisboa, Barão de Japurá, antes de chegar à Venezuela, havia exercido a função de agente consular em Londres, em 1828. Por gostar de viagens, e seguindo a tradição de Depons, de Humboldt e de Dauxión Laysse, escreveu em 1853 um livro interessante intitulado: *Relación de un viaje a Venezuela, Nueva Granada y Ecuador*.⁶

A partir de 1831, e incluído seu desempenho como encarregado de negócios no Chile, Lisboa é considerado por seus biógrafos como um “verdadeiro perito diplomático” e assinalam-no como um grande sustentador do princípio brasileiro do *uti possidetis solis*.

O embaixador brasileiro permaneceu na Venezuela por uma década, e durante esse tempo manteve-se bastante ativo. Formulou uma primeira proposição para o estabelecimento de um tratado de limites em 1844. Segundo as fontes consultadas, o projeto consistia em seis pontos, mas o “Conselho de Governo”, integrado por Don Santos Michelena, José Félix Blanco e Juan Manuel Manrique, não lhe deu seguimento por considerar que o diplomata não havia “recebido os plenos poderes e instruções necessárias para tal”.⁷ O Conselho afirmou em um informe, “que os limites entre Venezuela e Brasil não podem ser outros que os fixados nos [. . .] tratados (de 1750 e 1777), de uma maneira clara e definitiva”. Mais tarde, em 1852, Lisboa insistiu novamente, chegando quase a estabelecer um novo tratado, conhecido como Herrera-Lisboa, mas que tampouco foi concretizado. Nessa época aparece também, na forma de livro, a recompilação dos artigos publicados no “Diario de Avisos y Semanarios de las Provincias”, intitulado *Límites del Brasil con Venezuela, Nueva Granada, Ecuador y Perú*, de autoria do Dr. Mariano de Briceño.

O livro publicado por Briceño constitui a opinião melhor fundamentada contrária ao tratado proposto por Lisboa. O livro se apresenta como um interessante trabalho de análise da evolução dos limites com o Brasil até aquele momento. Começa o autor por mostrar sua estranheza acerca da posição do Brasil de “pretender” um impossível, o de “fazer exclusivamente

6 O texto foi publicado pela primeira vez em Bruxelas, em 1866.

7 José Gil Fortoul, “Limites con el Brasil” em: *Historia Constitucional de Venezuela*. T. II. pp 124-133.

sua a navegação do Amazonas” e esta situação considera inaceitável pois “a política que adotou o Brasil na parte inferior do Amazonas é altamente prejudicial, é destruidora dos direitos colombianos, protegidos pela lei internacional”.⁸ Continua Briceño considerando os tratados de 1750 e de 1777 e os artigos que em cada um se referem ao litígio limítrofe ao norte na região amazônica. Com tal finalidade, analisa o artigo nº 9, no primeiro tratado, e os artigos 11 e 12, no segundo. Declara que ali estão assinalados os verdadeiros limites da Venezuela com o Brasil. Posteriormente, passa a analisar assuntos de importância tais como: a “linha do mapa da Colômbia”, publicado em Londres em 1823, a “Linha do mapa da América do Sul” publicado em Nova York em 1853 por J.H. Colton, cuidadosamente compilado, com a coordenação de várias cartas e mapas recentes, por outras autoridades geográficas.

Os argumentos sobre o diferendo com o Brasil encontravam-se baseados nas considerações anteriores, quando chegou, em 1857, a substituição do Conselheiro Lisboa por Felipe José Pereira Leal, com categoria de Encarregado de Negócios, que acabava de ocupar cargos diplomáticos no Paraguai e nos Estados Unidos. Neste último país havia se inteirado pessoalmente das pretensões dos interesses anglo-norte-americanos em relação à “livre navegação do Amazonas”, argumentando “um direito natural”. A Chancelaria do Império havia respondido que: “os Estados Unidos jamais se prevaleceram dela (da livre navegação) nas questões que sustentaram sobre a navegação do Missisipi e São Lorenzo, com Espanha e Inglaterra”.⁹ Pereira Leal, com a minoria seleta que constituía a diplomacia do Império, estava persuadido de que os argumentos dos países saxões eram um mero pretexto para encobrir suas pretensões colonialistas. Neste caso, criar uma “república independente” na região amazônica.

Eduardo Prado, que escreveu, em 1883, *A Ilusão Americana*, considerada como uma das primeiras obras escritas na América Latina contra o imperialismo norte-americano, assinala em seu livro que “estas pretensões ianques, sobre o Amazonas, chegaram a ser de caráter ameaçador, depois da exploração feita (em meados de 1850) no grande rio

8 Briceño, p.4

9 Documentos relativos à navegação fluvial do Rio da Prata, o Amazonas e seus afluentes I e 2.

pelo Tenente Herdon da Marinha dos Estados Unidos”.¹⁰ Também Luiz Alberto Moniz Bandeira, em seu livro, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, assinala que ... “o americano Josua Dodge, procurou [em 1848] Felipe José Pereira Leal, Ministro do Brasil em Washington, para propor-lhe uma emigração de vinte mil pessoas que seriam assentadas no Pará”.¹¹

Pelo que foi exposto anteriormente, pode-se supor que a atuação da diplomacia do Império apressou-se em estabelecer limites duradouros no Amazonas para não deixar aberta uma brecha vulnerável naquela cobiçada região. O Ministro dos Assuntos Exteriores era o Visconde do Rio Branco, um diplomata hábil e inteligente. Rio Branco tinha ocupado posições importantes em países ribeirinhos do Rio da Prata (Uruguai, Paraguai e Argentina). Nesse sentido, uma vez encarregado da Chancelaria brasileira, estava capacitado para transferir às negociações do Amazonas o que aprendeu durante suas negociações no Rio da Prata. O Ministro atuou com diligência e obteve um triunfo diplomático, em 1857, quando logrou um acordo com o Peru. O acordo tinha grande importância estratégica para o Império, pois no Peru nasce o Rio Amazonas. Desta forma, o acordo poderia ser utilizado como ponto de apoio para deter as aspirações das potências estrangeiras de conseguir a livre navegação do rio. E uma vez sancionado o tratado, a ameaça distanciava-se. Depois do acordo com o Peru, a atenção da diplomacia brasileira voltou-se para a Venezuela, pressionando para a obtenção de um acordo. Pereira Leal encarnava esta posição e encontrou campo propício para levar a bom termo os propósitos imperiais. O quadro político venezuelano apresentava uma situação instável, determinada pelo eclipse do poder caudilhista dos Monagas e pela agudização do cisma que vinha desde 1842, quando se apresentou a crise cafeeira, afetando a oligarquia agrária dominante.¹² O “patriciado civil” dividiu-se em duas tendências antagônicas: liberais e conservadores. Mais ainda, estava em processo de gestação um tremendo “conflito social” associado a uma “insurreição camponesa” que, a partir de 1858, manifestou-se como uma guerra civil generalizada por um período de cinco anos, conhecida como “A Guerra

10 Prado, pp. 158-160

11 Bandeira, p.75

12 Os irmãos José Tadeo e Gregorio se alternaram na presidência entre 1847 e 1858.

Federal”. Tudo isso configurava um quadro delicado para o destino da República, situação que habilmente foi aproveitada pelo diplomata brasileiro para alcançar seus propósitos de sancionar um tratado definitivo sob o débil governo do General Julian Castro.¹³

Atribui-se a Leal a autoria de dois livros na Venezuela, com o pseudônimo de “Um Sul-Americano”, onde apresenta documentação esclarecedora acerca das pretensões dos países saxões sobre o Amazonas. Esses livros, segundo o historiador Gil Fortoul, “circularam profusamente” e foram distribuídos com a intenção de influenciar o ânimo dos congressistas que teriam a tarefa de estudar e aprovar o tratado; além de lograr uma opinião pública favorável para a posição brasileira. De fato, Leal empregou duas formas de intimidação durante as negociações: de um lado, aproveitou as delicadas relações surgidas de novas reclamações territoriais por parte da Colômbia, as quais eram percebidas pelos membros do Congresso venezuelano como se: “Nova Granada em seus novos e estendidos propósitos às linhas do Orinoco e do Atabapo afasta toda probabilidade de acordo”.¹⁴ Tal situação foi assinalada pelo Embaixador brasileiro, advertindo que a situação poderia repetir-se e causar prejuízos aos interesses da Venezuela. A segunda forma de intimidação consistiu na formulação de uma ameaça: que “o Brasil não só vedaria aos venezuelanos o uso de seus rios como também a comunicação e o comércio pelas fronteiras”.¹⁵

Em vista das circunstâncias anteriores, as negociações venezuelano-brasileiras terminaram em 5 de maio de 1859 com a assinatura, em Caracas, de um Tratado de Limites e Navegação Fluvial. O documento foi aprovado pelo Legislativo e no ano seguinte pelo Executivo. Para a informação dos parlamentares foi elaborada uma *Memória* redigida por uma comissão integrada por pessoas notáveis, tais como Carlos Soubllette, Pedro das Casas e Luis Sanoja. A *Memória* continha um estudo pormenorizado acerca da situação dos limites e a evolução da controvérsia até esse momento.¹⁶ Ademais formulava respostas aos di-

13 O Gen. Castro chega ao poder com a Revolução de Março que derrotou o Gen. José Tadeo Monagas, mas as condições de deterioração da unidade política e o mal estar nacional eram evidentes.

14 Informe da Honorable Comissão de Relações Exteriores do Senado (da Venezuela) sobre o Tratado de Limites e Navegação fluvial (25 de maio de 1860).

15 Gil Fortoul, *Historia Constitucional de Venezuela*, t. II, p. 130

16 *Memoria* oferecida à consideração dos honoráveis senadores e deputados ao próximo congresso e a toda a República sobre o Tratado de Limites e Navegação Fluvial.

ferentes pontos de vista emitidos contra a conclusão do tratado com o Brasil. Apresentava-se uma razoável argumentação com respeito ao *uti possidetis juris* e os argumentos manifestados por Antônio Leocadio Guzman, fundador, em 1840, do jornal *El Venezolano* como órgão do Partido Liberal e Mariano de Briceño, assim como outras opiniões contrárias à assinatura do tratado.

As deliberações do Congresso durante os primeiros dias de maio de 1859 transcorreram normalmente e predominaram os critérios favoráveis à assinatura do tratado. Só uma voz discordou publicamente, a do deputado Francisco Michelena Rojas, já antes mencionado, o qual, nessa oportunidade, qualificou o tratado de “vergonhoso”, uma vez que a Venezuela cedia, “sem recompensa alguma, mais de 6 mil léguas quadradas”. Nesse ponto coincidia com o doutor Mariano Briceño que, em 1854, havia sustentado que a Venezuela perdia um território de mais de 12 mil léguas que nunca havia sido disputado por Portugal ou Espanha e que, de forma explícita —disse Briceño— “...renuncia ademais a cerca de 6 mil léguas, a metade das quais são de acesso ao Amazonas, disputadas por Portugal, mas que foram atribuídas à Espanha sem necessidade de opinião de peritos”.¹⁷ A posição de Rojas era, na prática, desvirtuada por argumentos expressos na *Memória* onde, de uma forma pragmática, manifestava o seguinte: “o território do Brasil é imenso; a Venezuela possui mais de 35.951 léguas quadradas. Assim [sic] ninguém dirá que nenhum dos dois países necessita estender mais suas fronteiras; e que a conciliação destas disputas não mereça o sacrifício de alguma porção de terra”.¹⁸

Os argumentos sobre a suposta perda territorial constituem um dos assuntos melhor tratados na *Memória*. Num de seus capítulos afirma-se: “o Brasil não necessita estender suas fronteiras mais além dos limites atuais determinados por suas possessões e jurisdição tácita ou expressamente recíproca, sua única aspiração sendo a de regular por esta base e pelo acordo mais amistoso e negociação com os Estados confinantes as faixas que devem limitar os respectivos territórios”.¹⁹

17 “La diplomacia venezolana frente al Brasil”, *Perfiles Internacionales*, p.7

18 *Memoria*, p. 10

19 *Ibid.*, p. 14

O outro assunto com o qual o deputado Rojas manifestou sua inconformidade foi o referente ao Acordo Fluvial, já que, na sua opinião, o tratado reconhecia “o princípio absurdo do Brasil, antipolítico, antieconômico, que restringe para os ribeirinhos a navegação dos rios (Amazonas e seus afluentes) e que a nega de todo às nações que não o são”.²⁰

Nesse caso, a *Memória* apresentava um argumento que ainda nos parece válido no presente, e é o que se refere ao rio Amazonas, como “laço comum” sul-americano. Nesse sentido, disse: “...um canal de longitude curta comunicaria suas águas com as do Paraná, que desemboca no rio da Prata. Esse admirável sistema de rios com o qual foi favorecida a América do Sul, ajudado pelo vapor, que já começa a penetrá-los, e do telégrafo que também conta com vários ensaios, formaria de todos seus povos um só, de seus bens reunidos a maior soma de riquezas e de sua debilidade relativa uma potência respeitável.”²¹

A factibilidade desta navegação sul-americana ficou demonstrada depois de um século quando os irmãos Constantino e Paul Georgescu Pipera, patrocinados pela Universidade Simón Bolívar, a bordo da embarcação venezuelana “Niculina”, navegaram desde a ilha de Margarita, na Venezuela, até Buenos Aires, na Argentina, e vice-versa.²²

A aprovação do Tratado de 1859 constituiu um momento angular de nossas relações com o Brasil. Sua sanção pôs fim a uma prolongada disputa e a partir dali as relações têm encontrado um marco de referência apropriado para seu desenvolvimento. Sua aprovação se deu no momento exato, quando começava a aumentar a cobiça estrangeira sobre a imensa região existente entre Venezuela e Brasil. Apesar da sanção do tratado ter sido posta em prática em momentos de aguda crise nacional, o Estado venezuelano pôde resguardar enormes e ricos territórios, nos quais, hoje, realiza grandes planos de desenvolvimento com vistas à incorporação dessa região à economia nacional.

20 Ibid., p.210

21 Ibidem

22 Pipere, *Los rios de la Integración Suramericana*, (USB), 1980, pp. 15-30.

A visão histórica de Rio Branco

Durante o Governo de Cipriano Castro, em 1902, chocaram-se, nas costas da Venezuela, os interesses do colonialismo europeu, representado pela Inglaterra, Alemanha e Itália, com o novo imperialismo representado pelos Estados Unidos, disputando a supremacia no Caribe. O incidente ocorreu quando uma frota conjunta integrada pelos países europeus antes mencionados chega às costas venezuelanas com o propósito punitivo de fazer pagar a dívida externa. O incidente coincide com o início da gestão do Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores, e com o início do pan-americanismo empregado pelos Estados Unidos para encobrir o controle sobre a América Latina. Conseqüentemente, o bloqueio à Venezuela e o caso do território do Acre, duas situações desconexas, foram habilmente combinadas por Rio Branco para dar uma saída satisfatória à causa territorial do Brasil. Aproveitou a conjuntura criada pelo caso venezuelano e o corolário Roosevelt para convalidar a situação territorial do Brasil na região amazônica. No incidente, o Chanceler percebeu, com inteligência, a rivalidade existente entre o colonialismo europeu e o emergente imperialismo norte-americano. Com efeito, optou por apoiar os Estados Unidos a fortalecer seu poder no Caribe em troca da anuência deste na sua estratégia amazônica. É inegável a transcendência do caso venezuelano na separação das áreas de influência geopolíticas do Brasil e dos Estados Unidos. Enquanto os Estados Unidos projetavam seu poder no Caribe, o Brasil se projetava na região amazônica, ampliando seus limites de influência de modo que a Venezuela ficou como uma zona de articulação entre o poder transbordante dos Estados Unidos no Caribe e a previsível posição de “contenção” do Brasil contra o colonialismo europeu no Amazonas. Evidentemente, a ação de Rio Branco contribuiu para desestabilizar o sistema eurocêntrico dominante na América desde o século XV. Em outro nível, merece destaque a atuação e a percepção dos eventos sul-americanos por parte do Embaixador Manuel Oliveira Lima em 1905. O Embaixador aceitou o cargo como um favor para seu amigo, o Ministro Rio Branco, mas, uma vez empossado, exercita um importante trabalho intelectual que merece ser resgatado no presente, quando nossos povos se engajam em lutas comuns contra o assédio dos centros de dominação internacionais.

O século XX

Durante o século XIX as relações permaneceram distantes ou inativas, salvo notícias isoladas na imprensa da Venezuela e do Brasil onde se citam alguns fatos relacionados com a delimitação de fronteiras. Todavia, encontramos dois momentos nos quais se produzem incrementos nas atividades e iniciativas de aproximação: em fins do século XIX, durante o ciclo de exploração da borracha, quando este produto se transformou na matéria prima com maior demanda no mercado mundial, e durante a Segunda Guerra Mundial. Neste último caso, frente à inevitabilidade da guerra e os perigos que ela representava para o comércio entre os dois países, pensou-se em abrir uma nova via de comunicação. Assim, ante a paralisação da navegação marítima e suas conseqüências para o comércio, sugeriu-se desenvolver 6.600 km da via fluvial Orinoco-Rio Negro-Amazonas. Pretendia-se que as obras de canalização fossem realizadas pelo Brasil, Venezuela e Colômbia. A nova rota seria excelente porque estaria protegida de ataques aéreos e submarinos.²³

Queremos dar ênfase aos fatos surgidos a partir dos anos 50 deste século, porquanto se observa uma intensificação nas relações entre os dois Estados, até a atualidade, na qual as relações se apresentam como muito satisfatórias. Assinalava o tratado, com relação à fronteira, o seguinte: “seguirá pelo topo da serra até o ângulo que faz esta com a Serra Paracaima, de modo que todas as águas que correm no rio Branco continuem pertencendo ao Brasil e as que vão ao Orinoco continuem pertencendo à Venezuela...”

Em fins de 1951, uma expedição franco-venezuelana encabeçada pelo Major Frank Riquez e pelo Professor J. M. Cruxent descobriu a cabeceira do Orinoco e ao comprovar-se as novas possessões venezuelanas na área, o país passou a reivindicá-las. Em agosto de 1952 o Major Riquez comunicou à Convenção Pan-americana de Geografia, reunida na cidade de Washington, o ponto exato onde nasce o rio Orinoco e seu ponto de união no rio Ugueto.²⁴ Esta descoberta venezuelana é reconhecida pelo Brasil. Em tal sentido, o jornal *El Nacional*, de Cara-

23 *Ultimas noticias*, Oct. 1994. Também Vide: Homero Martinez Montero, “Toward a South America Canal” Em revista *Americas* (Washington. Set. 1966)

24 *El Nacional*, 5 de agosto de 1952.

cas, de 30 de agosto de 1952, na sua primeira página, assinala: “O Ministro das Relações Exteriores do Brasil reconheceu, a princípio, o direito da Venezuela sobre 44 mil quilômetros quadrados do território, na cabeceira do rio Orinoco”. E na sua página interna cita uma notícia procedente do Rio de Janeiro que assinala a declaração do Chanceler Guimarães Bastos, “Venezuela adquire mais território do que acreditava ter o Brasil e retém menos do que acreditava lhe pertencer”.

A situação passou a ser estudada pelas duas chancelarias, tomando seu tempo e evitando as dificuldades políticas surgidas em cada país, destacando-se os eventos marcantes de 23 de janeiro de 1958, na Venezuela, quando a ditadura de Marcos Pérez Jiménez foi derrubada, e, no Brasil, os sucessos de 31 de março de 1964. A partir do golpe de Estado no Brasil, produz-se um distanciamento, ao aplicar o Governo de Raúl Leoni, a doutrina Betancourt, que consistia no não-reconhecimento dos Governos surgidos pela força. Nesse período merece ser recordada a chegada, em nosso país, de eminentes intelectuais como exilados políticos. Tal é o caso de Darcy Ribeiro, que trabalhou na Universidade Central da Venezuela e produziu, durante sua estadia, dois livros: Proposta e A Universidade Latino-americana, os quais serviram de referência para a discussão durante o agitado Movimento de Renovação Universitária.²⁵ Fernando Henrique Cardoso também veio a esta casa de estudos, na década de setenta, por vários anos seguidos, para dar seminários em cursos de pós-graduação.²⁶

Em 1969, durante a presidência de Rafael Caldera, quando Aristides Calvani era Chanceler da Venezuela, assinou-se a Ata Final da Conferência n.º 39 sobre limites entre Venezuela e Brasil. Nessa oportunidade o jornal *El Nacional* comentou: “esta conferência teve especial significado para a Venezuela, porque nela se reconheceu, como territó-

25 Ribeiro formulou doze propostas de estruturação: Renovação Administrativa, Reestruturação Universitária, Departamentalização, Ascensão ao Quarto Nível, Títulos e Graus, Reorganização da Carreira Docente, Renovação Curricular, Elevação do Nível de Ensino, Expansão Programada das Matrículas, A Faculdade de Educação, Universidade Aberta, Desenvolvimento Científico e Cultural Autônomo.

26 O Presidente Fernando Henrique Cardoso era frequentemente convidado como Professor aos cursos do Centro de Estudo do Desenvolvimento. UCV (CENDES). Vide: Heinz R. Sonntag, “Fernando Henrique Cardoso”, *El Nacional*, 19 de outubro de 1994. p.A/4.

rio venezuelano, uma extensão de cerca de 1.000 quilômetros quadrados, que antes apareciam nos mapas como formando parte do Brasil”.

As negociações continuaram harmoniosamente até seu término em 1973. Naquela oportunidade, *El Nacional* de sexta feira, 24 de agosto, na sua primeira página e com letras destacadas disse: “Venezuela ganhou 4 mil quilômetros quadrados na delimitação com o Brasil. A superfície do país é agora de 916.050 quilômetros quadrados”. A conclusão feliz destas negociações revigorou a importância histórica do Tratado de 1859.

Com o triunfo presidencial de Rafael Caldera, em 1969, pela primeira vez na história política nacional se alternava na direção governamental um partido da oposição, a Copei. A nova administração suspendeu a aplicação da Doutrina Betancourt, por considerar que a mesma contribuía para o isolamento do país. Desse modo, não obstante os regimes de Venezuela e Brasil serem diferentes, as relações bilaterais começaram a reativar-se. Os presidentes tomaram a iniciativa e, em 20 de fevereiro de 1973, o Presidente Rafael Caldera e o General Emílio Garrastazu Médici se entrevistaram em Santa Elena de Uairén. Mais tarde, o Presidente Caldera, numa entrevista coletiva à imprensa, expressou: “tenho uma grande admiração pelo Brasil e o povo venezuelano professa pelo povo brasileiro simpatia e afeto”. Todavia, as simpatias não se estendiam ao governo militar, uma vez que em diferentes círculos, em especial os acadêmicos, havia grande desconfiança em relação ao que alguns denominavam tendência “subimperialista”, caracterizada por um alinhamento automático com os Estados Unidos.²⁷ Na Venezuela executou-se “A Conquista do Sul” como um plano de contenção às orientações geopolíticas manifestadas pelos Governos militares na região amazônica.²⁸ O estado de animosidade se expressou de maneira concreta quando grupos econômicos e políticos venezuelanos se manifestaram contra a participação de empresas brasileiras (a Camargo Corrêa e a Cetenco) na construção da represa de Guri, na região de Guayana.

27 O termo foi utilizado pela primeira vez pelo sociólogo brasileiro, Ruy Marini, que se encontrava exilado no Chile.

28 Robert D. Bond, “Venezuela, Brasil and the Amazon Basin” em: *World Politics*.

Sob a administração do Presidente Carlos Andrés Pérez, o contexto internacional e nacional entre os dois países mudou a favor de melhores condições de negociação e aproximação. Estimou-se como favorável a mudança de orientação da política exterior do Brasil expressada pelo Chanceler Azeredo da Silveira na ONU, “o Brasil se sente plenamente ocidental mas não tanto para se converter em antibrasileiro”. Tal declaração foi interpretada como uma mudança de prioridades da política exterior brasileira com relação ao Terceiro Mundo. O momento conjuntural favorável consistiu na mudança de atitude da Venezuela em relação à assinatura, em Brasília, do Pacto Amazônico, em 3 de julho de 1978. O Chanceler Simón Alberto Consalvi assinalou, no evento, que a Região Amazônica que nos separava no passado agora era um fator de união e via o Tratado como “um passo importante para o objetivo primordial de construir, passo a passo, a grande pátria latino-americana”.²⁹ A mudança de atitude se manifestou durante a visita do Presidente Carlos Andrés Pérez, a primeira visita que fazia um presidente venezuelano ao Brasil, indicando, nessa ocasião, o seguinte: “o Brasil é a nação sul-americana fundamental e chave na ação integradora da região” e, no que tange às relações, acrescentou que: “os historiadores amanhã expressarão sua perplexidade diante deste insólito fenômeno de isolamento entre duas nações vizinhas e não somente vizinhas senão que possuem todo um acúmulo de razões para se aproximarem e conjugarem seus esforços”.³⁰

Um ano depois, em 1979, em um ato de reciprocidade amistosa, o Presidente do Brasil, General João Baptista Figueiredo, visitou a Venezuela, constituindo também a primeira visita oficial de um presidente brasileiro à Venezuela. Nessa oportunidade, em 7 de novembro, o Presidente brasileiro declarou: “A aproximação é uma imposição da história”.³¹

Superadas as divergências, produto de regimes políticos diferentes, o Embaixador do Brasil, David Silveira da Mota, antes de se retirar da Venezuela —em setembro de 1980— declarou à imprensa com satisfação o seguinte: “as relações com a Venezuela são excelentes. Cada vez mais unidos os dois países, em diálogo cordial e franco, em benefício recíproco”.³²

29 Discurso do Ministro de Relações Exteriores da Venezuela, *Tratado de Cooperação Amazônica*, MRE, Brasília, 1978, p. 69.

30 Entrevista à imprensa em 18 de novembro de 1977.

31 Texto completo do discurso em: *O Estado de S. Paulo*, 7 de novembro de 1979.

32 *Ibid.*, 7 de setembro de 1980.

Desde aquele momento, as relações têm continuado de forma muito amistosa. Em agosto de 1981, o Presidente Luiz Herrera Campins visitou o Brasil e mostrou-se satisfeito com a abertura democrática em curso no país, declarando: “...nós, venezuelanos, valorizamos altamente nossas relações com o Brasil”. No marco da visita, o Presidente deslocou-se para a cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco, em 13 de agosto, acompanhado por Ministros de Estado, Embaixadores, parlamentares, militares e jornalistas para render uma justa homenagem ao cidadão brasileiro General José Ignacio de Abreu e Lima, cujos restos jazem no cemitério inglês daquela capital.

A gradual distensão política que se operava no Brasil foi criando novos espaços para a aproximação, destacando-se os contatos políticos. Os principais partidos venezuelanos afiliados, por sua vez, às internacionais social-democrata ou social-cristã renovaram seus vínculos com os partidos afins no Brasil. Alguns eminentes políticos, entre eles, Ulisses Guimarães, visitaram nosso país e chegaram a afirmar publicamente que o “Pacto de Punto Fijo” (alcançado na Venezuela pelos grandes partidos para superar a ditadura militar de Pérez Jiménez em 1958) era considerado como modelo de referência por pensadores políticos de seu país.

Em abril de 1986, o Presidente Jaime Lusinchi visitou o Brasil e declarou ao jornal *O Estado de São Paulo* que “a Venezuela dá uma importância muito grande ao reencontro do Brasil com a democracia já que nada se pode fazer na América Latina sem que o Brasil participe”. Em setembro do mesmo ano, o Presidente José Sarney visitou a Venezuela e, em declaração à imprensa, destacou: “o governo brasileiro confere grande prioridade a sua relação bilateral com a Venezuela”. O presidente também manifestou seu interesse pela literatura venezuelana, em especial pelas novelas de Rómulo Gallegos. Em março de 1987, o Chanceler do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, em uma breve estada em nosso país, declarou, no Palácio de Governo, em Miraflores, que: “Brasil e Venezuela vivem momentos dos mais propícios nas suas relações. O instrumental jurídico que regula as relações entre os dois países está montado e posto em prática, e o que estamos fazendo é adaptá-lo às novas necessidades”. Na oportunidade, o Ministro da Defesa da Venezuela, General José Rafael Cardoso, às vésperas de sua viagem ao Brasil, declarou aos jornalistas:

“Recordem que somos fronteiriços e com uma longa tradição de amizade entre os dois povos e assim creio que o intercâmbio de idéias será proveitoso”.³³

O quadro anterior foi drasticamente alterado a partir do mês de abril de 1989, quando um profuso fluxo noticioso procedente da fronteira deu conta da incursão brusca e provocativa no território venezuelano de garimpeiros ilegais de ouro. Muito rapidamente o vocábulo “garimpeiro” se incorporou à linguagem comum do venezuelano e começou a ser associado com a violação da soberania nacional, a depredação do ambiente, o saque às riquezas nacionais e a agressão às comunidades indígenas. Em meio à comoção nacional se constituiu uma Comissão Binacional encarregada de estudar a matéria, a qual demonstrou sua operosidade. Igualmente, se manifestou a ampla colaboração entre as forças armadas e outras importantes instituições para controlar o incidente.

Em 27 de fevereiro de 1989, poucos dias antes de Carlos Andrés Pérez tomar posse no seu cargo, ocorrem graves incidentes de ordem pública motivados pelas drásticas medidas de estabilização econômica, mas apesar disto as relações de ambos países continuam em recuperação. Assim, em 20 de julho de 1990, no marco fronteiriço BV-8, assinase uma Declaração conjunta entre os Presidentes Pérez e Fernando Collor onde se renova o “espírito de paz e fraternidade” e se formulam votos pelo “processo global de progressiva e rápida aproximação”. Em 13 de outubro de 1990, o Presidente Collor assiste à Cúpula do Grupo do Rio, celebrada em Caracas, e adota uma posição de baixo perfil, negando-se a dar entrevistas à imprensa. Por sua vez, o Embaixador do Brasil, Renato Prado Guimarães, em torno do incidente dos garimpeiros, em tom apaziguador, comentou: “não temos um problema de fronteiras, temos um problema na fronteira” e logo o Chanceler venezuelano, Reinaldo Figueredo, acrescentou: “a Venezuela não quer “garimpeirizar” as relações com o Brasil”. O trabalho profissional e paciente das chancelarias deu seus frutos e, com propriedade, o Embaixador Clodoaldo Huguency, em sua Mensagem elaborada por ocasião do dia da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1994, expressa que “existe total coincidên-

33 *El Nacional*, 24 de abril de 1987. d/7

cia de pontos de vista entre ambos os Governos quanto à necessidade de cooperação eficaz a respeito do problema dos garimpeiros”.³⁴

Em 1992, durante o mês de novembro, o Presidente Pérez realizou uma visita de cinco dias ao Brasil, mas nessa oportunidade a importância da mesma se viu diminuída pela baixa da popularidade dos dois governantes e pelos graves distúrbios estudantis produzidos na Venezuela em razão do alto custo de vida. Neste ponto cremos oportuno destacar as atinadas observações do Chanceler do Brasil no sentido de como nossas sociedades souberam atravessar crises políticas muito graves, que involucraram a destituição dos respectivos Chefes de Estado mas estritamente dentro do marco da institucionalidade democrática.³⁵

Estabelecida a normalidade nacional, as relações têm mantido seu dinamismo ascendente a tal ponto que a visita do Presidente Caldera coincidiu com o Dia Nacional do Brasil, 7 de setembro de 1994, recebendo honras sem precedentes ao ser colocado como co-anfitrião nas cerimônias oficiais, incluindo-se os cumprimentos diplomáticos, a revista das tropas, o recebimento do cumprimento das forças armadas e a presidência do desfile cívico-militar. Na ocasião, o Presidente Caldera reconheceu: “as relações entre Venezuela e Brasil são sumamente cordiais, estão no ponto mais alto da história e temos a convicção de que vão continuar melhorando, porque existem muitos motivos para o intercâmbio, para a cordialidade”.

O conteúdo das relações

No estudo das relações entre Venezuela e Brasil, durante as últimas décadas, torna-se evidente como as boas intenções e as constantes manifestações expressadas pelos altos porta-vozes governamentais nem sempre guardaram correspondência com as potencialidades comerciais que pudessem existir entre os dois países. A fim de exemplificar este ponto encontramos que, em 1985, enquanto 3.652 turistas brasileiros

34 A embaixada publicou um suplemento de várias páginas com interessantes artigos e reportagens sobre as condições do Brasil. Vide: *El Diario de Caracas*, 7 de setembro de 1994.

35 Celso Amorim, “América Latina, la vecindad y los desafíos de la solidaridad en nuevos tiempos”. Em: *El Nacional*, 30 de julho de 1994. p.A/4.

visitavam nosso país, 61.039 chegaram dos Estados Unidos. Quatro anos depois, em 1989, 6.269 vieram do Brasil e 103.689 dos Estados Unidos.³⁶ Nesse mesmo ano, no quadro de “Investimento Externo Direto”, enquanto os Estados Unidos aparecem com um total de US\$ 1.636 bilhões, constituindo-se 53% do montante das inversões, o Brasil não aparece.³⁷

Em 1955 a Venezuela era o primeiro fornecedor de petróleo do Brasil. Segundo as estatísticas, as exportações do item, naquele ano, chegaram ao altíssimo nível de 99% do total do petróleo importado pelo Brasil, ou seja, 123.000 barris diários. Posteriormente, no entanto, suas importações do produto da Venezuela foram baixando drasticamente. O Brasil começou a buscar fontes alternativas em outros países, principalmente naqueles do Oriente Próximo, enquanto a Venezuela incrementava seu intercâmbio comercial com os Estados Unidos.

A década dos oitenta inicia-se com uma aproximação qualificada de “gigantesca expansão comercial”³⁸, evidenciando que a chamada “década perdida” não aconteceu no plano das relações e, ao contrário, contribuiu de maneira notável para a “descoberta histórica” das relações bilaterais. Tal aproximação surgia como um intento de reagrupação sub-regional, como resposta à ofensiva comercial dos países industrializados mas, principalmente, pela coincidência ante a injustiça da enorme dívida externa.

Em 1978, os Governos de ambos os países autorizam a instalação do Banco União da Venezuela, em São Paulo, e do Banco do Brasil, em Caracas. Em fins de 1979, os Ministros venezuelanos de Minas e de Cooperação Internacional de Fomento, Valentin Hernandez e Argenis Gamboa visitam o Brasil para estabelecer bases que permitissem ampliar a cooperação comercial. Nesse intervalo de tempo, desenvolve-se, com êxito, em Caracas, a IV Exposição Industrial Brasileira promovida pelo Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty.³⁹

36 *Anuario Estadístico de Venezuela*, 1989

37 *Ibidem*

38 *El Nacional*, 9 de abril de 1986. O autor assinala que, entre 1981 e 1982, o comércio alcançou 1.400.000 dólares.

39 Vide: “Cresce cooperação Brasil-Venezuela” em: *O Estado de S. Paulo*, 12 de novembro de 1978 e “Brasil-Venezuela: apenas um começo” *Ibid.*, 14 de nov. 1978.

Em 1980, houve um intenso intercâmbio comercial. A Venezuela exportou para o Brasil US\$ 570 milhões e importou deste país US\$ 230 milhões. Nesse mesmo ano, a Venezuela vendeu 66.000 barris de petróleo diários. Todavia, nos anos seguintes, os dois países experimentaram uma nova baixa nas suas trocas comerciais, chegando a surgir uma relação desfavorável para a Venezuela em 1985, quando só exportou US\$ 257 milhões e a exportação de petróleo caiu para 27 mil barris diários.⁴⁰ Em abril de 1986, comentou-se a proposta venezuelana de aumentar suas exportações de petróleo e, em contrapartida, nosso país compraria 30 aviões Tucanos da indústria “Embraer”, produtos manufaturados e a possibilidade de adquirir uma fábrica para a montagem de carros brasileiros. Nessa oportunidade o Embaixador Rubens Ricúpero mencionou a possibilidade de superar as limitações comerciais mediante a troca direta entre os dois países.⁴¹

Em 1995, tudo indica que um novo processo de aproximação econômica está em curso, fazendo prever um futuro promissor. A progressiva melhoria das vias de comunicação, a expansão do mercado, o crescimento do parque industrial regional e os novos propósitos de vinculação de alguns segmentos do processo produtivo, assim como fatores exógenos estão operando um reagrupamento dos países da área. Por razões conhecidas, e atendendo aos imperativos criados pelo presente, a situação anterior começa a mudar. Nesse novo contexto, a Venezuela é primordial para o Brasil devido a seu petróleo e porque podemos oferecer segurança de abastecimento e as perspectivas de aumentar as exportações requeridas para seu amplo mercado. Na recente visita do Embaixador Sebastião do Rego Barros estabeleceu-se que dos 400 milhões de barris anuais que a Venezuela provia em 1994 para o Brasil, em 1995 se passará a uma cifra superior ao bilhão de barris diários. De fato, já estamos presenciando cifras recorde de exportação, tal como constitui o envio pela companhia venezuelana Corpoven, de um milhão e oitocentos mil barris de petróleo leve, para o Brasil, em 19 de maio de 1995.⁴²

40 Dados obtidos em *Resenha Econômica*. Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Rio de Janeiro, setembro de 1986.

41 *Estado de São Paulo* de 10/04/86. p.5

42 *El Diario de Caracas*, 20 de maio de 1995. p.5

Nossa localização geográfica oferece ao Brasil a possibilidade de uma saída para o Caribe, convertendo-nos no principal impulsor de seu setor amazônico. Com a possibilidade para a Venezuela de poder desempenhar um papel muito importante como supridora de bens e serviços para o triângulo que conformam Boa Visita, Manaus e Belém do Pará, na região Norte do Brasil. Ademais, estamos capacitados para oferecer o fornecimento de energia elétrica desde a represa do Guri até a cidade de Manaus, estendendo-a ao enorme território fronteiriço, vender serviços, como o uso de portos, e potencializar a utilização do eixo fluvial Orinoco-Apure como saída de bens para a União Européia, através de Trinidad.

Recentemente, um alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela declarou que: “o Brasil foi para Venezuela um sócio grande e agora podemos dizer que é um grande sócio”.⁴³ Afim de formarmos uma idéia do que pode representar o intercâmbio para os interesses venezuelanos, recordemos que a Região Norte do Brasil tem uma superfície estimada em 3.851.561 km²; só o Estado brasileiro do Amazonas tem quase duas vezes as dimensões de nosso país, e sua capital Manaus, em sua zona franca, faturou o ano passado US\$ 12 bilhões.⁴⁴ O Estado de Roraima cada vez se aproxima mais do Estado Bolívar, mediante a eliminação das barreiras ao comércio fronteiriço e sua moderna capital Boa Vista, alcançada por uma rodovia de primeira classe, a 1500 km de Caracas, é uma cidade em rápido crescimento.

As considerações anteriores são destacadas de maneira especial no “IX Plan de la Nación, Proyecto de País”, no qual se expressa: “o Norte amazônico brasileiro, no qual habita uma população da ordem de quinze milhões de habitantes, encontra-se separado do sudeste industrializado deste país por distâncias continentais, enquanto o Brasil estabeleceu como meta de alta prioridade o desenvolvimento dessa região. A complementaridade natural entre a mesma e a região da Guayana venezuelana contribui para que cada um de nossos países assumam um lugar muito significativo dentro da estratégia da política exterior do outro, o que constitui uma importante oportunidade de cooperação com

43 Declarações do Vice-Chanceler venezuelano Roy Chaderton Matos Em: *El Nacional*, 17 de maio de 1995.

44 Os dados são fornecidos pelo Ministro de Estado para Assuntos Fronteiriços. Pompeyo Marquez. Vide: *El Nacional*, Caracas 25 de abril de 1995. A/2.

vistas a ampliar e aprofundar o comércio e a integração com nossos vizinhos do sul”.⁴⁵

A história nos oferece grandes exemplos de como os caminhos do comércio abrem novas vias à cultura e outras manifestações do comportamento humano. Nesse caso lembrar que a cultura já vem estabelecendo vínculos entre os dois povos. Desde há muitos anos, de maneira sistemática, estudantes venezuelanos em diferentes níveis têm escolhido os centros de estudo do Brasil para sua formação pessoal, e a partir de 1976, quando se assina o Acordo Cultural entre as chancelarias de ambos os países, estas possibilidades vêm-se ampliando nas duas direções.

No nível cultural também foi criado o Centro de Estudos Brasileiros no início de 1970, atualmente transformado em Instituto Cultural Brasil-Venezuela. Em particular, recordamos o perseverante trabalho que o escritor Ronaldo Costa Fernandes levou a cabo por anos a partir da Direção deste Centro de Estudos, contando com poucos professores, mas dotados de muita determinação, divulgando a língua portuguesa e os valores culturais de seu país.⁴⁶

Ademais, acreditamos oportuno recordar as vinculações da cultura com a diplomacia para assinalar que nosso país tem tido o cuidado de manter intelectuais de grande valia que representem-no no Brasil tais como José Rafael Pocaterra, José Nuceti Sardi, Mariano Picón Salas, J.L. Salcedo Bastardo e atualmente Toro Hardy, entre outros. Picón Salas chegou a escrever em sua *Despedida do Brasil* que “o Brasil [...] há de ser um dos poucos países em nosso planeta que condicionará, por sua influência e magnitude, grande parte do destino terrestre”. Igualmente, o jovem internacionalista Julio Portillo foi Cônsul no Rio de Janeiro e escreveu o livro, *Venezuela/Brasil, Relações Diplomáticas (1842-1982)*, de leitura obrigatória para todos aqueles que se interessem pelo tema.

Três reflexões sobre a natureza das relações

Primeiro, a Venezuela é um país pequeno —se o compararmos com o Brasil— em que a intromissão do imperialismo distorceu sua evo-

45 O Plano teve sua elaboração concluída por CORDIPLAN em novembro de 1994. Inicia com um diagnóstico do país que temos na atualidade para passar ao país que queremos.

46 Ronaldo Fernandes ganhou o prêmio Casa de Las Américas, em Cuba, em 1990, com a novela curta: *El Muerto Solidario*.

lução e criou uma sociedade petroleira altamente subordinada aos centros metropolitanos do Norte. Esta situação de dependência criou no seio de sua sociedade um alto espírito de desconfiança com relação a todo intento de exploração. Nessa ordem de idéias, cremos oportuno destacar as seguintes marcas que ilustram a posição do Brasil em relação à manifestação hegemônica. O Presidente José Sarney, durante sua visita a Cabo Verde, em maio de 1989, disse: “mas sem nenhuma intenção de hegemonias, pois à medida que o Brasil cresce, toma maior consciência de que não deve cometer os mesmos erros dos países desenvolvidos. No final do século, devemos chegar a incluir-nos entre os cinco ou seis maiores países do mundo, mas não queremos utilizar esse crescimento para repetir o comportamento egoísta dos países ricos”.⁴⁷ E as palavras de Celso Amorim, no balanço de sua gestão como Chanceler, ao comentar: “a descoberta da América do Sul pelo Brasil [...] sem nenhuma pretensão hegemônica, sem nenhuma pretensão de liderança, mas também sem que o Brasil abandone o poder de iniciativa, que é natural em um país com nossas dimensões”.⁴⁸

Segundo, a opinião pública venezuelana está altamente influenciada pelos eventos fronteiriços e, de fato, nos últimos anos o assunto se transforma de maneira espasmódica em um problema nacional, colocado como prioritário na agenda da segurança nacional.

Terceiro, o ideário do Libertador Simón Bolívar pode atuar como uma das pontes mais idôneas para forjar a união entre nossos povos. Tal ideário pode ser detectado na Constituição brasileira de 1988 que indica: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, buscando a formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Conclusões

A conclusão de um tratado de limites definitivos, em 1859, entre a Venezuela e o Brasil, apresenta-se como um fato histórico transcendente

47 Discurso do Presidente Sarney resenhado como: “Sarney encerra viagem e prega paz no Atlântico Sul” Em: *Jornal do Brasil*, 11/05/86. p.4.

48 Embaixada do Brasil, *Boletim Informativo Brasil*, janeiro, 1995.

para o desenvolvimento das relações amistosas entre os dois países. O tratado pôs fim à disputa herdada desde os tempos coloniais e começou a fomentar relações equidistantes que, no presente, vêm se aproximando como um imperativo do momento histórico contemporâneo. A vigência atual do tratado cria possibilidades futuras devido ao fato de prever formas de integração, entre elas a de navegação por seus grandes rios. Hoje, por fim, os venezuelanos começam a mirar o sul enquanto os brasileiros retomam seu legítimo impulso histórico de “marchar em direção ao oeste”, e ali nos encontramos alvoroçados porque nos é aberto um novo mundo — um mundo de novas possibilidades onde entramos não como subordinados mas em condições de equidade e igualdade, contribuindo para superar o estigma dos “tristes trópicos” e assumindo o desafio de construir a sociedade do futuro, a da “raça cósmica”, com que sonharam nossos libertadores.

As Relações entre a Venezuela e o Brasil: uma Reflexão sobre o Futuro

Ramon Illarramendi

A coincidência na chefia do Estado de seus respectivos países do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Presidente Rafael Caldera é um fato singularmente auspicioso, cheio de possibilidades fascinantes.

Trata-se de dois líderes democráticos com ampla experiência de governo, grande participação no estudo dos fenômenos sociais e que compartilham de uma amizade pessoal e política, íntima e respeitosa. Ao se reunirem nos dias 4 e 5 de julho, no marco da visita oficial com a qual o Presidente Fernando Henrique Cardoso honrará a Venezuela, estaremos diante de uma ocasião sem dúvida memorável.

A reunião se celebrará em Caracas, uma cidade que parece destinada a servir de berço a figuras e a iniciativas imponentes na História americana: ali nasceu Francisco de Miranda, o precursor da Liberdade; ali também nasceu Andrés Bello, pai cultural da América Hispânica. Em abril de 1810, o Cabildo de Caracas foi o iniciador da independência, e também em Caracas, centro geográfico do Continente, Simón Bolívar, o Libertador, viu a luz pela primeira vez.

Assim, quando o Presidente Cardoso for recebido pelas instituições venezuelanas do mundo acadêmico, social, intelectual, político e parlamentar, além da indústria e do comércio, poderá sentir como uma nação democrática, em pleno processo de desenvolvimento, recebe o Chefe de Estado de um país amigo, vizinho e aliado com o qual a Venezuela tem forjado, em um lapso de tempo relativamente breve, uma “relação especial”.

Esta “relação especial”, com um claro antecedente no encontro na fronteira entre o Presidente Caldera, durante sua primeira presidência, e o Presidente Garrastazu Médici, foi objeto de um novo intento de aproximação quando da visita do Presidente José Sarney à Venezuela, em 1987. Todavia, uma certa recorrência da não-continuidade nos empe-

nhos adiaram até hoje os substanciais incrementos no comércio bilateral e a sólida fraternidade política que temos começado a ver.

Quando Rafael Caldera assumiu seu mandato, em fevereiro de 1994, revelou a vontade de mudança firme e otimista quando disse que: “Hoje começa na Venezuela o século XXI”. Trinta dias mais tarde, em 4 de março, recebeu o Presidente do Brasil, Itamar Franco, na Guzmania. A partir daquele momento começou um esforço contínuo por parte dos dois Governos, com seus Chanceleres como coordenadores e propulsores de múltiplas reuniões de natureza muito variada, dentro da Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN) e de seus Grupos de Trabalho. A defesa comum, os assuntos de transporte, de comunicações, a segurança fronteiriça, o comércio, a integração, a energia, a mineração, são apenas exemplos dos temas abordados pelos Grupos de Trabalho e pelo Mecanismo Político de Consulta cuja recente IV Reunião, em Caracas, precedeu a IV Reunião da COBAN que está sendo celebrada neste momento (12 de junho de 1995) em Brasília.

Parágrafo a parte merece a aproximação cultural. A celebração do Seminário sobre as relações Brasil-Venezuela, convocado pelo Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, da Fundação Alexandre Gusmão, e o estabelecimento da Cadeira de Estudos Venezuelanos Andrés Bello, na Universidade de Brasília são, por sua vez, mostras do desejo de se criar avenidas para o conhecimento mútuo.

O que significa tudo isso e para onde deve conduzir-nos no contexto do desenvolvimento prospectivo da atual “relação especial”?

A resposta à pergunta anterior só pode ser dada pelos Presidentes nos dias 4 e 5 de julho, quando se reunirem na cidade natal de Simón Bolívar, frente ao Mar do Caribe que viu as caravelas de Cristóvão Colombo desbravarem completamente um continente que, desde então, brasileiros e venezuelanos, em boa medida, compartilham.

O século XXI que (caso se corrigisse o ligeiro erro de fixação histórica cometido no século V por Dionísio o Exíguo) já estaria começando, poderia mostrar-nos um panorama internacional que incluísse o Brasil e a Venezuela como partes de uma sólida aliança. Ambos serviriam como núcleo vital de uma comunidade de povos amantes da paz e do progresso e praticantes da solidariedade inseparável da justiça social. Esta conjunção dos dois países teria uma vigência legítima como um dos

grandes atores do novo século: China, Índia, Rússia, Japão, Europa, Estados Unidos ... e juntos seríamos o campeão ibero-americano a serviço dos nossos demais irmãos e de todos os povos do mundo.

Em Caracas veremos os Presidentes Cardoso e Caldera reeditarem, em 1995, o diálogo luso-castelhano de Tordesilhas, em 1494. Agora, todavia, não se trataria de dividir um mundo a descobrir mas fazer convergir os fragmentos daquele legado maravilhoso feito de façanhas e heroísmo em vários séculos de glória.

Confluir, unir, integrar, irmanar são todos verbos que descrevem um mesmo propósito solidário. Com respeito mútuo e sem perder de vista os interesses comuns que aconselham a atuar conjuntamente, meu país estende sua mão ao Brasil de Tiradentes, de José Bonifácio, de Deodoro e dos nobres visionários da Casa de Bragança. Com eles Kubitschek, Alceu Amoroso Lima, Getúlio Vargas e Rômulo Betancourt são heróis vivos porque seguem em nós fazendo sua obra. Não descansam. Morreriam somente se fôssemos subjugados ou se alcançássemos, de maneira segura e irreversível, a felicidade de nossos povos.

A política da Venezuela orienta-se, pois, para um estreitamento dos laços que a unem com a República Federativa do Brasil. Proporcionalmente a nossas possibilidades, não houve nunca, desde os anos da independência, com a possível exceção de nossas iniciativas e esforços para fundar a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), uma iniciativa venezuelana no campo da política exterior e da diplomacia que supere a atual abertura.

Caldera escolheu, para encabeçar esta tão árdua quanto meritória tarefa, um Chanceler na melhor tradição de Gual, o Chanceler de Bolívar. Miguel Angel Burelli não somente é uma de nossas personalidades mais eminentes como político, intelectual, universitário ou diplomata, mas é também o primeiro de nossos “brasileiristas”, tendo fundado e dirigido o Centro de Estudos Brasileiros Abreu e Lima, na Universidade Simón Bolívar, de Caracas, e provado ser infatigável no trabalho de aprofundar a amizade entre nossos dois países. Junto a ele e sob sua direção, e a do Presidente Caldera, um grande número de colaboradores tenta contribuir para alcançar essa aproximação ideal.

Assim, o Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, encontrará em Caracas muitos amigos que “por amar muito, muito a Venezuela se foram enamorando do Brasil”.

Relacionamento Brasil-Venezuela no Setor de Energia Elétrica

Luiz Eyer de Araújo

Caracterização sumária do setor elétrico venezuelano

O setor elétrico venezuelano é constituído por empresas privadas e estatais, dentre as quais destacam-se:

- Electricidad de Caracas — empresa privada que atende à região metropolitana de Caracas, gerando e distribuindo energia elétrica;
- Enelbar e Enelven, compradas pelo Governo em 1976 e que atendem às cidades de Maracaibo e Barquisimeto;
- Cadafe, empresa estatal, integrada verticalmente, responsável pelos serviços de energia elétrica na maior parte do território venezuelano;
- Edelca, empresa estatal encarregada do desenvolvimento dos grandes projetos hidrelétricos do rio Caroni, principal geradora do país, sendo ainda proprietária e responsável pela operação do sistema básico de transmissão.

A Venezuela está promovendo ampla reformulação do setor elétrico para torná-lo mais eficiente e competitivo. As empresas Enelbar e Enelven deverão ser privatizadas a curto prazo. A Cadafe está sendo reestruturada dentro de um processo que visa viabilizar sua privatização a médio prazo.

Os dados apresentados nos quadros a seguir, para 1993, caracterizam o parque gerador venezuelano e permitem uma comparação com o brasileiro.

	Potência Instalada MW	Energia Gerada Gwh	Energia Gerada/Hab KWh/hab.
Venezuela	17.190	66.047	3.212
Brasil	52.741	238.014	1.754

Estrutura do Parque Gerador

	Hidreletricidade MW	% do Total
Venezuela	10.012	58
Brasil	47.976	91

O potencial hidrelétrico da Venezuela está concentrado no rio Caroni, onde está localizada a usina de Guri, com cerca de 9.500 MW, responsável por 2/3 da energia consumida no país.

Em construção estão as usinas de Macagua II, com 2.500 MW, que deverá entrar em operação neste ano, Caruachi (2.000 MW), programada para 2001, e, em seguida, Tocoma, com 2.000 MW. Estas usinas têm custos estimados entre US\$ 600 — 750/KW.

O potencial total do Baixo Caroni, compreendendo a usina de Guri e usinas a jusante, monta a 17.500 MW.

O alto Caroni, cujos projetos estão em fase de pré-viabilidade, tem um potencial estimado de 8.500 MW.

Interligação elétrica Guri -Boa Vista -Manaus

A existência de energia disponível a baixo custo, capaz de compensar a transmissão a longa distância, gerou a idéia da interligação elétrica Guri-Boa Vista-Manaus como alternativa ao atendimento destas cidades.

Os entendimentos bilaterais sobre esta questão foram intensificados a partir de agosto de 1993, com a visita do Diretor de Planejamento e Engenharia da Eletrobrás à Edelca.

Em outubro de 1993, o Presidente da Edelca encaminhou correspondência à Eletrobrás ratificando sua disposição em avaliar este projeto e estabelecer contatos com esta finalidade.

As mudanças políticas ocorridas em seguida na Venezuela adiaram, entretanto, os entendimentos.

Em março de 1994, o Presidente Itamar Franco, em visita à Venezuela, firmou o Protocolo de Guzmania e um Comunicado Conjunto, em cujo item II é feita menção à compra de energia pelo Brasil e à construção da linha de transmissão correspondente.

Em seguida, como decorrência da II Reunião do Mecanismo Político de Consultas Brasil-Venezuela, foi instituído o Grupo de Trabalho-Energia, que identificou como prioritário o projeto de interligação entre os dois países.

Dando seqüência aos entendimentos, em junho de 1994, foram estabelecidos entre a Eletrobrás e a Edelca os seguintes procedimentos para a questão:

a) formação de um grupo técnico para preparar estudo das alternativas técnico-econômicas para a interconexão dos sistemas. Este grupo obedecerá às seguintes diretrizes:

- desenvolvimento do projeto elétrico e executivo, compatibilizado entre as equipes técnicas, mas de forma independente por cada uma das empresas no trecho nacional de sua responsabilidade;
- trajeto básico acompanhando a rodovia existente e sempre reduzindo os custos em geral e os impactos ambientais;
- estudo de alternativas para os níveis de tensão padronizados em cada país e para o nível ótimo econômico;
- explicitação de custos decorrentes do respeito a critérios nacionais de projeto, que poderão, dentre outros efeitos, implicar maior número de subestações e a transformação intermediária de tensão;
- avaliação conjunta, com eventual sobrevô, da rota da linha de transmissão, classificando-se as diferentes zonas de acordo com características técnicas, ambientais ou sócio-políticas, que possam implicar sobrecustos;

b) reunião dos Presidentes da Edelca e da Eletrobrás para análise dos resultados do estudo e início das negociações sobre os aspectos econômico-financeiros da negociação, incluindo preço da energia, garantias, características básicas do contrato de fornecimento, modalidades de energia incluídas (garantida, secundária, não garantida, etc.);

c) admitida a convergência de interesses, se assinaria “Termo” que tornasse expresso o compromisso entre as partes, para proceder à mencionada operação. O documento deverá conter, explicitamente:

- preços de referência para a energia;
- montante de energia garantida a ser vendida pela Venezuela ao Brasil;
- balizamento dos montantes de energia não-garantida que poderão vir a ser ofertados ou demandados;
- garantias de pagamento e moeda de referência para as operações;
- penalidades e ônus por atraso na implantação da linha que decorram de responsabilidade de uma das partes, configurando o prejuízo da outra;
- mecanismos de ajuste de eventuais divergências entre as partes ao longo do projeto;

d) as partes poderão designar empresas controladas já existentes, ou empresas que venham a constituir, para que as representem, tanto para efeito desses estudos, como para a implantação da linha de transmissão e sua futura operação e manutenção.

Em agosto de 1994, realizou-se a primeira reunião do grupo técnico constituído para o estudo, tendo sido elaborado o programa de trabalho e estabelecida a metodologia a ser utilizada, bem como definidos os dados básicos a serem fornecidos por ambas as partes e as metas a serem alcançadas.

Em novembro de 1994, na segunda reunião de trabalho, foram abordados aspectos referentes aos mercados elétricos de ambas as empresas (Edelca e Eletronorte), discutidos os estudos preliminares até então efetuados (energéticos, elétricos e ambientais) e estabelecidas as premissas para o prosseguimento dos estudos.

Os estudos já efetuados permitem inferir as seguintes conclusões:

- o atendimento aos mercados de Manaus e Boa Vista exigirá o suprimento de uma demanda de 400 MWh/h em 1999 e 1000 MWh/h em 2010;

- esses montantes não poderão ser atendidos com energia exclusivamente de origem hidráulica, sendo indispensável a complementação com geração térmica. Os compromissos de venda de energia garantida ao Brasil exigirão a incorporação destas cargas como cargas do sistema venezuelano com redefinição de seu plano de expansão da geração. Quanto aos custos da geração térmica complementar a gás, a Venezuela afirma que o gás natural é do tipo associado ao petróleo e sua utilização será bastante competitiva, pois, além do mais, as reservas estão próximas dos sistemas de transmissão em 400 kV existente.
- o sistema de transmissão envolvido compreenderá uma linha de 1.600 km de extensão, dos quais 1000 km em território brasileiro, sendo esta tecnicamente viável em todas as opções examinadas.
 - sistemas em 500 kv (tensão padronizada no Brasil)
 - sistema em 400 kv (tensão padronizada na Venezuela)
 - sistema em 400 kv na Venezuela e 500 kv no Brasil
 - sistema em corrente contínua
- os custos envolvidos são da ordem de US\$ 500 milhões, exigindo, entretanto, uma revisão e ajuste considerando as particularidades de cada país.
- qualquer que seja a opção escolhida, a linha de transmissão deverá acompanhar a rodovia BR-174, já implantada, diminuindo assim, substancialmente, o impacto ambiental, comum em outras linhas de transmissão na região amazônica, provocado pelo desmatamento da faixa de servidão e construção de estradas de acesso. Pode-se dizer, portanto, que, no caso desta linha, o processo de penetração na região já está definido, restando o equacionamento dos problemas relativos às comunidades indígenas, também já identificados.

Dois pontos importantes sobre o projeto de interligação que permaneciam pendentes foram esclarecidos pela parte venezuelana através da proposta encaminhada pela Edelca quanto aos montantes de energia firme e preços.

Nesta proposta, considera-se uma transferência de 1000 MW em 2010, ainda que, por efeito da modularidade de alguns sistemas de transmissão, a interligação possa ser implementada em uma primeira etapa com 500 MW.

Em relação aos preços, a proposta compreende:

- oferta de energia firme, na base de US\$ 32/MWh na fronteira, sem incluir o custo de transmissão na Venezuela, e com um fator de carga da ordem de 60%;
- o custo de transmissão em território venezuelano está estimado em no máximo US\$ 6/MWh. O custo correspondente no território brasileiro será de aproximadamente US\$ 8,5/MWh, com o que, o custo total da transmissão será de US\$ 14,5 MWh;
- oferta de energia não firme (secundária) a preços inferiores a US\$ 20/MWh, dependendo das condições hidrológicas na bacia do rio Caroni.

Ainda no contexto do suprimento a Manaus e Boa Vista, deve ser informado que foi constituído, pelo Ministério de Minas e Energia, um Grupo de Trabalho do qual participam a Eletrobrás, a Eletronorte e a Petrobrás e cuja incumbência é preparar, até o início de agosto de 1995, um estudo comparativo da interligação com outras duas alternativas possíveis para o atendimento a Manaus:

- atendimento através do gás natural de Urucu (não atenderia Boa Vista, porém atende a Porto Velho e localidades da margem direita do Amazonas);
- atendimento através de linha de transmissão Tucuruí — Altamira — Manaus (esta alternativa permitiria o atendimento, também, de Macapá, porém não atenderia Boa Vista).

Cabe mencionar a aparente competitividade da proposta preliminar da Edelca, ainda aberta a estudos e contraproposta por parte do Brasil.

Convênio Eletrobrás-Cadafe

Esse convênio (Memorando de Entendimento) firmado pela Eletrobrás com a Cadafe (Cia. Anónima de Administracion y Fomento Eléctrico) em 19/11/91, engloba as seguintes áreas de cooperação:

Projeto Uribante-Caparo

Para esse projeto, está em vigência um contrato de prestação de serviços de Furnas junto à Cadafe, por delegação da Eletrobrás. Entre-

tanto, tais serviços encontram-se suspensos desde julho de 1993, por responsabilidade da Cadafe.

Em julho de 1994, a Cadafe propôs à Eletrobrás uma reformulação do Convênio vigente, transformando-o em um documento de cooperação voltado às atividades de treinamento e capacitação de pessoal.

Apesar da resposta imediata da Eletrobrás, apenas em fevereiro de 1995 a Cadafe retomou a discussão quanto ao novo Convênio, estando ainda pendente manifestação quanto a sugestões apresentadas pela Eletrobrás.

Programa de Redução de Perdas na Distribuição

Cooperação da Eletrobrás através de delegação à Copel junto à Cadafe, para atender os temas de Memorando de Entendimento.

Nesse particular a cooperação da Eletrobrás foi prejudicada por forte concorrência exercida pela Edf junto à Cadafe, o que deixa entender que dificilmente a Eletrobrás poderá dar seguimento à cooperação nessa área.

Reforma Institucional da Cadafe

O Memorando de Entendimentos prevê a cooperação da Eletrobrás nos estudos de descentralização gerencial da Cadafe. Esse item do acordo até esta data não foi implementado pela Cadafe, sendo do conhecimento da Eletrobrás ter a empresa venezuelana contratado, em fins de 1991, a empresa americana Mc Kinsey & Company Inc, para uma assessoria em sua reestruturação, cuja implantação foi iniciada em 1992.

Compra de energia pela Cer (Roraima) à Cadafe (Venezuela)

A Cer iniciou entendimentos com a empresa Cadafe visando comprar energia elétrica (até 1MW) para alimentar a rede de Vila Paracaima, através de interconexão de alimentador de distribuição, à cidade de Santa Elena de Uairén, na Venezuela.

A Eletrobrás tem acompanhado os entendimentos respectivos, estan-

do pendente, no momento, o fornecimento à Cer, pela Eletrobrás, de um modelo de minuta de contrato internacional de compra e venda de energia elétrica para que a empresa prossiga nas negociações com a Cadafé.

Utilização de combustível “orimulsion” em geração de energia elétrica

O combustível “*orimulsion*” (marca registrada venezuelana), é obtido pela adição de água doce (30%) e aditivos, ao betume, para produzir emulsão de betume e água. Esse produto é comercializado pela empresa Bitor, da Venezuela.

Essa empresa já tem feito tentativas de venda do produto a concessionárias e indústrias brasileiras.

Após o Seminário Brasil-Venezuela, realizado em junho de 1994, em São Paulo, foram colocadas aos representantes da Bitor algumas observações e pedidos de esclarecimentos quanto à utilização do combustível, principalmente no que se refere a aspectos técnicos, ambientais e econômico-financeiros. Tais questões não foram ainda suficientemente esclarecidas pela BITOR.

Por outro lado, a Bitor não forneceu até o momento os elementos solicitados por empresas brasileiras (Furnas, Chesf, Cesp e Eletronorte), relativos a estudos para conversão de usinas térmicas existentes para utilização desse combustível, bem como para a implantação de usinas novas já com esse combustível.

Para que se possa tomar qualquer decisão sobre a utilização da *orimulsion* no Brasil, devem ser devidamente esclarecida a priori, as questões restritivas já colocadas junto ao fabricante venezuelano, que incluem, além dos aspectos acima mencionados (que dependem exclusivamente da Bitor), a questão jurídica da utilização desse hidrocarboneto no Brasil considerando a legislação vigente sobre o do monopólio delegado à Petrobrás.

Brasil e Venezuela: Esperanças e Determinação na Virada do Século

Samuel Pinheiro Guimarães

Introdução

Os contrastes entre Brasil e Venezuela quanto a dimensões, estruturas industriais, suficiência energética, vivência democrática, relacionamentos de fronteira e comércio exterior são notáveis.

Os desafios que devem os dois países enfrentar são, todavia e paradoxalmente semelhantes, e por isto as oportunidades de cooperação para vencê-los são marcantes. Os comentários a seguir examinam alguns desses desafios e, ao final, permitem esboçar estratégias gerais de cooperação.

Riqueza e dimensões

Venezuela e Brasil, pela sua riqueza de recursos, humanos e materiais, podem aspirar a alcançar níveis elevados de bem-estar para seus povos e posições tão destacadas no cenário internacional quanto as que ocupam diversos países desenvolvidos, tais como a Espanha, a França e o Reino Unido.

A população brasileira em idade de trabalho equivale à soma da francesa com a alemã; a venezuelana corresponde à metade da espanhola. E ambas crescem a taxas superiores ao dobro das taxas que se verificam naqueles países europeus¹. Suas populações têm-se urbanizado²

1 A população em idade de trabalho (15 a 64 anos) é de 38.1 milhões na França; 55.7 na Alemanha; 96.2 no Brasil; 13.0 na Venezuela; 26.1 na Espanha. As taxas anuais (1990-94) de crescimento dessa população são de 0.4% (França); 0.1% (Espanha); 1.3% (Brasil); 3.0% (Venezuela).

2 A população urbana é de 85% na Venezuela e de 74% no Brasil. A taxa de alfabetização é de 88% (Venezuela) e de 80% (Brasil).

com grande rapidez e esforços significativos têm sido feitos para expandir os sistemas de educação e de saúde. Os índices de concentração de renda são, porém, inaceitáveis e constrangedores para a expansão dos mercados e das próprias escalas de produção.³

Serão capazes, Venezuela e Brasil, de elevar os níveis de produtividade de suas populações de forma rápida o suficiente para lograr reduzir os bolsões de pobreza e criar mercados internos a que possam corresponder estruturas econômicas diversificadas, modernas e auto-sustentáveis?⁴

Ao lado de suas dimensões populacionais, os estoques de recursos naturais na Venezuela e no Brasil podem constituir fundamento sólido para políticas de longo prazo que coloquem as duas economias em uma trajetória de desenvolvimento rápido, sem flutuações excessivas ou reversões inesperadas.

A Venezuela possui extraordinária capacidade de geração de energia, representada pelo petróleo⁵, gás natural, carvão e hidroeletricidade. A este potencial energético juntam-se grandes reservas de minério de ferro e de bauxita, assim como de urânio, tório, níquel, fosfato, cobre, zinco, ouro, prata, titânio e manganês.⁶

3 A distribuição de renda na Venezuela e no Brasil é em extremo desigual assim como são elevados os índices de pobreza absoluta.

4 A economia brasileira, ao se industrializar, superou a forma de “dependência” característica das economias primário-exportadoras. Estaria hoje sujeita a formas “superiores” de dependência (isto é, de vulnerabilidade a eventos externos) tanto do ângulo financeiro pela ação complexa do serviço da dívida externa, da baixa taxa de poupança interna e dos capitais especulativos de curto prazo, quanto do ângulo real, pela inexistência de capacidade moderna nas indústrias de microeletrônica e computação. A economia venezuelana ainda se encontraria em etapa já percorrida pela economia brasileira.

5 As reservas de petróleo da Venezuela correspondem a 6% do total mundial e a Venezuela é o sétimo produtor mundial. Sua posição geográfica e política é estratégica no mercado mundial como se verificou quando da suspensão das exportações do Iraque e do Coveite em 1990, quando ficou clara sua importância como fonte estável de suprimento de petróleo no Hemisfério Ocidental.

6 As reservas de minério de ferro são de 2,8 b/t, sendo 80% de alto teor. As reservas de carvão são de 900 m/t e a Venezuela poderá se tornar um dos principais exportadores mundiais. As reservas de bauxita são superiores a 500 m/t de minério de alto teor. As reservas de ouro são superiores a 8.000 t. As reservas de urânio são de 40.000 t e as de tório 232 são de 300.000 t.

As reservas brasileiras de minérios revelam também potencial incomum em ferro, estanho, ouro e bauxita⁷. Apesar da relativa escassez de petróleo e gás, o potencial brasileiro de geração de energia através da hidroeletricidade é muito significativo.⁸

A estratégia bem sucedida da Pdvsa de integrar suas operações “downstream” (refino, distribuição etc) em mercados consumidores desenvolvidos comprova a possibilidade de países detentores de importantes reservas de matérias-primas de conquistar mercados através de alianças estratégicas e de aquisição de empresas de transformação daquelas matérias-primas, nos países consumidores.⁹

Poderão, contudo, Brasil e Venezuela agregar cada vez mais valor a sua produção mineral e transformá-la em insumo de parques industriais diversificados,¹⁰ superando a condição de exportadores dessas matérias-primas para se transformarem em exportadores de seus manufaturados¹¹ ou em processadores no destino?

A área agricultável brasileira e os resultados pioneiros dos programas de pesquisa em agropecuária no Brasil habilitam o país, inclusive devido à sua imensa biodiversidade não apenas na Amazônia mas em outras regiões, a se tornar grande produtor agropecuário de alta produtividade.

7 As reservas brasileiras de minério de ferro correspondem a um terço do total mundial e as reservas de bauxita são as maiores da América Latina. Os depósitos de ouro são estimados em 30.000 t.

8 A potência instalada (hidroelétrica) no Brasil é de 47.976 MW e na Venezuela de 10.012 MW.

9 A transformação da Pdvsa em empresa produtora e exportadora na Venezuela e também refinadora e distribuidora nos países consumidores faz com que 54% das exportações venezuelanas de petróleo se destinem a suas próprias refinarias; que a Venezuela se possa defender melhor de choques no mercado de petróleo e que, finalmente, participe dos lucros das etapas de refino e distribuição. A Venezuela se tornou um dos maiores vendedores de produtos refinados de petróleo no mercado internacional.

10 Os recursos energéticos abundantes de que dispõem a Venezuela constituem uma importante vantagem comparativa para a indústria em geral, mas em especial para setores como o siderúrgico e o alumínio, inclusive quando se consideram suas reservas de ferro e bauxita.

11 As exportações não-tradicionais da Venezuela corresponderam em 1995 a 25% do total (metais; químicos; transporte; alimentos, bebidas e tabaco; papel; material elétrico). As exportações não-tradicionais, ainda que pequenas diante das exportações de petróleo, cresceram consideravelmente nos últimos anos e em 1995 cresceram em 29%.

De seu lado, a Venezuela dispõe de importantes jazidas de fosfatos e de grande potencial petroquímico que permitiriam enfrentar as dificuldades tradicionais de sua agricultura.

O desafio para Brasil e Venezuela é desenvolver sua produção agrícola, suas indústrias de insumos e suas indústrias de alimentos de modo a suprir as suas históricas deficiências e alcançar níveis de nutrição adequados e dignos para suas populações como um todo.¹²

Brasil e Venezuela vêm nas últimas décadas procurando, com êxito diferenciado, implantar indústrias básicas, tais como siderurgia, petroquímica, alumínio e energia, que sirvam de fundamento para as indústrias de bens de capital e de bens de consumo.

Não foi pequeno o sucesso brasileiro. Desde o segundo pós-guerra, as indústrias básicas foram instaladas, as tecnologias a que correspondiam foram absorvidas, foi implantada uma diversificada indústria de bens de capital, e foi construída uma poderosa indústria de bens de consumo, duráveis e não-duráveis. Tal êxito pode ser avaliado pelo fato de que mais de 70% das exportações brasileiras em 1996 corresponderam a produtos industriais.

A Venezuela, por razões diversas, iniciou seu processo industrial manufatureiro mais tarde¹³ e em período recente fez grandes esforços para implantar indústrias com base em seus recursos naturais abundantes e reduzir a dependência da economia em relação ao petróleo.¹⁴

As vicissitudes e condicionalidades dos processos de ajuste estrutural, as políticas comerciais de abertura unilateral, as dificuldades do

12 No Brasil, a expansão das culturas agrícolas para consumo interno não tem sido suficiente para acompanhar as necessidades decorrentes do aumento da população e ainda menos para preencher o histórico déficit alimentar. A própria expansão das culturas de exportação tem ocorrido muitas vezes à custa de áreas antes destinadas à produção para consumo interno, como o arroz e o feijão.

13 O primeiro Governo Andrés Perez (1973-78) tinha como política investir pesadamente na agricultura e no desenvolvimento industrial para criar uma economia mais equilibrada e nacionalizar importantes setores, em especial o petróleo, o que foi feito em 1976.

14 A economia venezuelana depende do petróleo, que provê 80% das receitas do Estado, e assim está particularmente sujeita a flutuações no mercado mundial de petróleo.

setor público em executar políticas industriais ativas, têm em muito afetado os parques industriais da Venezuela e do Brasil, tanto de forma positiva como negativa.

Brasil e Venezuela têm de enfrentar o complexo e dilemático desafio de atrair capitais estrangeiros¹⁵, promover a transferência e a absorção de tecnologia de última geração, reduzir a concentração industrial excessiva, fortalecer as empresas industriais nacionais e aumentar de forma sustentada as exportações de produtos industriais.¹⁶

Democracia e desigualdade

Venezuela e Brasil são países de vocação *política* democrática. O regime democrático prevaleceu no Brasil durante trinta dos últimos cinquenta anos. Na Venezuela desde 1958 sem interrupção os presidentes são eleitos e terminam seus mandatos.

A democracia política encontra-se limitada, em sua essência, por certas características comuns às duas sociedades. Os enormes desníveis culturais, o peso das oligarquias tradicionais em regiões atrasadas, o “clientelismo moderno” nas periferias urbanas e a influência da mídia nas campanhas eleitorais “modernizam” a forma e “atrasam” a substância do exercício democrático, na medida em que se mantém ou mesmo

15 Companhias estrangeiras dominam a produção em muitos setores da economia brasileira: 100% de grandes computadores; 95% de automóveis; 90% de produtos elétricos e de comunicação; 80% de farmacêuticos; 70% de químicos; 60% de metais não-ferrosos. O atual processo de liberalização e de abertura de áreas antes “reservadas” ao Estado ou ao capital nacional tem aumentado a penetração de empresas estrangeiras em muitos setores. Situação distinta da Venezuela, onde o Estado, com a crise financeira de 1994, aumentou sua participação na economia e para onde não estariam fluindo os capitais externos com a mesma intensidade que ocorre em outros países da América Latina.

16 Um dos objetivos do Plano Nacional de Desenvolvimento da Venezuela (1995) é tornar as exportações não-tradicionais uma fonte de receita mais importante que o petróleo. No caso brasileiro, desde a eliminação pelo governo Collor dos principais incentivos à exportação, e apesar da retórica do “modelo exportador”, só recentemente se vêm desenvolvendo esforços significativos de promoção de exportações. Aí estaria uma das razões da estagnação (ou do pequeno crescimento) das exportações brasileiras, em especial para mercados não-sul-americanos, em anos recentes.

aumenta a influência do poder econômico no processo político-eleitoral. De uma outra perspectiva, o exercício democrático em ambos os países tem a seu crédito, entre outros pontos, a redução da fraude e da corrupção eleitoral, a crescente participação de organizações da sociedade civil no processo político e a ausência de discriminação racial legal.

Todavia, no campo da economia, ambas as sociedades se têm caracterizado por desigualdades cada vez maiores de renda enquanto que, devido à escassez de recursos, os respectivos Estados tem crescente dificuldade em exercer funções redistributivas e portanto redutoras de tensões sociais e políticas. É notório que certos segmentos da sociedade, diante do aumento da marginalidade, da criminalidade e da pobreza, passam a exigir maior intervenção policial e autoritária em defesa da propriedade e da integridade física, enquanto é possível, como ocorreu no passado, que grupos, ainda que minoritários, diante desses mesmos fenômenos venham a desacreditar do processo político-democrático formal e a propugnar transformações radicais, pela força, do próprio sistema político e de suas instituições.

Os programas de ajuste estrutural a que se têm submetido as duas economias trazem implícita ou explícita a idéia de que o crescimento econômico viria a reduzir com o tempo as desigualdades entre regiões e classes sociais. O crescimento permitiria a absorção dos numerosos contingentes de mão-de-obra que ingressam a cada ano nos dois mercados de trabalho, enquanto que programas assistenciais seriam capazes de reduzir ou amortecer tensões sociais mais graves.

De certa forma, ainda que a estabilização de preços em um primeiro momento possa eliminar as perdas inflacionárias para as camadas mais pobres da população, a abertura comercial excessiva e a modernização tecnológica acelerada tendem a eliminar empregos a um ritmo mais rápido do que criam, fragilizando e informalizando os mercados de trabalho¹⁷. É necessário lembrar que onde as políticas neo-libe-

17 O mercado de trabalho venezuelano se caracteriza por crescente desemprego, sendo de 11% segundo fontes oficiais, ou de 15 a 20% segundo fontes empresariais, especialmente entre os jovens. Por outro lado, o Estado, que emprega cerca de 17% de todos os trabalhadores, está empenhado em reduzir o número de empregados públicos.

rais foram aplicadas com maior rigor, intensidade e duração, como ocorreu nos Estados Unidos e no Reino Unido, a partir dos Governos Reagan e Thatcher, aumentou a concentração de renda, os índices sociais se deterioraram e se fragilizou a coesão social.

A democracia no Brasil e na Venezuela terá de se consolidar ao mesmo tempo em que as duas sociedades sofrem profundas, dramáticas e rápidas transformações, decorrentes das políticas de ajuste estrutural que adotaram. Este é o grande desafio de suas elites e de seus sistemas políticos diante dessas transformações e das tentações da “nova democracia” que surgem em certos países do continente sul-americano.

Nação e mundo

Brasil e Venezuela são hoje em dia sociedades cujo bem-estar e progresso estão, como nunca em seu passado, vulneráveis a eventos externos, sobre os quais não têm controle nem previsão. Paradoxalmente, Brasil e Venezuela têm hoje melhores condições objetivas para promover a redução desta vulnerabilidade e assim assumir maior controle sobre o destino de suas sociedades.

Outros Estados e sociedades, líderes do processo de globalização, dele participam com suas economias maduras, seus sistemas políticos estáveis, suas sociedades e culturas fortes e integradas. Mesmo assim, tais países sofrem com as tensões que se desencadeiam e que tumultuam suas sociedades nacionais.

Este processo acelerou-se em um período em que Venezuela e Brasil estavam lutando pela integração de suas economias e sociedades nacionais. Brasil e Venezuela se encontravam assim em meio a um processo de construção da nacionalidade, tanto do ângulo político como econômico e cultural.

As circunstâncias de sua vulnerabilidade externa fazem com que Brasil e Venezuela não possam prescindir de participar desse processo global, em que, ao lado das vantagens anunciadas pelos seus apologistas mais radicais, defrontam-se com a realidade dos fluxos especulativos de capital, da crescente dívida externa, da agressividade exportadora das grandes potências, do protecionismo em relação às suas exportações, da normatização internacional que restringe a autonomia das políticas eco-

nômicas nacionais, das políticas de produção e de investimento das mega-empresas multinacionais e, por fim, a competição predatória entre os países subdesenvolvidos para oferecer as melhores vantagens aos investidores internacionais, chegando a ter o efeito inesperado de reduzir o efetivo aporte de capital estrangeiro.

Por outro lado, diferente de outros países periféricos, Brasil e Venezuela possuem importantes recursos naturais; conseguiram, com grandes sacrifícios, construir bases industriais significativas, e têm hoje dimensões de mercado interno que não tinham no passado e que assim os colocam em melhores condições para reduzir suas vulnerabilidades e enfrentar os desafios da globalização.

Brasil e Venezuela terão de atuar de forma estratégica no processo simultâneo de fortalecimento de suas sociedades, de renovação do Estado, de construção da Nação, e ao mesmo tempo serem capazes de construir eficazes esquemas sub-regionais de integração e usufruir das oportunidades que lhes oferece o mundo que se globaliza e que, paradoxalmente, se regionaliza. Uma tarefa para verdadeiros estadistas.

Capital e trabalho

A necessidade e a urgência de “modernizar” tecnologicamente a economia das sociedades subdesenvolvidas são apresentadas como indispensáveis para aumentar sua eficiência e competitividade que, por sua vez, seriam os requisitos *sine qua non* para participar com proveito do fenômeno inexorável da globalização.

Nas sociedades semi-industrializadas, como o Brasil e a Venezuela, a modernização tende a ser identificada com a adoção de novas técnicas de produção industrial, em especial através da instalação de novas máquinas. Máquinas novas tornariam então o estoque de capital daquelas sociedades mais eficiente, mais produtivo, mais competitivo nos novos “mercados globais”. As políticas propostas pelos organismos internacionais de financiamento, pelos governos de terceiros Estados exportadores de bens de capital e por setores importantes das sociedades locais, advogam favorecer ao máximo a importação de bens de capital, atrair as empresas detentoras das tecnologias modernas (ainda que em setores “antigos”), facilitar com generosidade a entrada e a saída de recursos

dessas empresas, sem constrangê-las por regras de orientação espacial, tecnológica, de destino da produção etc.

Para as sociedades brasileira e venezuelana a modernização de seus parques produtivos (em todos os setores e não apenas no industrial) significa, em termos práticos, informatização e redução de mão-de-obra por unidade de capital. E, em conseqüência, redução da criação de empregos, e demissões ao nível microeconômico de cada empresa.

Todavia, a eficiência e a competitividade não podem ser fins em si mesmas. Somente fazem sentido na medida em que as populações desses países têm aumentado seu bem-estar de forma estável, como um todo. Esta melhoria e estabilidade dependem, em grande medida para tais sociedades semi-industrializadas, da redução de sua vulnerabilidade a choques externos, decorrentes de alterações na economia mundial, as quais se encontram, por definição, fora de seu controle. O caso recente, lamentável e emblemático do México constitui uma circunstância de forte reversão de expectativas que não pode nem deve ser esquecida, nem afastada como *sui generis*.

É necessário que o outro fator de produção, o trabalho, tenha sua remuneração, em seu conjunto, se não melhorada, em termos absolutos e relativos, pelo menos mantida estável. E que os contingentes de mão-de-obra sejam empregados da forma a mais eficiente possível.

A dificuldade se encontra no fato de que, de um lado, ambas as sociedades, brasileira e venezuelana, detêm estoques significativos de trabalho no setor informal, antes denominado subemprego ou desemprego disfarçado, com baixa ou baixíssima produtividade, e ao mesmo tempo, se vêem diante da necessidade de gerar um número muito elevado de empregos para os indivíduos que ingressam na força de trabalho a cada ano, em decorrência de altas taxas demográficas do passado.

Por outro lado, vista a situação do ângulo externo, e consideradas as circunstâncias que levaram à convicção dos Governos quanto à necessidade (ou “inevitabilidade”) de implantar políticas de ajuste estrutural, isto é, as elevadas dívidas externas e os déficits públicos internos com que se relacionavam, é imprescindível que as políticas de modernização tecnológica do parque industrial correspondam a forte aumento

de exportações¹⁸ (para compensar o fortíssimo aumento de importações, em especial no Brasil) que torne o equilíbrio externo independente dos humores dos capitais especulativos altamente voláteis.

O desafio para as sociedades venezuelana e brasileira é complexo e múltiplo, não bastando atender a certos requisitos se outros não forem ao mesmo tempo alcançados. Se não houver esta vinculação entre modernização, emprego e exportação, a restrição externa não terá sido removida, enquanto internamente a fatia da remuneração do trabalho se reduzirá e aumentará a concentração de renda e de riqueza. Brasil e Venezuela serão mais “modernos”. E mais injustos.

Estabilidade e desenvolvimento

Desde o eclodir da crise da dívida latino-americana, em 1982, Brasil e Venezuela vêm lutando para estabilizar preços e, ao mesmo tempo, recuperar as taxas de crescimento do produto e retomar os esforços de diversificação econômica necessários para melhorar ou até mesmo para apenas manter os seus baixos níveis de renda per capita.

Paradoxalmente, a origem mais remota da longa crise de estagnação com inflação foi a mesma para Brasil e Venezuela: os choques do petróleo de 1973 e 1979, que ocasionaram maciças transferências de recursos em nível mundial em curtíssimo prazo.

O súbito aumento do valor das importações de petróleo levou ao controle severo de importações no Brasil, ao aprofundamento do endividamento externo, estimulado pela superabundância dos petrodólares e pelos esforços de sua reciclagem feitos pelo sistema financeiro internacional, e a programas de substituição de importações mais amplos. A partir da elevação dos juros internacionais a níveis estratosféricos e da insolvência mexicana, os mercados financeiros se fecham e as moratóri-

18 O aumento de exportações, tanto no caso do Brasil como da Venezuela, terá de se verificar principalmente em direção a mercados de países desenvolvidos, de maior capacidade de absorção, e em produtos industriais, para os quais os mercados são mais estáveis em termos de demanda e preços. Uma política de desenvolvimento a longo prazo com base na exportação de produtos primários está sujeita a alta probabilidade de fracasso.

as se desencadeiam nos países fortemente endividados. Os programas de ajuste estrutural, heterodoxos ou ortodoxos, se sucedem no Brasil sempre sem sucesso devido à restrição externa. O Plano Brady tornou possível renegociar a dívida externa e lançar o Plano Real, que por meio de um sistema de âncora cambial, de abertura para importações e de elevadíssimas taxas de juros consegue o forte apoio de capitais de curto prazo, e reduzir as taxas inflacionárias de forma significativa.

No caso venezuelano, a súbita abundância gerada pelos choques do petróleo levaram a programas ambiciosos de industrialização de base, ao aumento excessivo dos gastos públicos, e por fim ao endividamento externo. A estagnação dos preços do petróleo nos anos 80 e seu colapso em 1986 levaram à quase exaustão das reservas cambiais, em 1988, e ao primeiro programa de reforma estrutural com apoio do FMI, em 1989.

Os programas neo-liberais de ajuste estrutural na Venezuela e no Brasil são semelhantes. O diagnóstico em ambos os casos indica o déficit público como a raiz da inflação e a estatização da economia como a causa da estagnação. As políticas internas perseguidas são a redução das dimensões do Estado empresarial¹⁹, empregador e regulador, e a reforma fiscal. No setor externo, as políticas tem procurado a mais ampla abertura da economia para bens, serviços e capitais.

Brasil e Venezuela terão de reformar o Estado e preservar sua capacidade para exercer as novas funções reguladoras da economia. A reforma fiscal deve ser capaz de gerar mais receitas e vencer a tendência geral, universal, à redução de impostos e de carga tributária. A redução da evasão fiscal e da fuga ou evasão de capitais para o exterior, fenômenos que caracterizam as duas economias, serão indispensáveis para a

19 Apesar da insistência quanto à estatização da economia brasileira, o fato reconhecido é que a intervenção do Estado na economia é bem menor que em outros países subdesenvolvidos e que o setor privado sempre exerceu substancial influência sobre a política econômica. Devido à crise bancária de 1994, que custou US\$ 10 bilhões, cerca de 16% do PIB da Venezuela, o Estado venezuelano adquiriu propriedades no valor de bilhões de dólares que eram garantias de empréstimos bancários. Além disso, empresas estatais controlam as indústrias petroquímica, de ferro e aço, de alumínio, de gás natural liquefeito, além do petróleo, carvão e distribuição de eletricidade. O Governo Caldera reativou um ambicioso programa de privatização nas áreas de telecomunicações, alumínio, ferro e aço, eletricidade, turismo e pretende desfazer-se de empresas adquiridas quando da crise bancária de 1994.

estabilidade interna e externa e para o aumento da taxa de poupança doméstica, pré-requisito do desenvolvimento sustentado.

Competição e cooperação

Venezuela e Brasil competem no mercado internacional, tanto por atrair capitais para a mineração, as indústrias de transformação de minérios e a indústria do petróleo, quanto na qualidade de exportadores, atuais ou potenciais, em diversos mercados internacionais de minérios e de seus produtos (ferro e bauxita, aço e alumínio) assim como nos mercados andinos para manufaturas.

Apesar da realidade da competição a curto prazo, a cooperação entre os dois países traz em si perspectivas amplas e generosas, importantes não apenas para o esforço comum de desenvolvimento e de criação de sociedades democráticas, justas, estáveis e prósperas, mas também para o futuro político dos dois países.

Durante a maior parte de sua existência como países independentes, Brasil e Venezuela tiveram sua atenção voltada para diferentes e apartadas esferas de atuação política. A Venezuela dirigida para a região andina, para seus vizinhos imediatos a leste e a oeste, para o Caribe e a América Central e vinculada por laços de tradicional amizade aos Estados Unidos. O Brasil, voltado para o Cone Sul, para as tradicionais disputas geopolíticas na Bolívia, Paraguai e Uruguai, entre as quais se incluía o aproveitamento hidroelétrico em rios sucessivos, e para os esforços de integração no Cone Sul. O Brasil, apesar de ter, como a Venezuela, vínculos tradicionais de amizade, cooperação, comércio e investimentos com os Estados Unidos, dispõe todavia de um leque de relações políticas, uma composição de investimentos estrangeiros e uma estrutura de comércio exterior mais diversificada, em termos de mercados e produtos e assim se torna menos dependente da economia e da política americana.

A contemporaneidade da democracia na Venezuela com o regime militar brasileiro modificou tanto a política brasileira como a venezuelana, e veio a forçar um encontro de olhares entre vizinhos até então distantes. A preocupação com a ocupação e defesa da Amazônia diante de uma percepção de interesses de “internacionalização” daquela vasta região e dos fenômenos de guerrilha, tráfico de armas e de drogas em países limítrofes, fizeram com que o Brasil empreendesse a construção da rodovia transamazônica, concluída em 1975, e propusesse a seus vizinhos em 1976 o Tratado de

Cooperação Amazônica, firmado apenas em 1978. Tais iniciativas, em um primeiro momento, despertaram preocupações em certos círculos venezuelanos diante do que consideravam uma manifestação de expansionismo brasileiro em direção ao Norte e o surgimento de uma nova influência na região, onde se encontram os dois outros vizinhos da Venezuela, com quem tem ela antigas e não-resolvidas disputas de fronteira.

Mais tarde, a restauração democrática no Brasil, a questão da dívida externa e o conflito político-militar na América Central reaproximaram os dois países no plano regional. Ademais, na medida em que se acelerou a ocupação de Roraima e em que se intensificou o foco internacional crítico sobre temas de comum interesse tais como populações indígenas, meio-ambiente e o papel da floresta amazônica, os dois países se empenharam em estreitar seus laços políticos bilaterais.

Esta aproximação se tornou tanto mais fácil e importante para o Brasil e em especial para a Venezuela na medida em que não há nem houve desde 1859, quando foi celebrado o Tratado de Limites e Navegação Fluvial, qualquer disputa sobre limites, o que contrasta com as tensas relações de fronteira da Venezuela com a Colômbia e a Guiana.²⁰

Assim, ao invés de começar examinando as perspectivas de cooperação econômica, sempre privilegiadas quando se trata das relações entre os dois países, seria interessante comentar as possibilidades e as necessidades de cooperação político-estratégica entre o Brasil e a Venezuela.

A reorganização em curso das estruturas mundiais de Poder, o processo iniciado com a Cúpula de Miami, as propostas de reformulação do papel das Forças Armadas nos países da região, os perigos sempre presentes da guerrilha²¹ e do narcotráfico²², as operações militares de

20 A Venezuela reivindica como seu vasto território a oeste do rio Essequibo na Guiana. Em 1992, Andres Peres reconheceu publicamente que a Colômbia tinha reivindicações territoriais legítimas no Golfo da Venezuela.

21 Apesar da longevidade do regime democrático na Venezuela, a guerrilha tem raízes antigas na Venezuela. A guerrilha doméstica se acrescentam as atividades de guerrilhas colombianas na fronteira com graves incidentes como em 1995 quando morreram 16 soldados venezuelanos. A atividade de guerrilhas colombianas na fronteira, a presença de grande número de imigrantes colombianos ilegais na Venezuela, as disputas sobre fronteiras, e as atividades do tráfico de drogas e de armas contribuem para tensões renovadas entre os dois países.

22 A estagnação econômica a partir do colapso dos preços do petróleo em 1986 tornou a Venezuela um ponto importante na rota do narcotráfico e de lavagem de dinheiro.

terceiros países na região, tornam de grande importância o estreitamento das relações políticas entre os dois países que se vem realizando, em especial desde 1994 com a assinatura do protocolo de La Guzmania.

Programas mais amplos de conhecimento e de informação entre os setores políticos e militares chaves dos dois países seriam estratégicos, pois da mútua e real compreensão de identidade de interesses a longo prazo deriva toda a possibilidade de cooperação efetiva e permanente em áreas não-políticas de atividade.

A cooperação Brasil-Venezuela para progredir de forma consistente e densa deve priorizar acima de tudo a interligação física entre os dois territórios e a formação de vínculos permanentes no campo da energia tanto hidroelétrica como de petróleo.

Tanto em um caso como em outro os esforços concretos de cooperação se encontram adiantados. A pavimentação da rodovia Manaus — Caracará — divisa (marco BV-8) permitirá interligar o extremo norte do Brasil com Ciudad Guayana e Caracas e garantir melhor intercâmbio entre os dois mercados e o acesso brasileiro ao Caribe. As relações atuais no campo do petróleo são promissoras, mas se verificam através de contratos de compra de curto prazo entre a Petrobrás e a Pdvsa, pela própria natureza temporários.

O enfoque político estratégico deveria privilegiar a crescente cooperação entre a Petrobrás e a Pdvsa através de associações de longo prazo para a exploração de petróleo, tanto na Venezuela como no Brasil, assim como através da participação da Pdvsa na refinaria do Norte-Nordeste brasileiro. No campo da energia elétrica, a interconexão Guri - Boa Vista -Manaus criaria um vínculo permanente de integração e contribuiria para acelerar a solução do sério problema de abastecimento de energia na Amazônia.

No campo da cooperação científica e tecnológica, o enfoque estratégico privilegiaria dar toda ênfase a um programa de metas de investimento conjunto em pesquisa nas áreas de tecnologias de ponta, que são aquelas que definirão a longo prazo a viabilidade das economias brasileira e venezuelana na competição global. Entre essas áreas se destacam a biotecnologia, a energia e a informática.

A negociação da área de livre comércio entre a Venezuela e o Mercosul, apesar do grande interesse que ambas as partes têm manifes-

tado, com insistência, em sua finalização com êxito, pode-se prolongar de forma insuspeitada. Na realidade, a expansão do comércio entre os dois países para além da área de fronteira e do setor de petróleo depende do estabelecimento de ligações marítimas mais freqüentes entre o Sudeste do Brasil e o Norte da Venezuela para que as oportunidades de comércio que surjam possam ser aproveitadas. O Norte do Brasil, dada a dispersão geográfica de sua população e o seu nível de renda modesto, será por um longo tempo um mercado limitado para a expansão das relações comerciais entre os dois países, relações que o acordo Mercosul/Venezuela poderá facilitar e estimular, mas da qual não pode ser o instrumento concreto de efetivação, que depende do interesse empresarial e da viabilidade competitiva dos produtos do intercâmbio.

A importante participação do Estado na economia venezuelana; a ainda importante participação do Estado brasileiro em duas áreas fundamentais para as relações bilaterais, quais sejam energia e mineração; a iniciativa estatal determinante no campo científico e tecnológico²³; e, por fim, as características das áreas de fronteira, são fatores que tornam vital a ação dos dois Governos na construção dos mecanismos de cooperação. As generosas esperanças de cooperação entre os dois países dependem assim da determinação dos Governos em fazê-la avançar.

Referências bibliográficas

Border and Territorial Disputes, Alan J. Day, ed. (Essex: Longman Group: UK Limited, 1987)

Brazil Country Profile, 1995-1996 (London: The Economist Intelligence Unit, 1996)

Crossborder Monitor (London: The Economist Intelligence Unit, 1996)

Historia Fundamental de Venezuela, J.L. Salcedo-Bastardo (Caracas: Ediciones de la Biblioteca de la Universidad Central de Venezuela, 1982)

23 A participação das empresas privadas no investimento total brasileiro em ciência e tecnologia em 1996 foi de 10%.

Informaciones seleccionadas sobre Venezuela (Genebra: Org. Mundial de Comércio, doc OMC/PRESS/TPRB/26 e 27, 1996.)

Investing, Licensing and Trading Conditions Abroad: Brazil, 1996 (London: The Economist Intelligence Unit, 1996)

Investing, Licensing and Trading Conditions Abroad: Venezuela, 1996 (London: The Economist Intelligence Unit, 1996)

Seminario Mercosur-Venezuela (São Paulo: Cuadernos del Parlatino nº 9, Parlamento Latinoamericano, 1995)

The Europa World Yearbook 1995

Venezuela Country Profile, 1995-96 (London: The Economist Intelligence Unit, 1996)

Venezuela e Brasil na Política Internacional: Cooperação Bilateral e Inserção Mundial, Paulo G. Fagundes Vizentini (Rio: Contexto Internacional vol. 18, nº 1, Instituto de Relações Internacionais)

Venezuela-Brasil: Relaciones Diplomaticas 1942-1982, Julio Portillo (Caracas, Editorial Arte, 1983)

Venezuela: A Change of Direction? (Madrid: Irela, 1996)

Venezuela: Comercio Exterior Global (Montevideo: Aladi, doc. Aladi/Sec/di 556.5, 1994)

DEBATES

Mesa 1

Venezuela e Brasil: Integração Energética

Luiz Eyer de Araújo,
Coordenador de Assuntos Internacionais da Eletrobrás

As principais empresas do setor elétrico venezuelano são a Eletricidad de Caracas, empresa privada que atende a região de Caracas; a Enelbar e Eneben, compradas pelo Governo em 1976 e em processo de reprivatização; a Cadafe, principal empresa estatal integrada, responsável pelo serviço de energia elétrica na maior parte do território venezuelano e a Edelca, responsável pelo desenvolvimento do potencial elétrico do rio Caroni e principal empresa de integração do sistema elétrico venezuelano. O setor elétrico venezuelano está em processo de reformulação, no sentido de torná-lo mais eficiente e competitivo. Alguns dados de 1993 permitem caracterizar o setor elétrico venezuelano e estabelecer uma comparação com o brasileiro. Embora a população venezuelana seja 1/8 da brasileira, a potência instalada é de 1/3, considerando-se que a potência instalada da Venezuela é de 17.190 megawatts, comparada com a do Brasil, de 52.471, o que mostra uma geração de energia por habitante substancialmente mais elevada do que a brasileira. Enquanto a Venezuela tem 2.312 kw/hora por habitante, o Brasil tem um índice de energia gerada per capita de 1.752. Em relação à estrutura do parque gerador, a Venezuela dispõe de energia de natureza hidráulica no montante de 10.000 megawatts, correspondendo a cerca de 60% do total, enquanto no Brasil temos 48.000 megawatts, 91% do total. O potencial hidroelétrico da Venezuela está concentrado no Rio Caroni, onde se localiza a Usina de Guri, responsável por dois terços da energia consumida no país. Em construção, estão as Usinas de Macáguas II, com 2.500 megawatts, que deverá entrar em operação em 1995, Caruachi com 2.000 megawatts, programada para 2.001, e Tocoma, com 2.000 megawatts. Essas usinas têm

custos estimados a preços de junho de 1991, entre US\$ 600 e US\$ 750 por quilowatt. O potencial total do Baixo Caroni, ou seja, as usinas de Guri, monta a 17.500 megawatts. No Alto Caroni, os projetos estão em fase de cálculo estimado em 8.500 megawatts. Nesse quadro, enfim, a Venezuela é um país caracterizado pela riqueza dos seus recursos energéticos, tanto de natureza hidráulica quanto petrolífera. Surgiu, há algum tempo, a idéia da interligação elétrica Guri-Boa Vista-Manaus. Em março de 1994, com a visita do Presidente Itamar Franco à Venezuela, os entendimentos adquiriram um novo dinamismo, tendo sido assinado o Protocolo de La Guzmania, e um comunicado conjunto, em que é feita menção à compra de energia elétrica da Venezuela pelo Brasil. Dando seqüência a esse entendimento, em junho de 1994, a Eletrobrás e a Edelca estabeleceram um grupo técnico para preparar estudo das alternativas técnico-econômicas para interconexão dos sistemas. Esse grupo teve como diretrizes desenvolver o projeto elétrico e executivo, de forma independente por cada uma das empresas no trecho nacional de sua responsabilidade; estudar o trajeto básico, acompanhando a rodovia existente, reduzindo os custos e os impactos ambientais; estudar alternativas para os níveis de tensão, padronizados em cada país (a tensão padronizada na Venezuela é de 400 kw, enquanto que no Brasil é 500 kw), explicar os custos decorrentes de critérios nacionais de projeto que poderão implicar maior número de subestações e a transformação intermediária de tensão. Os estudos efetuados permitem concluir que o atendimento aos mercados de Manaus e Boa Vista exigirá o suprimento de uma demanda de 400 megawatts em 2010. Esses montantes não poderão ser atendidos com energia exclusivamente de origem hidráulica, sendo indispensável a complementação com geração térmica. Os compromissos de venda de energia garantida ao Brasil exigirão incorporação dessas cargas como cargas do sistema venezuelano com redefinição do seu plano de expansão da geração. Quanto aos custos da geração térmica complementar a gás, a Venezuela afirma que o gás natural é do tipo associado ao petróleo, e que sua utilização será bastante competitiva, pois as reservas estão próximas do sistema de transmissão em 400 kw, já existentes. O sistema de transmissão envolvido compreenderá uma linha de transmissão de 1.600 km de extensão dos quais 1.000 em território brasileiro, sendo viáveis todas as opções consideradas, seja um sistema em 500 kw, tensão padronizada no Brasil, seja um sistema em 400 kw, tensão padronizada na Venezuela, seja um sistema de 400 kw na Venezuela, 500 kw no Brasil, ou um sistema em corrente contínua. Os custos envolvidos são da ordem de US\$ 500 milhões, estando a

exigir uma revisão e um ajuste. Qualquer que seja a opção escolhida, a linha de transmissão deverá acompanhar a rodovia BR-174 diminuindo assim, substancialmente, o impacto ambiental comum em linhas de transmissão na região amazônica, provocado pelo desmatamento da faixa de servidão. No caso dessa linha, o processo de penetração na região está definido, restando o equacionamento do problema relativo às comunidades indígenas. Dois pontos importantes sobre o projeto de interligação que permaneciam pendentes foram esclarecidos pela Venezuela através de proposta sobre montantes de energia firme e preço. Nesta proposta, considera-se uma transferência de 1.000 megawatts em 2010, ainda que, por efeito da modalidade de alguns sistemas de transmissão, a interligação possa ser implementada, em uma primeira etapa, em 500 megawatts. Em relação aos preços, a proposta compreende a oferta de energia firme, na base de US\$ 32 por megawatt/hora na fronteira, sem incluir o custo de transmissão na Venezuela, e com um fator de carga de 60%. O custo de transmissão em território venezuelano está estimado (pela Venezuela) em, no máximo, US\$ 6 por megawatt/hora. O custo no território brasileiro será de US\$ 8,5 por megawatt/hora, sendo o custo total da transmissão de US\$ 14,5 por megawatt/hora. A oferta da Edelca inclui também energia não firme a preços inferiores a US\$ 20 por megawatt/hora, dependendo das condições hidrológicas na bacia do rio Caroni. Ainda quanto ao suprimento a Manaus e Boa Vista, há um grupo de trabalho cuja incumbência é preparar, até agosto de 1995, um estudo comparativo da interligação entre as duas alternativas, com duas outras alternativas possíveis para atendimento a Manaus. O atendimento através do gás natural de Urucu não atenderia Boa Vista; atende, porém, Porto Velho e outras localidades da margem direita do Amazonas. O atendimento através de uma linha de transmissão Tucuruí-Altamira-Boa Vista permitiria o atendimento também de Macapá, mas não de Boa Vista. Quanto ao desenvolvimento tecnológico e cooperação técnica, há um convênio entre a Eletrobrás e a Cadafe que tinha por objetivo abordar três tópicos: o primeiro era um trabalho em conjunto com a equipe da Cadafe no que se refere ao projeto de Uribanti Caparo. Para este convênio, a Eletrobrás delegou a sua parte operacional à Furnas, e esse convênio, no que se refere a esse item, está desativado, tendo em vista mudança de prioridade em relação ao projeto de Uribanti Caparo. Previa-se uma área em que a colaboração entre empresas brasileiras e a Venezuela pode ser de grande benefício no que se refere a redução de perdas. A Eletrobrás convidou a Companhia de Distribuição do Estado do Paraná a participar do projeto, tendo feito uma proposta à Cadafe,

proposta que não evoluiu devido à concorrência com uma proposta da Edf. Um outro ponto é a compra de energia na região fronteira pela Cadafe, estando em estudo o suprimento à Pacaraima através de uma interligação com Santa Elena de Uairén, na Venezuela.

Andrés Bansart,
Professor da Universidade Simón Bolívar

A respeito da integração energética, é necessário, primeiro, situar as relações bilaterais nas numerosas dinâmicas multilaterais pois é a cooperação entre economias complementares que permitirá gerar um desenvolvimento duradouro. Segundo, situar as geopolíticas, as políticas e as estratégias energéticas nas dinâmicas contextuais do desenvolvimento global. É a visão holística dos problemas que tornará possível um desenvolvimento tanto econômico como social e espiritual do ser latino-americano. O fornecimento de petróleo e derivados da Venezuela para o Brasil experimentou um incremento importante durante esses últimos meses. Estima-se que, este ano, se chegue a US\$ 1 bilhão, o que representa 66% do intercâmbio comercial entre os dois países previsto para 1995. Em 1993 o Brasil comprava 6.000 barris diários da Venezuela. Em 1994, esta cifra subiu para 50.000 barris diários. Em 1995, Corpoven vende 100.000 barris diários ao Brasil. O Brasil importa uns 500.000 barris de cru por dia, o que permite apreciar a importância do mercado venezuelano-brasileiro. Existem excelentes perspectivas de cooperação entre Petrobrás e Pdvsa para realizar pesquisas conjuntas e criar associações com o fim de implementar projetos específicos em áreas de interesse comum. Criado em 1988, pela empresa Bitúmenes do Orinoco, Bitor, a *orimulsión R* se assemelha, por sua facilidade de manipulação, ao combustível residual tradicional. Seu conteúdo calórico e suas características ambientais comparam-no favoravelmente ao carvão. A estratégia de Bitor, com respeito ao Brasil, está dirigida a lograr uma participação nas demandas de energia através de novos projetos de geração elétrica. As equipes técnicas encarregadas do estudo estão constituídas pela Eletificação do Caroni (Edelca) e, da parte do Brasil, pela Eletrobrás, com a assessoria da Eletronorte. A linha de transmissão elétrica levaria energia da Venezuela até os Estados de Roraima e Amazonas, com estações terminais

em Boa Vista e Manaus. Além dos benefícios de custo, esta interconexão traria uma série de benefícios que nos interessam particularmente porque demonstram como se poderia conjugar o desenvolvimento do sul da Venezuela com o norte do Brasil. Insistimos sobre a indispensável relação entre as partes e o todo. Devem-se relacionar cuidadosamente entre si as integrações que possam ser promovidas em cada setor (energética, ambiental, mineral etc.), as integrações que devem ser efetuadas entre os diferentes setores e a integração regional, binacional ou multinacional que se deseja lograr. Se não queremos provocar uma “integração desintegrada”, parece-nos necessário pensar na criação de um grupo de especialistas encarregado da integração entre os dois países nos termos holísticos de um desenvolvimento conjunto. Uma boa política de integração energética isolada das políticas setoriais ou separada de um projeto de desenvolvimento conjunto poderia ocasionar perdas de recursos em vez de alcançar as vantagens esperadas. É necessário situar a planificação da energia na sua correta posição de subordinada. Isso não reduz sua importância. Ao contrário, é preciso definir esta importância dentro dos planos de desenvolvimento e, com frequência, explicar como a energia é um fator particularmente importante em certos planos como os de desenvolvimento urbano, desenvolvimento industrial ou desenvolvimento rural integrado. Esses mesmos planos, todavia, constituem parte de planos mais amplos e estão relacionados uns aos outros dentro das dinâmicas gerais do desenvolvimento.

Marcelo Castilho da Silva,
Departamento Comercial da Petrobrás

Durante a greve no setor brasileiro de abastecimento de combustíveis, a Pdvs colaborou com o Brasil trazendo para cá cargas que tinha destinadas a outros países. Graças a isso, as regiões Norte e Nordeste do Brasil passaram por essa crise quase sem sentir. Houve dificuldades em algumas regiões, mas nem de longe o que ocorreu na região Sul/Sudeste. Apesar daquele ter sido um momento de crise, existe a possibilidade de cooperação permanente entre Venezuela e Brasil. Em 1994, fechamos o balanço da Petrobrás, especificamente no setor petróleo e derivados, na casa dos US\$ 500 milhões; em 1995 devemos superar 1 bilhão de dólares. Esse é um passo significativo e a Venezuela tem-se tornado cada vez mais uma supridora de petróleo e

derivados ao Brasil. De uma posição que era de 8º lugar, em termos de fornecedores ao Brasil, hoje ela ocupa o 3º lugar, apenas atrás da Arábia Saudita e da Argentina. A potencialidade é enorme nessa área. Na colaboração Petrobrás/Pdvsa, através das subsidiárias Corpoven, Maraven e Lagoven, a sinergia é evidente. A Petrobrás concentrou-se muito no mercado interno, até por não ter petróleo suficiente para abastecimento e dedicou-se a suprir o país, pois essa é sua missão, inclusive constitucional, aos menores custos para a sociedade, enquanto a Venezuela voltou-se para o mercado externo. Ela tem uma capacidade de refino muito maior que a Petrobrás. Esta tem capacidade de 1 milhão e quinhentos mil barris por dia, a Venezuela, 2 milhões e 400 mil, dos quais metade dentro da Venezuela e metade no exterior; parte no Caribe, parte nos Estados Unidos, parte na Europa, numa visão muito mais internacional do que da Petrobrás. Há assim oportunidades evidentes de sinergia, de complementação entre ambas e até de formação de uma companhia, uma *joint venture*, projeto que a Petrobrás tem muito interesse em transformar em realidade. Esta empresa poderia ter sede em qualquer país, possivelmente em um terceiro país, com uma visão muito mais de atuação internacional do que voltada para os seus respectivos mercados internos. Um negócio de US\$ 1 bilhão não é desprezível e tem tudo para ser ampliado. Há possibilidades concretas de várias áreas de cooperação entre as duas empresas, e não apenas a criação de uma nova empresa com o nome de Petroamérica. Tanto o Brasil como a Venezuela são exportadores de gasolina e sofrem com barreiras não-alfandegárias nos Estados Unidos. Há toda uma sinergia que pode ser aproveitada entre os dois países, entre as duas empresas, para superar essas limitações. No campo de óleos combustíveis, o mesmo ocorre com a *orimulsión* e com o óleo combustível brasileiro. Quer se trate do mercado interno de ambos países, quer se trate da área externa, Brasil e Venezuela, exportadores que são de óleo combustível de qualidades diferentes, que podem ser misturados, poderão atender mercados específicos no Caribe e Estados Unidos. A Venezuela, mais de uma vez, tem demonstrado interesse em participar da distribuição no Brasil, o que vemos com muito bom grado. Além da Shell, da Esso, da Petrobrás Distribuidora, da Texaco, a empresa venezuelana poderia distribuir no Brasil, com postos de gasolina, sozinha ou associada nesta empresa de que estamos aqui falando na possibilidade de criar. É verdade que uma série de oportunidades flagrantes de negócios dependem de alterações constitucionais, mas este é um cenário que a Petrobrás está considerando e nesse caso ela atuará futuramente no mercado não mais na condição de mera executora do monopólio da União.

**Neudo Campos,
Governador do Estado de Roraima**

Tivemos, há três meses, uma grave crise de abastecimento de petróleo e combustíveis em Roraima. O Rio Branco secou, como seca todo ano, e esse ano a seca foi mais grave. E quando é mais grave, as balsas que transportam o petróleo ficam encalhadas e não chegam a Caracará, ou seja, o combustível não chega ao seu destino. A única saída que tivemos foi a importação através da Venezuela. Considerando que Roraima tinha interesse em intensificar as relações com a Venezuela e considerando também que esta seria uma solução definitiva, propus à Petrobrás que o suprimento de combustível, em vez de ser emergencial pela Venezuela, viesse a ter um caráter permanente, o que nos daria segurança.

**Marcelo Castilho da Silva,
Departamento Comercial da Petrobrás**

A refinaria de Manaus atende a demanda somente daquela área. Os petróleos da Venezuela geralmente são petróleos mais pesados, portanto, com rendimento alto em óleos combustíveis. Para o aproveitamento econômico deste tipo de petróleo, é necessário investimento. A refinaria de Manaus, com cerca de 12 mil barris por dia, em relação ao parque de refino da Petrobrás e à sua complexidade, não se compara à refinaria de Paulínia ou a de Cubatão, refinarias com 250 mil barris por dia, refinarias equipadas para atender o mercado do Sul e do Sudeste, e que representam 55% da produção brasileira. Assim temos nesta área quatro refinarias, sendo a capacidade da menor delas de 150 mil barris por dia. Não tem sido, até hoje, justificado investir na refinaria de Manaus para atender a uma demanda relativamente pequena, pois não se justifica fazer investimentos de vulto e ter de retirar o óleo combustível, porque a demanda principal daquela região não é óleo combustível. Tem sido mais barato não investir, o que é compatível com a missão que a Petrobrás tem cumprido de executar o monopólio estatal do petróleo aos menores custos para a sociedade. A Petrobrás não analisa os menores custos por região, mas os custos para o país como um todo. A Venezuela tem capacidade de fornecer, na quantidade, no prazo

e a menores preços. O monopólio é exercido pela Petrobrás, mas a política de preços é ditada pelo Departamento Nacional de Combustíveis. Essa política de preços é feita de acordo com a política de Governo, que procura estabelecer preços iguais para todas as regiões do país. Há regiões que seriam beneficiadas, como Roraima, ao passo que outras como, por exemplo, o interior do Mato Grosso, teriam preços maiores, porque as distâncias são maiores. Produtos têm de ser transferidos por caminhão ou através de dutos, o que requer investimentos altos. É o Governo Federal, porém, que terá de responder pela sua política industrial e fiscal. Há regiões que vão ser beneficiadas, inequivocamente Roraima, e outras que serão prejudicadas, a não ser que exista uma política fiscal e de preços que leve em conta essas diferenças e não prejudique alguns Estados em benefício de outros.

Luiz Pinguelli Rosa,

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro

É muito importante a constatação do crescimento das relações Venezuela-Brasil, bem expresso no aumento das exportações de 6 mil barris diários, em 1993, para 100 mil barris diários previstos para 1995. Pelas exposições que foram feitas sobre petróleo e energia elétrica, deve ser analisada igualmente a alternativa do gás natural de Urucu em relação à transmissão de Guri. A transmissão de Guri teria a vantagem opcional de estabelecer um vínculo forte entre os dois países, que é um objetivo além do energético. Entretanto, a questão econômica deve ser verificada quanto a custos, garantia do abastecimento, etc. O equacionamento do abastecimento da região norte do Brasil, através do fornecimento de petróleo da Venezuela, deve ser estudado. É preciso estudar o uso da *orimulsión*, que não é um produto de uso geral, mas que poderia ser utilizado para a geração termoelétrica, caso o Brasil ingresse mais nessa área, principalmente para a complementação térmica. Desde que, por razões ambientais, devam ser reduzidos reservatórios de estocagem de água, a complementação térmica poderá ter um papel maior e a *orimulsión* poderá ser pensada para a geração de energia termoelétrica pela Eletrobrás e por outras empresas elétricas. A potencialidade da mudança no setor do petróleo é notável caso seja criada uma grande empresa latino-americana a partir da associação entre a grande empresa venezuelana, que detém tecnologia e reservas, e a Petrobrás, que

tem tecnologia complementar, no caso *offshore*. A tecnologia, o mercado e as reservas juntas poderão criar caminho e dar um rumo a essa mudança institucional. O sistema que o governo venezuelano está usando para a abertura do setor petróleo é um modelo que coloca a Pdvsa no centro enquanto as áreas de concessão são dadas de acordo com as possibilidades que a Pdvsa tem de explorar outras áreas. A associação da Pdvsa com a Petrobrás poderia também nos dar um modelo institucional de como proceder essa abertura sem ser apenas por um imperativo, porque o Banco Mundial deseja ou o FMI pressiona, e, sim, porque o Brasil precisa e a Venezuela pode cooperar e vice-versa.

**Guido Iberê Rennô,
Presidente das Centrais Elétricas do Pará**

Além da refinaria de Barcarena, o Pará está acompanhando os estudos da interligação energética com a Venezuela, que afeta diretamente a nossa área. A área da margem esquerda do Amazonas é toda suprida por geração diesel independente, e hoje só o óleo diesel custa mais de US\$ 120 por megawatt/hora nessas regiões. O abastecimento é precário em Altamira, Santarém, Itaituba, Óbidos, Alenquer e a interligação ocorre via linha da Eletronorte, do Tramoeste ou, no futuro, a interligação será com o Amapá. A exploração do gás de Urucum é muito interessante e estamos observando que os estudos preliminares chegam a US\$ 50 por megawatt/hora médio, tanto para o gás como para a energia da Venezuela. Devido à carência de recursos que enfrenta o Brasil, é fundamental que se possa fazer uma obra completa e não iniciar um trabalho que venha a ser interrompido. A interligação deve chegar num ponto que seja viável economicamente e atingir outro ponto, porque a economia de escala do gás de Urucum permite que se leve gás natural a Santarém, a preços competitivos. Não sou contra a geração térmica ou hidroelétrica; é importante que ela não seja poluidora e seja a preço econômico. O importante é ter energia, porque energia é infraestrutura, é progresso. A nossa região tem sofrido há mais de trinta anos devido à carência de energia, porque a Usina de Cuaruna, com 40 megawatts, está esgotada, e praticamente não temos aproveitamento econômico em nível compatível com a demanda.

**Ramon Illarramendi,
Embaixador, Assessor da Presidência da Venezuela**

Desde a primeira presidência do Presidente Calderas, do encontro na fronteira com o Presidente Garrastazu Médiçi, e depois na ocasião em que visitou a Venezuela o Presidente Sarney, tentativas de aproximação vêm sendo feitas, nunca com o ímpeto atual. Temos, porém, que tomar cuidado com a síndrome da não-continuidade. Se não temos o perigo em torno de nossos países, por certo internamente experimentamos novos acontecimentos, fatos políticos, econômicos, importantes, que não podemos prever e, então, o propósito se delonga e poderia perder-se. Fernando Henrique Cardoso e Rafael Caldera são os primeiros Presidentes do século XXI. As grandes nações do século XXI serão os Estados Unidos e, provavelmente, a China, a Índia, a Rússia e o Brasil. Está claro e nós queremos acompanhá-los e reforçar um pouco essa participação estelar que nos espera. A Venezuela produz a *orimulsión*, um produto de grande futuro, e para o qual já existem 113 países clientes potenciais. Com a potencialidade industrial do Brasil, seria possível unir esforços em uma filial dessa eventual Petroamérica, para criar uma companhia capaz de participar do mercado mundial de geração elétrica, de construção de plantas e de aproveitamento de mercado. Se o Brasil tem os equipamentos, ainda que produzidos por empresas sucursais da Brown Boveri, da Westinghouse, e nós temos o combustível, os financiamentos têm de aparecer. Pensemos na China pois a *orimulsión* já está chegando ao Japão em termos competitivos. Se chega ao Japão, chega a qualquer lugar. Existe uma possibilidade global maravilhosa e, com o Brasil, podemos fazê-la frutificar mais rápido. Acaba de ser assinado um contrato com a Florida Electric Light Power, o qual prevê um fornecimento ininterrupto por quarenta anos. A faixa do Orinoco de onde se obterá a *orimulsión* pode produzir petróleo pesado e convertê-lo em leve.

**Dorival Coelho Maranhão,
Associação Comercial e Industrial de Roraima**

A energia de Guri, para Roraima, é a mola propulsora fundamental do nosso desenvolvimento. Não é admissível termos, ao nosso lado, a segunda maior usina hidrelétrica do mundo, com energia em abundância, e

passarmos necessidade. Vivemos em um Estado riquíssimo e em situação de vida precária. Na mesma situação está a questão do combustível. Temos combustível em abundância, de boa qualidade, e por preço baixíssimo, e sempre, todos os anos, Roraima passa por situações vexatórias, calamitosas e até desrespeitosas, por parte dos responsáveis pelo fornecimento de combustível para o nosso povo. É inadmissível termos combustível bem ao lado em nosso país irmão, vizinho, e dele não podermos usufruir, a não ser em casos emergenciais.

Átila Lins,
Deputado Federal do PFL, Amazonas

Um provável acordo para adquirir energia elétrica da Venezuela é perfeitamente viável. O Amazonas vai participar do esforço do Governo para o asfaltamento da BR-174, juntamente com o Governo de Roraima, o que permitirá o incremento do relacionamento comercial. Acreditamos que o acordo para a transferência da energia de Guri para atender Boa Vista, Roraima e Manaus está prendendo as atenções de toda a comunidade do Amazonas e de Roraima, e sabemos do interesse da Venezuela em firmar esses acordos. Os estudos anunciados de aproveitamento de Tucuruí e também do gás me parece que concluíram pela sua inviabilidade. O Brasil precisa realmente firmar esses acordos com a Venezuela para permitir o desenvolvimento do Norte do país. A tese de que o Mercosul está sendo apenas um acordo comercial para beneficiar os países que fazem fronteira com o Brasil no Sul deve ser condenada. O Mercosul deverá abrir os seus espaços para os países do Pacto Andino e isso beneficiará a região Norte do país. É impossível para o Amazonas e Roraima fazerem um intercâmbio comercial ativo com a Argentina e o Uruguai, mas o Brasil, através do Norte, poderá expandir em muito o comércio com a Venezuela através da BR-174. Podemos igualmente incrementar o comércio com a Colômbia e com o Peru, principalmente a partir da flexibilização da navegação de cabotagem.

Samuel Hanan,
Secretário de Fazenda, Indústria e Comércio do Amazonas

O Estado do Amazonas tem algumas atrofias, causadas pela carência de energia. A cidade de Manaus, responsável por 97% da economia do Esta-

do do Amazonas, ocupa 3% da área territorial do Estado e tem menos de 50% da população do Estado. Ou seja, 97% da área territorial do Estado é ocupada por cerca de 50% da população do Estado e está com menos de 3% da atividade econômica deste. Razão fundamental: carência de energia. Temos, na cidade de Manaus, fornecimento hídrico da Usina de Balbina e térmico complementar distribuído e gerado pela Eletronorte, e todo o interior do Estado, à base térmica, pela Companhia de Eletricidade do Estado, onde os prejuízos são gigantescos. Estamos examinando as possibilidades de energia de Guri. Temos acompanhado o assunto do gás de Juruá, o gás de Urucum. Os custos, segundo especialistas, praticamente se equivalem. Não temos energia, não temos mais tempo para esperar nem temos tempo para condenar 97% do Estado e 52% da população do Estado. Uma coisa é certa: sabemos o que não queremos. Não queremos não ter energia. Não queremos ter energia de US\$ 200 o quilowatt, US\$ 200 por 1000 quilowatts, que é a energia que temos hoje, de origem térmica. Então, estamos sendo penalizados pela completa ausência de investimento de energia na região Norte, particularmente no Estado do Amazonas.

**Fernando Bonfim,
Presidente da Companhia Energética do Amazonas**

A Companhia Energética do Amazonas vem acompanhando a questão do abastecimento para Manaus através de uma linha de transmissão da Venezuela pelo Estado do Amazonas, passando por Roraima, assim como a solução do gás do Urucum. Temos o maior sistema elétrico isolado do mundo no Estado do Amazonas, com setenta e tantas pequenas usinas espalhadas em uma área de 1 milhão e meio de quilômetros quadrados, à base de óleo diesel, funcionando precariamente. Em virtude da questão do tempo, a pior solução seria trazer energia de Tucuruí, pois há acidentes geográficos no rio Amazonas que têm de ser vencidos, sendo essa portanto uma solução muito cara e que levaria muito tempo para ser efetivada.

**André Bansart,
Professor da Universidad Simón Bolívar**

A orimulsión R como nova fonte de energia é algo muito atrativo: primeiro, pelo custo e, segundo, por tudo o que significa para a proteção

ambiental. Não somente a Venezuela está exportando *orimulsión R* para Europa e Japão, como, há uns quinze dias, firmou-se um acordo entre Bitor e a Florida Power & Light. A idéia é a geração da *orimulsión R* na Venezuela e a exportação do produto para o Brasil devido às enormes possibilidades de seu uso na geração de energia térmica no Brasil.

**Peter Greiner,
Secretário Nacional de Energia**

A alimentação elétrica no Norte é um problema prioritário para o país, e muito me alegra a definição do Presidente Fernando Henrique, durante sua visita ao Pará e Amazonas, de duas prioridades: uma, a integração, seja com Venezuela, seja para o Oeste e, outra, o desenvolvimento da região. Existe o projeto “Alimentação de pequenas comunidades” que atende à preocupação do Amazonas. Sabemos que, embora nossa rede de transmissão cubra mais de 60% do território nacional, 70% desse território não é atendido satisfatoriamente em energia elétrica, principalmente as pequenas comunidades. Sabemos bem que uma linha de 500 kw, quando passa, não atende o agricultor que está embaixo porque não compensa rebaixar aquela tensão. A postura de Governo, nesse particular, está mudando. O problema da alimentação elétrica do Norte deve ser considerado de uma forma não excludente. O primeiro sentimento que se teve foi de que estávamos tratando de três projetos excludentes, principalmente pelas restrições econômicas por que passa o país. Chegamos à conclusão de que deveríamos encarar os três projetos de uma forma integrada, tentando harmonizar a questão da integração com o problema da alimentação e do desenvolvimento da região amazônica. Aliás, se a região amazônica como um todo não se desenvolver, de pouco valerá o esforço de integração, porque integrar um país com toda a potencialidade que tem a Venezuela com nada, com algo restrito à Zona Franca de Manaus, é muito pouco para o porte de ambos os países. Nos dois projetos com maiores possibilidades, que são a linha de transmissão de Guri para Manaus e o projeto de Urucum, temos condições de viabilizar a participação de capitais privados, exatamente uma das limitações principais para qualquer empreendimento nessa área.

**Ricardo Pinheiro,
Presidente da Eletronorte**

Quando falamos da interligação de Tucuruí com a zona de Manaus, com Roraima, falamos da experiência de ter construído, na Amazônia, 6.000 quilômetros de linha de transmissão, dos quais mais de 50% em 500 kw. Estamos no limiar de uma decisão da maior importância para a integração da Amazônia, porque o projeto que concorre para o abastecimento da Amazônia inclui idéias completas de integração. Se a alternativa que vem da linha de transmissão de Guri não atende o oeste do Pará, temos que ter outra solução para o oeste do Pará. Se a linha do oeste do Pará, que atende a Manaus, não atende Boa Vista, temos que ter uma solução para Boa Vista.

**Salomão Cruz,
Deputado Federal do PFL, Roraima**

Necessitamos conhecer o potencial de gás na Amazônia. Temos uma área em torno de 1 milhão e 600 mil quilômetros quadrados, toda prospectável para gás de petróleo. O Juruá tem 55 bilhões de metros cúbicos medidos de gás, o que representa 40% das reservas brasileiras. Essas reservas cubadas são pontuais em todos esses 1 milhão e 600 mil quilômetros quadrados. Na geração de energia de Juruá, existe algo fundamental para a política do Governo com relação à Amazônia, que é a questão do desenvolvimento auto-sustentável. Vamos ter matéria-prima que vai agregar energia e que vai, enfim, colocar em prática aquilo que o Governo apregoa para a Amazônia. Além de ser uma energia não poluente, temos alternativas de derivados gerados a partir da exploração do gás para adubos, enfim, para uma série de atividades de que a Amazônia necessita. Acredito nessa alternativa porque o custo da produção de gás de Juruá não envolve investimento significativo. A nossa alternativa energética para os três Estados da Amazônia Ocidental, Roraima, Amazonas e Rondônia, é o aproveitamento do gás de Juruá. Agora, vejo a importância da relação bilateral na questão do combustível. Acredito que, com a flexibilização do preço do petróleo brasileiro, não se vá investir mais na refinaria de Manaus, que só produz 15% do diesel consumido em toda a região.

**Paulo Latgé,
Presidente da Companhia de Energia Elétrica de Roraima**

Ao trabalhar com a energia de Guri, muitas vezes se está deixando de lado outras alternativas. A viabilização do gás de Urucum pode ter defasagem semelhante a que se teve em Tucuruí. Estamos praticamente com uma defasagem de 15 anos em relação ao setor, o que é preocupante. A linha do Guri, para atender o mercado de Boa Vista, teria de percorrer 200 km em solo roraimense. Estamos falando em outros 400, 500 km que a linha percorreria em solo roraimense, uma área que estaria margeando a BR-174, exatamente uma das áreas melhores do Estado em termos de solo, a principal em ocupação e plantio. Estamos utilizando assim uma grande área produtiva do Estado para atendermos o Estado do Amazonas. Trata-se de uma área importante, onde teremos a nossa subtransmissão e distribuição, que estaria nessa área que está sendo pensada para o transporte dessa energia. Seria necessário encontrar contrapartidas para a nossa região.

Mesa 2

Venezuela e Brasil: Integração Fronteiriça

Marcelo Ribeiro Tunes,
Diretor da Secretaria Coord. Assun. da Amazônia Legal

O relacionamento entre o Brasil e a Venezuela se balizou por vários e importantes entendimentos, ajustes e instrumentos, tais como o convênio de cooperação técnico-científica entre Brasil e Venezuela, de 1973; o programa de cooperação técnica entre a Agência Brasileira de Cooperação — Abc — e a Oficina Central de Coordenação e Planificação, ou Cordiplan, em 1991, e sob cujo marco se desenvolve, entre outros, o Projeto de Cartografia e Sensores Remotos e a Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites, já com seis dezenas de reuniões realizadas, instrumentos esses todos influenciando no desenvolvimento fronteiriço Brasil-Venezuela. A Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela, a Coban, foi instituída pelos dois países quando das reuniões entre os Presidentes Itamar Franco e Rafael Caldera, em La Guzmania, Venezuela, em março de 1994. A Coban, pela composição e mandato abrangente, constitui um instrumento singular com vistas à maior aproximação dos dois Governos, que têm preocupações políticas muito similares na luta contra a inflação e na prioridade atribuída ao crescimento com justiça social. Presidida pelos Ministros de Relações Exteriores de ambos os países, a Coban vem buscando alcançar seus objetivos por intermédio do trabalho de suas diversas subcomissões. Para tanto, utilizou-se do chamado “Mecanismo Político de Consulta Brasil-Venezuela”, formado no nível dos dois Vice-Chanceleres, e que atua como instância preparatória da Coban e onde se acorda quanto à identificação de grupos de trabalho setoriais, com o objetivo de fazer um diagnóstico de cada setor, um inventário de assuntos, e elaborar recomendações per-

tinentes para serem examinadas pela Coban com a finalidade de executar projetos e iniciativas. Esse mecanismo político de consulta, cuja primeira reunião se deu em Brasília em 1993, já examinava temas de interesse comum aos dois países, tais como cooperação cultural, sistema de proteção da Amazônia, sistema de vigilância da Amazônia, cooperação entre as Forças Armadas, cartografia conjunta e Campanha de Identificação de Marcos, Cooperação Fronteiriça, mineração ilegal, proteção de investimentos, etc. Há exemplo de negociação de acordo de complementação econômica, de cooperação Petrobrás/Pdvsa, de projetos conjuntos em mineração, sobre viabilidade de ligação entre as bacias Amazonas e Orinoco, de ampliação do acordo de transporte terrestre de cargas, de utilização de fornos da Sidor por parte do Brasil, de cooperação na área do meio ambiente, de desenvolvimento fronteiriço, de interconexões de energia elétrica, de venda de *orimulsión* ao Brasil. Por fim, foram tratados temas de natureza internacional ou regional, tais como Nações Unidas/Conselho de Segurança, Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, Segurança Hemisférica, Organização Mundial de Comércio, Cúpula Hemisférica, meio ambiente e florestas, Tratado de Cooperação Amazônica, Associação de Estados do Caribe, Haiti, Cuba, Suriname, iniciativas de integração regional. Tal variedade de temas demonstra o significado do novo esquema de cooperação que orienta as relações entre Brasil e Venezuela, no qual o Mecanismo Político de Consulta e a Comissão Binacional de Alto Nível constituem os eixos de uma nova etapa de aproveitamento integral das potencialidades de cooperação entre ambos os países, em conformidade com as decisões consubstanciadas no Comunicado Conjunto e no Protocolo de La Guzmania. Pode-se afirmar que La Guzmania foi o catalisador dos interesses comuns, até então um tanto dispersos e que, reordenados e conjugados pelo Mecanismo Político de Consulta, passaram a ser priorizados pela Coban de forma mais harmônica e compartilhada. Na sua segunda reunião, realizada em Caracas em 1994, o Mecanismo Político de Consulta decidiu a formação de vários grupos de trabalho. Assim, temos um Grupo de Comércio e Integração que verifica as questões dos Acordos de Complementação Econômica e da Área de Livre Comércio Sul-Americana. O Grupo de Energia, na parte de petróleo, cuida do aumento do fornecimento de petróleo venezuelano ao Brasil e de investigações conjuntas Petrobrás/Pdvsa para o aproveitamento de “crus” pesados, *orimulsión*, o exame das possibilidades de aquisição de *orimulsión* por

parte do Brasil, eletricidade, linha de transmissão elétrica até Manaus e compra de energia elétrica venezuelana por parte do Brasil. O grupo de Transportes e Comunicações, na parte do setor viário, cuida da pavimentação da rodovia BR-174 e de um acordo de transporte terrestre. E, no setor de hidrovias, cuidava da viabilidade da navegação entre as bacias do Amazonas e do Orinoco. O grupo de Mineração e Siderurgia, no setor de mineração, cuidava do desenvolvimento de projetos da Companhia Vale do Rio Doce e da CBG e de investigação conjunta de tecnologias para uma exploração mineral ambientalmente sadia. No setor de siderurgia, cuidou da utilização de fornos da SIDOR para, em associação com empresas brasileiras, por exemplo a própria Companhia Vale do Rio Doce, fabricar ferro-ligas de manganês. O quinto grupo, de Meio Ambiente, tinha por enfoque o desenvolvimento conjunto de turismo ecológico, as investigações conjuntas sobre biodiversidade e a cooperação para a recuperação de áreas degradadas pela mineração ilegal. E um sexto grupo, de Desenvolvimento Fronteiriço, cuidava do ordenamento territorial e desenvolvimento sustentável das regiões Norte do Brasil e Sul da Venezuela, e da experiência brasileira em zoneamento ecológico econômico. No que tange ao desenvolvimento fronteiriço Brasil-Venezuela, há que se levar em conta algumas considerações adicionais. A primeira delas é que os 1.495 km de linha de fronteira entre os dois países se localizam na Amazônia e ambos têm afirmado a importância da dimensão amazônica em suas diplomacias. Reconhecem que essa fronteira, que por vezes é entendida como local de conflitos, constitui elemento de complementação e integração. A segunda delas é a diferença entre linha de fronteira e zona ou região fronteiriça. Esta última inclui os diversos aspectos da vida das comunidades fronteiriças, sem a qual não pode existir um autêntico processo de integração. Daí a ênfase que se tem dado à aproximação entre, de um lado, os Estados de Roraima e do Amazonas do Brasil, e, de outro, os Estados Bolívar e Amazonas da Venezuela. Nessa região fronteiriça, situam-se várias áreas de natureza especial, tais como florestas, parques nacionais e terras indígenas que demandam tratamento diferenciado em termos de desenvolvimento, com proteção e conservação do meio ambiente e da biodiversidade, e que têm, inclusive, atraído interesse de outros países. A Venezuela tem uma política externa orientada em direção ao sul, atribuindo prioridade ao Brasil, e retomando seu projeto de desenvolvimento da região sul, sob a denominação de Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sul —

PRODESUL. Isso como que reedita o projeto de “Conquista do Sul”, iniciado pelo Presidente Caldera em seu primeiro mandato, de 1969 a 1973. No Brasil, criou-se, em 1993, um Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, hoje, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, a que se somou a instituição do Conselho Nacional da Amazônia Legal, o CONAMAL. Esse colegiado de assessoramento ao Chefe do Executivo brasileiro e por ele presidido, composto pelos Ministros de Estado e os Governadores das nove Unidades da Federação compreendidas na Amazônia Legal, aprovou, em novembro de 1994, as diretrizes básicas de uma Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, a PNIAL, cujo aprimoramento e detalhamento ora se processam, com ampla e intensa participação dos Governos e entidades da sociedade organizada daquela região, objetivando a inclusão dos programas dela decorrentes no Plano Plurianual, o PPA, para o próximo quinquênio, a ser submetido ao Congresso Nacional.

**Romero Jucá,
Senador do PFL, Roraima**

A questão mineral, a questão da desordem da exploração, principalmente em reservas indígenas, tem criado problemas graves de ambos os lados da fronteira. O Senado brasileiro está discutindo um projeto que regulamente e possibilite a exploração mineral em terras indígenas, para evitar desordem e os problemas de meio ambiente, de agressão e de invasão de fronteiras da Venezuela.

**Carlos Alberto Pardellas,
Embaixador, Subsecret. Assun. Estrat., Pres. República**

A Secretaria de Assuntos Estratégicos tem inúmeros projetos relacionados com a Venezuela, a começar pelo programa Calha Norte, que procura valorizar a zona fronteira, à esquerda das margens do rio Solimões e Amazonas. Há um programa de apoio financeiro aos municípios de fronteira, que

diz respeito muito intimamente ao interesse das comunidades fronteiriças. Temos o programa de zoneamento ecológico econômico, que não se cinge apenas ao território contíguo à Venezuela e ao território amazônico, mas que dá caráter prioritário a essa região do Brasil. E temos, finalmente, o programa Sivam/Sipam, que visa a proteger o território amazônico de incursões ilícitas e a defender o meio ambiente amazônico de atividades que possam ser nocivas e que, ao mesmo tempo, será um instrumento muito útil para o controle da navegação aérea.

**Marcos Ximenes Pontes,
Reitor da Universidade Federal do Pará**

Temos mais uma fronteira que reúne todos os elementos de degradação, como ocorreu com outras fronteiras no território brasileiro. Ali temos espaço propício a conflitos de várias ordens: no relacionamento da civilização com os grupos indígenas; os conflitos de fronteira causados por trabalhos clandestinos de mineração, de drogas e de tráfico de armas; a atuação de entidades travestidas, às vezes, de grupos religiosos; a chantagem internacional para a criação de nações independentes. O bom relacionamento do Brasil com a Venezuela e a criação de um espaço digno na fronteira, se dará à medida que empreendermos esforços para a qualificação das pessoas. Este foi um erro sistemático produzido no Brasil, na expansão da sua fronteira, ao se preocupar muito mais com as questões e com os bens inanimados, ao se procurar sempre construir prédios, ampliar os espaços físicos, esquecendo o principal fator que é a formação de recursos humanos e a parceria no campo científico e tecnológico. Na cooperação amazônica, dispomos hoje de vários instrumentos de cooperação científica e tecnológica. Vejo, neste relacionamento com a Venezuela, uma oportunidade muito boa de cumprirmos algumas intenções já colocadas nestes protocolos existentes, tanto no Tratado de Cooperação Amazônica como na Unamaz, que é um corpo de instituições ligado à ciência e tecnologia, reconhecido no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica como instrumento adequado para fazer este intercâmbio, elementos colocados nos convênios do CNPq com o Conecity. Ainda no campo brasileiro, temos redes de troca de informações na área de ciência e tecnologia, do tipo Informam e do Siamaz, que abrange toda a Amazônia e o Corpam, que é um programa que estabelece a programação anual da pesquisa

na Amazônia brasileira. Um programa importante, ultimamente fraco, no âmbito do CNPq, é o Programa do Trópico Úmido, que já deu grande contribuição para a pesquisa científica na Amazônia brasileira. Foi estabelecido um programa de trabalho no âmbito da cooperação CNPq/UNICITY, que abrange quatro áreas prioritárias: saúde, tecnologia de alimentos, redes eletrônicas e de informação, e recursos naturais amazônicos. Os acordos comerciais e industriais são importantes, mas eles não são tudo. Não podemos repetir o erro que o Brasil cometeu de começar a produção pela industrialização sem desenvolver suporte básico, tecnológico, para dar a essa produção competitividade. Se estamos buscando a cooperação Brasil-Venezuela, considero fundamental a intensificação de programas de ciência e tecnologia.

Frederico de Andrade, Superintendente da SUDAM

A SUDAM é uma agência de desenvolvimento regional vinculada ao Ministério do Planejamento que trabalha em estreita consonância com o Ministério da Amazônia. Como agência regional, além de uma função formuladora, ela tem principalmente uma função instrumental. Daí a sua vinculação ao Ministério do Planejamento, e não ao Ministério da Amazônia Legal. Agora estamos participando da revisão do documento de política integrada para a Amazônia e da própria elaboração do Plano Plurianual de Governo para a região amazônica. Todos os Ministérios partem de uma concepção estratégica para o desenvolvimento da Amazônia. Isso ocorre no que diz respeito ao aproveitamento da sua biodiversidade; aos mecanismos de internalização que o processo deve ter; à sua capacidade de gerar endogenia na região; à questão básica da proposta passa pelo tema do desenvolvimento científico e tecnológico. A biodiversidade amazônica, não a brasileira, mas a biodiversidade de toda a Amazônia sul-americana, ainda é um quarto escuro. Nós ainda não sabemos como nos ligarmos ao grande mercado consumidor nacional e internacional. Na região brasileira, dizemos muito que ainda estamos no “mercado místico”: sabemos de alguns produtos milagrosos e que, portanto, detêm parcelas pequenas de mercado que são, exatamente, os consumidores místicos. Queremos, através de uma abordagem racional da região, e preservando a sua biodiversidade, tratar de inseri-la na econo-

mia internacional a partir da sua capacidade de produção que ainda está por se revelar. Iniciamos um processo de desenvolvimento de projetos estratégicos ou de projetos de estruturação para a região, nas áreas de infra-estrutura econômica, de desenvolvimento social, de setores produtivos. Um ponto sempre serviu de cenário para esta concepção de desenvolvimento da Amazônia: a questão da integração dos países amazônicos. Através de um acordo que mantemos com a Organização dos Estados Americanos, passamos a desenvolver ações de formulação, mas muito mais de transporte instrumental, para que se pudesse começar a caracterizar uma estrutura de comércio fronteira entre Roraima e Venezuela. Começamos a formular algumas concepções sobre o desenvolvimento fronteira Brasil-Venezuela e estudos para definir fontes internacionais de financiamento para esse tipo de integração. Ultimamente começamos a gerar estudos concretos, orientadores da ação das comunidades fronteiriças em relação a este processo de intercâmbio. Estamos elaborando não um diagnóstico, mas um conjunto de informações sobre aspectos financeiros e comerciais nas regiões de fronteira de Tabatinga e Letícia, Pacaraima e Santa Helena e Bonfim — Léten. Estamos iniciando, com a OEA e com o Governo de Roraima, a elaboração dos planos diretores das Áreas de Livre Comércio da Pacaraima e Bonfim, ambas no Estado de Roraima. A idéia é exercitar mais a ação instrumental que formuladora, não só no sentido de, através dos instrumentos financeiros da SUDAM, propiciar a instalação desses centros comerciais de fronteira, os *trade points*, mas também de dar assessoramento tecnológico para que esses centros venham a se desenvolver. Na área de garimpos, na área de impactos ambientais, estamos estudando principalmente a questão da matriz energética de Roraima, que recém-concluímos. A preocupação é como evitar que esse impacto ambiental se amplie, à medida que se estimula o empresário a desenvolver atividades produtivas. Em conjunto com as Nações Unidas, desenvolvemos um manual de diretrizes ambientais voltadas para os investidores, para evitar que a ação instrumental do Governo seja incrementadora do processo de degradação na área de fronteira Roraima-Venezuela. Quanto ao cerne desses estudos, o grande objetivo nosso, do Governo brasileiro, da OEA e do Governo de Roraima, especificamente, é estimular o estabelecimento de centros integrados de fronteira, a implementação de um fundo de apoio ao desenvolvimento fronteira. Não podemos pensar em estimular empresários se não pudermos lhes dar o suporte financeiro, principalmente aos pe-

quenos e médios, e estimular a associação empresarial binacional. Entendemos que os centros de fronteira, principalmente com a conotação de Áreas de Livre Comércio, devam ser integrados e não existirem, isolados, de um lado e de outro lado da fronteira, o que poderia criar um ambiente de competição prejudicial para ambos os lados da fronteira.

**Dinarte Madeiro,
Presidente da Fundação Nacional do Índio**

Nos 2.500 km entre Brasil e Venezuela, existem quatro áreas indígenas. O Governo brasileiro destinou oficialmente duas áreas, e mais duas áreas estão em fase de definição, que seriam a Serra do Sol, Alto Roraima e Alto Rio Negro no Amazonas. Se considerarmos apenas as comunidades indígenas que estão próximas à fronteira, nessas quatro áreas teríamos uma população de 10.000 índios. Mas, se considerarmos também a faixa de fronteira, a área de segurança nacional de 150 km, teríamos uma população de 55.000 índios. Essas áreas indígenas são áreas pertencentes à União para usufruto exclusivo dessas comunidades. O Governo venezuelano tem grande interesse em fazer um trabalho conjunto com o Brasil no sentido de melhorar a saúde das comunidades indígenas. A Funai mantém, nessas quatro áreas, cerca de 30 postos indígenas, com número reduzido de servidores, e mantém, na área Ianomami, no combate à invasão de garimpeiros, uma equipe de servidores da Funai, e do Departamento de Polícia Federal com apoio da Força Aérea Brasileira. Quando do incidente de 1993, tanto o Governo brasileiro quanto o Governo venezuelano sabiam que aquilo implicava não só a invasão das terras indígenas por garimpeiros, mas também a invasão de território venezuelano. O programa do Sivam/Sipam será vital para a fiscalização, não só da área de fronteira, mas também das áreas indígenas; a Funai será um dos principais usuários desse sistema, do Sivam e do Sipam. Importante é a retomada do projeto Calha Norte para a melhor instalação de unidades das Forças Armadas, para que essas invasões possam ser evitadas.

**Paulo Cordeiro,
Diretor do Centro de Estudos Estratégicos, Presid. da República**

O Estado brasileiro necessita, nos próximos quatro anos, investir duas vezes mais do que dispõe, o que exige pensar estrategicamente, definir

prioridades. O Governo brasileiro está elaborando o seu Plano Plurianual de investimentos para os próximos quatro anos. A Sae tem três projetos sob sua responsabilidade — o Sivam/Sipam, o Projeto Calha Norte e o Projeto de Faixa de Fronteiras — importantíssimos para construir e manter a soberania dos dois países, nessa linha de fronteira que separa duas entidades nacionais, e para construir, de cada lado delas, uma faixa de fronteiras que nos traga tranqüilidade, propiciando desenvolvimento, serviços básicos do Estado, proteção para os indígenas. Necessitamos fortalecer a presença do Estado brasileiro e do Estado venezuelano nas duas partes e, se possível, emular o que as Forças Armadas têm feito — essa procura por manter a comunicação entre os agentes dos dois Estados em cada lado da fronteira, para evitar que incidentes se transformem em problemas que venham anuviar uma relação tão boa.

Tullo Vigevani,
Professor da Universidade de São Paulo

Poderíamos fazer uma lista de atividades que potencializassem as relações bilaterais mas, na verdade, a crise do Estado, tanto na Venezuela, como no Brasil, implica extrema dificuldade de implementação de objetivos desejáveis. Acredito que um tema potencial de “alavancagem” de uma situação mais favorável seria a questão ambiental. O meio ambiente tem sido tomado nas relações internacionais não apenas como um dos novos temas emergentes, mas tem sido considerado, como ocorreu na Eco-92, como um possível tema de “alavancagem” de projetos. Na pauta das relações entre a Venezuela e o Brasil deveria ser colocada a possibilidade de projetos comuns que possam alavancar financiamentos internacionais do meio ambiente. Uma dificuldade que têm encontrado os países pobres é utilizar esses recursos internacionais em seus próprios projetos. Há certos projetos que os Governos dos países ricos e suas opiniões públicas não consideram suficientemente úteis, necessários ou prioritários para suas políticas. A questão amazônica, que é de interesse global, potencializa a possibilidade de se discutir alguns projetos que poderiam ser considerados prioritários pelas opiniões públicas e pelos Governos dos países desenvolvidos, tendo em vista o fortalecimento institucional das políticas de meio ambiente de nossos países. A impor-

tância das fronteiras do Brasil com a Venezuela indica que há um campo comum de atividade para projetos de proteção ambiental.

**Marcelo Ribeiro Tunes,
Diretor, Secretaria de Coord. Assun. da Amazônia Legal**

No Brasil, estamos em plena execução do chamado Programa Piloto de Proteção das Florestas Ambientais no Brasil, que chamamos de Ppg-7. Esse programa surgiu de uma decisão, no início dessa década, dos sete grandes países, reunidos em Houston, para a conservação das florestas tropicais no mundo como um todo, a iniciar pela floresta tropical no Brasil. O programa, em pleno andamento, tem uma componente importante, que é o fortalecimento de centros de excelência na Amazônia, inclusive o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Esse programa, cuja primeira parcela de fundos é, da ordem de US\$ 250 milhões, é gerido financeiramente pelo Banco Mundial. Mas os países do G-7 tomaram também a decisão de criar um grupo internacional a fim de assessorar a execução desse projeto, o *International Advisory Group*. Ainda agora, dentro do relacionamento que, a cada dia, estreitamos mais com a Venezuela, foi possível permitir que o Ministro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis da Venezuela tivesse um primeiro contato com esse grupo internacional e obtivesse dele esclarecimentos sobre a concepção do programa. O interesse dos países do Grupo dos Sete é de que, por se tratar de um programa piloto, as experiências que aqui se desenvolverem possam ser transmitidas para os demais países com floresta tropical. E é muito natural que isso aconteça com os países vizinhos do Brasil. E nesse caso já estabelecemos uma primeira prioridade com a Venezuela.

**Luis C. Guedes,
Coronel, Estado Maior do Exército**

Em abril de 1990, com a Reunião dos Ministros das Relações Exteriores e Vice-Chanceleres, começaram a ser incrementadas, no âmbito militar, as relações entre nosso Comando Militar da Amazônia e o Comando da 5ª

Divisão de Selva do Exército Venezuelano, as unidades militares de grande porte que estão face a face junto à fronteira. O objetivo era contribuir para a melhoria do relacionamento entre o Brasil e a Venezuela. Nas oito reuniões de intercâmbio militar, uma série de providências foram tomadas com um só objetivo: evitar que problemas que ocorrem na fronteira se transformem em problemas de fronteira. O contato pessoal entre os comandantes militares de todos os níveis naquela área tem sido fundamental para que problemas, seja na área de garimpeiros, que incomodam bastante a Venezuela, seja na área indígena, sejam incidentes que podem se transformar em casos internacionais, possam ser resolvidos pelos comandantes militares sem que isso chegue a perturbar as nossas relações. Um exemplo foi o caso de um garimpeiro morto na Venezuela, explorado tanto pela imprensa venezuelana como pela brasileira, e que foi resolvido, de imediato, pelos comandantes militares deslocados para o local. Estes deram ao fato a verdadeira grandeza, emitiram uma nota conjunta de esclarecimento à imprensa e o problema desapareceu ali mesmo. O Exército, a Marinha e a Força Aérea, além da Polícia Federal, têm estado em ligação permanente de alto nível tanto com o Exército venezuelano quanto com a Guarda Nacional, o que tem facilitado sobremaneira a solução desses problemas. Os comandantes militares têm contato direto, todos os dias, através de um sistema de comunicações que Brasil e Venezuela montaram para facilitar essas ligações.

**Manuel Rodrigues,
Superintendente da Zona Franca de Manaus**

A Superintendência da Zona Franca de Manaus administra a Zona Franca de Manaus e algumas áreas de livre comércio. Uma delas é aquela que se destinava a promover o desenvolvimento da área de fronteira em Pacaraima, no Estado de Roraima. Diria que tão importante quanto a área de livre comércio é o potencial econômico da Zona Franca de Manaus com relação ao comércio com a Venezuela para a compra de componentes e matérias-primas. A Venezuela é um grande produtor internacional de termoplásticos, a preços muito bons. A Zona Franca de Manaus, este ano, deve comprar entre 150 e 180 milhões de dólares. Grande parte disso vem do extremo Nordeste, muito mais distante do que da região mais próxima que é a Venezuela. Temos tido uma produ-

ção industrial em torno de US\$ 10 bilhões em produtos similares aos consumidos em grande parte do Caribe, na parte norte da América do Sul, mas nossos custos, a nossa competitividade, devido à localização da Zona Franca de Manaus, nos tira do mercado internacional. A BR-174 é fundamental para essa integração de fronteiras. Quando muito, a Venezuela terá, como está tendo hoje, um desenvolvimento de suas relações com o Estado de Roraima, mas que poderá ser aumentado em muito se a complementação dessa estrada for concluída pelo Estado de Roraima e do Amazonas. As exportações da Zona Franca de Manaus poderão crescer muito se utilizar toda a estrutura da Venezuela. Ao invés de um navio gastar cinco dias subindo o rio Amazonas e quatro descendo, no total perdendo 10 dias em águas fluviais, poderá se utilizar toda a estrutura portuária de que a Venezuela dispõe e caminhões entre BR-174, Carretera/Santa Helena e daí ir até os portos da Venezuela. As intervenções sobre os interesses indígenas, geoestratégicos e político-estratégicos do país foram muito interessantes, mas o nosso interesse é puramente comercial. Queremos comprar e queremos ter a oportunidade de exportar. Evidentemente, o linhão de Guri muitos benefícios nos trará, porque compraremos energia elétrica muito mais barato do que compramos da Eletronorte hoje. E teremos melhores condições de infra-estrutura para colocar os produtos que produzimos em Manaus no exterior, de forma bem mais barata.

Mesa 3

Venezuela e Brasil na Política Internacional

**Alejandro Mendible Zurita,
Professor da Universidade Central da Venezuela**

Na história dos limites da Venezuela com seus vizinhos se destacam as relações com o Brasil, como aquelas onde as controvérsias alcançaram um menor grau de antagonismo. Desde 1859, ano em que se pôs fim a uma velha disputa herdada dos tempos coloniais, as relações vêm-se desenvolvendo de maneira harmônica. Como um fato discordante, em fins de 1989, produziu-se um grave incidente na fronteira, causado por garimpeiros ilegais, mas a rápida ação diplomática das duas Chancelarias logrou superar o incidente. Numa retrospectiva das relações, se observa que os contatos de aproximação permaneceram distantes até fevereiro de 1973 quando, pela primeira vez, houve uma reunião presidencial entre os dois países. Posteriormente, o dinamismo e a convergência de eventos transcendentais, tanto no marco nacional como no internacional, têm criado uma conjuntura favorável para acelerar o processo de aproximação entre os dois países: no Brasil, a chegada das administrações civis e a ampliação da democratização; na Venezuela, o agravamento da crise econômica que desde 1983 a obriga a buscar novas opções; a busca de uma nova ordem internacional como produto da superação do comunismo e, no nosso continente, o surgimento esperançoso do Mercosul. O protocolo de Guzmanía, assinado no encontro dos Presidentes Rafael Caldera e Itamar Franco, em março de 1994, resume o estado promissor das relações econômicas e comerciais. Esta situação está criando uma expectativa de otimismo tendente à constituição do eixo Caracas — Brasília que permitirá ampliar novo espaço ao livre comércio do Mercosul. Para a Venezuela essa possibilidade abre uma saída histórica viável que lhe permitirá diminuir sua alta dependência da órbita do norte. A parte histórica que vai dos tempos de nossa formação desde a época indígena

teve como marco de referência a bacia amazônica. O período da Independência é importante como vínculo histórico e as cartas de Bolívar revelam a evolução do pensamento de nosso Libertador, que foi passando de uma etapa de indiferença para uma etapa de perplexidade até chegar a uma etapa de compreensão. Os historiadores fazem referência a esse ponto e, nesse marco, há pelo menos duas figuras sempre citadas: Abreu de Lima e o Embaixador Miguel Maria Lisboa. A Abreu de Lima é atribuído ter elaborado uma primeira Memória a pedido do Vice-Presidente Santander sobre os limites entre Venezuela e a Gran Colômbia, uma Memória que se extraviou. Lisboa chega à Venezuela em 1843 e suas primeiras gestões foram para forjar o tratado que certamente não deve ser visto de uma maneira isolada do contexto, senão que leva a intenção que vinha desde a etapa da colônia com o tratado de 1750, de Bom Retiro. Alexandre de Gusmão desempenhou um importante papel na elaboração desse tratado em Madrid, quando assinalou que cada um deveria ficar com o que tivesse, um princípio que foi amplamente estudado e depois adotado no Tratado de Santo Idelfonso. Lisboa não pôde concluir seu trabalho. Há várias razões para isso. Escreveu um livro importante para a Venezuela que nos fornece muitas fontes para conhecer a época. Vem Pereira Leal e aqui há uma parte que é interessante destacar — o contexto no qual se desenvolveu o tratado, um momento crítico para a história venezuelana, quando está quase a um passo de uma guerra civil. O governo estava bastante vulnerável e se vê a atuação inteligente da diplomacia brasileira. O primeiro tratado com o Peru, em 1857, é marco de referência devido à parte da navegação fluvial que o faz muito rico e de grande potencialidade. Na assinatura do tratado de 1859 vê-se a previsão dos parlamentares venezuelanos e da comissão que estuda as alegações por escrito que formulam outros representantes. Na memória que fazem os parlamentares que recomendam a assinatura vê-se coisas realmente interessantes. Essa memória diz o seguinte: “O território do Brasil é imenso, a Venezuela possui mais de 35.951 léguas quadradas, assim ninguém dirá que nenhum dos dois países necessita estender mais suas fronteiras e que o acerto desta disputa não merece o sacrifício de alguma porção de terra” e mais adiante diz “o Brasil não necessita estender sua fronteira mais além dos limites atuais determinados por sua posição de jurisdição tácita ou expressamente recíproca, sua única aspiração a regular por esta base e pelo mais amistoso acordo e transação com os Estados confins às raias que devem limitar os respectivos territórios”. Em relação à navegação creio que é algo que segue tendo uma grande vigência atual. Diz em relação ao laço comum de navegação que um canal de curta longitude comunicaria suas águas com as do Paraná que de-

semboca no Rio da Prata e que este admirável sistema de rios formaria de todos esses povos um só. O início do século é o período do Barão de Rio Branco, da constituição de política de fronteira, da organização do Itamaraty etc. É um momento muito fluído que tem muito para nos indicar na atualidade: a confluência dos interesses do colonialismo e do imperialismo que se chocam e se debatem nas costas venezuelanas. Há uma incursão armada para fazer dobrar o país, praticamente desmembrá-lo, fazer pagar suas dívidas e o momento também coincide com a configuração amazônica do Brasil, a parte do Acre. Rio Branco designa à Venezuela um Embaixador de primeira linha, Manuel Oliveira Lima. Oliveira Lima era de Pernambuco e faz um trabalho de grande importância na Venezuela, faz contatos com intelectuais, escreve para a imprensa no Brasil, em São Paulo, em Pernambuco. O descobrimento definitivo das cabeceiras do Orinoco por uma expedição franco-venezuelana ocorreu nos anos 50. A partir dali desenvolve-se uma atuação diplomática graças a qual a Venezuela logra resgatar parte de seu território, havendo inclusive uma declaração do Chanceler brasileiro muito inteligente que assinala que o Brasil não tinha tanto quanto acreditava ter e que a Venezuela não tinha menos do que acreditava. Nos anos 60, há uma espécie de baixa das relações, fruto dos acontecimentos internos no Brasil. Em 1964 se aplica a doutrina Betancourt, que era o princípio de não se ter relações com Governos de fato e isso faz com que baixe bastante o perfil diplomático, chegando ao congelamento. Tudo começa a mudar a partir de 1969 com o triunfo de Rafael Caldera. Pela primeira vez na história política nacional se alternava na direção governamental um partido da oposição. A nova administração suspendeu a aplicação da doutrina Betancourt por considerar que a mesma contribuía para o isolamento do país. De modo que, não obstante os regimes da Venezuela e do Brasil serem diferentes, as relações bilaterais começaram a ser reativadas. Sem embargo, as simpatias não se estendiam ao governo militar. Em diferentes círculos, em especial o acadêmico, se mostrava grande desconfiança em relação ao que alguns denominavam tendência “subimperialista”, um termo cunhado pelo brasileiro Rui Marini, que se caracterizaria por uma ligação automática com os Estados Unidos. Na Venezuela executou-se a “Conquista do Sul”, como um plano de contenção à orientação geopolítica manifestada pelos Governos militares na região amazônica. Grupos econômicos e políticos venezuelanos se manifestaram de modo contrário à participação da empresa brasileira Camargo Corrêa e da Setengo na construção da represa de Guri. Sob a administração do Presidente Carlos Andrés Pérez, o contexto internacional e nacional entre os dois países mudou a favor de melhores condições de negociação e aproximação. Notou-se

como favorável a mudança de orientação da política exterior do Brasil expressada pelo Chanceler Azeredo da Silveira nas Nações Unidas, quando assinalou: “o Brasil se sente plenamente ocidental mas não tanto para se converter em anti-brasileiro”, o que se interpreta como uma mudança de mundo. A mudança de atitude da Venezuela em relação à assinatura, em Brasília, do Pacto Amazônico, em julho de 1978, constituiu momento conjuntural favorável. O Chanceler Simón Alberto Consalvi assinalou no evento que a região amazônica que nos separava no passado era hoje um fator de união e via o tratado como um passo importante para o alcance do objetivo primordial de construir a grande pátria latino-americana. Em 1989, já na administração Collor, Perez faz uma pequena visita ao Brasil, mas a visita não é efetiva quanto à sua repercussão devido aos problemas internos na Venezuela. O mesmo se passa com Collor de Mello que, no contexto de uma visita do Grupo do Rio, tem então um perfil muito baixo. Já se assinava a transição em ambos países e a coincidência o Chanceler brasileiro expressou num artigo de imprensa no jornal *O Nacional*. Nas relações entre Venezuela e Brasil, durante a última década, se evidencia como as boas intenções, as constantes manifestações expressadas pelos altos porta-vozes governamentais nem sempre guardaram correspondência com as potencialidades comerciais que puderam existir entre os dois países. À parte o interessante plano cultural, o petróleo constitui o vínculo mais dinâmico. É um dos produtos de que o Brasil necessita para sua indústria e que na Venezuela praticamente é sua parte forte. A expansão das relações com a Venezuela chegou a um momento muito importante depois do caso superado dos garimpeiros em 1989. Hoje, os venezuelanos começam a mirar o sul enquanto os brasileiros retomam seu legítimo impulso histórico, a marcha para o Oeste e ali nos encontramos gratamente surpreendidos porque se nos abre um novo mundo, um mundo de novas possibilidades onde entramos não como subordinados senão em condições de equidade e igualdade, assimilando o desafio de reconstruir a sociedade do futuro.

Paulo G. Fagundes Visentini,
Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Durante muito tempo o Brasil e a Venezuela viveram uma relação de ignorância e de indiferença. A estrutura da política externa brasileira poderia ser dividida em três grandes momentos. Uma primeira fase, em que a

preocupação essencial foi a formação do espaço nacional, de consolidação de sua formação territorial. Uma segunda fase da política externa brasileira teria começado no início do século. Ela vem se esboçando da transição da monarquia à República. É uma fase em que o Brasil vai procurar uma inserção hemisférica e, nesse caso, a busca de relações privilegiadas com os Estados Unidos foi o ponto mais importante. E, só no final dos anos 50, em algum momento entre a Operação Panamericana e a Política Externa independente, é que o Brasil finalmente vai transitar para uma terceira fase que vai procurar multilateralizar as suas relações exteriores e privilegiar o desenvolvimento econômico como vetor essencial à nossa política externa. Nos dois grandes primeiros momentos, o Brasil e a Venezuela tiveram situações diferentes, muito distintas. Os dois países ficaram afastados um do outro, apesar da proximidade geográfica. Com o surgimento da questão do desenvolvimento, a política externa venezuelana e a brasileira vão ter algumas pautas em comum. Infelizmente, parece que os nossos dois países viveram momentos de assincronia permanente. Nesse momento — final dos anos 50 — quando a posição brasileira é de certa contemporização com a revolução cubana, a Venezuela está vivendo a sua recente democratização, a partir de 58, e a formulação do Pacto de Punto Fijo. Depois, tivemos a implantação do regime militar no Brasil. Assim, se, individualmente, os nossos países tinham pontos de identidade em algumas perspectivas, parece que cada um seguiu o seu próprio caminho e as conjunturas foram sempre adversas. A segunda parte do meu trabalho chamei de “Os anos 80 — problemas e perspectivas em convergência”. É quando as políticas externas do Brasil e da Venezuela vão procurar uma certa convergência. Os dois países começaram a sentir, nos anos 80, dificuldades, com o que se chamou de “Nova Guerra Fria” e, principalmente, o seu impacto sobre a América Central e sobre a Bacia do Caribe, uma área que é vital à Venezuela e que se tornou palco de confrontação Leste/Oeste nos anos 80. Recordo o Grupo de Contadora, depois, o Grupo de Apoio à Contadora, em que os nossos países têm uma convergência de pontos de vista em relação aos problemas centro-americanos. Outra dimensão é o problema do impacto da crise da dívida externa e da própria crise do desenvolvimento sobre os modelos de substituição de importações que os nossos dois países, embora com nuances diferentes, adotaram. O mundo estava entrando na terceira Revolução Industrial. Efetivamente isso provocava deslocamentos acentuados nos nossos projetos de desenvolvimento. Tanto o Brasil como a Venezuela sentiram os impactos dessa situação. São dois pontos em que, me parece, continuamos com algu-

mas perspectivas em comum, só que trilhando caminhos paralelos. A política externa brasileira e, principalmente, a economia brasileira estavam preocupadas com algumas questões muito práticas, algumas questões macroeconômicas e de relações econômicas externas, que faziam com que as primeiras noções de integração do início da década de 80 tenham ficado muito mais na retórica bem intencionada do que numa ação mais efetiva. Os nossos dois países precisavam de moedas conversíveis e assim cada um tentava salvar o seu projeto individualmente. Então, temos problemas comuns, mas continuamos a seguir estratégias paralelas, cada um por si. Ao mesmo tempo, não só esses problemas são comuns, mas temos também perspectivas em convergência. No caso, o processo de redemocratização brasileira que, desde o final da década de 70, começa a ser encaminhado, é percebido com bons olhos pela Venezuela e isso parece provocar um relaxamento das relações. Por outro lado, a América Central se torna uma região de cooperação entre os dois países, e em função do agravamento das situações econômicas e da dificuldade de inserção internacional, os anos 80 serão os anos de acercamento Brasil-Argentina e do início de um processo de integração que se revelou bem mais sólido do que outras tentativas ocorridas no passado. A terceira parte da minha exposição, sobre o final da década de 80, chamei de “As Grandes Viradas”, apropriando-me aqui de um chamamento feito pelo ex-presidente Carlos Andrés Pérez, quando implantou um pacote de amplas reformas macroeconômicas na Venezuela. Nesse momento, quando começam a se articular essas respostas, temos uma situação em que a Guerra Fria chega ao seu final e que as estratégias neoliberais se apresentam como a grande alternativa de modernização e de renovação para os diversos países. Enquanto as eleições venezuelanas se deram no final de 88, para o Governo Andrés Pérez assumir em 89, no Brasil, as eleições foram no final de 89 e o novo governo assume no início de 1990. Na Venezuela, ocorreram algumas questões importantes, que foram a aplicação do choque macroeconômico e uma reação inesperada por parte da população, de amplos setores sociais, que foi o *Caracaço*. Sem dúvida nenhuma, logo depois se logrou uma recuperação do preço do petróleo, na esteira da Guerra do Iraque e do Kuwait, logrou-se uma estabilização e, mesmo no plano político, a derrocada do Leste Europeu dava a impressão de que esses problemas, na verdade, não passariam de questões muito localizadas e que, afinal, a história da América Latina estava marcada por esse tipo de situação. E foi assim que, no Brasil, de forma mais bem nuançada, o Governo Collor procurou aplicar uma política com linhas muito semelhantes à que se

implantou na Venezuela. As crises e as dificuldades que surgem para os dois países vão levar aos dois processos de *impeachment* extremamente penosos. No Brasil, de certa forma, as instituições agüentaram bem. Na Venezuela foi um pouco mais complicado, porque o próprio modelo político formulado em 58, em Punto Fijo, chegou a um limite e precisou ser redimensionado a partir daí. Os problemas que começaram a ocorrer na fronteira levaram os nossos países a se aproximar. O processo de crise e o redimensionamento do Estado se tornaram questões urgentes que obrigaram os dois países a um primeiro acercamento, já no período Collor e Andrés Perez. Mas é aí que entramos na fase atual, que chamei de “A recente cooperação Brasil-Venezuela e suas potencialidades”. Ao final de 1992, o governo Itamar Franco havia lançado a Iniciativa Amazônica e, em 1993, a Iniciativa da Área de Livre Comércio Sul-Americana, com a idéia de ampliar o processo de integração do Mercosul ao conjunto da América do Sul. Nesse momento as relações Brasil-Venezuela vão entrar na sua fase de amadurecimento e de cooperação qualitativa. A concretização dessa estratégia deu-se no Acordo de Guzmanía. A Venezuela tornou-se para o Brasil um parceiro importante no empreendimento estratégico. A Venezuela possui uma boa posição geográfica e, principalmente, político-econômica, na medida em que faz parte de outros processos de integração e pode constituir um parceiro privilegiado para o Brasil nessa construção. A Venezuela tem buscado, e me parece que a gestão do Presidente Caldera deu um salto qualitativo nesse aspecto, a idéia de um projeto estratégico conjunto. É preciso fazer por conta própria para sermos respeitados e para que tenhamos capital político para atuar no processo de integração hemisférica. Nesse sentido, os dois países têm uma sintonia muito grande e, principalmente, nós brasileiros temos uma tradição diplomática ampla e longa. Devemos, no entanto, prestar atenção a sutilezas do discurso venezuelano de hoje em dia. A Venezuela não conhecia, há bastante tempo, Governos de exceção nem tão grandes dificuldades. Ainda que houvesse pobreza, havia uma redistribuição da renda do petróleo, embora insatisfatória, e a população estava acostumada com uma certa “estabilidade”. O que a Venezuela sentiu foi que a perda dessa estabilidade poderia ser um problema seríssimo e todo o discurso político e diplomático venezuelano passa bem essa idéia. Não adianta apenas índices macroeconômicos satisfatórios, que agradem aos credores internacionais. É preciso também que tenhamos estabilidade política e social interna, porque nenhum capital vai a um país instável política e socialmente. Essa é uma condição para a retomada de um projeto de desenvolvimento. Essa conver-

gência entre Caracas e Brasília é estratégica, com duas dimensões essenciais. Há a dimensão política, que é o fato de existir uma vontade estrutural que precisa ser levada à frente, não se recuando quando a conjuntura relaxa. A história diplomática da América Latina é uma história repleta de ocasiões perdidas, não-aproveitadas ou subaproveitadas. Num momento de perigo ou adversidade, procuramos somar forças mas, assim que as dificuldades passam, os países procuram seguir o seu próprio caminho. A chamada “Nova Ordem Mundial”, ainda em sua primeira fase, ou seja, a fase de desordem, não permite este tipo de leviandade. Os países precisam pensar mais à frente, ou seja, pensar grande. É preciso que a aproximação seja um passo para uma estratégia nova de inserção no mundo que está mudando. Afinal, não é o século que está terminando, é o milênio novo que está começando. O Estado precisa ser transformado e voltar a ocupar um novo papel, diferente do que exercia no passado, de dinamizador do desenvolvimento econômico e social. É preciso que os nossos países não se complementem apenas em termos de comércio, mas que tenhamos estratégias tecnológicas e, principalmente, de redefinição do modelo de desenvolvimento e do Estado. E isso passa não só pela procura de alguns mercados no exterior, mas pela dinamização de nossos próprios mercados através de uma reforma social que os ampliaria. Em vez do Brasil pensar apenas na classe média argentina, que poderia consumir nossos produtos, devemos pensar que o mercado brasileiro pode se ampliar e que o mercado dos outros países da América Latina, que têm conhecido um crescimento expressivo nos últimos tempos, também podem ser parte de uma estratégia ampla de desenvolvimento.

Amado Luiz Cervo,
Professor da Universidade de Brasília

A América Latina vem evoluindo lentamente. Ela já passou, talvez, por duas grandes fases de seu processo de desenvolvimento. A primeira, impulsionada nos anos 50 pelo pensamento da Cepal, em que se propunha o reforço dos mercados internos e a industrialização e o fortalecimento da capacidade de consumo do povo, foi uma etapa muito importante. Uma segunda etapa foi a de encontrar o caminho do mercado internacional de manufaturados. Uma terceira etapa, à qual a América Latina não ascendeu ainda, é a etapa de exportação de unidades produtivas. Um processo de

desenvolvimento ou de modernização não se conclui sem que as economias nacionais operem em condições de competição no nível internacional. Assim, é de grande importância a idéia da integração latino-americana, através do reforço dos sistemas produtivos nacionais pela união das empresas através de idéias como a da Petroamérica. Sem esse esforço conjunto, o desenvolvimento tecnológico será sempre um sonho para a América Latina. Essa filosofia parece importante porque as perspectivas da Venezuela e do Brasil são grandes nesse sentido e superam o que se havia pensado sobre o Mercosul. A filosofia original do Mercosul, e basta ler os protocolos de 1986, é justamente a de reforçar as unidades produtivas, as empresas privadas ou estatais. Hoje em dia, é difícil se falar dessas últimas. É mais fácil fortalecer as empresas pela exportação, pela consolidação ou pela expansão de empresas para além-fronteira. Esse processo não vingou no contexto do Mercosul que permanece, ainda, um projeto de união de mercados, e não de união de sistemas produtivos.

**Alcides da Costa Vaz,
Professor da Universidade de Brasília**

A história recente da América Latina nos mostra que iniciativas bilaterais são muito importantes enquanto fundamento para a arquitetura de arranjos de integração. Temos vários exemplos: a própria experiência do Brasil e da Argentina; o que se passa recentemente entre Chile e Argentina; a experiência da Venezuela com a Colômbia, e esse novo eixo bilateral, que se revigora entre Brasil e Venezuela. A construção da integração econômica na América Latina parte de baixos níveis de interdependência econômica, diferente de outras experiências em áreas geográficas distintas. Este fato obriga os Governos a um comprometimento muito forte com esses projetos, ou seja, a integração é pensada como uma forma de elevar os níveis de interdependência econômica, tradicionalmente baixos nas nossas regiões. A Cepal recentemente lançou a proposta de regionalismo aberto e, com clareza, aponta no sentido de fazer com que os acordos formais de integração atuem em favor de maior interdependência e, sobretudo, da elevação da competitividade internacional dos países. Essa proposta de se entender a integração como uma estratégia que parte de mecanismos bilaterais supõe, portanto, compromissos não somente no campo comercial mas compromissos

sos com relação à estabilidade político-econômica com a criação de mecanismos facilitadores dos fluxos comerciais e de investimento, ou seja, com o aproveitamento de todas as sinergias que a integração possa gerar em benefício de um maior desenvolvimento e de uma maior competitividade internacional. Temos de ser pragmáticos e reconhecer que estamos no momento em que há esse afiançamento, em que há uma forte vontade política, em termos bilaterais, de partir para uma estratégia de fazer convergir a integração no âmbito do Mercosul em direção aos países do Norte. Há alguns pontos que devem ser considerados para dar conteúdo e maior substância a essas relações bilaterais. No caso dessas relações, se observa um fenômeno muito curioso se tomarmos por parâmetro a experiência do Mercosul. Brasil e Argentina promovem uma abertura unilateral que, acompanhada dos esforços de integração, levam a uma geração muito significativa de fluxos comerciais. Essa abertura unilateral não tem a mesma ressonância em relação à Venezuela e aos demais países da área andina. As nossas relações comerciais estão, hoje, praticamente nos níveis que estavam em 1983, apesar de todo o esforço de abertura comercial empreendido. As nossas transações com a Venezuela hoje alcançam 900 milhões de dólares. Historicamente já chegaram a cerca de US\$ 1 bilhão e 400 milhões em circunstâncias muito peculiares, logo em seguida à crise do petróleo, quando aumentavam nossas compras de petróleo, mas, de qualquer forma, em termos históricos, estamos muito abaixo de níveis já praticados, apesar da abertura comercial. Ainda no campo comercial, temos de considerar que o comércio ainda está fortemente concentrado nas exportações de petróleo que responde por cerca de 85% da pauta de exportações venezuelanas. O desafio, em termos bilaterais de uma integração no espaço sul-americano, é justamente de incrementar as relações comerciais mas, ao mesmo tempo, buscar outras áreas em que essa interdependência econômica possa ser gerada, ou seja, que se possa gerar uma integração de fato, e não apenas uma integração formal, por acordos. Quanto às convergências entre os mecanismos de integração, estão presentes alguns problemas a serem enfrentados. Primeiro, a persistência de barreiras não-tarifárias entre o Mercosul e os países andinos, inclusive em relação à Venezuela, diferenças de nomenclatura, diferenças de mecanismos de salvaguarda, de regras de origem, de cláusulas anti-dumping, e principalmente diferentes níveis de institucionalização. O Pacto Andino como esquema de integração possui um nível de institucionalização muito maior do que aquele alcançado pelo Mercosul, que ainda permanece como um arranjo fundamentalmente intergovernamental. Parece-me, então, que existe uma

falsa dicotomia: alguns apontam que a harmonização deva se dar através da proposta do mecanismo assumido pelo Mercosul, ou seja, buscar uma desgravação linear, horizontal, regular; outros defendem uma proposta que vem de estudos da Aladi de procurar estabelecer essa articulação através de acordos setoriais. Essas têm sido as estratégias fundamentais para promover o acercamento entre as áreas de integração. Não acredito que haja, necessariamente, uma incompatibilidade entre essas duas estratégias.

**Ramon Illarramendi,
Embaixador, Assessor da Presidência da Venezuela**

Na reunião da comissão binacional, foi aprovado um novo grupo de trabalho no âmbito da comissão binacional de alto nível, a Coban, um novo grupo dedicado à prospectiva. Esse grupo poderia examinar não somente o comércio entre Venezuela e Brasil e os respectivos mercados, mas também apresentar uma frente comum na busca de novos mercados para nossa produção no mundo. O exemplo que apresentei foi o de unir a produção de bens de equipamento brasileiro na área de geração elétrica com o novo combustível venezuelano, ainda não muito conhecido no mundo. A *orimulsión* é um combustível de grande poder calorífico, que pode ser muito limpo pelos processos a que pode ser submetido dado seu baixo custo e sua abundância. Em todos os setores se necessita de novas energias e em todos os países existem possibilidades de crescimento de consumo elétrico.

**Neudo Campos,
Governador do Estado de Roraima**

Se o Brasil continuar confinado a três países como parceiros no Mercosul, o Brasil estará penalizando a região Norte e a região Centro-Oeste. Basta contemplarmos o mapa para ver a fronteira do Brasil com os demais países; só não fazemos fronteira com o Chile e com o Equador. A estrada BR-174 está asfaltada até a fronteira com a Venezuela. Temos toda uma infra-estrutura entre o Brasil e a Venezuela para construir um inter-

câmbio saudável. O ideal do Mercosul é ser um movimento que se amplie, e tenda a dar oportunidade para que outros países participem numa relação em que todos sairão vencedores. Nossa disposição econômica e nossa visão de crescimento passam fundamentalmente pela intensificação do nosso comércio e da nossa cooperação científica e cultural com a Venezuela. Acredito que o Mercosul pode preencher esse vazio, porque o Mercosul começou a ser construído há cerca de dez anos e agora foi instalado, no dia 1º de janeiro de 1995. O Brasil, que faz fronteira com todos esses países, deve tomar para si a bandeira da Área de Livre Comércio da América do Sul. É uma bandeira que interessa fundamentalmente aos Estados que estão na Amazônia, que estão no Centro-Oeste, que têm suas fronteiras e querem também ter a oportunidade. Acredito firmemente que o Mercosul deve ser repensado para não confiná-lo ao Brasil e aos países do Cone Sul.

Tullo Vigevani,
Professor da Universidade de São Paulo

Chamo atenção para o risco de termos discursos retóricos que não correspondam às possibilidades concretas. Acredito que a eficiência de qualquer política externa depende da sua capacidade de oferecer continuidade, segurança e confiabilidade no cenário internacional. Acredito que as relações Brasil-Venezuela têm que passar por uma discussão técnica das possibilidades oferecidas. No caso do Mercosul, o que esteve em projeto, desde os Tratados Alfonsín-Sarney, não era apenas maior intercâmbio econômico, mas, efetivamente, uma integração regional que significava, também, políticas de desenvolvimento econômico. No caso das relações com a Venezuela, penso que existem ótimas oportunidades de realização de acordos. Toda teoria de cooperação internacional indica que, para haver possibilidade de cooperação, exige-se passos preliminares muito concretos que consolidem as relações. Acho que o que foi dito a respeito de alguns acordos possíveis na área de integração energética, na área de hidrocarbonos, na área de comércio, são indicativos da possibilidade de se colocar bases para uma maior integração efetiva.

Luiz Alberto Moniz Bandeira,
Professor da Universidade de Brasília

Nunca houve intenção do Governo brasileiro de confinar o Mercosul aos Estados do Sul e a quatro países, mesmo porque o Brasil não pode ser

dividido em dois para se fazer o Merconorte e o Mercosul. A Argentina sempre foi um dos principais parceiros brasileiros. O Brasil sempre foi para a Argentina o mercado para o seu trigo. Com todas as concessões feitas ao trigo norte-americano, este não chegava aqui mais barato do que o trigo argentino. O Uruguai e o Paraguai também fazem parte dessa realidade. Porém, o processo de integração tem que ser gradual, flexível. E foi assim que começou. Aí está um dos artifícios do processo de integração Brasil-Argentina, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que elaborou e negociou os primeiros acordos de integração Brasil-Argentina nos idos do Presidente Sarney. O Brasil sempre foi um dos principais parceiros também da Argentina, fornecedor de manufaturas, ocupando um dos cinco primeiros lugares durante a guerra, inclusive, e depois da guerra. A América Latina, para o Brasil, sempre foi a Bacia do Prata, porque para ali convergiram os processos de colonização de Portugal e Espanha, enquanto que, no Norte, estamos afastados pela floresta Amazônica e, também, dos países do Pacífico, pela Cordilheira dos Andes. Enquanto no sul do país temos fronteiras vivas, a fronteira do Brasil na Amazônia se estende por uma dimensão equivalente a ida e volta Moscou-Lisboa, com poucos pontos povoados e poucos trechos de fronteira viva nessa região. Essa é uma realidade: sem a integração fronteiriça, sem a integração rodoviária, pouco se pode fazer. Na região em que a estrada foi pavimentada, o comércio subiu de US\$ 40.000 ao ano para US\$ 1 milhão. Esse é um processo lento. Esse é um dos momentos em que se mostra a preocupação que tem o Itamaraty com a integração com o Norte. A visita do Presidente Fernando Henrique à Venezuela mostra justamente que o Brasil está procurando voltar-se também para aquela região. A integração do Mercosul exige um processo lento, gradual, de identificação dos pontos onde esta cooperação e esta integração é possível. Da mesma forma que se pode pensar na união da Petrobrás com a Companhia Venezuelana de Petróleo, também se pode imaginar algo semelhante na área da Vale do Rio Doce e outras. São pontos de cooperação concretos. Cada processo difere do outro e a cooperação no âmbito do Mercosul poderá ser distinta da cooperação Brasil-Venezuela.

José Vicente Pimentel,
Ministro, Secretário de Planejamento Diplomático, MRE

A integração é um objetivo de toda a região sul-americana. Qualquer esforço de planejamento há de partir de tendências que existam entre o Brasil e Venezuela na ordem de reforçar os interesses mútuos. O fato de o Brasil

ter 125 anos de paz com os seus dez vizinhos, ao longo de 16 mil quilômetros de fronteiras não garante, por si só, a preservação de mais 125 anos com essa mesma qualidade. É preciso trabalhar nesse sentido, e daí aparece, naturalmente, a questão da integração como o projeto mais adequado aos interesses mútuos. À medida que prosperam as áreas de cooperação para o desenvolvimento da região Norte/Noroeste/Centro-Oeste do Brasil, essas fronteiras se vivificam, havendo mais razões para que essa integração se verifique de uma maneira mais contínua e produtiva. Mais até que o Chile, a Venezuela se apresenta como um país que será uma espécie de teste para a integração e para a estratégia brasileira.

Carlos A. Pimentel,
Embaixador, Depto. de Coop. Científica e Tecnológica, MRE

No setor da ciência e tecnologia, a interdependência é sentida hoje tanto na comunidade acadêmica quanto no Governo, não apenas como desejável, mas como um imperativo sob pena de não podermos resolver alguns dos desafios mais importantes que temos pela frente. A falta de continuidade nas relações também é percebida como um defeito fundamental da atuação da sociedade brasileira, e não apenas do Governo brasileiro nas suas relações internacionais. Daí a necessidade de se avaliar com muita precisão os interesses envolvidos. Se não houver interesse entre as partes, não existe cooperação possível. E, finalmente, a questão da retórica. Afim de evitá-la há uma preocupação em avaliar, com clareza, a potencialidade de ambas as partes, antes de se aventurar numa atividade que possa não chegar a bom termo. Recentemente, foi negociado um programa de cooperação científica e tecnológica com a Venezuela, que poderia ser transformado em modelo para a cooperação com outros países latino-americanos. Em vez de procurar definir áreas, começamos a nos perguntar que problemas temos em conjunto que podemos resolver melhor juntos do que separados. Definimos dois projetos, um na área de saúde e outro na de meio ambiente: a erradicação da oncocercose, leishmaniose entre os Ianomamis, e a questão de metais pesados que poluem os rios brasileiros e venezuelanos. Partimos depois para analisar e examinar os mecanismos existentes para melhorá-los. Examinamos o programa Brasil-Venezuela de estudantes-convênio para redirecioná-lo para onde há uma necessidade definida nos próprios programas de for-

mação de mão-de-obra e de pessoal qualificado. Estudamos as infraestruturas de cada um dos países que poderiam colaborar em conjunto. Identificamos, então, por exemplo, que, na questão da informação científico-tecnológica através de meios eletrônicos, tanto a Venezuela está montando a sua rede intra-universitária, como o Brasil está terminando a rede nacional de pesquisas, que poderá ser um mecanismo de ampla cooperação entre os dois países. Da mesma forma, procuramos verificar, sobretudo na questão da biodiversidade amazônica, como montar esquemas de cooperação entre nossas instituições de prestígio e de reconhecida competência científico-tecnológica.

**José Francisco Marcondes,
Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Venezuela**

As relações comerciais entre Brasil e Venezuela, pela nossa experiência nos últimos anos, exceto na área petrolífera, mostram que existem inúmeras oportunidades inexploradas em decorrência da própria complementariedade das economias, inclusive a longo prazo, como o acesso aos mercados do Caribe e Centro-América, através da fronteira Norte do Brasil. Além das oportunidades comerciais, nos interessam as oportunidades de incremento de comércio gerados pelo multiplicador de investimentos através de associação entre empresas, e isso vai ocorrer na proporção da existência de estabilidade, de confiança recíproca e de grandes projetos políticos governamentais. Finalmente, em relação à integração entre Brasil e Venezuela, em relação à integração do Norte, antes de ser uma solução de desenvolvimento, é uma solução de sobrevivência a integração entre Brasil e Venezuela.

**Imelda Cisneros,
Diretora da Axis Estratégias Empresariales**

Estou convencida da necessidade de fortalecer as relações entre nossos dois países. Estou convencida também de que o Brasil exerce uma liderança importante no sul e a Venezuela tem uma importante capacidade de liderança no norte, no que poderíamos chamar de Bacia do Caribe, inclusive

pelos acordos que tem firmado com o Caricom, América Central e com o Grupo dos Três, que inclui o México. A grande tragédia da integração na América Latina foi ter estado sempre baseada na retórica, afastada da realidade e, em consequência, trouxe grandes frustrações. Um dos grandes interesses da Venezuela, ao acercar-se do Brasil, além de toda estratégia política implícita nessa relação, é a aproximação a um importante mercado que apoie a abertura venezuelana. É o mesmo objetivo para o Brasil, ter acesso a um interessante mercado, muito menor mas importante. Remover os obstáculos para alcançar esses objetivos é a base do projeto que temos de desenvolver. Mais de 90% das exportações venezuelanas para o Brasil são exportações petrolíferas. Ainda que a Venezuela tenha quatro anos de superávit em sua balança comercial com o Brasil, isso se deve fundamentalmente ao petróleo. Quando analisamos o nível de diversificação das exportações venezuelanas para o Brasil, constatamos que é mínima em comparação ao nível da diversificação das exportações do Brasil para a Venezuela. São cifras incomparáveis. O Brasil exporta para a Venezuela mais de 840 itens tarifários enquanto os itens exportados da Venezuela para o Brasil apenas chegam a 50 ou 60. Quando analisamos o uso das preferências tarifárias pelo Brasil para exportar para a Venezuela, verificamos que o Brasil só utiliza 8% das preferências que lhe outorga a Venezuela. Tudo o mais, o Brasil exporta sem utilizar preferências tarifárias, ou seja, existe uma fluidez extraordinária da exportação brasileira para a Venezuela. Na medida em que o empresariado venezuelano não tenha interesse na integração com o Brasil, por mais que haja vontade política, não se vai poder gerar a integração que gostaríamos. Muitas empresas se interessaram pelo tema e lhes foi vendida a idéia de que o norte do Brasil representa um mercado de 20 milhões de habitantes, quase o mesmo nível de população que tem a Venezuela, mas quando esse empresariado vai buscar o mercado do norte do Brasil, não são 20 milhões, senão 10, e esses 10 milhões estão dispersos numa região que é cinco vezes maior que a Venezuela. O máximo a que podem chegar facilmente é a Boa Vista porque até Manaus não existe estrada, e assim têm de se concentrar num mercado que é ainda muito menor do que esperavam e que, ao final, não resulta interessante economicamente para poder desenvolvê-lo. Esse é o tipo de retórica que pode se converter em frustração e que cria uma imagem que não é a que queremos para assegurar que a integração ocorra.

**José Augusto Guilhon Albuquerque,
Professor da Universidade de São Paulo**

Penso que não há nenhuma dúvida quanto às vantagens da cooperação no plano energético, no plano fronteiriço, de infra-estrutura, de comunicações, no plano diplomático-consular, e mesmo no plano militar. Temos que ter presentes, porém, quando distinguimos o plano local, o plano nacional e o plano global dessas relações, que evidentemente não há homogeneidade. É claro que a importância dessa cooperação no plano regional, no plano local, amazônico, é muito grande, e as lideranças políticas locais têm consciência disso. Estão agindo nesse sentido e assim devem continuar para levar à construção de uma infra-estrutura que facilite essa integração. Quando se pensa no plano nacional e se compara, por exemplo, com o que já foi feito em relação ao Cone Sul, uma série de considerações precisam ser feitas. Devemos começar a pensar não só nas vantagens mas, também, nas limitações e nos obstáculos para sermos realistas e depois não nos confrontarmos com uma inflação de expectativas que leve a uma decepção, e faça com que alguma coisa que seja muito positiva passe a ser, na verdade, encarada como um fracasso, quando não é. Precisamos levar em consideração que, nesse esforço de se integrar com o Mercosul e, particularmente, com o Brasil, a Venezuela necessitaria de uma mudança de eixo na sua economia, uma economia que é voltada para o Norte, dependente de exportações e particularmente do petróleo. Ela teria que fazer um esforço de se reciclar e se voltar para o Sul, isso em um contexto de instabilidade política em que há uma mudança no sistema institucional. O sistema institucional anterior já não resiste e o novo ainda não está consolidado. Quanto à mudança no sistema eleitoral, não sabemos ainda que resultados ela vai produzir no sistema partidário. Sabemos que o sistema partidário atual não é satisfatório para a sustentação do Governo e que, em grande parte, o sucesso dessa reciclagem depende de superar uma série de limitações. Entre outras coisas, grande parte dos componentes neoliberais do ajuste econômico ficam fora de jogo porque são associados com o governo anterior. Portanto, há um problema de convergência de macropolíticas entre os dois países. É necessário que coloquemos o plano de integração nos seus devidos limites e não inflacionemos as expectativas. No plano local, essa integração pode ser feita logo e ela requer esforço das lideranças regionais, tanto dos dois Estados venezuelanos quanto dos Estados brasileiros. O grau de entendimento que vem sendo alcançado desde o governo passado, entre

os dois Governos, poderá levar a isso de maneira muito rápida. Entretanto, não deveríamos esperar uma integração comercial imediata como aconteceu no caso da Argentina, porque a continuidade das duas economias era tão grande que a simples redução das barreiras apressou essa integração. A supressão das barreiras entre Brasil e Venezuela não vai produzir um resultado tão rápido.

Eduardo Farias,
Ministro, Chefe da Divisão da América Meridional-II, MRE

O “Grupo do Rio”, um mecanismo de concertação política, provou, nesses últimos oito anos, que existe à margem ou a par de interesses econômicos e comerciais — uma grande identidade de posições políticas em termos internacionais. A Venezuela e o Brasil, como membros do Grupo do Rio, mostraram, por ocasião da Cúpula Hemisférica de Miami, que existe uma grande convergência de posições em termos de uma política comercial e econômica dentro da América Latina e dentro do Hemisfério, uma vez que conseguimos, como Grupo do Rio e como seus Estados-membros, oferecer uma imagem coerente, consistente e conseqüente no processo de elaboração do documento final de Miami que prevê a criação de uma Zona de Livre Comércio a partir do ano 2005. Ao lado dessa cooperação política, que se verifica na prática, faria apenas alguns comentários sobre a integração da Venezuela ao Mercosul. Aliás, o termo não está exatamente bem empregado, uma vez que a negociação que se faz não é só da Venezuela com o Mercosul. A Venezuela é parte do Pacto Andino e, como tal, não pode agir independentemente de seus parceiros. Nesse sentido, o processo que poderá levar à conformação de uma Zona de Livre Comércio, que é um passo anterior à conformação de uma união aduaneira, que é o que se está produzindo no Mercosul, está previsto para ocorrer em fases. Inicialmente haverá, até o final deste ano, uma negociação. Todas as vantagens recíprocas, as concessões recíprocas que se fizeram no passado no âmbito de acordos da ALADI serão renegociados para, então, em 1996, iniciar um processo de negociação de redução das barreiras alfandegárias.

**Dourival Maranhão,
Associação Comercial e Industrial de Roraima**

O Acordo de Complementação Econômica nº 27, o Protocolo Adicional de Integração Fronteiriça, o Acordo Internacional de Transporte a ser brevemente assinado entre os dois países, constituem ações preparatórias que apontam no rumo da integração regional. Há consenso quanto ao fato que o Brasil é um país socialmente injusto e regionalmente desigual. As disparidades de crescimento entre as regiões brasileiras criaram hiatos e abismos econômicos inter-regionais, que nos colocam como um dos países mais desequilibrados do mundo. É verdade que esforços foram realizados através de políticas públicas que incorporam incentivos fiscais e creditícios, mas a verdade é que as disparidades regionais existem e continuam a nos desafiar. A entrada da Venezuela no Mercosul é estratégia de mais alta relevância para a atenuação dessas disparidades regionais, e Roraima é o portão Norte do Mercosul e da integração regional. O pólo de minério e metalúrgico do sul da Venezuela e o pólo eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus são realidades insofismáveis. Precisamos transformar Roraima num grande pólo agro-industrial e de turismo ecológico. Não queremos ser apenas um entroncamento ou cidade-dormitório a ver passar caminhões entre Manaus e a Venezuela. Temos grandes e ricas várzeas, vastos campos naturais que nos oferecem, sem desmatamentos criminosos, condições favoráveis para transformarmos Roraima no grande celeiro de produção agro-industrial da Amazônia Ocidental. Com a entrada da Venezuela no Mercosul poderemos reduzir nossos custos de produção agro-industrial pela importação de insumos, máquinas e implementos agrícolas com taxas diferenciadas, despesas de transporte minimizadas etc. Por outro lado, o sul da Venezuela é realidade econômica que não se esgota com a produção de seu pólo mínero-siderúrgico, sustentado pela produção de energia da segunda maior hidrelétrica do planeta: Guri. Temos condições, portanto, de transformar o Ocidente da Amazônia brasileira e o sul da Venezuela em regiões economicamente dinâmicas.

**Andrés Bansart,
Professor da Universidade de Caracas**

Houve muitos projetos de integração durante os últimos trinta ou quarenta anos. E houve muitos fracassos. Creio que é necessário identi-

ficar necessidades, fixar prioridades, traduzir isso em objetivos concretos, ou seja, em termos de tempo e quantidades e, depois, pensar num bom sistema de avaliação. Talvez a avaliação é o que mais tem feito falta. Quando vejo os distintos grupos de trabalho e, agora, fala-se de um novo grupo de trabalho que seria de prospectiva, penso que a idéia é importante, mas deve-se pensar em mecanismos de avaliação para saber se se vai logrando ou não os objetivos fixados.

**Julio Portillo,
Professor da Universidade Central da Venezuela**

Os brasileiros têm uma fama mundial em matéria de diplomacia, de uma boa diplomacia que é orgulho da América Latina. Acredito que seria interessante, para os venezuelanos, aproveitar a experiência que o Brasil tem na África, pois não temos uma presença importante naquele continente e o Brasil poderia aproveitar a experiência venezuelana no que se refere ao Caribe.

**Giovanna de Michele,
Professora da Universidade Central da Venezuela**

Venezuela e o Brasil não estão isolados no mundo. Venezuela e Brasil estão inseridos dentro de um jogo de relações internacionais, dentro de um jogo de poder, em que há nações mais desenvolvidas, em que há interesses comuns e interesses divergentes. Não sei se a promoção de uma integração fronteiriça pode dar início à conformação de um bloco econômico regional que garanta uma maior e melhor inserção em todo o relacionamento internacional. Além disso, a Venezuela e o Brasil são muito mais que um pedaço de território fronteiriço, são dois Estados com uma grande quantidade de potencialidades a serem desenvolvidas e seria um pecado ignorá-las. Venezuela e Brasil podem buscar inclusive, independentemente de que sejam países colocados ao lado um do outro, uma maior projeção nos mercados internacionais europeus, asiáticos, norte-americanos. Não devemos nos concentrar apenas numa união que apresenta uma série de dificuldades es-

truturais, uma série de situações que têm que ser superadas para poder propiciar o movimento de integração. Superar essas dificuldades supõe, em primeiro lugar, ter que aceitar incorrer em prazos quiçá muito longos que nos façam perder outras oportunidades. Venezuela e Brasil, com todo o leque de oportunidades que existe, não devem se limitar apenas à criação de uma infra-estrutura suficiente e necessária para propiciar o projeto de integração fronteiriça.

Luiz A. Castro Neves,
Ministro, Chefe do Departamento das Américas, MRE

O mundo convive, hoje, com a realidade muito perceptível da economia mundial em globalização, convivendo com vários processos de regionalização. Temos, no nosso continente, o Mercosul; na América do Norte, o NAFTA; a União Européia em formação, ou seja, diversos movimentos de integração econômica regional em curso mas que têm uma característica muito distinta daqueles movimentos de integração que começaram na década de 50, com o Tratado de Roma, depois com o Tratado de Montevideú. Eram movimentos de derrubada de barreiras ao comércio e, de certa forma, um reforço protecionista com a criação de verdadeiras fortalezas econômicas e comerciais, num mundo muito marcado pelo protecionismo, que vivia o fenômeno da Guerra Fria como limitador de todas as ações. Hoje em dia, no processo de globalização que não me parece ser reversível, o que as nações buscam, ou devem buscar, é se inserir da forma mais vantajosa possível, com o maior grau de competitividade possível. E, nesse sentido, a regionalização, a integração, é um processo essencial porque maximiza as oportunidades de investimentos, permite saltos qualitativos, permite aumentar a produtividade e, com isso, permite que possamos usufruir do processo de globalização em condições mais vantajosas do que isoladamente.

Carlos Alberto Pardellas,
Embaixador, Subsecretário de Assuntos Estratégicos, Pres. República

Por mais importantes que sejam os nossos esforços, no campo da integração e do desenvolvimento fronteiriço, a amizade entre Brasil e

Venezuela transcende de muito o limite dessa área geográfica, de tal forma que os Estados brasileiros de Roraima e Amazonas e os venezuelanos, na outra parte da fronteira, são apenas patamares iniciais de uma integração mais ampla, que ligará os interesses em comum do Brasil e da Venezuela. A Secretaria de Assuntos Estratégicos tem programas e projetos específicos para a área fronteira e para a Amazônia, como o zoneamento tecnológico econômico e o SIVAM/SIPAM, que é um projeto que está sendo equacionado pelo Brasil, mas que está aberto à adesão da Venezuela.

**Marluce Pinto,
Senadora PTB, Roraima**

A Sra. Imelda Cisneros, ex-Ministra do Comércio e da Indústria da Venezuela, falando sobre a integração, mostrou certo ceticismo em decorrência de 85% da importação do Brasil proveniente da Venezuela ser petróleo. Admito que, por falta de informação, não aproveitamos todas as oportunidades de exportação e importação com os países mais próximos. Embora este tenha sido um debate diferente, já era convicção firme do Ministro das Relações Exteriores da Venezuela de ingressar no Mercosul. Em outubro de 1994, em Roraima, reuniu-se um grupo de trabalho com a presença de quatro Ministros de Estado da Venezuela e do Presidente do Conselho Nacional de Fronteiras. E àquela época já se falava no ingresso da Venezuela no Mercado Comum do Sul. O primeiro encontro do grupo de trabalho se deu em Porto Ordaz. O Governador de Roraima lá esteve, com vários secretários. Voltamos convictos de que realmente a integração Brasil-Venezuela ia acontecer e quando houve um convite para que viessem ao nosso Estado para um segundo encontro, com a participação do Ministros da Venezuela, ficamos empolgados. A partir de 1995, as coisas estão mudando não só em nível do Mercosul. Hoje os brasileiros são mais realistas. Chegamos à conclusão de que teremos que dar continuidade a essas reuniões para não ficarmos apenas na empolgação do momento. Agora estamos enfrentando a nossa Reforma Constitucional. Para que se tenha idéia das dificuldades de nossa Constituição, foram homologadas, em 1992, pelo Presidente da República, leis de criação de duas Áreas de Livre Comércio: uma em Pacaraima, fronteira com a Venezuela, e outra na fronteira com a Guiana. Até hoje não as conseguimos instalar, porque argumentam que se tratam de áreas indíge-

nas. As autoridades brasileiras vivem pressionadas pelas Ongs, organizações de outros países que querem ditar o modelo de como deveremos viver. O Estado de Roraima foi muito sacrificado com demarcações de terras indígenas e foi preciso que se aprovasse outro projeto meu, mudando a área de livre comércio de Pacaraima para Boa Vista, para ver se conseguíamos melhorar a economia do nosso Estado. Isso porque não temos, ainda, um Estatuto do Índio, que possa nos dar o direito de promover o desenvolvimento do nosso Estado e do nosso país, porque muita coisa aqui está entrelaçada em decorrência das leis complementares não terem sido ainda regulamentadas. Sentimos que realmente chegou a hora das mudanças e temos que aproveitar o momento. O Itamaraty necessita ter uma ligação constante com os membros da Comissão de Relações Exteriores para que possam ser definidas sempre as melhores soluções enquanto precisamos manter contato permanente com o Itamaraty a fim de conseguirmos subsídios e melhores condições para atuar em política e comércio exterior.

**Ramon Illarramendi,
Embaixador, Assessor da Presidência da Venezuela**

O Presidente Fernando Henrique Cardoso será recebido pelo Congresso Nacional dia 5 de julho, dia nacional da Venezuela. O costume é que haja uma sessão solene na qual são recordadas todas as efemérides. Pela primeira vez, é convidado o Presidente de um país amigo. O Presidente Cardoso, numa sessão especial, com toda a solenidade, vai saber o que quero comunicar-lhes agora, que é a decisão de formar um grupo Brasil-Venezuela de parlamentares venezuelanos como existe no Congresso Nacional em Brasília. A posição econômica da Venezuela não é neoliberal. É uma posição que leva em conta os interesses da economia do país em seu conjunto e os interesses de nossa população, incluindo as medidas de solidariedade em busca da justiça social e uma efetiva luta contra a pobreza. Toda a situação econômica venezuelana segue dirigida para uma normalização, pois neste momento, temos um controle de câmbio e um controle de preços em franco processo de flexibilização, que se tornaram necessários no momento em que tivemos uma fuga de capitais. As soluções estão sendo implementadas a passos largos, dentro do cumprimento estrito de todas as obrigações internacionais do país, tomando-se em consideração, porém, que,

devido à mudança de circunstâncias, os convênios contraídos dentro de um esquema de fatos estão sujeitos a serem revisados se os fatos mudam.

**Paulo Totti,
Jornalista, Gazeta Mercantil**

Sou partidário da integração e lembro que todas essas perguntas sobre diferença de situação econômica se faziam no Brasil quando tínhamos uma inflação muito alta, uma dívida muito grande, e, também, um bom superávit comercial. Dizia-se que, para que houvesse uma integração com a Argentina, seria necessário antes harmonizar as políticas macroeconômicas. O Brasil convenceu os argentinos de que isso não era o mais importante e agora se tem o Mercosul que justamente aproveita à própria Argentina que não queria fazer a integração. Vou dizer outra coisa que não deve preocupar os compatriotas de Roraima. Quando houve a integração com a Argentina e o Mercosul, também se dizia em Porto Alegre que não se queria ser uma cidade dormitório para que passassem os caminhões que iam interligar São Paulo a Buenos Aires. Agora o Rio Grande do Sul é o Estado que mais se beneficia do Mercosul.

**Ramon Illarramendi,
Embaixador, Assessor da Presidência da Venezuela**

O processo de flexibilização a que se está submetendo a Petrobrás e o processo de abertura que está sendo realizado pela indústria petrolífera venezuelana são coisas bem interessantes e processos que podem beneficiar um ao outro. Em uma das reuniões da Comissão Binacional de Alto Nível se pensou em criar um centro para negócios comuns entre Petrobrás e Pdvs, independentemente dos processos de flexibilização no Brasil e de abertura na Venezuela. Os processos respectivos de flexibilização e de abertura não conspiram de modo algum contra a possibilidade de ter atividades comuns em exploração, na Venezuela, no mercado brasileiro e de aproveitar a tecnologia que detém a Petrobrás. Isso se pode fazer através de *joint ventures* ou de uma nova empresa filial que resultaria da fusão das duas empresas. Enfim, essa é a idéia da Petroamérica.

**João Clemente Baena Soares,
Embaixador, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão**

Nos anos recentes, a Carta da Oea foi renovada três vezes para incluir conceitos que têm relação com os interesses imediatos dos nossos países como, por exemplo, o conceito de desenvolvimento integral, que não existia e que era altamente polêmico, e que os países latino-americanos e caribenhos conseguiram incluir; segundo, a defesa da democracia, a criação de mecanismos para não só responder a eventuais agressões ao processo democrático, como também para trabalhar na consolidação das instituições democráticas. E, mais recentemente, na Assembléia Especial no México, houve a inclusão na Carta do conceito de combate à pobreza, como uma das prioridades da organização. A observação final se refere às universidades e ao projeto de se criar um chamado Mercado Comum do Conhecimento no Hemisfério, proposto pelo Presidente do Uruguai, e que reuniria centros de excelência de nossos países, com o objetivo de intercambiar conhecimentos e de treinar especialistas.

**Samuel Pinheiro Guimarães,
Embaixador, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais**

O Mercosul é um esquema até agora, e em sua essência, comercial, um processo de eliminação de obstáculos ao comércio. Por outro lado, ficou do debate a impressão de que a integração comercial do Mercosul seria a mesma coisa que a integração física entre a Venezuela e o Brasil. Essas duas questões são independentes. Na realidade, talvez a integração física seja bem mais importante no caso das relações Brasil-Venezuela do que o próprio ingresso da Venezuela no Mercosul. Em segundo lugar, a associação entre a Pdvsa e a Petrobrás. Se é verdade que esta associação criaria a maior empresa de petróleo do mundo, esta deixa de imediato de ser uma questão menor e se torna uma questão extraordinariamente importante. Se é verdade que o petróleo é o componente central da economia venezuelana, esta talvez seja a questão central do relacionamento comercial, não só entre os dois países, como dos dois países em conjunto no cenário internacional. Se vier a ser possível a constituição dessa empresa, este será um fato que afetará extraordinariamente o mercado internacional de energia e de petróleo. Algo que não será feito sem grandes repercussões econômicas e políticas dentro desse mercado.

CURRICULA DOS AUTORES

ALEJANDRO MENDIBLE ZURITA

Graduado em História, Universidade Central da Venezuela; Mestre em História, Universidade de Wisconsin Madison, EUA; Doutor em História, Universidade Católica Andrés Bello; Professor de História da Venezuela e História das Américas na Escola de Comunicação Social e Chefe do Departamento de Ciências Políticas e Sociais da Escola de Comunicação Social — Universidade Central da Venezuela; Professor de História do Brasil e Pós-graduação de História das Américas, Universidade Católica Andrés Bello.

ANDRÉS BANSART

Doutor em Estudos Latino-americanos; Professor titular da Universidade Simón Bolívar; Diretor do Instituto de Altos Estudos da América Latina e do Centro Abreu e Lima de Estudos Brasileiros.

GIOVANNA DE MICHELE Y.

Graduada em Estudos Internacionais, Universidade Central da Venezuela; Pós-graduação em Direito Marítimo; Mestre em Segurança e Defesa; Professora da Escola de Estudos Internacionais da Universidade Central da Venezuela; Professora da Academia Militar da Venezuela; Analista de Segurança e Defesa do Exército venezuelano; Professora e Assessora do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional.

JULIO PORTILLO

Advogado e Doutor em Direito, Universidade de Zulia; Pós-graduado em Ciência Política, Universidade de Paris e em Sociologia do Desenvolvimento, Universidade de Roma; Graduado em Estudos Internacionais, Universidade Central da Venezuela; Membro do Comitê Executivo da Associa-

ção Internacional de Ciência Política (Ipsa); Professor de Introdução à Política no Colégio Universitário Francisco de Miranda; Caracas; Professor de Direito Internacional Público da Universidade Central da Venezuela, Escola de Estudos Internacionais; Ex-Cônsul Geral da Venezuela no Rio de Janeiro.

LUIZ EYER DE ARAÚJO

Engenheiro Civil; Pós-Graduação, Section Spéciale d'Hydraulique de l'Ecole Nationale Supérieure d'Ingenieurs de l'Université de Grenoble; Mestrado em Engenharia Industrial, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Economia de Energia - Escolarização e Projeto de Tese (Doctorat de 3e cycle) Institut Economique et Juridique de l'Energie de Université de Grenoble; Professor-assistente de Hidrotécnica de Engenharia Cívil da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Coordenador-Geral de Assuntos Internacionais da Eletrobrás.

MARLUCE PINTO

Senadora da República, Estado de Roraima, (1991/1995); reeleita Senadora da República, Estado de Roraima, (1995/2001); Membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB/RR). Autora do projeto que prorroga a Lei Complementar No. 63/89, (Fundo de Participação dos Estados e Municípios) e do que criou as Áreas de Livre Comércio em Pacaraima e Bonfim, em Roraima, transformado na Lei No. 8.256, de 25 de novembro de 1991; membro da Delegação brasileira à IV Conferência Mundial sobre a Mulher, das Nações Unidas.

PAULO G. FAGUNDES VISENTINI

Mestre em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutor em História Econômica, Universidade de São Paulo; Professor de Relações Internacionais e História Contemporânea, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Publicações: "Da Guerra Fria à Crise (1945-89)", "A Nova Ordem Global (1990-96)", "Relações Internacionais e Desenvolvimento no Brasil (1951-1964)" e coordenou "A Grande Crise: A Nova (Des)ordem Internacional dos anos 80 aos 90"; Pesquisador do CNPq; Pesquisador e consultor para o Ministério das Relações Exteriores.

RAMON ILLARRAMENDI

Diretor do Gabinete da Assessoria do Presidente da Venezuela, Dr. Rafael Caldera; Diretor do Fundo de Inversões da Venezuela; Assessor da Presidência de Petróleos da Venezuela para Assuntos Internacionais; Diretor do Grupo de Planificação da Comissão Binacional de Alto Nível Venezuela-Brasil; Graduado do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (Iaeden) das Forças Armadas da Venezuela na especialidade de Segurança e Defesa Nacional; Bacharel em Ciências Jurídicas, Universidade Central da Venezuela; Doutor em Direito, Universidade dos Andes, Mérida, Venezuela; Pós-graduado nas Universidades de Texas, Austin e Columbia, New York (Public Law and Government).

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

Embaixador, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Itamaraty. Mestre em Economia pela Universidade de Boston, Estados Unidos. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade do Brasil. Chefe do Departamento Econômico, Itamaraty. Chefe da Divisão Econômica para América Latina, Itamaraty.

DEBATEDORES

MESA 1 Venezuela e Brasil: Integração Energética

Andrés Bansart	Professor, Universidade Simón Bolívar, Caracas
Átila Lins	Deputado Federal, PFL Amazonas.
Dourival Maranhão	Presidente, Assoc. Comercial e Industrial, Roraima
Fernando Bonfim	Presidente, Companhia Energética do Amazonas
Guido P. Rennó	Presidente, Centrais Elétricas do Pará
José Mário M. Abdo	Superintendente de Planejamento, Eletronorte
Luiz Eyer de Araújo	Coordenador, Assessoria Internacional, Eletrobrás
Luiz Pinguelli Rosa	Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Marcelo Castilho da Silva	Superintendente, Departamento Comercial, Petrobrás
Marluce Pinto	Senadora, PMDB Roraima
Neudo Ribeiro Campos	Governador do Estado de Roraima
Paulo Sérgio Lemos Latgé	Presidente, Companhia Energética de Roraima, Cer
Peter Greiner	Secretário de Energia, MME
Rafael Leonardo Franco Maracara	Adido, Embaixada da Venezuela
Ramon Illarramendi	Assessor, Presidência da República Venezuelana
Ricardo Pinto Pinheiro	Presidente, Eletronorte
Salomão Cruz	Deputado Federal, PFL Roraima
Samuel Hanan	Secretário, Fazenda, Indústria e Comércio, Amazonas
Samuel Pinheiro Guimarães	Embaixador, Diretor Inst. de Pesq. de Rel. Inter., MRE

MESA 2 *Venezuela e Brasil: Integração Fronteiriça*

Alejandro Mendible Zurita	Professor, Universidade Central da Venezuela
Antônio Carlos Pereira	Jornalista, O Estado de São Paulo
Carlos Alberto Pessoa Pardellas	Subsecretário, Programas e Projetos, SAE, PR
Dinarte Madeiro	Presidente, Fundação Nacional do Índio
Eliana Zacca	Coordenadora, Planejamento Regional
Frederico de Andrade	Superintendente do Desenvolvimento da Amazônia
Giovanna de Michele	Professora, Universidade Central da Venezuela
Hamilton Gondim	Reitor, Universidade Federal de Roraima
Hostília Maria Lisboa Campos	Coordenador, Planejamento Regional, SUDAM
José Augusto Guilhon Albuquerque	Professor, Universidade de São Paulo
José Leite Saraiva	Professor, Repres. Univer. Amazonas em Brasília
Julio Portillo	Professor, Universidade Central da Venezuela
Laurentino Gomes	Jornalista, Revista Veja
Luís Carlos Guedes	Coronel, Estado Maior do Exército Brasileiro
Manuel Silva Rodrigues	Superintendente da Zona Franca Manaus
Marcelo Ribeiro Tunes	Diretor, Secret. Coord. Assuntos da Amazônia Legal
Marcos Ximenes Ponte	Reitor, Universidade Federal do Pará
Maria Laura da Rocha	Assessora Especial, SAE, PR
Maurizil Othon Neves Gonzaga	Coronel, Estado Maior das Forças Armadas, Brasil
Nelson Fraiji	Reitor, Universidade do Amazonas
Paulo Cordeiro de A. Pinto	Diretor, Centro de Estudos Estratégicos, SAE, PR
Paulo G. Fagundes Visentini	Professor, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Pompeyo Torrealba	Coronel, Exército da Venezuela
Romero Jucá Filho	Senador, PFL Roraima
Ronaldo Mota Sardenberg	Secretário, Assuntos Estratégicos, PR
Tullo Vigevani	Professor, Inst. de Estudos Avançados, USPe CEDEC

MESA 3 *Venezuela e Brasil na Política Internacional*

Alcides Costa Vaz	Professor, Departamento de Ciência Política, UnB
Alejandro Mendible	Professor, Universidade Central da Venezuela
Amado Luiz Cervo	Professor, Departamento de História, UnB
Andrés Bansart	Professor, Universidade Simón Bolívar, Caracas
Antônio Carlos Pereira	Jornalista, O Estado de São Paulo
Carlos Alberto de Azevedo Pimentel	Embaixador, Chefe do Depto. Ciência e Tecnol., MRE
Dourival Coelho Maranhão	Presidente, Assoc. Comercial e Industrial, Roraima
Eduardo da Costa Farias	Ministro, Divisão da América Meridional-II, MRE
Giovanna de Michele	Professora, Universidade Central da Venezuela
Imelda Cisneros	Professora, Axis Estratégia Empresarial, Venezuela
João Clemente Baena Soares	Embaixador, Presid. Fundação Alexandre de Gusmão
José Augusto Guilhon Albuquerque	Professor, Universidade de São Paulo
José Francisco F. Marcondes Neto	Presidente, Câmara Venezuela-Brasil Com. e Ind.
José Vicente de Sá Pimentel	Ministro, Secret. de Planejamento Diplomático, MRE
Julio Portillo	Professor, Universidade Central da Venezuela
Luiz Alberto Moniz Bandeira	Professor, Universidade de Brasília
Luiz Fernando Ligiéro	Ministro, Assessoria de Comunicação Social, MRE
Marluce Pinto	Senadora, PMDB Roraima
Neudo Ribeiro Campos	Governador do Estado de Roraima
Paulo Totti	Coordenador, Gazeta Mercantil
Paulo G. Fagundes Visentini	Professor, Universidade Federal Rio Grande do Sul
Pompeyo Torrealba	Coronel, Exército Venezuelano
Rafael Leonardo Franco	Embaixada da Venezuela no Brasil
Ramon Illarramendi	Assessor, Presidência da República Venezuelana
Regina Zappa	Jornalista, Jornal do Brasil
Samuel Pinheiro Guimarães	Embaixador, Diretor Inst. de Pesq. de Rel. Inter., MRE
Tullo Vigevani	Professor, Inst. de Estudos Avançados, USP e CEDEC

